



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO**

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES
2013**

São Luís
2014

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 16ª REGIÃO
Av. Senador Vitorino Freire, 2001

Areinha – São Luís – MA
CEP 65.030-015
PABX: (98) 2109-9300
FAX: (98) 3232-8894

Brasil. Tribunal Regional do Trabalho. Região, 16ª.

Relatório de Atividades 2013. — São Luís, 2014.

f. 268

1. Relatório de Atividades –TRT 16ª Região . I. Título.

CDU 347.998.72(047)

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO

COMPOSIÇÃO

BIÊNIO 2012/2013

PRESIDENTE

DESEMBARGADORA ILKA ESDRA SILVA ARAÚJO

VICE-PRESIDENTE CORREGEDOR

DESEMBARGADOR LUIZ COSMO DA SILVA JÚNIOR

DESEMBARGADORES FEDERAIS

**DESEMBARGADOR ALCEBÍADES TAVARES DANTAS
DESEMBARGADOR AMÉRICO BEDÊ FREIRE
DESEMBARGADOR JOSÉ EVANDRO DE SOUZA
DESEMBARGADOR GERSON DE OLIVEIRA COSTA FILHO
DESEMBARGADORA MÁRCIA ANDREA FARIAS DA SILVA
JAMES MAGNO ARAÚJO FARIAS**

**ESTRUTURA ORGANIZACIONAL
DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO**

SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA
JOSÉ VALDIONOR COSTA DOS SANTOS

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO
ÉLEN DOS REIS A. BARROS DE BRITO

SECRETARIA DA CORREGEDORIA
ANTONIO MANOEL COSTA SILVA

DIRETORIA GERAL
JULIO CÉSAR GUIMARÃES

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO JUDICIÁRIA
JOSÉ MARIA LUSQUINHOS DOS SANTOS

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
GABRIELA CARVALHO GASPAR DE BARROS BELLO

JUÍZES TITULARES DE VARA

Solange Cristina Passos de Castro Cordeiro
Francisco José de Carvalho Neto
Saulo Tarcísio de Carvalho Fontes
Paulo Sérgio Mont'Alverne Frota
Noélia Maria Cavalcanti Martins e Rocha
Juacema Aguiar Costa
Maria do Socorro Almeida de Sousa
Francisco Tarcísio Almeida de Araújo
Higino Diomedes Gaivão
Antonio de Pádua Muniz Corrêa
Manoel Lopes Veloso Sobrinho
Francisco José Campelo Galvão
Maria da Conceição Meirelles Mendes
Rui Oliveira de Castro Vieira
Liliana Maria Ferreira Soares Bouéres
Manoel Joaquim Neto
Érico Renato Serra Cordeiro
Bruno de Carvalho Motejunas
Fernanda Franklin da Costa Ramos Belfort
Leonardo Henrique Ferreira
Érika Guimarães Gonçalves
Nelson Robson Costa de Souza

JUIZES DO TRABALHO SUBSTITUTOS

Carlos Eduardo Evangelista Batista dos Santos
Liliane de Lima Silva
Márcia Suely Corrêa Moraes Bacelar
Maurílio Ricardo Neris
Carlos Gustavo Brito Castro
Carolina Burlamaqui Carvalho
Fábio Ribeiro Sousa
Elzenir Lauande Franco
Gabrielle Amado Boumann
Francisco Xavier de Andrade Filho
Fernando Luiz Duarte Barboza
Mario Lúcio Batigniani
Alisson Almeida de Lucena
Jean Fábio Almeida de Oliveira
Ângela Cristina Carvalho Mota Luna
Joanna D'Arck Sanches da Silva Ribeiro
Marcelo Marques
Angelina Moreira de Sousa Costa
Patrick Arruda Leon Serva
Christina de Almeida Pedreira
Augusta Polking Wortmann
Albeniz Martins e Silva Segundo
Sergei Becker
Rafaella Messina Ramos de Oliveira
Lucas Silva de Castro
Vinicius Hespanhol Portella
Francisco José Monteiro Junior

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
1 PRESIDÊNCIA	9
1.1 Coordenadoria de Gestão Estratégica, Estatística e Pesquisa.....	53
1.2 Escola Judicial.....	58
1.3 Secretaria do Tribunal Pleno.....	72
1.4 Seção de Ouvidoria.....	74
1.5 Coordenadoria de Controle Interno.....	83
1.6 Seção de Precatório.....	87
1.7 Seção de Comunicação Social.....	90
1.8 Seção de Cerimonial e Eventos.....	107
1.9 Centro de Memória e Cultura.....	110
2 VICE-PRESIDÊNCIA	112
2.1 Secretaria da Corregedoria.....	115
3 DIRETORIA GERAL	172
3.1 Secretaria de Orçamento e Finanças.....	178
3.2 Seção de Assessoramento Jurídico.....	189
3.3 Núcleo de Folha de Pagamento.....	191
3.4 Seção de Licitações.....	193
3.5 Seção de Engenharia.....	199
4 SECRETARIA DE COORDENAÇÃO JUDICIÁRIA	201
4.1 Coordenadoria de Distribuição e Cadastramento Processual.....	203
4.2 Coordenadoria de Recursos, Jurisprudência e Apoio ao PJe.....	209
5 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	211
5.1 Coordenadoria de Gestão de Pessoas.....	223
5.2 Coordenadoria de Material e Logística.....	233
5.3 Coordenadoria de Serviços Gerais.....	238
5.4 Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicações.....	240
5.5 Seção de Biblioteca e Gestão Documental.....	252
5.6 Seção de Saúde.....	254

APRESENTAÇÃO

O Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, em consonância com a Política Administrativa do Poder Judiciário, apresenta à sociedade maranhense, aos magistrados, servidores e advogados, em cumprimento ao Regimento Interno do TRT da 16ª Região, o Relatório Anual de Atividades deste Regional do ano de 2013.

O Relatório foi criteriosamente organizado considerando cada uma de suas unidades judiciárias e administrativas, contemplando as principais atividades realizadas no ano.

As metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça foram atendidas a contento e se trabalhou com o intuito de melhorar nossos indicadores.

Sabe-se que metas auxiliam o administrador a definir o procedimento mais satisfatório e o desempenho de cada atividade reflete o bom andamento desta justiça obreira.

Investiu-se na organização de procedimentos, visando favorecer a todos: a instituição, os servidores, advogados e, principalmente, os jurisdicionados, por se entender que o cidadão é essencial à Justiça do Trabalho, depositando nela a confiança cabal na pacificação de seus conflitos.

Desembargador Luís Cosmo da Silva Júnior
Presidente do TRT da 16ª Região

1 PRESIDÊNCIA

O presente Relatório anual tem por escopo apresentar, de forma sucinta, mas circunstanciada, as atividades desenvolvidas pelo Gabinete da Presidência do TRT da 16ª Região no exercício de 2013.

A Presidência deste TRT, no referido ano, foi exercida pela Excelentíssima Desembargadora Ilka Esdra Silva Araújo, que entrou em exercício em 1º de janeiro de 2012, com posse solene em 2 de março de 2012, para o biênio 2012/2013.

O Gabinete da Presidência, nos termos do art. 4º do Regulamento Geral dos Serviços Auxiliares deste Regional, tem a seguinte estrutura:

ESTRUTURA DO GABINETE

Secretaria-Geral

José Valdionor Costa dos Santos – Secretário-Geral.

Seção de Cerimonial

Sílvia Adriana Lima Serra Pereira - Chefe da Seção;

Jeanne Adler Fonseca – Técnico Judiciário;

Márcia Regina Belfort Salgueiro - Técnico Judiciário¹

Paula Saianny Castelo Branco Sousa – Estagiária.

Seção de Comunicação Social:

Wanda Cristina de Cunha e Silva - Chefe da Seção;

Maria Suely Cavalcante Pinto;

Rosemary Rocha Araújo.

Centro de Memória e Cultura – CEMOC:

Edvânia Kátia Sousa Silva – Chefe do CEMOC;

Luiz Antonio Moraes Pires;

Cássia Cordeiro Furtado;

Francisco de Assis de Melo Lopes;

Cecílio Lobo Mendes.

Assessoria Jurídica

Júlia de Souza Gomes – Assessora Jurídica;

Márcia Cristina Cardoso de Melo – Analista Judiciário;

Cleonice Pacheco de Castro - Técnico Judiciário;

Allan Carlos de Souza Marques - Técnico Judiciário;

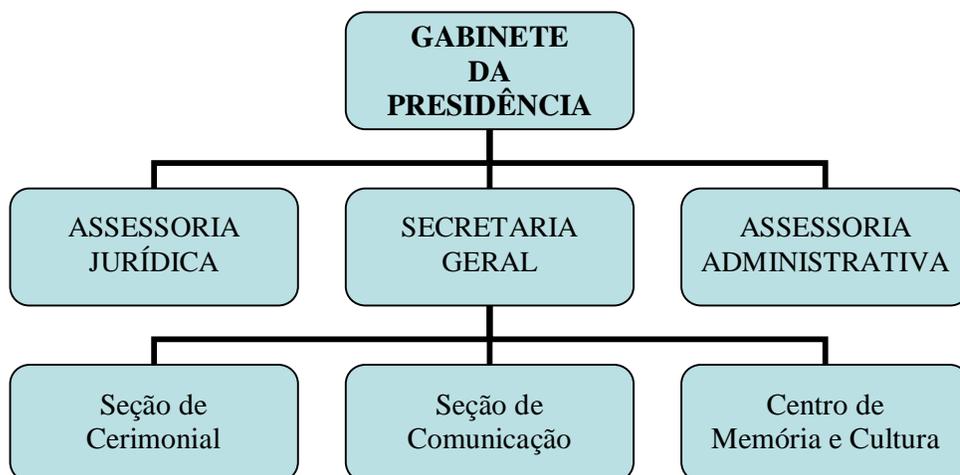
¹ TRT 1ª Região.

Flávio de Sousa Santos – Técnico Judiciário;
Fernanda Mesquita da Silva – Analista Judiciário;
Clemildo Sousa Pacheco – Técnico Judiciário;
Renato Silva Gonçalves – Estagiário;
Fernanda de Angelis Silva Mendonça – Estagiária;
Celso Roberto da Silva e Silva – Estagiário;
Rodrigo Carvalho de Moraes - Estagiário;
Adilson Silva Mota – Estagiário;
Jainara Laiara de Oliveira Souza – Estagiária;
Alana Martins Mota – Estagiária;
Valery Souza Moura Rodrigues – Estagiária;
Ingra Fernandes Costa – Estagiária;
Jacielly Castelo Branco Viana – Estagiária;
Ana Dandara dos Santos Rodrigues – Estagiária.

Assessoria Administrativa

Sérgio Martins Araújo - Assessor Administrativo;
Jandilma Tereza Gomes Ferreira - Técnico Judiciário;
Joana Darc Barreto da Silva - Técnico Judiciário;
Danielle Veras Pearce – Técnico Judiciário (até 31 de julho de 2013) / Analista Judiciário;
Karen Tavares Lima - Técnico Judiciário;
Aurana Machado da Ponte - Requisitada;²
Fernanda da Rocha Souza - Analista Judiciário;
Danilo de Magalhães Lescreck - Analista Judiciário;
Íuri de Sousa Furtado – Analista Judiciário;
Luane Macedo Souza Pereira – Estagiária;
Thais Magalhães Paiva – Estagiária;
Soraya Roberta Nascimento Câmara - Estagiária.

² Cedida do Município de Chapadinha



ESTATÍSTICA DO GABINETE

Despachos administrativos exarados

Durante o ano de 2013, a Presidência deste Tribunal prolatou despachos em protocolos administrativos, conforme quantitativo apresentado na tabela abaixo:

DESPACHOS ADMINISTRATIVOS EXARADOS	
Janeiro	94
Fevereiro	206
Março	115
Abril	192
Maiο	198
Junho	169
Julho	208
Agosto	202
Setembro	163
Outubro	199
Novembro	174
Dezembro	175
TOTAL	2095

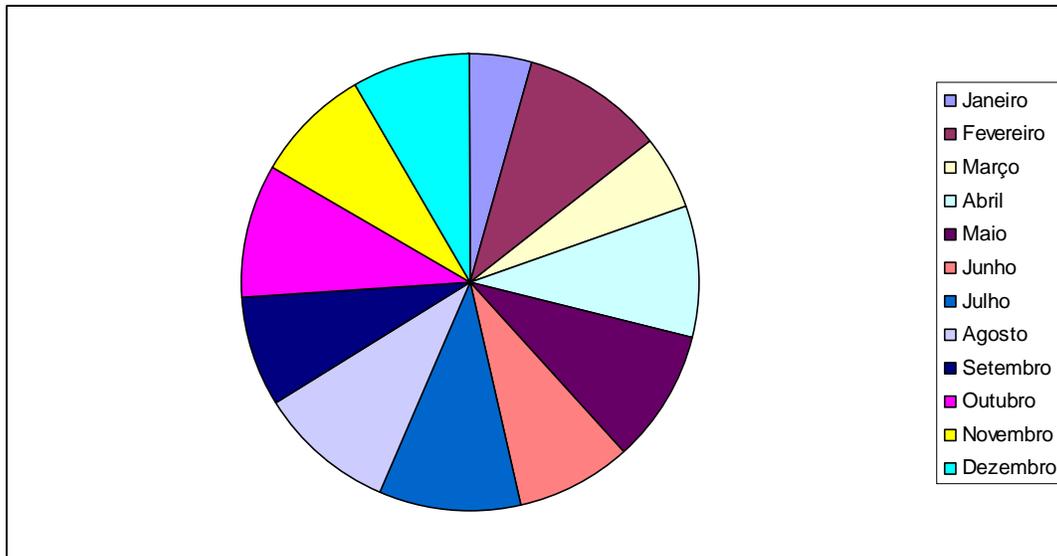


Gráfico 1

Despachos judiciais exarados

Durante o ano de 2013, a Presidência deste Tribunal prolatou despachos em diversos processos judiciais, conforme quantitativo apresentado na tabela abaixo:

DESPACHOS JUDICIAIS EXARADOS	
Recursos de Revista	1.821
Agravos de Instrumento e Recursos Ordinários para o TST	1.060
TOTAL	2.881

Expedientes Emitidos

No exercício de suas atribuições regimentais e regulamentares, o Gabinete da Presidência, em 2013, expediu:

Portaria GP	1678
Ofício GP	833
Ofício SGP	45
Ofício Circular	42
Memorando GP	79
Memorando SGP	279
Memorando Circular	72
Editais	7
Portaria Conjunta	1
Recomendação Conjunta	1
TOTAL	3037

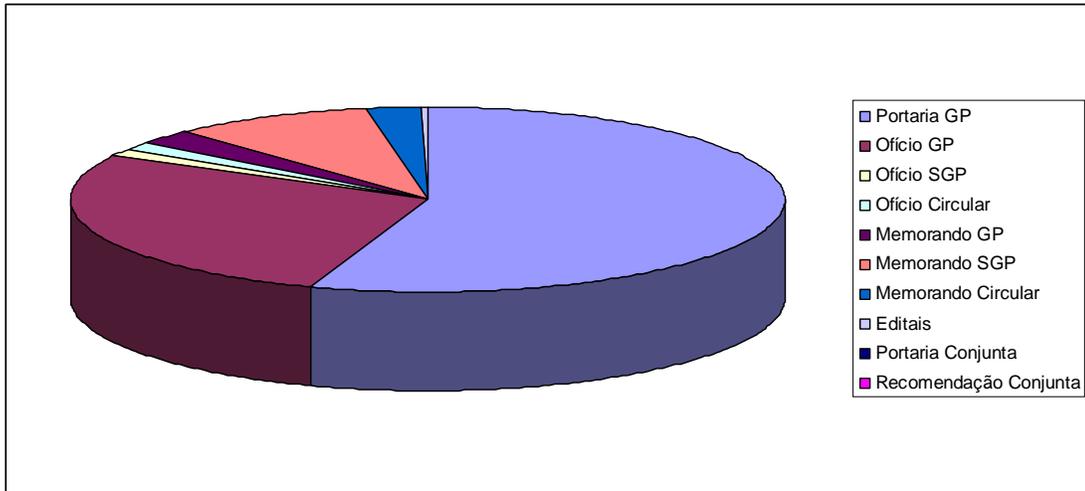


Gráfico 2

Ofícios circulares que merecem destaque

Ofício Circular nº 8/2013 – Leva ao conhecimento dos Desembargadores o teor da Avaliação do Desempenho Funcional deste Tribunal encaminhada pelo Excelentíssimo Corregedor Geral da Justiça do Trabalho, Ministro ANTÔNIO JOSÉ DE BARROS LEVENHAGEN;

Ofício Circular nº 12/2013 – Solicita dos ocupantes de cargos comissionados informação a respeito da ocupação de cargo público ou privado diverso do ocupado neste Tribunal;

Ofícios Circulares nº 17/2013 – Solicita dos gestores das unidades a observância das normas referentes à utilização de redes sociais no âmbito do Tribunal;

Ofício Circular nº 18/2013 - Solicita dos Juízes de 1º Grau a indicação de Assistentes Jurídicos;

Ofício Circular nº 22/2013 - Solicita dos Desembargadores e Juízes de 1º Grau manifestação quanto ao interesse em integrar alguma das comissões instituídas neste Tribunal;

Ofício Circular nº 25/2013 – Encaminha aos Juízes Titulares o Edital que torna público o processo unificado de remoção interna de Juízes Titulares, considerando a vacância da Titularidade da 7ª Vara do Trabalho de São Luís, criada pela Lei nº 12.426/2011;

Ofício Circular nº 30/2013 – Solicita dos Gestores de unidades deste TRT a apresentação de Relatório Circunstanciado previsto na Resolução CNJ nº 95/2009;

Ofício Circular nº 31/2013 - Solicita dos Assessores de Gabinete a apresentação de Relatório Circunstanciado previsto na Resolução CNJ nº 95/2009;

Ofício Circular nº 32/2013 - Solicita dos Diretores de Secretaria de Vara do Trabalho a apresentação de Relatório Circunstanciado previsto na Resolução CNJ nº 95/2009;

Ofício Circular nº 33/2013 – Informa aos magistrados acerca do lançamento do Censo Nacional do Poder Judiciário;

Ofício Circular nº 35/2013 – Agradece aos Juízes de 1º Grau pelo desempenho no cumprimento da Meta 1 do CNJ;

Ofício Circular nº 40/2013 – Comunica os Desembargadores acerca de decisão plenária que trata da substituição de cargos em comissão e funções comissionadas;

Ofício Circular nº 41/2013 – Comunica os Juízes de 1º Grau acerca de decisão plenária que trata da substituição de cargos em comissão e funções comissionadas;

Portarias que merecem relevo

Portaria GP nº 79/2013 - Constitui Comissão para acompanhamento de processos relacionados à matéria de Direitos Humanos;

Portaria GP nº 107/2013 - Designa membros para a composição do Projeto de Academia de Pilates para servidores e magistrados, no intuito de dar cumprimento ao Programa Trabalho e Bem Estar Social, previsto no Planejamento Estratégico deste Regional;

Portaria GP nº 110/2013 - Formaliza a data de implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT na 2ª, 3ª e 7ª Varas do Trabalho de São Luís, suspende os prazos processuais no âmbito da jurisdição das Varas do Trabalho da capital nos dias 14 e 15 de fevereiro de 2013 e dá outras providências;

Portaria GP nº 168/2013 - Disciplina a concessão de diárias e aquisição de passagens no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região;

Portaria GP nº 172/2013 - Regulamenta, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, a remoção por permuta de servidores entre os órgãos da Justiça do Trabalho;

Portaria GP nº 176/2013 - Dispõe sobre a suspensão das atividades e dos prazos processuais no âmbito da jurisdição da Varas do Trabalho do Interior do Estado para capacitação de magistrados e servidores no Sistema de Processo Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe/JT e dá outras providências;

Portaria GP nº 194/2013 - Dispõe sobre a suspensão das audiências, do expediente externo e dos prazos processuais no âmbito da jurisdição da Vara do Trabalho de Caxias para implementação da mudança de sede da unidade judiciária e dá outras providências;

Portaria GP nº 222/2013 - Dispõe sobre a prorrogação do período de suspensão do expediente externo e dos prazos processuais no âmbito da jurisdição da Vara do Trabalho de Caxias para implementação da mudança de sede da unidade judiciária;

Portaria GP nº 230/2013 - Formaliza a data de implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT na Vara do Trabalho de Timon, suspende as

atividades e prazos processuais no âmbito de sua jurisdição na data da referida implantação e dá outras providências;

Portaria GP nº 231/2013 - Designa servidores para proceder à alimentação do Sistema de Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho – SIGEST;

Portaria GP nº 232/2013 - Constitui Comissão para implementar e acompanhar as ações necessárias à realização do processo seletivo para preenchimento de cargos vagos e formação de cadastro de reserva do quadro permanente de pessoal deste Tribunal;

Portaria GP nº 255/2013 - Constitui a Equipe de Testes do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT;

Portaria GP nº 267/2013 - Dispõe sobre a prorrogação do período de suspensão do expediente externo e dos prazos processuais no âmbito da jurisdição da Vara do Trabalho de Caxias para implementação da mudança de sede da unidade judiciária;

Portaria GP nº 277/2013 - Em caráter excepcional, determina que o treinamento referente ao Projeto Anjo dos servidores seja realizado na unidade de lotação do servidor recém-ingresso, competindo a outro servidor já lotado na referida unidade, a ser designado pelo Diretor da Escola, ministrar a capacitação;

Portaria GP nº 284/2013 - Formaliza a data de implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT na Vara do Trabalho de Pedreiras, suspende as atividades e prazos processuais no âmbito de sua jurisdição na data da referida implantação e dá outras providências;

Portaria GP nº 286/2013 - Altera a composição da Comissão, constituída por intermédio da Portaria GP nº 1161/2012, para dar continuidade aos trabalhos do Projeto “A Justiça do Trabalho de Portas Abertas”;

Portaria GP nº 286/2013 - Altera a composição da Comissão, constituída por intermédio da Portaria GP nº 1161/2012, para dar continuidade aos trabalhos do Projeto “A Justiça do Trabalho de Portas Abertas”;

Portaria GP nº 299/2013 - Dispõe sobre a prorrogação do período de suspensão do expediente externo e dos prazos processuais no âmbito da jurisdição da Vara do Trabalho de Caxias para implementação da mudança de sede da unidade judiciária;

Portaria GP nº 300/2013 - Aprova o Manual de Procedimentos e Rotinas da 2ª Instância e adotá-lo como instrumento de consulta e orientação na utilização do Sistema de Acompanhamento Processual SAPT2, bem como para servir de apoio a treinamentos relativos ao aludido sistema, até o completo esgotamento dos processos judiciais físicos remanescentes, em tramitação neste Tribunal;

Portaria GP nº 306/2013 - Constitui Comissão especial para elaboração de novo Regulamento Geral deste Tribunal, em face das modificações resultantes da Portaria GP nº 1179/2012, que instituiu a padronização da estrutura organizacional deste Regional;

Portaria GP nº 311/2013 - Altera a composição da Comissão, constituída por intermédio da Portaria GP nº. 1161/2012 e alterada pela Portaria GP nº. 286/2013, para dar continuidade aos trabalhos do Projeto “A Justiça do Trabalho de Portas Abertas”;

Portaria GP nº 349/2013 - Prorroga, em caráter excepcional, o peticionamento físico na Vara do Trabalho de Pedreiras até ulterior deliberação;

Portaria GP nº 363/2013 - Altera a composição da Comissão para a implementação e acompanhamento das ações necessárias à realização do processo seletivo para preenchimento de cargos vagos e formação de cadastro de reserva do quadro permanente de pessoal deste Tribunal, instituída pela Portaria GP nº 232/2013;

Portaria GP nº 366/2013 - Prorroga o período de suspensão do expediente externo e dos prazos processuais no âmbito da jurisdição da Vara do Trabalho de Caxias no período de 15/04/2013 a 19/04/2013;

Portaria GP nº 371/2013 - Constitui nova Comissão para a Implantação da Gestão por Competência no TRT-16ª Região;

Portaria GP nº 395/2013 - Prorroga o período de suspensão do expediente externo e dos prazos processuais no âmbito da jurisdição da Vara do Trabalho de Caxias no período de 22/04/2013 a 26/04/2013;

Portaria GP nº 449/2013 - Prorroga o período de suspensão do expediente externo e dos prazos processuais no âmbito da jurisdição da Vara do Trabalho de Caxias no período de 29/04/2013 a 10/05/2013.

Portaria GP nº 456/2013 - Formaliza a data de implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT na Vara do Trabalho de Estreito, suspende as atividades e prazos processuais no âmbito de sua jurisdição na data da referida implantação e dá outras providências;

Portaria GP nº 488/2013 - Constitui Comissão Censitária para auxiliar na realização do Censo Nacional do Poder Judiciário;

Portaria GP nº 524/2013 - Constitui a Comissão Organizadora do VIII Congresso Internacional de Direito do Trabalho no Maranhão, a ser realizado no período de 1º a 2/8/2013;

Portaria GP nº 553/2013 - Dispõe sobre os novos valores da bolsa de estágio no âmbito deste Regional;

Portaria GP nº 559/2013 - Regulamenta, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, a remoção por permuta de servidores entre os órgãos da Justiça do Trabalho;

Portaria GP nº 651/2013 - Estabelece horário de expediente especial nos dias dos jogos da Seleção Brasileira de Futebol durante a Copa das Confederações de 2013;

Portaria GP nº 662/2013 - Revoga, com efeitos a partir de 01 de julho de 2013, a Portaria GP nº 349/2013, de 12/04/2013, que prorrogou em caráter excepcional o peticionamento físico na Vara do Trabalho de Pedreiras;

Portaria GP nº 769/2013 - Determina, “ad referendum” do Tribunal Pleno, que seja adotada a simples lavratura da certidão de julgamento às decisões prolatadas em recurso ordinário em procedimento sumaríssimo, tanto no caso da manutenção da sentença por seus próprios fundamentos, quanto na hipótese de provimento do recurso ordinário, lançando-se na certidão os fundamentos de reforma da sentença, nos termos do Art. 895, §1º, IV, da CL;

Portaria GP nº 817/2013 - Autoriza a participação de magistrados e servidores no VIII Congresso Internacional de Direito e Processo do Trabalho, a realizar-se no período de 1º a 2 de agosto de 2013, nesta capital;

Portaria GP nº 832/2013 - Revoga o Ato Regulamentar GP nº 17, de 22 de dezembro de 2011 e institui nova regulamentação acerca dos contratos essenciais que terão caráter de natureza contínua;

Portaria GP nº 882/2013 - Designa servidores em regime exclusivo, para procederem às correções que se fizerem necessárias no sistema e-Gestão;

Portaria GP nº 888/2013 - Constitui a Junta Médica Oficial deste Tribunal;

Portaria GP nº 905/2013 - Fixa prazo de 05 (cinco) dias para conclusão dos procedimentos de autuação e distribuição de todos os processos pendentes pela Coordenadoria de Distribuição e Cadastramento Processual, ainda que em caráter de mutirão;

Portaria GP nº 930/2013 - Institui nova regulamentação acerca do estágio de estudantes no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região;

Portaria GP nº 948/2013 - Prorroga os efeitos da Portaria GP nº. 905/2013, que estabeleceu prazo para conclusão dos procedimentos de autuação e distribuição de todos os processos pendentes pela Coordenadoria de Distribuição e Cadastramento Processual, até o dia 30/08/2013;

Portaria GP nº 980/2013 - Altera o horário de funcionamento do Serviço de Atendimento Descentralizado – SADE, vinculado à Seção de Distribuição de Feitos do Foro Astolfo Serra e representado pelo Posto Avançado instalado na Casa de Justiça e Cidadania do Viva Cidadão - Unidade Jaracati Shopping, o qual passará a ser de 10h30 às 17h30 e Lotar no referido posto

de atendimento, unicamente, o servidor ERNANI RAMOS, Analista Judiciário, Área Administrativa, Matrícula 30816103;

Portaria GP nº 985/2013 - Dispõe sobre a suspensão do expediente externo e dos prazos processuais no âmbito da jurisdição da Vara do Trabalho de Caxias em virtude da cerimônia de entrega efetiva da sede própria da unidade judiciária e dá outras providências;

Portaria GP nº 1043/2013 - Constitui Comissão especial para atualização do Regimento Interno deste Tribunal, no prazo de 60(sessenta dias);

Portaria GP nº 1061/2013 - Dispõe sobre a criação, regulamentação, funcionamento, acesso e utilização do espaço e equipamentos destinados ao atendimento ao usuário externo no Sistema de Processo Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT, no âmbito das sedes do TRT, Foros e Varas do Trabalho e dá outras providências;

Portaria GP nº 1078/2013 - Aprova o Calendário Institucional de 2014, para ampla e imediata divulgação no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (art. 6º do Ato G.P. nº 241/2010);

Portaria GP nº 1090/2013 - Regulamenta, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, a remoção por permuta de servidores entre os órgãos da Justiça do Trabalho;

Portaria GP nº 1091/2013 - Constitui Comissão para Erradicação do Trabalho Escravo e Infantil;

Portaria GP nº 1108/2013 - Constitui Comissão responsável para manter atualizado o SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO, no Portal Transparência, na página deste Tribunal na internet;

Portaria GP nº 1108/2013 - Altera a Comissão de Reestruturação Organizacional;

Portaria GP nº 1177/2013 - Determina a suspensão dos prazos de recolhimento e comprovação de custas e depósitos judiciais até a retomada das atividades bancárias, ficando o vencimento dos referidos prazos prorrogado até o 5º dia útil após encerramento da aludida paralisação;

Portaria GP nº 1179/2013 - Determina a publicação no Diário Oficial da União e no Diário da Justiça do Maranhão do Anexo I - Demonstrativo de Despesa Com Pessoal, parte integrante do Relatório de Gestão Fiscal de que tratam os artigos 48, 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, relativo ao período de setembro de 2012 a agosto de 2013;

Portaria GP nº 1226/2013 - Formaliza a data de implantação das classes processuais faltantes no Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT no âmbito do 2º Grau deste TRT e dá outras providências;

Portaria GP nº 1299/2013 - Antecipa para o dia 18 de novembro de 2013 (segunda-feira), o feriado municipal relativo ao Dia da Consciência Negra, comemorado no dia 20 de novembro, na cidade de São Luís;

Portaria GP nº 1301/2013 - Declara a vacância do cargo de Juiz Titular da 7ª Vara do Trabalho de São Luís, criado pela Lei nº 12.426, de 17/6/2011, ocupado pelo Excelentíssimo Senhor FRANCISCO TARCISIO ALMEIDA DE ARAÚJO, tendo em vista sua aposentadoria voluntária concedida através da Portaria GP nº 1284/2013;

Portaria GP nº 1314/2013 – A - Institui a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus;

Portaria GP nº 1314/2013 – Regulamenta o recebimento da Gratificação de Atividade de Segurança – GAS e estabelece normas para porte de arma dos Técnicos Judiciários – Área Administrativa – especialidade segurança;

Portaria GP nº 1452/2013 – Designa nova composição para a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Disciplinar, com vigência por prazo indeterminado, destinada à apuração de eventuais irregularidades no serviço público;

Portaria GP nº 1465/2013 – Institui o Programa Memória Corporativa, que se propõe a organizar as atividades comemorativas referentes às datas de instalação deste Tribunal, bem como das Varas do Trabalho que o integram e Constituir Comissão para a implantação do aludido programa;

Portaria GP nº 1471/2013 – Designa servidores, em regime exclusivo, para procederem à finalização das atividades referentes à elaboração do novo Regulamento Geral deste Tribunal;

Portaria GP nº 1512/2013 – Designa servidores para, em regime de dedicação exclusiva, procederem às correções que se fizerem necessárias no sistema e-Gestão;

Portaria GP nº 1558/2013 – Transforma, ad referendum do Tribunal Pleno, 1 (um) cargo de Analista Judiciário – Especialidade Arquitetura, em 1 (um) cargo de Analista Judiciário – Área Judiciária;

Portaria GP nº 1591/2013 – Dispõe sobre a segregação de função da Unidade de Controle Interno, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região;

Portaria GP nº 1592/2013 – Dispõe sobre as diretrizes das atividades da Coordenadoria de Controle Interno como órgão de controle interno do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região;

Portaria GP nº 1593/2013 – Aprova as diretrizes para a elaboração dos Planos Anuais de Atividades de Auditoria Interna da Coordenadoria de Controle Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região;

Portaria GP nº 1594/2013 – Dispõe sobre os Padrões de Auditoria adotados pela Coordenadoria de Controle Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região;

Portaria GP nº 1599/2013 – Fixa novo valor do auxílio-saúde;

Portaria GP nº 1619/2013 – Designa composição da Comissão para a Implantação da Gestão por Competência no TRT - 16ª Região, instituída pela Portaria GP nº 181/2012;

Portaria GP nº 1620/2013 – Designa composição para a Comissão para a Efetividade e Celeridade da Execução de Processos Judiciais Trabalhistas, instituída pela Portaria GP nº 182/2012;

Portaria GP nº 1621/2013 – Designa composição para o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, regulamentado pelas Portarias GP nº 210/2012 e 512/2012;

Portaria GP nº 1622/2013 – Designa composição para a Comissão de Reestruturação Organizacional, regulamentada pelas Portarias GP nº 287/2013 e 1135/2013;

Portaria GP nº 1624/2013 – Designa composição para o Grupo de Trabalho para Coordenação e Execução das ações relativas ao Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe/JT;

Portaria GP nº 1625/2013 – Designa composição para a Comissão do Projeto “EDUCAR PARA A LIBERDADE”;

Portaria GP nº 1626/2013 – Designa composição para a Comissão do Projeto “Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho - PJe/JT”;

Portaria GP nº 1627/2013 – Designa composição para a Comissão para a Implantação do Projeto “IMPLANTAÇÃO DO PCMSO E PPRA”;

Portaria GP nº 1628/2013 – Designa composição para a Comissão do Projeto “PROGRAMA NACIONAL DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES DO TRABALHO”;

Portaria GP nº 1629/2013 – Designa composição para o Grupo de Trabalho Multidisciplinar do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho- PJe/JT, instituído pela Portaria GP nº 1012/2012;

Portaria GP nº 1630/2013 – Designa composição para o Comitê Gestor Regional para administrar o Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT;

Portaria GP nº 1631/2013 – Designa composição para a Comissão do Projeto “Pesquisas Estratégicas”;

Portaria GP nº 1632/2013 – Designa composição da Comissão para acompanhamento das ações relacionadas à matéria de Direitos Humanos;

Portaria GP nº 1633/2013 – Designa composição para a Comissão para Erradicação do Trabalho Escravo e Infantil;

Portaria GP nº 1634/2013 – Altera a composição da Comissão de Acessibilidade, constante da Portaria GP nº 419/2012, de 22/5/2013.

Contratos e Aditivos

Dos Contratos

Em 2013, foram assinados 55 (cinquenta e cinco) contratos referentes à aquisição de bens e serviços de natureza diversa, dentre os quais se destacam:

Nº CONTRATO	PA	ASSUNTO	CONTRATADA
1	4633/12	Fotografia	VERUSKA FOTOGRAFIA
2	4136/12	Telefonia Local Fixa	TELEMAR
3	6427/12	Passagens Aéreas	ARRIBATUR
4	7746/12	Aq Notebooks	HEWLETT-PACKARD
5	5112/12	PPRA	REBOUÇAS E DÓREA
6	4034/12	Construção da VT São João dos Patos	LDM
7	928/08	Copeiragem	ASSERTI
8	928/08	Lavagem e higienização de carros	MAFRA
9	4289/12	Seguro dos Estagiários	PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
10	6382/12	Manutenção de Equipamentos Odontológicos	INFYNIT
11	3590/2011	Manutenção de PABX	SÃO LUÍS TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
12	4875/12	Seguro de Bens Patrimoniais Móveis e Imóveis	CHARTIS SEGUROS BRASIL S.A.
13	4291/2012	Aquisição de Jornal	RF DINIZ
14	853/2012	Serviços de Garçom	START SERVIÇOS LTDA ME
15	853/2012	Serviços de Auxiliar de Consultório Odontológico	START SERVIÇOS LTDA ME
16	853/2012	Serviços de Auxiliar de Eletricista	START SERVIÇOS LTDA ME
17	853/2012	Serviços de Técnico em Eletrônica	START SERVIÇOS LTDA ME
18	853/2012	Serviços de Auxiliar	START SERVIÇOS LTDA

19	853/2012	de Mecânica Serviços de Técnico em Construção Civil	ME START SERVIÇOS LTDA ME
20	853/2012	Serviço de Manutenção Predial	START SERVIÇOS LTDA ME
21	853/2012	Serviços de Bombeiro Hidráulico	START SERVIÇOS LTDA ME
22	699/2011	Motoristas	START SERVIÇOS LTDA ME
23	6779/2012	Clipagem	CI COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO
24	7552/2012	Reforma da Fachada da VT Caxias	VERSAL CONSTRUÇÃO E CONSULTORIA LTDA – ME.
25	890/2013	Aquisição de Virtualizadores de Desktop	CDC BRASIL
26	210/2012	Reforma do Gabinete Desa. Ilka Esdra Silva Araújo	INGARANA CONSTRUÇÕES LTDA.
27	373/2013	Construção da VT Barra do Corda/MA	HP ENGENHARIA LTDA.
28	493/2013	Serviços de Sondagem do Terreno para a Construção da VT Barra do Corda/MA	EMGEO
29	1104/2013	Depósito Judicial	CEF
30	4323/2012	Serviços Gráficos de Diagramação, Ilustração, Montagem e Impressão do Informativo Institucional da JT	REINALDO VALE JUNIOR - ME
31	220/2013	Serviços de Telefonia Fixa Comutada	TELEMAR NORTE LESTE S/A
32	2433/2013	Ramo de Restaurante e Lanchonete	A. DE Q. SILVA – CANTINA DE NANÃ
33	7305/2012	Prestação de Serviços de Suporte e Manutenção em Garantia para Equipamentos de Filtragem de Conteúdos de Correio Eletrônico	SYBEX COMÉRCIO E SERVIÇOS EM INFORMÁTICA LTDA

34	219/2013	Contratação de Empresa para Prestação de Serviços Continuados de Copeiragem.	START SERVIÇOS LTDA ME
35	673/2013	Contratação de Empresa Especializada para Realização de Serviços de Fornecimento e instalação de placas em MDF com Revestimento Melamínico	SERVEMTEC LTDA-ME
36	4081/2013	Contrato Emergencial – Link	EMBRATEL
37	3205/2013	Sondagem Terreno Imperatriz	EMGEO
38	7464/2012	Concurso Público	FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
39	2485/2013	Resgate de Pacientes em UTI Móvel ou em Ambulância Básica	FERNANDES & PINHEIRO LTDA (PORTÃO ALUMÍNIO)
40	2835/2013	Confecção de Mobiliário para Gabinete	ANA LIGIA O FERNANDES
41	4746/2013	Ativos de Rede	ZIVA TECNOLOGIA E SOLUÇÕES LTDA
42	3964/2013	Aquisição de Microcomputadores	POSITIVO INFORMÁTICA S/A
43	1004/2013	Receptionistas	RO ALCÂNTARA RAPOSO - ME
44	1339/2013	Ar Condicionado	REFRIGERACAO PORTUGUESA DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.
45	1897/2013	Fornecimento de energia UC 4286 – Arquivo Geral	COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR
46	2759/2013	Cessão de espaço físico-equipamento de auto-atendimento	GENIAL COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA
47	3813/2013	Serviços de Cobertura Foto Jornalística	VERUSKA G. DE OLIVEIRA FOTOGRAFIA - ME.
48	5123/2013	Manutenção Sala-Cofre	EMPRESA ACECO TI S.A.
49	6384/2013	Aquisição de Microcomputadores	POSITIVO INFORMÁTICA S/A
50	2322/2013	Agente de Integração	SUPER ESTÁGIOS LTDA

51	3808/2013	Seguro de bens móveis e imóveis do TRT-16ª Região	ME MARÍTIMA SEGUROS S/A
52	6341/2013	Serviço de Internet de São João dos Patos	COMPUTEX INFORMÁTICA LTDA
53	X	X	X
54	3811/2013	Serviços de Seguro	MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A.
55	197/2013	Serviço de Pilates	CRTO
56	3812/2013	SIABI	W.J. SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA

Dos Aditivos

No exercício de 2013, foram assinados 56 (cinquenta e seis) aditivos de contratos referentes à prestação de serviços, locação de imóveis, construções e reforma, dentre os quais, citamos os seguintes:

Aditivos nº 7/2013 e 8/2013 (Contrato nº 15/2008) - Prestação de Serviço de Transmissão de Dados entre o TRT 16ª Região e a Rede Mundial de Computadores (Internet);

Aditivos nº 10/2013 e 11/2013 (Contrato nº 60/2009) - Prestação de serviços de vigilância armada ao prédio-sede do Contratante, Fórum Astolfo Serra, Arquivo Geral e Varas do Trabalho do Interior do Estado;

Aditivos nº 2/2013 (Contrato nº 25/2011) - Coleta dos resíduos sólidos (lixo hospitalar) produzidos pelo Serviço de Saúde.

Aditivo nº 1/2013 (Contrato nº 2/2013) - Prestação de serviço de telefonia fixa comutada local e serviço de transmissão de dados em linha dedicada originadas no Entroncamento Digital E1 de entrada e de saída da central PABX da sede do Tribunal, com respectivo acesso DDR.

Aditivos nº 1/2013 e 2/2013 (Contrato nº 6/2013) – Execução de serviços de construção do prédio-sede da Vara do Trabalho da cidade de São João dos Patos/MA.

Aditivo nº 1/2013 (Contrato nº 22/2013) - Prestação de serviços de condução de veículos oficiais pertencentes a este Regional.

Aditivos nº 1/2013 e 2/2013 (Contrato nº 24/2013) - Execução dos serviços de reforma da fachada do prédio sede da Vara do Trabalho de Caxias/MA.

Aditivo nº 1/2013 (Contrato nº 35/2013) - Realização de serviços de fornecimento e instalação de placas em MDF com revestimento melamínico nas paredes de alvenaria do pavimento térreo do Foro Astolfo Serra

Aditivo nº 1/2013 (Contrato nº 37/2013) - Execução dos serviços de sondagem à percussão em terreno destinado à construção do novo Foro de Justiça do Trabalho no município de Imperatriz/MA.

JUÍZOS AUXILIARES

Juiz Auxiliar da Presidência

O Juiz Manoel Lopes Veloso Sobrinho foi convocado pela Portaria GP nº 18/2012 para atuar como Auxiliar da Presidência, prestando assistência a este Gabinete, no exercício de atividades administrativas.

Em 2013, o magistrado participou praticamente de todas as comissões e projetos do Tribunal, o que se mostrou determinante para o alcance dos resultados obtidos, dentre os quais merecem destaque a Reestruturação Organizacional, Programa Trabalho Seguro e Sistema Processo Judicial Eletrônico.

Juiz Auxiliar de Precatórios

O Juízo Auxiliar de Precatórios (JAP) foi instituído pela Resolução Administrativa nº 89/2006 (alterada pela Resolução Administrativa nº 117/2007), a fim de auxiliar, conciliar e agilizar a prestação jurisdicional neste Tribunal.

Em 2013, o JAP foi exercido pelo Juiz Maurílio Ricardo Nérís e pela Juíza Angelina Moreira de Sousa Costa, sem prejuízo de suas atividades jurisdicionais nas Varas do Trabalho onde estavam lotados.³

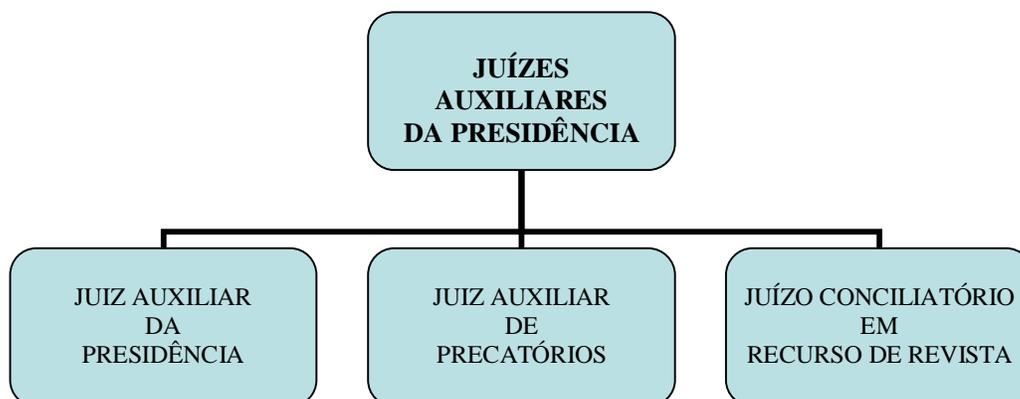
Juízo Conciliatório de Recurso de Revista

O Juízo Conciliatório de Revista foi instituído e disciplinado neste Tribunal por intermédio do Ato GP nº 54/2011, e foi presidido, em 2013, pelo Juiz Auxiliar da Presidência, Manoel Lopes Veloso Sobrinho, nos termos do art. 2º do referido ato.

Com a edição da Portaria GP 1179/2012, o referido Juízo Conciliatório foi reformulado, passando a ter a seguinte estrutura: Núcleo Conciliatório de Recurso de Revista / Agravo de Instrumento / Recurso Ordinário para o TST; e Seção de Recurso de Revista, Agravo de Instrumento e Recurso Ordinário para o TST.

Em 2013, foram realizadas 105 (cento e cinco) audiências conciliatórias que resultaram em 49 (quarenta e nove) acordos homologados.

³ As ações do JAP constam do relatório específico do Juiz Auxiliar de Precatórios.



NÚCLEOS

Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos

O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos foi instituído por intermédio da Resolução Administrativa nº 44/2011, tendo seu funcionamento disciplinado pela Portaria GP nº 210/2012.

Em 2013, a Portaria GP nº 1621/2013 estabeleceu a atual composição do núcleo qual seja: Os Desembargadores Luiz Cosmo da Silva Júnior e José Evandro de Souza, e os Juizes Manoel Lopes Veloso Sobrinho, Paulo Sérgio Mont'Alverne Frota, Maurílio Ricardo Nérís, Manoel Joaquim Neto e Carolina Burlamaqui Carvalho.

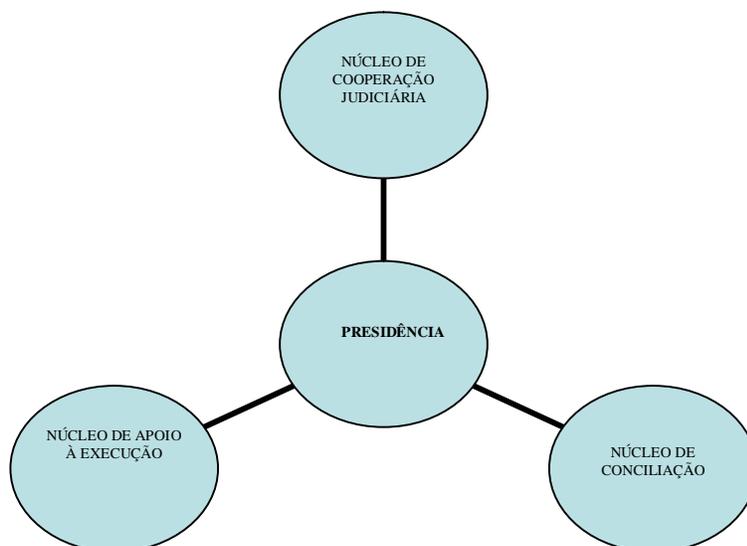
Núcleo de Apoio à Execução

O Núcleo de Apoio à Execução, criado em 2011, através da Resolução Administrativa nº 113/2011 foi presidido, durante o ano de 2013, pela Juíza Gabrielle Amado Boumann e contou com apoio temporário dos juizes Francisco Xavier de Andrade Filho, Fernando Luiz Duarte Barboza e Jean Fábio Almeida de Oliveira.

Núcleo de Cooperação Judiciária

O Núcleo de Cooperação Judiciária, instituído no âmbito deste Tribunal por meio da Resolução Administrativa nº 67/2012, esteve sob a coordenação da Presidente do Tribunal, em 2013, sendo composto pelos seguintes membros: O Corregedor; um Desembargador convidado pela Presidência; o Juiz Auxiliar da Presidência, na condição de Juiz de Cooperação; o Secretário-Geral da Presidência e a Coordenadora de Gestão Estratégica e Estatística.

No decorrer do ano, o referido núcleo ocupou-se de desenvolver métodos para agilizar a comunicação entre as unidades deste Tribunal, bem como harmonizar rotinas e procedimentos forenses.



COMISSÕES

Durante o ano de 2013, foram instituídos grupos de trabalho, núcleos e comissões, bem como redefinidas as composições de algumas comissões já instituídas, com a finalidade de realizar ações voltadas à melhoria dos serviços prestados por este TRT. Senão vejamos:

Comissão do Projeto “A Justiça do Trabalho de Portas Abertas”/“Visitas Agendadas”.

Comissão do Projeto “Pesquisas Estratégicas”.

Grupo de Trabalho para Coordenação e Execução das ações relativas ao Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe/JT.

Comissão do Projeto “Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho - PJe/JT”.

Grupo de Trabalho Multidisciplinar do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho- PJe/JT.

Comitê Gestor Regional para administrar o Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT.

Comissão de Acessibilidade.

Comissão para a Efetividade e Celeridade da Execução de Processos Judiciais Trabalhistas.

Comissão para Implantação da Gestão por Competência.

Comissão para implantação do Programa Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho.

Comissão Implantação do PCMSO e PPRA.

Comissão de Avaliação e Classificação de Materiais Inservíveis.

Comissão Permanente de Licitação.

Comissão Permanente de Sindicância e Processo Disciplinar.
Comissão de Inventário de Bens Patrimoniais.
Comissão para a implementação e acompanhamento das ações necessárias à realização do processo seletivo para preenchimento de cargos vagos e formação de cadastro de reserva do quadro permanente de pessoal deste Tribunal.
Comissão para Erradicação do Trabalho Escravo e Infantil.
Comissão para acompanhamento das ações relacionadas à matéria de Direitos Humanos.
Comissão do Projeto “Educar para a Liberdade”.
Comissão de Reestruturação Organizacional.
Comissão para implantação do Projeto “TRT História Oral”.
Comissão para implantação do Programa Memória Corporativa.
Comissão para atualização do Serviço de Informações ao Cidadão.
Comissão especial para atualização do Regimento Interno.
Comissão para implantação do Projeto “Justiça do Trabalho – Cantos e Encantos”.
Comissão Censitária para auxiliar na realização do Censo Nacional do Poder Judiciário.
Comissão especial para elaboração de novo Regulamento Geral.
Comissão Permanente de Vitaliciamento para os Juízes Substitutos Vitaliciandos.

EVENTOS, PROJETOS E AÇÕES

Projeto Cantos e Encantos

A segunda edição do Projeto Cantos e Encantos, ocorreu em outubro de 2013, com a realização do show “Justiça de Paz e Pão”, que abordou o tema dos direitos sociais, em comemoração aos 70 anos da CLT e 25 anos da Constituição Federal de 1988.

O público-alvo do evento foram magistrados, servidores, terceirizados e estagiários da Justiça do Trabalho no Maranhão.



Artistas consagrados e servidores dividem o palco em show promovido pelo TRT

Campanha de Vacinação contra Gripe

Durante o período de 27 de junho a 4 de julho de 2013, o Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão, por meio da Seção de Saúde, realizou campanhas de vacinação contra gripe (Influenza e H1N1), a fim de atender magistrados, servidores, dependentes, estagiários e terceirizados.

A campanha anual de vacinação tem como principal objetivo reduzir o número de casos de infecção e, conseqüentemente, o índice de mortalidade, internações e complicações decorrentes da gripe.

Semana Nacional de Execuções Trabalhistas

No ano de 2013, os 576 acordos homologados pela Justiça do Trabalho no Maranhão (JT-MA), na 3ª Semana Nacional de Execução Trabalhista, totalizaram R\$ 6.199.940,78. Os valores foram conciliados nas 1147 audiências de conciliação realizadas de 26 a 30 de agosto, nas Varas do Trabalho de São Luís e no interior do estado, bem como no Núcleo Conciliatório de Recurso de Revista do Tribunal Regional do Trabalho no Maranhão (TRT-MA).

Ainda como resultados das audiências, foram arrecadados R\$ 191.618,40, ao INSS (contribuição previdenciária) e R\$ 7.656,32, para a receita federal (imposto de renda).

III Concurso de Reportagem da Justiça do Trabalho

Com o tema “Justiça do Trabalho, Cidadania, Direitos Sociais e Inclusão Social, o concurso contou com a participação de 33 trabalhos. Em solenidade no dia 21/03/2013 foram entregues prêmios aos vencedores nas categorias televisão, jornalismo impresso, radiojornalismo, fotojornalismo e estudante.

Comemoração pelo Dia das Mães

Em 2013, no período de 08 a 10 de maio, o Dia das Mães foi comemorado com a oferta de tratamentos faciais, realizados por profissionais do SENAC, bem como com a realização de workshop de maquiagem e oficina de origami.



Servidoras recebem tratamento para pele em comemoração ao Dia das Mães

Celebração de Natal

Em comemoração aos festejos natalinos de 2013, o TRT promoveu a celebração de culto, apresentação do Coral São João, sorteio de cestas e prêmios diversos e coquetel de confraternização.



Celebração natalina

Inauguração de Posto de Coleta de Resíduos do Projeto Ecocemar

Foi inaugurado em 21 de janeiro de 2013, o posto de coleta de resíduos recicláveis, no Fórum Astolfo Serra. A iniciativa faz parte do convênio firmado entre o TRT e a Cemar. Magistrados, servidores, terceirizados, estagiários do TRT-MA e a comunidade em geral podem doar seus resíduos e ganhar bônus na conta de energia elétrica. O posto funcionará às segundas-feiras, de 15 em 15 dias, das 9h às 17h.

Durante a cerimônia de inauguração, o gerente de planejamento da Cemar, José Carlos Nascimento, destacou que o TRT-MA é o primeiro órgão público a firmar convênio com a Cemar para a realização do projeto.

Ato Público pelo Trabalho Seguro em São Luís

Foi realizado em 15 de fevereiro de 2013, Ato Público pelo Trabalho Seguro em São Luís, na obra do Píer IV, que está sendo construído na área da Vale, no Bairro Anjo da Guarda, com a presença do presidente do TST e do CSJT, ministro João Oreste Dalazen; da presidente do TRT-MA; do prefeito de São Luís, Edivaldo Holanda Júnior; de desembargadores e magistrados da 1ª instância do TRT-MA; diretores da Vale, além de outras autoridades federais, estaduais, municipais, empresários e dirigentes sindicais.

O evento reuniu cerca de 3 mil trabalhadores e constituiu-se numa manhã de reflexão, humor, entretenimento, ponderação e seriedade. Isto porque além da palestra e mensagens sobre segurança no trabalho, o evento também teve show do humorista João Cláudio Moreno que, durante sua apresentação, fez várias reflexões sobre o tema. A programação incluiu, ainda, apresentação do Boi Barrica, distribuição de prêmios, apresentação de vídeos educativos e assinatura de acordo de cooperação técnica entre o TST/CSJT-TRT16ª-Governo do Estado, tudo pela propagação da prevenção de acidentes no trabalho.



Ministro João Oreste Dalazen discursando durante ato público



Ato pelo trabalho seguro reuniu cerca de três mil trabalhadores

Semana de Prevenção de Acidentes do Trabalho

O Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região realizou, no período de 22 a 26 de abril de 2013, a Semana de Prevenção de Acidentes do Trabalho, em cumprimento à Meta 9 do Programa Trabalho Seguro (Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho), que visa à formulação e à execução de projetos e ações nacionais voltadas para a adoção de medidas de saúde e segurança no trabalho para prevenção de acidentes.

Dando início às atividades, no dia 22 de abril, servidores dos Gabinetes da Presidência e Vice-Presidência participaram de um treinamento de combate a incêndio. Às 13h do mesmo dia, foi aberta a exposição fotográfica “PJe e Trabalho Seguro”, no 1º andar do Foro Astolfo Serra (sede das Varas do Trabalho de São Luís). Com registros fotográficos da servidora Rosely Vieira, presidente da CESMT, a exposição aborda posturas e uso adequado de mobiliário e equipamentos no ambiente de trabalho. A exposição poderá ser conferida no horário de expediente do Foro, de 7h30 às 17h30.

No dia 23, foi proferida palestra sobre trabalho seguro, realizada por integrantes da CESMT. Às 14h, na sede do Conselho Regional de Enfermagem, a palestra foi dirigida a gestores da Secretaria Municipal de Saúde. Às 19h, a palestra ocorreu no Instituto Florence para universitários do Curso de Enfermagem e alunos do curso de Técnico em Segurança do Trabalho.

No dia seguinte, os integrantes da CESMT visitaram o canteiro de obras da empresa Algas Engenharia, no Jardim Renascença II. Na oportunidade, a equipe percorreu sobre segurança no trabalho e distribuiu a cartilha do SESI sobre o tema.

No dia 25, promoveu-se outra palestra sobre trabalho seguro, desta vez no Centro de Ensino Professor Mário Martins Meireles.

O encerramento do evento ocorreu no dia 26, no auditório juiz Ari Rocha, com a realização do II Fórum de Prevenção de Acidente de Trabalho. Com carga horária de 4 horas, o fórum teve como público-alvo magistrados, servidores e entidades parceiras.

A primeira atividade do evento foi uma mesa-redonda sobre Saúde e Segurança no Trabalho, que teve como palestrantes a médica do trabalho e perita do INSS, Ieda Maria Silva Araújo; Samuel Benison, ergonomista e mestre em Saúde e Meio Ambiente e professor do IFMA; e Rosely Vieira, que também é ergonomista e membro da Comissão Nacional do CSJT de Segurança do Trabalho.

Em seguida, foi lançada a cartilha Trabalho Seguro. Com o patrocínio da Associação dos Magistrados do Trabalho da 16ª Região (Amatra XVI), a cartilha foi produzida por Rosely Vieira.

O Fórum foi concluído com a palestra “A Saúde do Trabalhador: Proteção e Reparação Civil”, proferida pelo juiz Paulo Mont’Alverne Frota, titular da 3ª Vara do Trabalho de São Luís e diretor do Foro Astolfo Serra.



Palestrantes abordam matérias relacionadas à prevenção de acidentes de trabalho

Comemoração 70 Anos da CLT

Em 2013, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) completa 70 anos.

No TRT 16, a programação comemorativa foi iniciada no dia 03 de maio com a realização da palestra “Inserção dos Tratados de Direitos Humanos no Sistema Jurídico Brasileiro”, ministrada pelo desembargador do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP) e diretor da Escola Judicial daquele tribunal, Carlos Roberto Husek.

No período de 10 de junho a 05 de julho, o TRT recebeu a exposição "A CLT e os Direitos Sociais", como parte das ações comemorativas dos 70 anos da CLT.

A exposição abordou os principais direitos trabalhistas elencados pela CLT e que também foram recepcionados pela Constituição de 1988. Os textos apresentam, de forma didática, direitos como salário, aviso prévio, férias, proteção ao trabalho da mulher, insalubridade e periculosidade.

No dia 15 de julho, o TRT 16ª Região foi o primeiro Tribunal do país a receber a Mostra Comemorativa dos 70 anos da CLT, realizada pelo TST e composta por painéis, medalha e selo comemorativo dos 70 anos, fotografias, jornais históricos, processos antigos restaurados, material relativo à CLT publicado recentemente pela grande imprensa, painéis e exemplares do informativo "Labor", do Núcleo de Memória e Pesquisa da Coordenadoria de Gestão Documental do TST.



Mostra Comemorativa dos 70 anos da CLT

Campanha de Segurança no Trânsito

A fim de coibir infrações comumente realizadas por condutores de veículos que circulam nas imediações do prédio-sede do TRT, colocando em risco a segurança de condutores e pedestres e gerando aplicação de multas, o Tribunal lançou, em junho de 2013, a Campanha de Segurança no Trânsito com o slogan "O respeito no trânsito depende de cada um de nós".

Semana de Combate ao Trabalho Infantil

No período de 10 a 14 de junho de 2013, o TRT 16 promoveu a Semana de Combate ao Trabalho Infantil.

No primeiro dia do evento, a procuradora do Trabalho Luana Lima Duarte Vieira Leal, do Ministério Público do Trabalho do Maranhão (MPT-MA), proferiu a palestra "Combate ao trabalho infantil e escravo", no Auditório da Escola Judicial.

No dia 12 de junho, a juíza titular da 5ª Vara do Trabalho (VT) de São Luís, Noélia Maria Cavalcanti Martins e Rocha, proferiu a palestra "Erradicação do Trabalho Infantil: Limites e Possibilidades" para alunos e professores da escola Liceu Ribamarense II, localizada no Parque Jair.

A palestra sobre Trabalho Infantil, proferida pelo juiz do Trabalho substituto Marcelo Marques, no dia 14 de junho, na sede da III Igreja Presbiteriana Independente, e que mobilizou, aproximadamente, 120 crianças e adolescentes, na faixa etária entre 11 e 13 anos encerrou a programação da semana.



Palestra sobre Trabalho Infantil

Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho

De 8 a 10 de julho de 2013, o Tribunal recebeu o Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho em inspeção destinada a verificar o desempenho dos órgãos administrativos e jurisdicionais deste TRT.

Em sessão pública presidida pelo Ministro Ives Gandra Martins Filho, a inspeção foi encerrada com a leitura do relatório e de recomendações. Um dos destaques apontados no relatório foi a produtividade dos desembargadores do TRT, no percentual de 117%, bem como a constatação de uma das menores taxas recursais para o Tribunal Superior do Trabalho, no patamar de 25%, o que demonstra, segundo o relatório, uma responsabilidade institucional que merece elogios.

Entretanto, foi constada uma redução da demanda recursal da primeira para a segunda instância, no percentual de 33%, causada, entre outros fatores, segundo os magistrados da primeira instância, pela decisão do Supremo Tribunal Federal de não reconhecer a competência da Justiça do Trabalho para as demandas de servidores celetistas municipais, sendo que os entes públicos constituem 70% da clientela da Justiça Trabalhista no Maranhão; a dificuldade de considerável parte de advogados para ter acesso ao sistema de processo eletrônico e a baixa capilarização da Justiça do Trabalho no Maranhão, que tem a pior relação entre número de juízes por milhar de habitantes.

Em atenção às recomendações prescritas no Relatório de Inspeção, dirigidas à Presidência e ao TRT, o Tribunal adotou uma série de medidas, que foram informadas à Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, por intermédio do Ofício GP nº 616/2013, de 13 de setembro de 2013.

VIII Congresso Internacional de Direito e Processo do Trabalho

Em agosto de 2013, o Tribunal Regional do Trabalho promoveu, em parceria com a Associação dos Magistrados do Trabalho do Maranhão (Amatra XVI) o VIII Congresso Internacional de Direito e Processo do Trabalho.

Com o tema "O Judiciário e a Proteção dos Direitos Fundamentais", o evento foi aberto no dia 01 de agosto, no Centro de Convenções Pedro Neiva de Santana, pela presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão, Desembargadora Ilka Esdra Silva Araújo. Em seguida, a ministra Kátia Magalhães Arruda, do Tribunal Superior do Trabalho, proferiu a conferência de abertura, que teve como tema "Precarização do Trabalho: a banalização da exploração no Brasil".

Ainda na programação do primeiro dia, houve palestra do professor Javier García Medina (Departamento de Direito Penal e História e Teoria de Direito da Faculdade de Direito

da Universidade de Valladolid, na Espanha); lançamento do livro “Direito à segurança no Trabalho: princípios norteadores”, do auditor fiscal do trabalho da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Maranhão, Cleber Nilson, e apresentação do Bozinho Barrica.

No segundo dia, a programação iniciou-se com a mesa redonda composta pelos professores Lorenzo Vadell Bujosa (Universidade de Salamanca, na Espanha) e Nelson Moraes Rego (juiz de Direito, professor da UFMA), e mediação da juíza Maria do Socorro Almeida de Sousa, titular da Vara do Trabalho de Caxias. Durante o encontro, os professores debateram sobre “Jurisdição Social: Os Princípios da Nova Regulação do Processo do Trabalho na Espanha”.

A segunda atividade do dia foi a palestra "A duração razoável do processo na perspectiva dos direitos sociais" ministrada pelo desembargador Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha, do Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro. Em seguida, a professora Cláudia Gonçalves, da Universidade Federal do Maranhão, proferiu a palestra “Direitos sociais e democracia na América Latina”.

O ministro do TST, mestre e doutor em direito, Maurício Godinho Delgado, proferiu a conferência solene de encerramento do congresso.

No último dia, ainda ocorreu o lançamento do livro “A toda velocidade possível: ensaios sobre um mundo em movimento”, do desembargador e diretor da Escola Judicial do TRT-MA, James Magno Araújo Farias.

Para fechar a programação, show musical com a cantora Milla Camões e banda.



Desembargadora Presidente faz discurso de abertura



Participantes do congresso atentos à conferência



Mesa redonda discute questões do Direito do Trabalho

Recadastramento Biométrico

A sede do Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão recebeu, no período de 05 a 09 de agosto de 2013, o Posto de Recadastramento Biométrico do Tribunal Regional Eleitoral no Maranhão (TRE-MA). No Fórum Astolfo Serra, sede das Varas do Trabalho de São Luís, o posto foi instalado, no período de 12 a 16/08.

Os serviços de recadastramento biométrico estiveram disponíveis, no FAS e no TRT, para possibilitar o atendimento direto a magistrados e servidores da JT-MA, bem como estagiários, terceirizados e familiares.

Semana de Saúde

O Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região promoveu a Semana de Saúde, dedicada aos magistrados e servidores no Tribunal e Foro Astolfo Serra (FAS), no período de 23 a 27 de setembro de 2013.

Com uma programação vasta, a Semana de Saúde marcou a implementação do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e do Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO), ambos do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), que devem ser implementados nas unidades judiciárias de todo o país.

Inicialmente, foram atendidos os magistrados e servidores que informaram a necessidade de realização dos seguintes exames: hemograma completo, glicemia em jejum, creatinina, colesterol total, triglicérides, transaminases - TGO +TGP, sumário de urina.

Em havendo necessidade, a critério do Setor Médico, serão requisitados exames complementares, através do plano de saúde, utilizando-se da mesma coleta.

As atividades têm como foco principal a conscientização para os cuidados com a saúde, o corpo e a prevenção de doenças, com avaliações médicas, orientações individuais, apresentação de palestras, coletas de exames laboratoriais, vacinação, dicas de saúde e distribuição de kits, dentre outras atividades.

As palestras abordaram temas relativos a doenças comuns e perigosas, como hipertensão arterial, doenças renais crônicas e tabagismo.

Implantação do PCMSO e PPRA

O presente projeto tem como escopo definir as necessidades de recursos e acompanhar as providências necessárias à execução da implementação dos programas de saúde, destinados à promoção da saúde ocupacional e à prevenção de riscos e doenças relacionadas ao trabalho de seus magistrados e servidores de suas áreas judiciárias e Administrativas, com a criação de banco de dados que possibilite a identificação dos riscos, por função e o endereçamento das medidas preventivas, visando eliminar, neutralizar ou reduzir a níveis mínimos, os riscos ambientais presentes, tornando-os compatíveis com os limites de tolerância exigidos por lei, conforme Resolução nº 84 de 2011 do CSJT e Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego.

O Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão iniciou, no dia 8 de abril de 2013, os trabalhos de elaboração do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e emissão de Laudo Técnico das Condições Ambientais (LTCAT). Os serviços foram desenvolvidos nas dependências do edifício-sede do Tribunal e do Foro Astolfo Serra (sede das Varas do Trabalho da capital),

com a presença de engenheiro e de técnico de empresa especializada nas áreas de Engenharia, Segurança e Medicina do Trabalho, a fim de avaliar riscos ambientais (químicos, físicos e biológicos), a partir da descrição de todas as atividades das unidades de trabalho da capital.

A empresa contratada também irá elaborar o PPRA atendendo na íntegra o que preconiza a Norma Regulamentadora nº 9 do Ministério do Trabalho e Emprego e demais legislações pertinentes. Na oportunidade será feito um levantamento nas unidades do TRT da 16ª Região da capital, por meio de medições e avaliações de possíveis riscos e agentes prejudiciais à saúde.

Já o PCMSO deverá conter a completa descrição das ações preventivas, o número e a natureza dos exames médicos a serem realizados, tais como exames ocupacionais periódicos, para avaliação clínica de todos os magistrados e servidores ativos e em exercício no Regional, inclusive os que forem admitidos durante a vigência contratual; exames complementares obrigatórios, quando houver exposição a riscos ocupacionais que potencialmente provoquem danos à saúde e outros exames que se tornem necessários.

Projeto Espaço Convivência

O Projeto visa oferecer um espaço onde magistrados e servidores poderão buscar a melhoria contínua do clima organizacional com a realização de atividades de integração e qualificação profissional.

Projeto Gestão por Competência

O projeto objetiva melhorar o desempenho das várias unidades do TRT e das Varas Trabalhistas, por meio da adequação do perfil dos servidores ao que requer cada função ou cargo. O projeto envolve usualmente a introdução de ajustes na estrutura organizacional e pode determinar a necessidade da criação de novas áreas ou atribuições para suprir lacunas que sejam identificadas no processo.

Projeto TRT Solidário

Em 2013, o projeto promoveu uma campanha para arrecadação de livros paradidáticos, a serem doados ao Centro Comunitário Cultural e Eclesial de Vila Passos e ao Instituto de Educação e Creche Maurício José, em troca de ingressos para o show beneficente “Justiça de Paz e Pão”, realizado no Teatro Arthur Azevedo.

Projeto "A Justiça do Trabalho de Portas Abertas/ Visitas Agendadas"

O Projeto compreende a realização de visitas orientadas (universitários), visitas técnicas (profissionais do Direito) e visitas agendadas (comunidade) às instalações do Foro Astolfo Serra, a fim de mostrar à comunidade a missão, a visão e os valores do Tribunal Regional do Trabalho, além de orientar sobre os direitos trabalhistas.

Em abril de 2013, foi promovida a primeira atividade do projeto, com a visita de 32 alunos de Direito da Universidade Dom Bosco (UNDB). Na oportunidade, os estudantes assistiram à palestra sobre a dinâmica da Justiça do Trabalho do Maranhão, ministrada pelo diretor do FAS e Juiz Titular da 3ª Vara do Trabalho de São Luís, Paulo Mont'Alverne Frota.

Em agosto de 2013, o Centro de Memória e Cultura da Justiça do Trabalho do Maranhão (Cemoc) recebeu, em dois dias, quarenta alunos do curso profissionalizante Gestão Empresarial do Centro de Formação Profissional Cia Petro. Os alunos visitaram as exposições "CLT e Direitos Sociais" e a "Mostra Comemorativa dos 70 anos da CLT". Em seguida, o diretor do Foro Astolfo Serra e titular da 3ª Vara do Trabalho de São Luís, juiz Paulo Mont'Alverne Frota, ministrou palestra sobre os direitos trabalhistas, e o juiz do trabalho Carlos Gustavo Brito de Castro acompanhou a visita orientada à sala de audiência da 3ª Vara do Trabalho de São Luís.



Estudantes conhecem sede das Varas do Trabalho de São Luís

Projeto TRT na Escola

O projeto desenvolvido em parceria com o Programa TJC (Trabalho, Justiça e Cidadania), da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra), Associação dos Magistrados do Trabalho do Maranhão (Amatra XVI) e Ministério Público do Trabalho (MPT) é direcionado a escolas públicas e particulares de ensino fundamental e médio com o objetivo de difundir conhecimentos sobre direitos e deveres, especialmente trabalhistas e propor debates sobre temas relacionados a essa matéria.

O Programa TRT na Escola abriu suas atividades em 2013 com a aula inaugural “Direitos Fundamentais Sociais - dos direitos trabalhistas de primeira à terceira geração”, ministrada pelo diretor da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão, desembargador James Magno Araújo Farias. A aula foi realizada no dia 28 de maio, no auditório da Escola Judicial do TRT-MA, e contou com a presença de gestores, coordenadores, professores e alunos universitários que participarão do Programa este ano.

Conforme o cronograma da Escola Judicial, após a aula inaugural, os participantes receberam treinamento nos dias 05, 10 e 21 de junho de 2013, a fim de habilitá-los a promover o programa com cerca de dez escolas no decorrer do ano.

No dia 09 de outubro de 2013, o projeto se direcionou-se à Escola Rosa Raimunda Paixão Garcez, localizada na comunidade quilombola de Juçatuba, no município de São José de Ribamar. Na unidade de ensino, 470 alunos trabalharam o tema “Trabalho Infantil em Combate”, coordenados por 10 professores.



Atividade do Projeto TRT na Escola



Alunos participam do Projeto TRT na Escola

Projeto Estruturar

O projeto tem por objetivo promover a melhoria contínua das condições físicas de trabalho.

Em 2013, o Tribunal procurou garantir recursos para a construção de novas sedes definitivas de Varas Trabalhistas e promoveu a construção, reforma e entrega de diversas unidades do TRT.

Implantação do PJe/JT

A implantação do sistema do Processo Judicial Eletrônico permite unificar com segurança e racionalização a tramitação de demandas judiciais e é resultado de termo de acordo de cooperação técnica firmado entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Conselho da Justiça Federal e CSJT.

Além de reduzir drasticamente os gastos com papel e insumos, o PJe permite o acesso à rotina e ao acompanhamento dos processos pela internet, 24 horas por dia.

Neste TRT, além da estruturação das instalações físicas e equipamentos de informática para o pleno funcionamento do PJe, foram promovidas ações de sensibilização dos públicos interno e externo para o uso do processo judicial eletrônico, treinamentos para a utilização das ferramentas e convênios com as instituições que também vão utilizar o sistema a exemplo da OAB, Ministério Público do Trabalho e INSS.

Em 2013, o PJe foi implementado nas 23 Varas do Trabalho do Maranhão e, no segundo grau do TRT, todas as classes processuais também passaram a funcionar eletronicamente.

CONSTRUÇÃO E ENTREGA DE NOVAS SEDES DE UNIDADES ADMINISTRATIVAS E JUDICIAIS

Centro de Tecnologia, Engenharia, Material e Logística: Inaugurado em 12 de agosto de 2013, o Centro, localizado no Anexo C do Prédio-sede do Tribunal, abriga a Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicações, a Seção de Engenharia e a Coordenadoria de Material e Logística, que passaram a ocupar as novas instalações, ganhando maior espaço, conforto e funcionalidade;

Restaurante do prédio sede do TRT

As novas dependências do restaurante foram entregues no dia 12 de agosto de 2013. O local conta, agora, com ambientação moderna e espaço de convivência, que oferecem mais conforto e qualidade de vida a magistrados, servidores, estagiários e terceirizados da Justiça do Trabalho;



Novas instalações do restaurante

Espaço Gourmet

Inaugurado no dia 12 de agosto de 2013, o ambiente foi planejado para ser um local de convivência e de integração para magistrados e servidores;

Vara do Trabalho de Caxias: A nova sede da Vara do Trabalho de Caxias - Fórum Costa Sobrinho - foi entregue, em 22 de agosto de 2013, pela Presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão (TRT-MA), Desembargadora Ilka Esdra Silva Araújo.

O local dispõe de uma área total de 626 m². De acordo com o projeto arquitetônico, a vara trabalhista tem dois gabinetes para magistrados; duas salas de audiência; secretaria; quatro banheiros internos e dois públicos; salas da OAB, de convivência, para assessor e técnica (para gerador e equipamentos de rede lógica); arquivo; depósito (para guardar bens penhorados); estacionamento privativo para juízes e servidores e um público. A obra foi construída pela LDM Construções Ltda. e contou com a parceria da Caixa Econômica Federal do Maranhão.

O terreno da VT de Caxias foi cedido pelo Governo do Estado à Prefeitura de Caxias, para a edificação da Cidade Judiciária, inaugurada em dezembro de 2007, com a instalação do prédio da Justiça Federal. Na Cidade Judiciária, também já estão instalados a Justiça Eleitoral e, recentemente, o fórum da Justiça Estadual;



Entrega da nova sede da Vara do Trabalho de Caxias

Vara do Trabalho de São João dos Patos

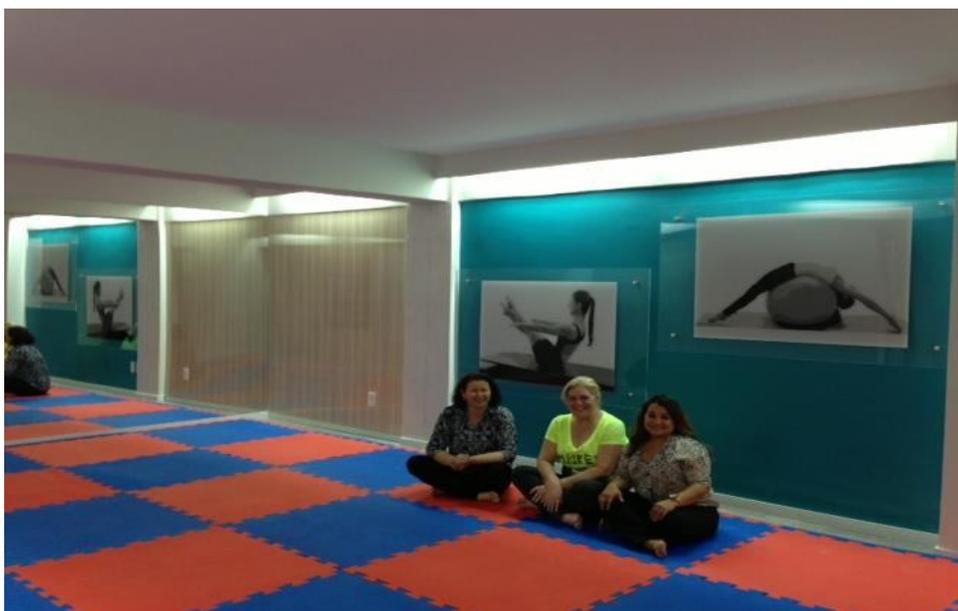
A presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão (TRT-MA), Desembargadora Ilka Esdra Silva Araújo, e o Superintendente do Patrimônio da União, Jorge Luís Pinto, assinaram, em 30 de novembro de 2013, o Termo de Entrega, que transfere para o Tribunal o terreno onde será construída a sede definitiva da Vara do Trabalho de São João dos Patos. As obras para a construção do prédio já foram iniciadas e a nova sede terá uma área construída de 438,29 m².

Escola Judicial

O TRT inaugurou as novas instalações da Escola Judicial e cerimônia realizada no dia 03 de dezembro de 2013. Na ocasião, também foi inaugurado o auditório “Professora Maria da Graça Jorge Martins”, em homenagem in memoriam à servidora falecida no ano de 1998.

Espaço Pilates

No dia 18 de dezembro de 2013, o Espaço Pilates foi inaugurado pela patrocinadora do projeto, Desembargadora Ilka Esdra Silva Araújo. A implantação do estúdio de Pilates é uma medida de prevenção do desenvolvimento ou agravamento das afecções osteomusculares de todos os magistrados e servidores que trabalham no TRT e servirá para melhorar o rendimento no trabalho.



Entrega das instalações do Espaço Pilates

Vara do Trabalho de Barra do Corda

Foram iniciados os trabalhos para a entrega da nova sede da Vara do Trabalho de Barra do Corda, com a contratação de empresa especializada para execução dos serviços de sondagem à percussão no terreno destinado, bem como para a construção do prédio.

Foro Trabalhista de Imperatriz

Foram iniciados os trabalhos para a construção da nova sede do Foro Trabalhista de Imperatriz, com a elaboração do projeto, aquisição do terreno e lançamento da pedra fundamental.

POLÍTICA INSTITUCIONAL DAS PARCERIAS

Com o intuito de aperfeiçoar a atuação do TRT 16ª Região junto à sociedade, a Presidência deste Regional no exercício de suas atribuições e em conformidade com o Objetivo Estratégico da Política Institucional firmou 38 (trinta e oito) convênios com instituições públicas e privadas, no exercício de 2013, conforme tabela a seguir:

INSTITUIÇÃO	PA	Nº
UNDB	3271/2011	01/13
UNISULMA	785/2009	02/13
UNICEUMA	3270/2011	03/13
IFMA	2591/2011	04/13
FEST	310/2008	05/13
MASTER	2048/2008	06/13
ANA NERY	2590/2011	07/13
WIZARD	627/2011	08/13
CEF/Cessão de espaço-sede	338/2008	9/13
CEF/Cessão de espaço-Imperatriz	338/2008	10/13
CEF - Cessão de espaço-FAS	338/2008	11/13
FAMA	1797/2011	12/13
PITÁGORAS	2593/2011	13/13
FAP	6997/2013	14/13
FAI	2586/2011	15/13
PRELAZIA DE BALSAS	1723/2011	16/13
FLORENCE	2040/2012	17/13
APCEF	2588/2011	18/13
UB UNISAOLUIS EDUCACIONAL S.A FACULDADE ESTÁCIO SÃO LUÍS	316/2008	19/13
JUCEMA – JUNTA COMERCIAL ESTADO DO MA	693/2008	20/13
BANCO DO BRASIL	2587/2011	21/13
COOMAMP	348/2008	22/13
ASCAMAR	190/2008	23/13
AGEPOLJUS	2592/2011	24/13
JUSTIÇA DE PORTAS ABERTAS	1603/2013	25/13
CEST	6096/2013	26/13

Grupo de promoção de cidadania junto aos estudantes - GPC	4822/2013	27/13
SEMED, SEDUC	6534/2012	28/13
FAESF	313/2006	29/13
COLÉGIO NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	3557/2011	30/13
AMATRA XVI E ANAJUSTRA	956/2006	31/13
EDUCATOR	1106/2007	32/13
EDUCALLIS	1106/2007	33/13
CLARIS ODONTOLOGIA	3011/2011	34/11
ANASTRA	417/2007	35/13
ECOCEMAR	4086/12	36/13
CONSEF	1849/2011	37/13
UNIBEU	6996/2013	38/13

REUNIÕES DO COLEPRECOR

No ano de 2013, a Presidente participou das seguintes reuniões do Colégio de Presidentes e Corregedores da Justiça do Trabalho:

Março	1ª Reunião Ordinária	Brasília-DF
Março	1ª Reunião Extraordinária	Brasília-DF
Abril	2ª Reunião Ordinária	Brasília-DF
Maiο	3ª Reunião Ordinária	Brasília-DF
Junho	4ª Reunião Ordinária	São Paulo-SP
Setembro	6ª Reunião Ordinária	Brasília-DF
Outubro	7ª Reunião Ordinária	Cuiabá-MT
Novembro	8ª Reunião Ordinária	Brasília-DF

Destacaram-se na pauta de reunião do COLEPRECOR em 2013: a) Eleição de lista tríplice de candidatos ao CNJ; b) implantação do PJe-JT; c) pagamento de dívidas trabalhistas com cartão de crédito; d) preservação documental da Justiça do Trabalho; e) a segurança institucional e; f) mudanças da Resolução nº 63 do CSJT - que padroniza as unidades da Justiça Trabalhista.

METAS NACIONAIS

META 1 - Julgar quantidade maior de processos do conhecimento do que os distribuídos em 2013.

O TRT-MA cumpriu a meta 1 do Poder Judiciário, pois julgou 7,50% mais processos do que os que foram distribuídos em 2013. Destaca-se o fato de que o 1º Grau julgou 16,22% mais processos que os distribuídos e que, conforme glossário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), os Embargos de Declaração e os Agravos Regimentais foram excluídos da meta.

META 2 – Julgar, até 31/12/2013, pelo menos, 80%, dos processos distribuídos em 2009.

Em 2009, foram distribuídos no 1º e 2º Graus 36.582 processos e até 31/12/2013 foram julgados 35.485, ou seja, foram julgados 97% dos processos.

O TRT-MA superou em 21,25% o previsto para a meta, que era julgar pelo menos 80%, cumprindo a meta no 1º e 2º Graus.

META 16 – Fortalecer a estrutura de controle interno do Tribunal.

Fortalecer a estrutura de controle interno envolve a garantia de estrutura mínima para realização das atividades de auditoria, inspeção administrativa e fiscalização em cada órgão do Poder Judiciário, com funcionamento regulamentado e pessoal qualificado para as funções de controle.

Por auditoria entende-se: exame sistemático, aprofundado e independente para avaliação da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos de trabalho, sistemas de informações e controles internos administrativos.

Por inspeção administrativa entende-se: técnica de prevenção e controle utilizada para suprir omissões e lacunas de informações, esclarecer dúvidas ou apurar denúncias quanto à legalidade e à legitimidade de fatos e atos praticados por agentes responsáveis no âmbito das unidades jurisdicionadas pelo Tribunal.

Por fiscalização entende-se: técnica de controle utilizada para comprovar se o objeto dos programas institucionais existe, corresponde às especificações estabelecidas, atende às necessidades para as quais foi definido e atende à legislação, guarda coerência com as condições e características pretendidas e se os mecanismos de controle administrativos são eficientes e permitem a avaliação dos resultados.

A meta estaria cumprida quando todas as perguntas do glossário fossem respondidas com “Sim”. Ao todo, foram 17 perguntas, das quais 11 foram cumpridas pelo TRT-MA. A total adequação do Controle Interno do Tribunal à meta 16/2013 demanda a resposta afirmativa aos seis itens restantes do glossário da meta 16/2013, listados a seguir: 1) A estrutura de controle interno deve atuar em processo de trabalho definido e documentado na

realização de auditoria, inspeção administrativa e fiscalização; 2) Adequar os recursos humanos necessários à realização dos trabalhos de Controle interno; 3) Manter programa de monitoramento da qualidade do trabalho de auditoria interna; 4) Realizar auditoria de avaliação de controles internos visando aferir a adequação dos controles administrativos no enfrentamento de riscos; 5) Exercer o papel de assessoramento dos gestores na definição de estratégias para gerenciamento de riscos, na identificação e avaliação dos riscos e na definição, implantação e no monitoramento de controles internos para mitigar os riscos; e 6) A Estrutura de Controle Interno promove avaliação/diagnóstico dos sistemas de controles internos administrativos.

META 17 – Desenvolver, nacionalmente, sistemas efetivos de licitação e contratos.

O TRT-MA desenvolveu sistemas de controle de licitações e contratos visando à segurança, à eficiência e a transparência nos procedimentos licitatórios.

Na questão da segurança, a meta objetivou a formalização, pelos Tribunais, de procedimento administrativo visando à apuração de irregularidades e a aplicação de penalidades às empresas (suspensão e declaração de inidoneidade); a segregação da função de análise e aprovação de editais; a criação de cadastro, por Tribunal, de empresas impedidas de licitar com o Poder Público; a padronização das minutas de contratos; e a fixação de parâmetros de exigência e recebimento de atestados de capacidade técnica de licitantes.

Na questão da eficiência, a meta objetivou a implantação de procedimentos administrativos virtuais; o mapeamento do procedimento licitatório, em especial, para obras de engenharia; e a qualificação de servidores nas competências de analistas de mercado.

Na questão da transparência, a meta objetivou a formação de banco nacional de preços de mercado; a criação de sistema de compras diretas por meio eletrônico; e a transmissão em tempo real das sessões de julgamento dos procedimentos licitatórios.

O TRT-MA cumpriu a meta em dezembro de 2013, quando capacitou servidores em análise de mercado, último item a ser atendido

METAS ESPECÍFICAS

META 9 – Implementar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) em, pelo menos, 65% das unidades judiciárias e administrativas.

O Tribunal implementou os programas nos termos das Normas Regulamentadoras nº 7 e 9 do Ministério do Trabalho e Emprego e da Resolução 84/2011, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Para efeito dessa meta foram consideradas unidades judiciárias e

administrativas os Gabinetes de Desembargadores, Varas do Trabalho, Diretorias, Secretarias, Coordenadorias, Assessorias, Divisões e Escola Judicial.

META 10 – Realizar adequação ergonômica em 20% das unidades judiciárias de 1º e 2º graus. Ao todo, o TRT-MA possui 44 unidades judiciárias. Foram realizadas 09 adequações ergonômicas: Secretaria do Tribunal Pleno, Vice-Presidência, Secretaria da Corregedoria, Gabinete do Desembargador Gerson de Oliveira Costa Filho, Gabinete da Desembargadora Ilka Esdra Silva Araújo, Gabinete da Desembargadora Márcia Andrea Farias da Silva, Vara do Trabalho de Barreirinhas, Vara do Trabalho de Estreito e Seção de Precatórios.

Com essas adequações, o Tribunal cumpriu a meta no fim do ano de 2013.

META 11 – Capacitar, com carga horária mínima de 20 horas, 50% dos magistrados e 50% dos servidores na utilização do Processo Eletrônico (PJe) e em Gestão Estratégica.

A meta de capacitação em Gestão Estratégica e em PJe foi construída da seguinte maneira: capacitação de 50% dos magistrados e servidores do TRT-MA em Gestão Estratégica e capacitação de 50% dos magistrados e servidores da área judiciária e de TI em PJe, sendo o mês de dezembro a referência para o cumprimento da meta 11/2013.

META 14 – Implantar o Processo Judicial Eletrônico (PJe) em, pelo menos, 40% das Varas do Trabalho.

O PJe começou a ser implantado nas Varas do Trabalho do Maranhão em dezembro de 2012, em Barreirinhas, Chapadinha e Presidente Dutra. Ao longo de 2013, a implantação continuou pelas Varas do Trabalho da Capital, sendo que a meta foi cumprida no fim de fevereiro.

Ainda assim, o TRT-MA prosseguiu com a implantação nas demais Varas do Trabalho do interior do Estado e, com a inauguração do sistema PJe em São João dos Patos, em dezembro de 2013.

O Tribunal atingiu a marca de 100% de suas VT atuando com o Processo Judicial Eletrônico.

META 13 – Aumentar em 15% o quantitativo de execuções encerradas em relação a 2011.

Para efeito de cumprimento da meta, o arquivamento de processos judiciais em razão da expedição de “certidão de crédito” não foi considerado como execução encerrada.

Além disso, conforme glossário do CNJ, não foram incluídos na meta os processos em fase de execução em situação de suspensão ou arquivamento provisório (art. 791, I a III, CPC e art. 40 da Lei 6830/90). Aqueles que ingressaram em tais situações durante o ano de 2013 foram excluídos da meta, bem como foram incluídos os que saíram da situação de suspensão ou arquivamento provisório durante o ano.

Foram considerados como baixados aqueles processos em que pendem os honorários de peritos, cujo pagamento deve foi realizado pelo Poder Público, os processos em que pende o pagamento exclusivamente de valores inscritos em precatórios e os processos que foram remetidos a outros tribunais.

Onze Varas do Trabalho atingiram a Meta ao encerrar pelo menos 15% mais execuções que no ano de 2011. A 7ª VT de São Luís e a 2ª VT de Imperatriz ainda não existiam, mas encerraram 2.789 execuções no ano de 2013, contribuindo decisivamente para o resultado positivo. No total, o TRT-MA encerrou 12.432 execuções no ano de 2013, ou seja, 44,64% a mais que no ano de 2011. As VT que mais encerraram execuções foram: 2ª VT de Imperatriz (2523), 1ª VT de São Luís (1275) e VT de Chapadinha (758).

META 14 – Executar, até setembro de 2013, pelo menos 65% do orçamento anual disponível, excluídas as despesas de pessoal.

Para efeito de cumprimento desta meta, foram considerados como orçamento disponível os recursos passíveis de empenho, não incluídos no cálculo aqueles que sejam objeto de contingenciamento.

De acordo com o glossário da meta, ficou estabelecido que despesas executadas são as despesas liquidadas.

A execução de 65% foi medida em cada uma das ações que compõem as atividades administrativas (apreciação de causas da Justiça do Trabalho, Assistência Jurídica a Pessoas Carentes, Capacitação de Recursos Humanos, Manutenção de Varas Itinerantes e Comunicação e Divulgação Institucional).

Não foram incluídas as despesas executadas com recursos provenientes de convênios com instituições financeiras, que se referem aos valores depositados pelos bancos conveniados na Conta Única do Tesouro Nacional, mediante Guia de Recolhimento da União, a título de contrapartida financeira pela administração de depósitos judiciais, precatórios e sentenças de pequeno valor, que constituem receita classificada na fonte 181, conforme o disposto na Resolução CSJT n.º 87, de 25 de novembro de 2011.

Além disso, foram incluídas como despesas liquidadas as despesas com aquisição de bens com pagamentos parcelados que tiverem uma ou mais parcelas pagas até 31/12/2013. Ex: Aquisição de equipamentos de informática ou software contratados, com entrega programada e/ou fracionada. Não estão incluídas as despesas com contratações de serviços continuados, nas quais são computadas somente as liquidações feitas dentro do prazo da Meta. Ex: Contrato de terceirizados, água, luz, telefone, etc.

O TRT-MA cumpriu a meta, pois, até o mês de setembro, executou 65,22% do orçamento.

DA REPRESENTAÇÃO DO TRT EM REUNIÕES, EVENTOS, CAPACITAÇÃO E OFICINAS

O Tribunal Regional do Trabalho, representado por sua Presidência, participou dos seguintes eventos e reuniões oficiais, no ano de 2013:

Painel “Preservação da Memória da Justiça do Trabalho” - desdobramento, comunicação e gestão da estratégia, em Vitória-ES;

Congresso LTR, em São Paulo – SP;

Visita ao Núcleo de Execução do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, em Salvador - BA;

2º Encontro Nacional das Comissões Estaduais para Erradicação do Trabalho Escravo (COETRAE), em São Luís-MA. Seminário de Gestão Documental, Memória e Ensino Jurídico e Reunião do Fórum Nacional Permanente em Defesa da Memória da Justiça do Trabalho, EM Curitiba-PR;

Seminário Justiça Social e Acessibilidade, em Brasília-DF;

Solenidade de Posse dos novos dirigentes do TRT da 5ª região, em Salvador - BA;

VII Encontro Nacional do Poder Judiciário, em Belém - PA;

1.1 Coordenadoria de Gestão Estratégica, Estatística e Pesquisa

O presente Relatório Anual tem por escopo apresentar, de forma sucinta, mas circunstanciada, as atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Gestão Estratégica e Estatística e Pesquisa no exercício de 2013.

DA SEÇÃO DE GESTÃO DE INDICADORES E ESTATÍSTICA

Coleta de Dados Estatísticos do 2º Grau ao longo do ano de 2013, com acompanhamento mensal, e remessa de informações sobre a produtividade dos magistrados à Presidência;

Disponibilização mensal no Portal do TRT-MA da Produtividade dos Magistrados do 2º Grau.

Disponibilização de dados estatísticos dos indicadores e das metas no site do Tribunal;

Acompanhamentos das Metas Nacionais;

Acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Implantação do Sistema e-Gestão;

Acompanhamento dos 34 (trinta e quatro) indicadores constantes do Planejamento Estratégico do TRT-MA, com apuração de resultados mensais, trimestrais, semestrais e anuais.

Elaboração e apresentação da R.A.E em 21.03.2013.

Elaboração de Relatórios:

Relatório Comparativo Semana da Execução 2011/2012
Relatório de Metas do Planejamento Estratégico do TRT-MA
Relatório de Metas Nacionais 2012
Relatório do Selo de Qualidade
Relatório para Inspeção Judicial
Relatório para o Tribunal de Contas da União
Relatório da Pesquisa de Satisfação – Público Externo;
Elaboração de questionário para Pesquisas estratégicas.
Carga e alimentação dos Indicadores e Metas no SIGEST, Sistema de Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho.
Suporte a elaboração da planilha de capacitação da Escola Judicial 2012.
Análise quantitativa e qualitativa dos dados apresentados.
Informação de dados ao Sistema “Justiça em Números” do CNJ.
Informação de dados ao Sistema de Metas Nacionais do CNJ.
Acompanhamento da Revisão do Planejamento Estratégico de TI;
Elaboração de Planilha de Distribuição de Tokens;

DA SEÇÃO DE GESTÃO DE PROJETOS

Acompanhamento dos seguintes projetos:

Semana Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho, ocorrida no período de 22 A 26/04/2013. Durante a semana foram realizadas diversas atividades como: exposição fotográfica “Trabalho Seguro e Pje”, palestras para profissionais de saúde, estudantes do ensino fundamental, médio e universitário, apresentação da cartilha “Trabalho Seguro” em um canteiro de obras para os operários, instrução de combate a incêndio para servidores e magistrados;

Acompanhamento da Meta 16 do CNJ, com elaboração de minutas de portarias e resolução administrativa para reestruturação e fortalecimento da unidade de Controle Interno no Tribunal;

Justiça de Portas Abertas;

Cantos e Encantos – 25 anos da CF/88;

Espaço Convivência;

Espaço Pilates;

Pauta Eletrônica;

Implantação do Prontuário Eletrônico;

Realização da Semana de Combate ao Trabalho Infantil – período: 10 a 14/06/2013 (Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil)

Comemorações alusivas aos 70 anos da CLT;

Implantação do Processo Judicial Eletrônico nas Varas do Trabalho da capital e interior;

Instrução de Combate a Incêndio;

Desdobramento da Estratégia;

Congresso Internacional de Direito do Trabalho;

Semana da Saúde;

Elaboração do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;

Mapeamento de processos de aquisição de bens e serviços e contratação de obras de engenharia;

Inscrição de Projetos:

Inscrição no Prêmio Innovare

Inscrição no Patrocínio do Banco do Brasil

Melhores Práticas de Justiça e Cidadania;

Boas Práticas – TRT 19ª Região;

DA SEÇÃO DE GESTÃO DE PROCESSOS E QUALIDADE

Gerenciamento dos protocolos administrativos de interesse do setor – SUAP.

Realização de reuniões com unidades administrativas para mapeamento das atividades e elaboração do Manual de Procedimentos e Fluxogramas;

Elaboração de memorandos, ofícios, atas e despachos diversos relativos a projetos e procedimentos a serem aprovados pela Presidência;

Acompanhamento de reuniões e elaboração de atas de reuniões coordenadas pelo Juiz

Auxiliar da Presidência, tais como: PJe, Comitê de Segurança e etc..

Pesquisa em outros Regionais de iniciativas e ações do Comitê de Segurança e elaboração de regulamentações pertinentes;

Intercâmbio com outros tribunais acerca de assuntos relacionados à Gestão Estratégica.

Estudo e pesquisa junto a outros Regionais quanto à implantação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO e Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA;

Fornecimento de dados e coleta de informações para elaboração do PCMSO e PPRA;

Elaboração de minuta de termo de referência para contratação de PCMSO e PPRA para as Varas do Interior;

Elaboração de minuta para criação do setor socioambiental;
Estudo da estrutura organizacional de outros Tribunais para a Comissão de Revisão do Regulamento Geral;
Cumprimento de diligências requisitas pelo Juiz Auxiliar da Presidência;
Elaboração de minuta de convênio com Instituições de Ensino Superior – Justiça de Portas Abertas;
Acompanhamento e registro das Atas do COLEPRECOR;
Elaboração de termo de referência para contratação de laboratório – Semana da Saúde;

COMISSÕES

Com a finalidade de realizar ações voltadas à melhoria dos serviços realizados por este TRT o Juiz Auxiliar da Presidência participou das seguintes Comissões:

Comissão para a Implantação do Projeto Implantação do PJE;
Comissão do Censo do Poder Judiciário;
Comissão de Reestruturação Organizacional;
Comissão Permanente de Tecnologia da Informação;
Comissão para a Implantação das Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário;
Comissão para a efetividade e Celeridade da Execução de Processos Judiciais Trabalhistas;
Comissão Permanente de Conciliação;
Comissão Implantação do Programa Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho;
Comitê de Segurança;
Capacitação, Reuniões, Eventos e Oficinas:
Tutoria no curso de Gestão Estratégica em EAD para servidores;
Coordenação da Oficina de Gerenciamento de Processos;
Participação de reunião na sede do Tribunal Superior do Trabalho em Brasília no período de 20 a 21 de fevereiro para tratar da implantação do ATO N° 419/CSJT. GP. SG que institui o Sistema de Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho-SIGEST;
Participação de reunião sobre o Programa Trabalho Seguro, no dia 26 de fevereiro de 2013, na sede do Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília;
Participação do Encontro Regional em preparação à III Conferência Global sobre Trabalho Infantil, a realizadas no período de 03 a 04/06/2013;
Participação do I Encontro de Trabalho para a Revisão do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário, em Brasília nos dias 13 e 14 de Junho;

Participar da reunião técnica, onde será apresentada a conclusão da integração dos Sistemas PJe-JT com o e-Gestão, a realizar-se nos dias 28/8 e 29/8/2013, na sede do Conselho Superior de Justiça do Trabalho/CSJT;

Reunião Preparatória para o VII Encontro Nacional do Poder Judiciário no Tribunal Superior do Trabalho em Brasília nos dias 11 a 12/09/2013;

Participação da 2ª Reunião de 2013 do Fórum Permanente de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, promovido pelo CSJT, realizado nos dias 25 e 26/9/2013, na sede do Tribunal Superior do Trabalho/TST;

Participação no VII Encontro Nacional do Poder Judiciário realizado nos dias 18 e 19/11/2013 na cidade de Belém/ PA;

Participação das reuniões com parlamentares para tratar de assuntos administrativos e financeiros de interesse deste Tribunal, no dia 04 de março de 2013, bem como acompanhar a Desembargadora presidente na 1ª Reunião do COLEPRECOR e em visitas ao TST/CSTJ, nos horários anteriores e posteriores à referida reunião, para tratar de assuntos de interesse deste Tribunal – tais como acompanhamento de projetos e orçamento -, nos dias 05 e 06 de março de 2013;

Participação na 2ª Reunião da COLEPRECOR e tratar e assuntos administrativos e legislativos nos Conselhos superiores, no período de 21 a 27 de abril de 2013;

Participação no Seminário “Regras de Concurso para Magistrados”, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça, nos dias 06 e 07 de maio de 2013;

Participação na Oficina de Metas 2013, da Justiça do Trabalho, no dia 15 de maio de 2013, na sede do Tribunal Superior do Trabalho;

Participação na 3ª Reunião do COLEPRECOR, nos dias 22 e 23 de maio de 2013 realizada na cidade de Brasília DF, bem como em compromissos institucionais junto aos Conselhos Superiores, após a referida reunião;

Participação no 53º Congresso Brasileiro de Direito do Trabalho, na Reunião Ordinária do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho – COLEPRECOR, em São Paulo, bem como na Conferência Nacional da Conciliação e Mediação, em Brasília, conforme informações constantes nos protocolos Administrativos nº 2790 e 3145/2013, respectivamente;

Participação na Conferência Nacional de Conciliação e Mediação, realizada no dia 28 de junho de 2013, em Brasília/DF;

Participação no 2º Seminário Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho, realizado no período de 18 a 20 de setembro de 2013, na cidade de Brasília DF.

Participação no Seminário de Encerramento do “Programa de Valorização. Juiz Valorizado Justiça Completa!”, realizado no dia 18 de junho de 2013;

Visitação à Central de Execução do TRT da 5ª Região no período de 17 a 19 de junho de 2013, em Salvador/BA;

Participação no II Encontro Nacional sobre a Erradicação do Trabalho Infantil, dia 07 de agosto de 2013, em São Paulo/SP;

Participação no II Encontro Nacional dos Juízes da Cooperação, realizado no dia 09 de agosto de 2013;

Participação da solenidade de entrega da sede própria da Vara de Caxias/MA, no dia 22 de agosto de 2013;

Participação na solenidade de posse do Ministro do TST Claudio Mascarenhas Brandão, realizada no dia 27 de agosto de 2013;

Participação da V Reunião do COLEPRECOR realizada nos dias 28 e 29 de agosto de 2013;

Participação na cerimônia de implantação do Pje na Vara de Pinheiro, no dia 13 de setembro de 2013;

Participação nas Reuniões da COETRAE/MA, nos municípios Timbiras e Codó/MA, dias 22 e 23 de Outubro de 2013, respectivamente;

Participação no Seminário “A Administração da Justiça e a Garantia dos Direitos: Diálogos sobre a Eficiência na Gestão do Poder Judiciário: Lançamento do Relatório Justiça em Números, realizado nos dias 15 e 16 de outubro de 2013, em Brasília/DF;

Participação na cerimônia de implantação do Pje na Vara de Santa Inês, no dia 18 de outubro de 2013; Participação na inauguração da sede própria da Vara do Trabalho de São João dos Patos e a implantação do sistema Pje na referida Vara, no dia 16/12/2013;

1.2 Escola Judicial

Relatório parcial da Escola Judicial do Tribunal do Trabalho da 16ª. Região referente às atividades desenvolvidas no ano de 2013, de acordo com suas atribuições nos termos da Res. Nº100/2009 e Regimento Interno aprovado pela Res. 148/2011 deste Regional.

EJUD16, no ano de 2013, pautou suas atividades no Planejamento anual, elaborado em 2012. Desta forma, desenvolveram-se a maioria das atividades planejadas, como também outras que se fizeram imprescindíveis devido ao cumprimento de metas nacionais, implantação do PJe e outras inerentes a esta Justiça especializada.

Convém destacar que a Ejud teve sua estrutura ampliada e passou a contar com a Seção de Magistrados, o Setor de Servidores e o Setor de EaD.

Assim, foram realizados diversos eventos programados pela Escola Judicial, por instituições contratadas e outros pela escola judicial em parceria com outras instituições.

A Escola Judicial acompanhou processos de contratação de eventos externos, efetivando inscrições e fazendo os registros nos quadros específicos. Colaborou com a realização de diversos eventos, a exemplo COETRAE, realizada em Codó – MA.

Assim, em termos de capacitação do ano 2013, tem-se um total de 33 magistrados e 578 servidores, em diversos cursos, congressos, seminários, encontros, fóruns, simpósios, semanas de palestras, jornadas, oficinas, conforme descrição:

EVENTOS NA MODALIDADE PRESENCIAL REALIZADOS PELA E-JUD

OFICINAS

Treinamento para servidores para utilização do sistema PJe para magistrados e servidores das varas da capital e interior, inclusive oficiais de justiça;

Treinamento para utilização do sistema PJe para advogados, membros MPT, MPU, AGU

2ª Oficina de Capacitação para Assessores de Desembargadores e Servidores Afins

I Oficina de Mapeamento de Processos Administrativos

Oficina de desdobramento da estratégia para construção do painel de contribuição e matriz de controle

PALESTRAS/ CONFERÊNCIAS

Acesso à Justiça do Trabalho no Estado Democrático de Direito

Inserção dos Tratados de Direitos Humanos no Sistema Jurídico Brasileiro

Segurança no Judiciário “Judiciary Swat”

O mundo contemporâneo e a mediação de conflitos: que contribuição a psicanálise pode oferecer.

Inquérito Civil e Meios Extrajudiciais de Resolução de Conflitos

Pressupostos Processuais e Condições de Ações

Reflexões acerca da nova lei de Mandado de Segurança

Acidente de Trabalho e sua Reparação Civil e outros Temas atuais

Conferência Nacional da Conciliação e Mediação

SEMINÁRIO

Seminário Trabalho e Saúde

CONGRESSO

VIII Congresso Internacional de Direito do Trabalho e Processo do Trabalho

EVENTOS NA MODALIDADE PRESENCIAL EXTERNOS, REALIZADOS PELA ENAMAT E OUTROS ÓRGÃOS SUPERIORES

Os cursos oferecidos pela ENAMAT aos Magistrados em Formação Continuada.

A Escola Judicial colaborou na divulgação e efetivação das inscrições dos participantes.

Curso de Formação Continuada para Magistrados da 16ª. Região

Curso Sentença Estruturada para PJe

Curso sobre Editor Estruturado de Sentença

Curso Aplicação dos Preceitos Éticos pela Magistratura

Curso Ativismo Judicial

Curso Teoria Geral do Juízo Conciliatório – 2ª. Ed.

Curso de Formação de Formadores Interinstitucional em Técnica de Instrução Processual–
ENM/FR/ENAMAT/SEJ-CJF

13º Curso de Formação Inicial para Magistrados

15º Curso de Formação Inicial para Magistrados

Curso Ações Coletivas e Direito Sindical – tema de perspectiva comparada EUA/Brasil

Curso de Administração Judiciária dos TRTs 5ª Ed.

A Escola Judicial também organizou a participação dos magistrados recém ingressos neste Regional, nos seguintes CFI:

13º - Juiz Francisco José Monteiro Júnior;

15º - Juiz Cláudio Victor de Castro Freitas.

EVENTOS NA MODALIDADE PRESENCIAL EXTERNOS, REALIZADOS POR INSTIUIÇÕES CONTRATADAS

Cursos

Curso: Aposentadoria, pensão, abono de permanência e memórias de cálculos dos benefícios

Curso: Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar: da Instauração ao julgamento

Curso Sistema de Registro de Preços: como instituir e gerenciar de acordo com o decreto 7.892/2013

Curso Avançado de Legislação de Pessoal e Temas Polêmicos na Administração Pública

Curso: Programa ITIL® Expert – Capability (RCV e OSA)

Curso de Gestão de Processo Alinhado à Estratégica

Curso de Análise de Mercado

Curso Auditoria da Folha de Pagamento no Serviço Público

Curso Orçamento de Engenharia na Administração Pública

Curso de Direito do Trabalho Rural

Curso Comunicação Escrita e Redação Oficial
Curso Gesta e Fiscalização de Contratos Administrativos
Curso Planejamento Estratégico
Curso Sistema de Registro de Preços
Curso Engenharia de Avaliações Imobiliárias
Curso Metodologia Científica – Regresso Linear – módulo avançado
Curso: FJ-25 Persistência com JPA e Hibernate
Curso: FJ-26 Laboratório Web com JSF e CDI
Oracle Database 11g: Administration Workshop I
Oracle Database 11g: Administration Workshop II
Oracle Grid Infrastructure 11g: Manage Clusterware and ASM R2
Oracle Database 11g: RAC Administration
Curso JB-431- JBOS
A Nova Previdência Complementar do Servidor Público
Instalações Hidráulicas de Combate a Incêndios nas Edificações – Projeto, Instalações e Manutenção
1ª Semana de Formação Continuada de Escola Judicial de TRT 22ª Região
Proteção contra Incêndios no Projeto de Edificação

Congressos

Congresso Brasileiro de Comunicação
Congresso Internacional de Direito Sindical
Congresso Internacional de Direito Constitucional
IV Congresso internacional de Direito Processual
53º Congresso Brasileiro de Direito do Trabalho
VII Congresso Internacional da ANAMATRA
13º Congresso Nacional de Direito do Trabalho e Processual do Trabalho
XXV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação
3º Congresso Internacional de Direito do Trabalho – 70 anos de CLT: passado e futuro das relações de trabalho
IV Congresso Brasileiro dos Serviços de Saúde do poder Judiciário
IX Congresso de Assessores de Comunicação da Justiça
III Congresso Brasileiro de Educação Corporativa
Congresso Internacional de Direito Constitucional: constituição política e cidadania

III Congresso Internacional de Direito do Trabalho – 70 anos da CLT – Passado e Futuro das Relações de Trabalho

55º Congresso Brasileiro de Ginecologia e Obstetrícia

Encontros

Encontro Regional sobre o Trabalho Infantil

VII Encontro Nacional do Poder Judiciário

VIII Encontro Nacional do Programa Trabalho Justiça e Cidadania

Encontro Nacional sobre Formação e Aperfeiçoamento de Servidores – CNJ

Fóruns

II Fórum de Prevenção de Acidente do Trabalho

2ª Reunião do Fórum Permanente de Contratações Sustentáveis da justiça do Trabalho

Jornada

II Jornada de Ergonomia e Psicodinâmica do Trabalho

Oficinas

Oficina sobre SPIUnet

2ª Oficina para Assessores de Desembargadores e Servidores afins

Oficina sobre Previdência Complementar

I Oficina de Capacitação de Gestão de Processos

Treinamento JB346 – Advanced Jboss Administration

Treinamento JB336 – Jboss for Administration

Treinamento em PJE – VT Caxias

Treinamento JB325 – Advanced Jboss Enterprise Development

Treinamento JB297 – Jboss Hibernate Technology

Treinamento JB431 – Jboss SOA ESB Service Implementation

Treinamento Jboss Seam Application Development

Capacitação em PJE – Servidores 2º grau

Simpósios

X Simpósio Nacional de Direito Constitucional

Seminários

Seminário de Jurisdição Brasileira e Cooperação Internacional

Seminário Justiça Social e Acessibilidade

Seminário a Administração da Justiça e a garantia dos direitos: Diálogo sobre a eficiência na gestão do Poder Judiciário – Lançamento do Relatório Justiça em Números

Seminário de Gestão Documental, Memória, e Ensino Jurídico

Seminário Preservação Documental: Dever do Estado e Direito do Cidadão
II Seminário Nacional de Prevenção de Acidente de Trabalho
3º Seminário Internacional – O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos
Seminário Cearense de Acidente de Trabalho: Prevenção e Tutelas de Urgência
Seminário Trabalho e Saúde
Seminário Programa de Valorização – Juiz Valorizado – Justiça Completa
5º Seminário Maranhense de Licitação e Contratações Públicas
Seminário Nacional – O que muda o SRP com o novo Decreto nº7.892/13
Seminário Trabalho e Saúde – Doenças Ocupacionais e a Prova Pericial
Seminário de Sustentabilidade e Licitações
Seminário: Regras de Concurso para Magistratura
Seminário Nacional como Planejar, Licitar, Contratar, Fiscalizar Obras e Serviços de Engenharia
Seminário de Direito à Saúde
Seminário Nacional de Prevenção de Acidentes no Trabalho - TST

SETOR DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

A Educação a Distância do TRT da 16ª Região é operacionalizada pela internet, apresentando funções diferenciadas e especializadas, que se somam para a obtenção do melhor resultado. São exemplos dessas funções: administrador do sistema Moodle, administrador do AVA(Ambiente Virtual de Aprendizagem) Designer Instrucional, Autores de Cursos ou conteudistas, tutores, profissional de elaboração de material multimídia para EAD, dentre outros.

Destaca-se que estas funções não são cargos e, por isso, podem ser desempenhados, excepcionalmente, por uma única pessoa, embora o ideal seja contar com vários profissionais, distribuídos entre as várias funções.

Atualmente, no Setor de EaD do TRT da 16ª Região, todas as funções mencionadas acima são desempenhadas pela servidora Rosely Vieira.

O ano de 2013 caracterizou-se pela implantação do Setor de Educação a Distância. Nesse pequeno tempo de existência o Setor já apresenta fortalecimento e maturidade no campo das conquistas, comemoramos a marca dos 1000 usuários internos e externos registrados no Ambiente Virtuais de Aprendizagens, atingindo cerca de 70 % do total de Magistrados e Servidores do Tribunal. E para o futuro, dentro do contexto de contínua capacitação para o Processo Judicial Eletrônico, além de outras metas do CNJ e do próprio TRT, algumas medidas precisam ser tomadas, tais como a regulamentação das atividades de

EaD (Educação a Distância) no Tribunal e o investimento em cursos de EaD a serem adquiridos para o público do Tribunal.

Breve Histórico

O Setor de Educação a Distância foi criado em dezembro de 2012 como ferramenta de educação corporativa da Escola Judicial para otimizar a sua atividade de capacitação de Magistrados e Servidores.

Teve seu embrião no projeto nacional “Rompendo Distâncias”, promovido pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT - em 2006, que equipou os tribunais de todo o Brasil com softwares e equipamentos de vídeo-conferência. Em 2012, foi criada uma comissão para tratar de Educação a Distância neste Tribunal. A atual chefe do Setor, que era membro dessa comissão à época, e atualmente integra o Comitê de EaD do Conselho Superior da Justiça do Trabalho-CSJT, foi designado para ser Gestora da Comissão de Implantação do Núcleo de EaD do TRT 16 Região.

A servidora antes mesmo da instalação do Setor de EaD realizou trabalhos de EaD neste Regional como o Curso Gestão de Conflitos para Diretores de Secretaria das VTs-2008, curso Direitos Humanos e Mediação de Conflitos-2009 e Meio Ambiente e Sustentabilidade - 2012

Na esfera nacional, a servidora Rosely Vieira foi convidado a participar do Comitê de Educação a Distância do CSJT e teve papel ativo na elaboração da Resolução nº 06/2010 da ENAMAT, que trata desse assunto.

Em 2012, o Núcleo foi oficialmente criado dentro da estrutura do Tribunal e teve como desafios:

- Testar o software moodle já instalado e customizá-lo para atende as necessidades do TRT da 16 Região
- Ofertar cursos de PJE para a implantação do sistema (oferecendo cursos na modalidade EaD para magistrados e servidores)

Atividades em 2012

Instalação do Moodle 1.9

Customização da plataforma Moodle

Download dos cursos PJE para magistrados e PJe para servidores

Oferta de 01 turma do curso PJe para magistrados

Oferta de 01 turma do Curso PJe para servidores

Curso São Luis- Ilha Sustentável – ofertadas 10 turmas

Sobre o software Moodle

O Moodle é uma plataforma de aprendizagem a distância baseada em software livre. É um acrônimo de Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment (ambiente modular de aprendizagem dinâmica orientada a objetos). Ele foi e continua sendo desenvolvido continuamente por uma comunidade de centenas de programadores em todo o mundo, que também constituem um grupo de suporte aos usuários, acréscimo de novas funcionalidades, etc., sob a filosofia GNU de software livre. Uma fundação (www.moodle.org) e uma empresa (www.moodle.com) fornecem, respectivamente, o apoio para o desenvolvimento do software e sua tradução para dezenas de idiomas.

Atualmente o Moodle é um sistema consagrado, com uma das maiores bases de usuários do mundo, com mais de 25 mil instalações, mais de 360 mil cursos e mais de 4 milhões de alunos em 155 países, sendo que algumas universidades baseiam toda sua estratégia de educação a distância na plataforma Moodle.

Atividades em 2013

As atividades do núcleo foram agrupadas por áreas, para facilitar a abordagem:

Instalação do Moodle 2.4 - instalação justificou-se pela necessidade de ofertar o curso de Gestão estratégica do CNJ(utilizado para capacitar magistrados e servidores) que só poderia ser realizado na plataforma 2.0.

Estudo para utilização do Moodle 2.4

Customização da Plataforma Moodle 2.4

Manutenção do Moodle 1.9 e utilização do mesmo para os curso e PJe , Inteligência Emocional, Atualização em saúde e Segurança.

Criação de um modelo de Plano instrucional para as ações a serem desenvolvidas – em anexo

Cursos

Para realização dos cursos foi feito o Plano Instrucional

Curso PJE para servidores – foram oferecidas 03 turmas

Curso PJE para magistrados foram oferecidas 03 turmas

Curso Pje para advogados - foram ofertadas 07 turmas

Curso Gestão Estratégica para magistrados - foi ofertada 01 turma

Curso Gestão Estratégica para servidores - foram ofertadas 05 turmas para servidores

Curso Gestão Estratégica para tutores – foi ofertada 01 turma

Curso Inteligência Emocional - 01 turma

Curso Atendimento ao público – 01 turma

Curso Atualização em Saúde e Segurança para magistrados – 02 turmas

Mini curso para capacitação dos tutores do Curso de Gestão estratégica - 01 turma

Totalizando assim um total de 25 turmas durante o ano

Apoio às ações da Escola Judicial

Apoio ao Congresso Internacional de Direito do Trabalho

Apoio ao CONEMATRA

Realização da pesquisa avaliação em Ações de Educação Corporativa realizada nos meses de julho e agosto e apresentado na Reunião do CONEMATRA em Curitiba no mês de agosto. A pesquisa foi realizada considerando o modelo de Kirkpatrick.

A pesquisa revelou a necessidade de implantação dos quatro níveis de avaliação das ações de educação corporativa como instrumento de melhoria das mesmas.

Revelou também que:

67% das Ejuds Trabalhistas realizam o nível Reação

75% das Ejuds Trabalhistas realizam o nível Aprendizagem

17% das Ejuds Trabalhistas realizam o nível Transferência

0% das Ejuds Trabalhistas realizam o nível Resultado

ATUAÇÃO EXTERNA A EJUD

Parcerias com o CNJ e outros tribunais, o Setor de EAD conseguiu a disponibilização de uma vasta gama de cursos. Porém, como boa parte necessita do acompanhamento de tutores, ainda não foi possível a efetivação desses cursos na 16ª Região. A expectativa é de que com a regulamentação da EaD e a formação de tutores, muitos cursos possam ser realizados pelos servidores e magistrados.

Merece ainda relevo, a participação do Setor no Comitê de EaD do CSJT.

No cenário externo, o Núcleo participou de 02 concursos que premiaram as melhores experiências de EaD do Poder Judiciário no Brasil, tendo conseguido o primeiro lugar no Prêmio de Educação Corporativa do Poder Judiciário, com os trabalhos: Direitos Humanos e Mediação de Conflitos e São Luís-Ilha Sustentável. Isso reafirmou o papel de vanguarda da Escola Judicial no contexto nacional com soluções simples, porém bastante eficazes de aprendizagem a distância.

Outras atividades

Apoio às ações da CESMT

Coordenação da Semana de Prevenção de Acidente de Trabalho

A Semana de Prevenção de Acidente de Trabalho é uma das ações do Programa Trabalho Seguro realizada em todo o país pelos Tribunais Regionais do Trabalho, no período de 22 a 26 de abril de 2013.

A Semana Nacional de Prevenção e Acidente de Trabalho foi realizada pela CESMT, Escola Judicial e Secretaria de Gestão Estratégica.

Dia	Atividade
22	Abertura da Semana com a Exposição Trabalho Seguro e PJe – 22 registros fotográficos que mostram comportamentos adequados e inadequados em postos de trabalho com computador.
23	Divulgação do programa Trabalho Seguro no Instituto Florence para alunos dos cursos Técnico em Segurança no Trabalho, Meio Ambiente e Edificações com Palestra ministrada pela CESMT e distribuição da cartilha Trabalho Seguro Divulgação do programa Trabalho Seguro para Gestores da Secretaria Municipal de Saúde em uma parceria com a Superintendência de Saúde do Trabalhador, com palestra ministrada pela CESMT e distribuição de material educativo
24	Divulgação do programa Trabalho Seguro em canteiro de obra para trabalhadores da construção civil com palestra e distribuição de material educativo
25	Divulgação do Programa Trabalho Seguro em Escola Pública da área rural com palestra com palestra e distribuição de material educativo
26	Realização do II Fórum de Prevenção de acidente de Trabalho no auditório do prédio sede deste Regional- público alvo magistrados, servidores, estudantes e entidades parceiras. Carga horária de 4 horas

Sobre o II Fórum de Prevenção de Acidente de Trabalho

Realizado no Auditório Ary Rocha, no prédio sede do TRT 16 Região na manhã do dia 26(sexta-feira) foi bastante prestigiado por magistrados, gestores e servidores do TRT, além de estudantes das áreas de direito e saúde, bem como de representantes das Instituições CEREST(Centro de Referencia em Saúde do Trabalhador) e de Instituições de Ensino Superior.

A mesa de abertura do evento foi composta pelo Desembargador Américo Bede, que a presidiu; pelo vice-diretor da Escola Judicial, Juiz Bruno Motejunas; e pelo Juiz Carlos Gustavo Brito Castro, presidente da AMATRA XVI - Associação dos Magistrados do Trabalho da 16 Região.

Na ocasião o presidente da AMATRA XVI, Carlos Gustavo, fez o lançamento da Cartilha Trabalho Seguro e PJe - saúde e segurança para magistrados e servidores, de autoria da servidora Rosely Vieira, lançada pela AMATRA XVI, através da Azulejo Editora.

PALESTRAS

Importância do Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional – PCMSO

Palestrante Ieda Maria Silva Araújo (Médica do Trabalho/Perita do INSS)

Ergonomia sob a ótica da NR 17

Palestrante Samuel Benison da Costa Campos (Professor do IFMA)

Saúde e Segurança no Trabalho no Judiciário
Palestrante Rosely Belo Ribeiro Vieira (Presidente da CESMT TRT 16ª R)
A Saúde do Trabalhador: Proteção e Reparação Civil
Palestrante-Dr. Paulo Mont'Alverne Frota-Juiz Titular 3ª Vara do Trabalho de São Luis

OUTRAS ATIVIDADES DA ESCOLA

Programa TRT na Escola

Em abril de 2013 os primeiros planos do Programa “TRT na Escola”, versão 2013, começaram a ser definidos, momento em que foram reafirmadas e estabelecidas novas parcerias. Foi elaborado o cronograma das ações e definidas as escolas Municipais e Estaduais, a partir da indicação das Secretarias de Educação, assim como, outras instituições não vinculadas às Secretarias de Educação foram escolhidas a participarem do Programa.

Em 2013, 9 (nove) instituições de ensino participaram do Programa “TRT na Escola”, contemplando 2.509 (duas mil e quinhentos e nove) alunos e 181 (cento e oitenta e um) professores.

APLICAÇÃO DO PROGRAMA EM 2013			
	Número de escolas e instituições	Número de alunos	Número de professores
Escolas Públicas	06 (seis)	1719	95
Escola Particular- Anna Adelaide Bello/SESI	01 (um)	630	12
Outras instituições (Centro de Apoio ao Deficiente Visual e Escola Eney Santa/APAE)	02 (um)	160	74
Total	09 (nove)	2.509	181

Escolas parceiras

Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual do Maranhão

Escola Eney Santana- APAE

UEB. Luzenir Mata Roma

UEB. Uruati

UI. Professor Machadinho

Escola Paulo Freire

Escola Anna Adelaide Bello – SESI

PROFª. Rosa Raimunda Paixão Garcês

Liceu Ribamarense II

Escolas visitadas

ESCOLA	BAIRRO	Nº DE PROF.	Nº ALUNOS
UEB. Luzenir Mata Roma	VilaNova Republica, Maracanã	12	280
UEB. Uruati	Ananandiba	14	400
UI. Professor Machadinho	Paço do Lumiar	6	120
Paulo Freire	Turu	45	647
APAE – Escola Eney Santana	Ent. Da Cruz	14	140
Centro de Apoio Pedagógico Deficiente Visual do Maranhão	Santa Cruz	60	20
SESI – Ana Adelaide Bello	Alemanha	12	630
Escola Municipal Profª. Rosa Raimunda Paixão Gacez	Juçatuba	2	89
Liceu Ribamarense II	Parque Jair	16	183
TOTAL		181	2.509

Visitas de magistrados nas escolas

INSTITUIÇÃO	DATA	MAGISTRADOS E PROCURADORES
APAE	02.10.2013	Juíza. Márcia Bacelar
	16.10.2013	Juíza Angelina Moreira
	07.10.2013,	Juiz Carlos Eduardo
	17.10.2013 (tarde)	Roberta de Melo Carvalho – 5ª VT(61) 82469876
LICEU RIBAMARENSE II (Munic. S. J. R)	29.10.2013 (manhã)	Procuradora Luana Lima Duarte
	04.11.2013(noite)	Servidores: Euvaldo Moraes e Anícia Ewerton
	18.10.2013	Juiz Paulo Fernando Juiz Cláudio Vitor
ESCOLA MACHADINHO	29.10.2013 15h	Juíza Roberta de Melo Carvalho – 5ª VT
ESCOLA ANA ADELAIDE BELLO - SESI	05.11.2013 (Manhã)	Juiz Carlos Gustavo
	07.11.2013 (Tarde)	Juiz Francisco Xavier
ESCOLA LUZENIR MATA ROMA	19.11.2013	Juíza Márcia Suely
CENTRO DE APOIO AO DEFICIENTE VISUAL	06.11.2013	Juiz Carlos Gustavo
ESCOLA URUATI	05.11.2013	Juiz Paulo Fernando

Visita dos alunos ao Fórum Astolfo Serra

Dia 11 de novembro/2013, 20 (vinte) alunos da Escola Paulo Freire, acompanhados de professores visitaram o Fórum Astolfo Serra.

Acompanhamento das culminâncias nas escolas

INSTITUIÇÃO	DATA	MAGISTRADOS, SERVIDORES E ALUNAS
ESCOLA MUNIC. PROF ^a ROSA PAIXÃO GRACEZ (Munic. S. J. R) - Juçatuba	07.10.2013, (tarde)	Juiz Carlos Eduardo
LICEU RIBAMARENSE II (Munic. S. J. R)	11.11.2013	Anícia Ewerton,
ESCOLA ANA ADELAIDE BELLO - SESI	14.11.2013 – Manhã 10h25	Anícia Ewerton e Cássia Diniz
APAE	27.11.2013 (tarde)	Juíza. Carolina Burlamaqui Carvalho
	25.11.2013 (manhã)	Anícia Ewerton e Cássia Diniz
ESCOLA PAULO FREIRE		
	28.11.2013 (tarde)	Juíza Roberta Carvalho, Euvaldo Rego e Anícia Ewerton
	05.12.2013 (noite)	Juíza Carolina Burlamaqui e Anícia Ewerton
ESCOLA URUATI	26.11.2013	Juiz Leonardo Henrique Ferreira, Anícia Ewerton e Thainara Simão
ESCOLA MACHADINHO	29.11.2013 15h	Juíza Angelina Moreira Costa, Anícia Ewerton e Thainara simão
ESCOLA LUZENIR MATA ROMA	03.12.2013	Juiz Carlos Gustavo Brito Castro, Anícia Ewerton e Thainara Simão

Em 2013, o Programa teve a iniciativa de inserir como parceiros, instituições que lidam com pessoas portadoras de deficiências. Essa preocupação sustenta-se no princípio da inclusão no mercado de trabalho de pessoas portadoras de deficiência.

No desenvolvimento do Programa “TRT na Escola”, o Centro de Apoio ao Deficiente Visual apresentou a produção em Braille de 04 (quatro) cartilhas distribuídas nas instituições.

O Centro com o intuito de viabilizar o acesso às cartilhas por pessoas portadoras de deficiência visual e que freqüentam o Centro, produziu as cartilhas em Braille. Essa iniciativa/produção foi apresentada no Encontro Nacional do TJC, realizado em Fortaleza, no mês de novembro, momento em que foi elogiada por todos, assim como, foi solicitado pelos coordenadores do TJC informações junto ao Centro de Apoio ao Deficiente Visual, a fim de

que fossem concedidos os Direitos autorais para produção e circulação das cartilhas em Braille em todo território nacional. Ressaltamos aqui que esta ação foi pioneira em nosso país.

O Programa trouxe 20 (vinte) alunos da Escola Paulo Freire para conhecerem as instalações do Fórum Astolfo Serra. A visita foi direcionada pelas servidoras Edvânia Kátia e Rosely Vieira, nas atividades desenvolvidas o servidor Durval Bandeira falou para os alunos e professores sobre a estrutura do poder judiciário.

Após, a realização das culminâncias nas escolas, ficou constado que em 2013, 2.509 (dois mil e quinhentos e nove) alunos e 181 (cento e oitenta e um) professores foram contemplados pelo programa. No acompanhamento de cada culminância fomos percebendo que os alunos demonstravam grande satisfação em terem participado do Programa, pois, além de ter proporcionado uma aproximação com o poder judiciário, provocou o desejo de pesquisa, de querer saber além do que lhe era apresentado nas cartilhas.

Esse desejo ficou comprovado com cada entrevista feita com empresário, servidores de construtora, técnico de segurança, etc, o material das entrevistas foi colocado em vídeo e exibido nas escolas.

“Fomentar o pensamento crítico dos alunos em relação às problemáticas apresentadas pelo Programa, nos coloca distante do assistencialismo tão comum em algumas ações desenvolvidas neste país”. Anícia Ewerton

Núcleo de Estudos – Direito e Psicanálise

Em abril de 2013, com a conferência em vídeo – “O Ódio no Brasil” – de Leandro Karnal a e-Jud dá início ao Núcleo de Pesquisa – Direito e Psicanálise, com reuniões quinzenais, às sextas-feiras, envolvendo servidores e pessoas da sociedade civil. O programa deste ano constou dos seguintes temas:

Violência, Trabalho e Ódio;

Saúde Mental e Trabalho

Responsabilidade e culpa

No dia 20 de setembro, foi exibido o filme VIP's, aberto ao público e comentado pelos participantes do Núcleo de Pesquisa.

O encerramento ocorreu no dia 06.12.2013 com a exibição do filme Hannah Arendt que foi comentado pela professora Maria Olilia, Mestre em Filosofia pela Universidade Federal da Paraíba e Professora do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Maranhão. Essa atividade foi aberta ao público e teve a participação de 25 (vinte e cinco) pessoas.

O Núcleo de Pesquisa este ano contou com 07 (sete) participantes.

Auxílio Bolsa de Estudos

A Escola Judicial acompanha protocolos administrativos de 10 (dez) servidores que possuem o auxílio bolsa de estudos, regulamentado pela RA nº. 69/2011 e o Ato Regulamentar nº06/2011, registrando os pagamentos efetuados às instituições de ensino referentes aos cursos dos servidores, como também tem alimentado os protocolos com documentos necessários À comprovação do benefício.

Programa Anjo Servidor

A EJUD16 desenvolveu, também, o Programa Anjo para os Servidores, instituído pelo Regimento Interno. Este consiste em envolver os servidores recém-chegados nas atividades das diversas unidades deste Regional, mostrando-lhes as competências dos setores, bem como os ambientando nas novas atividades que irão desenvolver nas unidades de lotação. Participaram do Programa Anjo Servidor: 02 (dois) Técnicos administrativos, 01 (um) Analista judiciário – área judiciária. Com a publicação da Portaria GP 277/2013 de 02 de abril de 2013 o objetivo principal do Programa ficou prejudicado, não mais sendo desenvolvido o Programa Anjo Servidor.

O Programa Anjo Magistrado teve, neste ano, 03 magistrados. O Programa faz parte das atividades que compõem o Curso de Formação Inicial - 1ª parte, regulamentado pela ENAMAT e desenvolvido pelos Regionais.

CONEMATRA

O CONEMATRA – Conselho Nacional das Escolas de Magistratura do Trabalho, em fevereiro deste ano, na 36ª Assembléia ordinária, elegeu o Des. James Magno Araújo Farias – Diretor desta Escola Judicial, como Presidente. Com isso as responsabilidades para organizarem as assembleias e reuniões de trabalho recaíram sobre a Escola Judicial do TRT16. Assim, em 2013, a Escola Judicial participou da organização dos seguintes encontros: 37ª- em São Paulo – 16 a 17/04/2013, 38ª – Cuiabá – 17 a 18/06/2013, 39ª – Curitiba – 26 a 27/08/2013, 40ª. Manaus – 28 e 29/11/2013.

1.3 Secretaria do Tribunal Pleno

ATIVIDADES REALIZADAS:

- a) Orientar, coordenar e supervisionar as tarefas relacionadas com a elaboração, realização, registro e divulgação das Sessões das Turmas e do Tribunal Pleno;
- b) Secretariar as sessões de julgamentos e as audiências de conciliação e instrução de Dissídios Coletivos, redigindo as respectivas atas, na forma do Regimento Interno,

distribuindo, com antecedência, àquelas referentes às sessões de julgamento, para coleta de assinaturas, na sessão posterior;

c) Providenciar a convocação dos Desembargadores e Juízes para as sessões ordinárias e/ou extraordinárias, por determinação da Presidência do Tribunal ou da Turma e comunicar à Coordenadoria de Gestão de Pessoas a participação dos convocados;

d) Lavrar termos de posse de Desembargadores do Trabalho, Presidente, Vice-Presidente e de Juízes Substitutos.

e) Elaborar o relatório anual de atividades.

No desempenho destes misteres, assim procedeu esta Secretaria:

1) Preparou 10 (dez) Pautas Administrativas;

2) Preparou e mandou publicar no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho: 08 (oito) pautas do Tribunal Pleno; 35 (trinta e cinco) pautas da 1ª Turma e 41 (quarenta e um) da 2ª Turma;

3) Emitiu 5.984 (cinco mil novecentos e oitenta e quatro) certidões de julgamento, sendo: 279 (duzentos e setenta e nove) do Tribunal Pleno, 2.827 (dois mil oitocentos e vinte e sete) da 1ª Turma e 2.878 (dois mil oitocentos e setenta e oito) da 2ª Turma;

4) Emitiu 1.148 (mil cento e quarenta e oito) certidões simples de adiamento/retirado de pauta;

5) Expediu 277 (duzentos e setenta e sete) certidões de comparecimento às sessões de julgamento para Universitários;

6) Expediu 09 (nove) certidões diversas;

7) Lavrou 04 (quatro) certidões de degravação;

8) Expediu 07 (sete) certidões de vitaliciamento de Juiz;

9) Elaborou 308 (trezentos e oito) Resoluções Administrativas

10) Expediu 29 (vinte e nove) Ofícios e 86 (oitenta e seis) memorandos;

11) Lavrou 05 (cinco) Termos de Compromisso e Posse de Juiz

12) Lavrou 01 (um) Termo de Compromisso e Posse de Promoção de Juiz;

13) Lavrou 01 (um) Termo de Compromisso e posse para os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Corregedor do TRT16

14) Lavrou 01 (um) Termo de Compromisso e Posse para os cargos de Diretor, Vice-Diretor e Coordenador Geral da Escola Judicial;

15) Lavrou 01 (um) Termo de Compromisso e Posse para os cargos de Ouvidor Judiciário e Ouvidor Judiciário Substituto;

16) Lavrou 89 atas, sendo 14 (catorze) do Tribunal Pleno, 35 (trinta e cinco) da 1ª Turma e 40 (quarenta) da 2ª Turma).

1.4 Seção de Ouvidoria

A Ouvidoria vem solidificando-se como um excelente instrumento facilitador do exercício da cidadania e tem como objetivos:

Viabilizar a comunicação entre o cidadão e o Eg. TRT da 16ª Região, a fim de que este tenha assegurado o direito de exercer sua cidadania;

Detectar as dificuldades, imperfeições e falhas nos serviços oferecidos pelo TRT 16ª Região e pelos órgãos vinculados visando à implementação de ações de melhoria;

Subsidiar a elaboração do Planejamento Estratégico deste Regional;

Disseminar as boas práticas de gestão para conhecimento do público interno e externo do Tribunal Regional do Trabalho – 16ª Região.

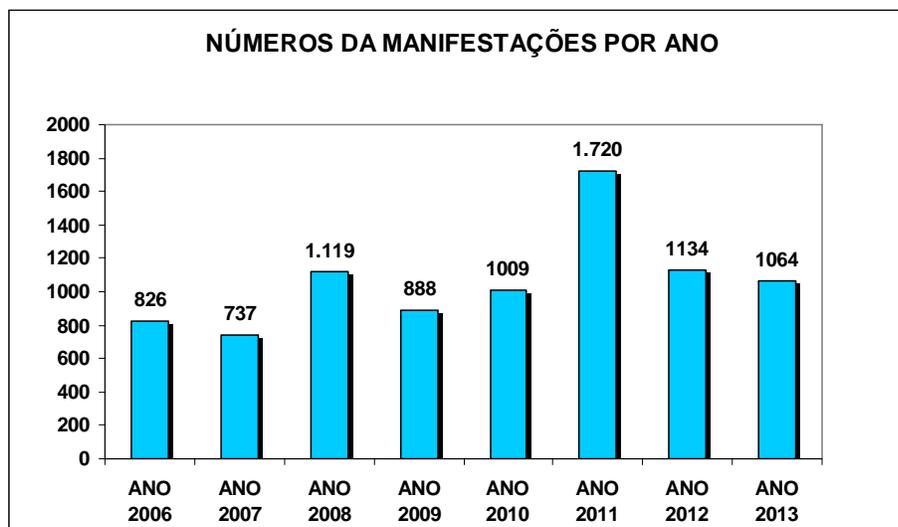
GESTÃO DO OUVIDOR

Em outubro de 2013, o Tribunal Pleno reeleveu o Desembargador Gerson de Oliveira Costa Filho, por unanimidade, como o Ouvidor para o biênio 2014-2016. Como Ouvidoria Substituta foi eleita a juíza Solange Cristina Passos de Castro Cordeiro.

DADOS ESTATÍSTICOS DO ANO DE 2013

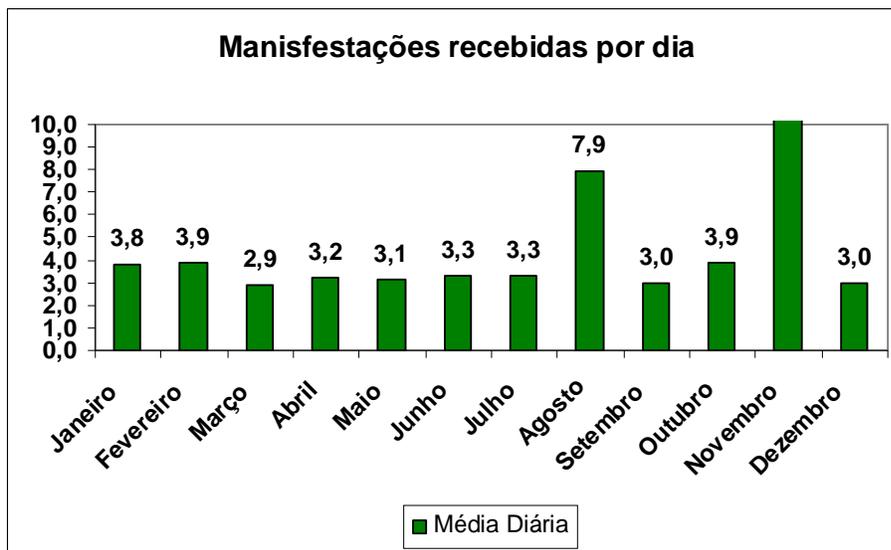
Manifestações ingressas em 2013

No ano de 2013 recebeu 1.064 (Mil e sessenta e quatro) manifestações, todas arquivadas até o dia 19 de dezembro de 2013.



Média das manifestações recebidas em relação aos dias úteis no mês

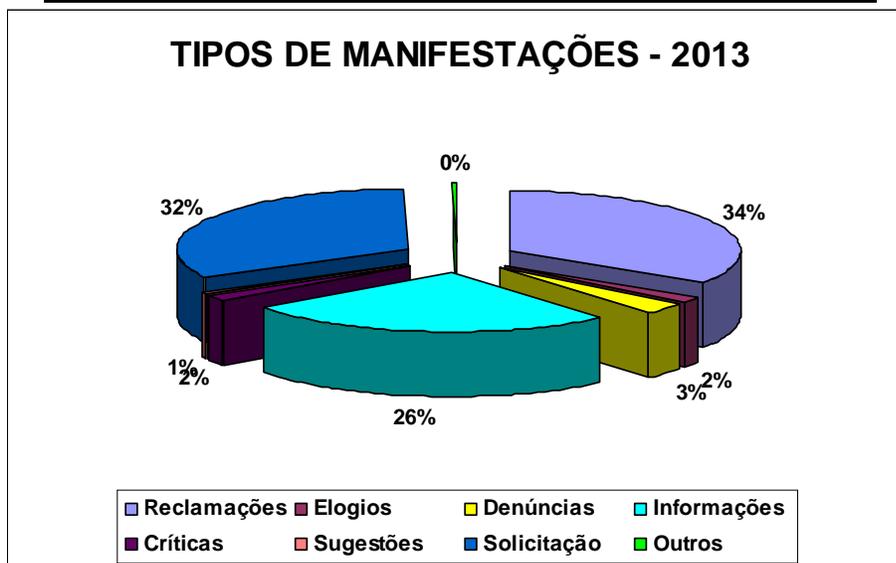
MESES	MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS	DIAS ÚTEIS	MÉDIA DIÁRIA
JANEIRO	74	19	3,8
FEVEREIRO	67	17	3,9
MARÇO	53	18	2,9
ABRIL	72	22	3,2
MAIO	63	20	3,1
JUNHO	66	20	3,3
JULHO	78	23	3,3
AGOSTO	174	22	7,9
SETEMBRO	64	21	3,0
OUTUBRO	87	22	3,9
NOVEMBRO	229	19	12,0
DEZEMBRO	37	12	3,0



A relação entre as manifestações recebidas e os dias úteis do mês é feita tendo em vista que o maior número de manifestações ocorre por meio do formulário eletrônico, disponibilizado na internet, o qual pode ser acessado em qualquer horário e dia da semana (sábados, domingos e feriados).

Tipos de manifestações

Reclamações	364
Elogios	18
Denúncias	31
Informações	280
Críticas	17
Sugestões	06
Solicitação	345
Outros	03
TOTAL	1064



Das 1.064 (Mil e sessenta e quatro) manifestações recebidas no ano de 2013, a maioria (34%) foi enquadrada na categoria “Reclamação”. Em seguida, nossa maior demanda foi enquadrada em “Solicitações”, representando 32% da demanda cadastrada no setor. O pedido de “Informações” representou 26% dos termos formulados nesta Ouvidoria.

ASSUNTOS ABORDADOS

Para facilitar o gerenciamento das manifestações formuladas na Ouvidoria, os termos recebidos são agrupados por assuntos, conforme pode ser observado no quadro abaixo:

Quadro resumo dos assuntos abordados em 2013

TIPO	ASSUNTO	Qtd
RECLAMAÇÃO TRABALHISTA	Morosidade Processual (346)	362
	Procedimento do Juízo (04)	
	Procedimento do advogado(03)	
	Outros (09)	
PROCEDIMENTO DA UNIDADE/TRT	Atuação de servidor (08)	37
	Atuação de magistrado (02)	
	Atuação de estagiário (00)	
	Atuação de funcionário terceirizado (00)	
	Outros (27)	
CONCURSO	Juiz (00)	57
	Servidor (48)	
	Outros (09)	
AMBIENTE DE TRABALHO	Relações interpessoais (00)	57
	Estrutura física (02)	
	Equipamentos (00)	
	Outros (02)	
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	SAPT 1 (02)	15
	SAPT 2 (00)	
	Site do TRT (01)	
	Outros (12)	
FORA DO ALCANCE DA OUVIDORIA	Consulta Processual (121)	218
	Solicitação de fiscalização em empresa (16)	
	Consulta sobre direitos trabalhistas (43)	
	Orientação de como proceder em processo em curso (03)	
	Consulta Jurídica (03)	
	Outros (32)	
AGENDAMENTO DE CONCILIAÇÃO	Pedido de conciliação	196
AGENDAMENTO “SEXTA CIDADÃ”	Pedido de agendamento com o Ouvidor	02

Quadro resumo das manifestações sobre reclamações trabalhistas em 2013:

TIPOS	ASSUNTO	QTD
Reclamações	Reclamação trabalhista:	362
	Morosidade (346)	
	Procedimento do Juízo (04)	
	Procedimento do advogado (03)	
Reclamações	Outros (09)	05
	Ambiente de trabalho (05)	
Reclamações	Procedimento da VT / TRT:	37
	Atuação de Magistrado (02)	

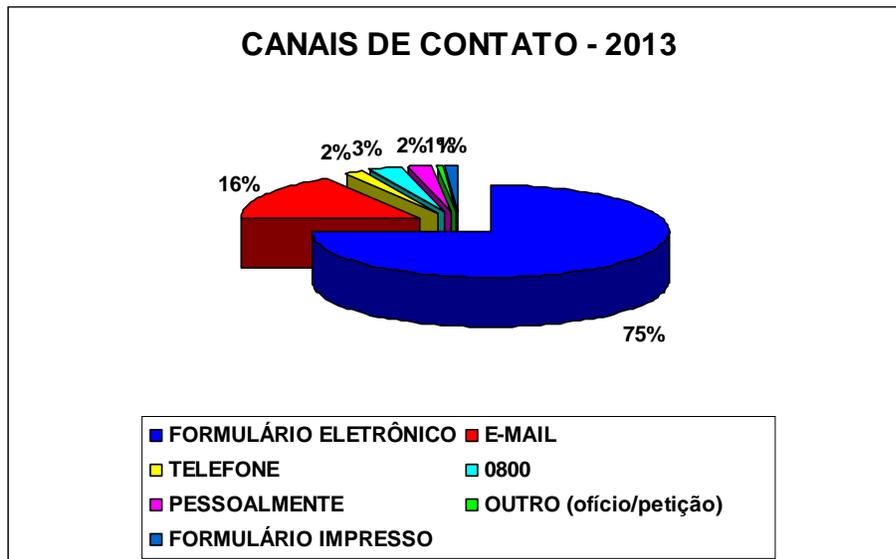
Atuação de Servidor (08)
 Atuação de Estagiário (00)
 Outros (27)

TOTAL

405

Canais escolhidos pelos usuários para contato com a ouvidoria

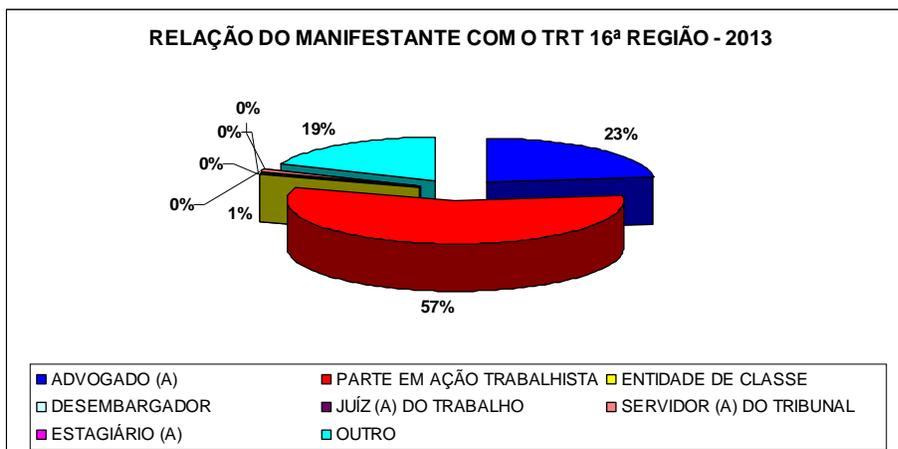
FORMULÁRIO (IMPRESSO) PADRÃO DA OUVIDORIA	13
FORMULÁRIO ELETRÔNICO	798
E-MAIL	172
CARTA	01
TELEFONE	20
FAX	00
0800	33
PESSOALMENTE	21
OUTRO (ofício/petição)	06
TOTAL	1064



Dos canais de contatos colocados à disposição aos cidadãos, o formulário eletrônico é a forma de contato mais utilizado pelos manifestantes, o qual está disponível no site do Tribunal.

Relação do manifestante com o Tribunal

ADVOGADO (A)	244
PARTE EM AÇÃO TRABALHISTA	607
ENTIDADE DE CLASSE	01
DESEMBARGADOR (A)	01
JUIZ (A) DO TRABALHO	00
SERVIDOR (A) DO TRIBUNAL	12
ESTAGIÁRIO (A)	02
OUTRO	197
TOTAL	1064

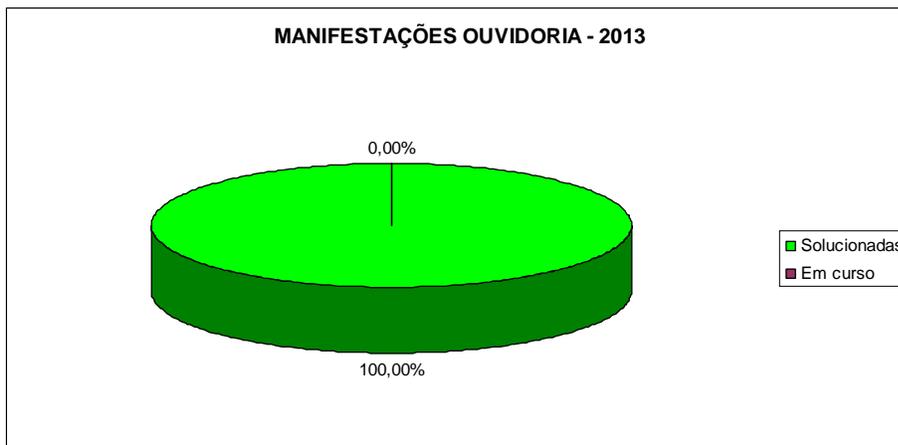


A maior demanda da Seção de Ouvidoria disse respeito aos cidadãos que tem ações tramitando nesta Justiça Especializada, o que representou 57% das manifestações registradas no setor.

Motivo dos arquivamentos das manifestações ingressas

SOLUCIONADAS	1003
SOLUCIONADAS IMEDIATAMENTE	118
DESISTÊNCIA DO MANIFESTANTE	12
OUTROS	21
TOTAL	1064

Demonstrativo da situação atual das manifestações



UNIDADES ENVOLVIDAS E CONTATADAS

No quadro abaixo observa-se o demonstrativo das unidades envolvidas e o número de vezes que os setores foram acionados pela Ouvidoria.

Em algumas situações, as varas do trabalho são acionadas mais de uma vez, quanto à mesma manifestação, especialmente quando o Diretor de Secretaria não encaminha resposta no prazo previsto inciso IV do art. 9º da Portaria 22/2012 (prazo de 05 dias).

Quando há registro de “Pedido de Conciliação” no site do Tribunal, a solicitação é encaminhada automaticamente à vara do trabalho e à Seção de Ouvidoria. A Ouvidoria, por sua vez, faz o registro do pedido de conciliação e encaminha à vara do trabalho, o que eleva o número de vezes em que as varas são acionadas pelo setor.

QUANTIDADE DE MANIFESTAÇÕES	UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO TRT / VARAS TRABALHISTAS	
	ENVOLVIDAS	CONTATADAS
43	1ª VT de São Luís	49
47	2ª VT de São Luís	75
19	3ª VT de São Luís	51
64	4ª VT de São Luís	49
40	5ª VT de São Luís	59
33	6ª VT de São Luís	50
01	7ª VT de São Luís	17
07	VT de Açailândia	06
04	VT de Bacabal	03
21	VT de Balsas	09
04	VT de Barra do Corda	04
02	VT de Barreirinhas	00
04	VT de Caxias	10
02	VT de Chapadinha	01
03	VT de Estreito	01

53	1° VT de Imperatriz	28
39	2° VT de Imperatriz	41
02	VT de Pedreiras	03
16	VT de Pinheiro	09
01	VT de Presidente Dutra	00
02	VT de Santa Inês	02
	VT São João dos Patos	
05	VT de Timon	03
	Sec. de Administração	02
	Sec. da Corregedoria	03
	Coordenadoria de tecnologia da informação e comunicação	07
	Coordenadoria de gestão de pessoas	17
	Seção de distribuição de feitos do Fórum Astolfo Serra	01
	Secretaria do Pleno	05
	Gabinete da Presidência	45
	Coordenadoria de distribuição e cadastramento processual	01
	Diretoria Geral	04
	Escola Judicial	05
	Seção de Saúde	02
	Setor de portaria e segurança	01
	Seção de execução / Juízo de execução	01
	Secretaria de gestão estratégica, estatística e pesquisa	04
	Seção de Comunicação Social	01
	Central de Mandados	
	Gab. do Des. James Magno Araujo Farias	04
	Gabinete do Des. Gerson de Oliveira Costa Filho	01
	Gabinete da Des ^a . Márcia Andrea Farias da Silva	01
	TST	01
	TOTAL	577

RESULTADOS APRESENTADOS

Projeto Ouvidoria Itinerante

Em 2013 não foram realizadas Ouvidorias Itinerantes, mas já existe um cronograma de itinerância a ser cumprido no ano de 2014.

Ouvidoria "Sexta Cidadã"

A Ouvidoria “Sexta Cidadã” tem como objetivo proporcionar ao cidadão um atendimento diferenciado, aproximando-o ainda mais desta instituição.

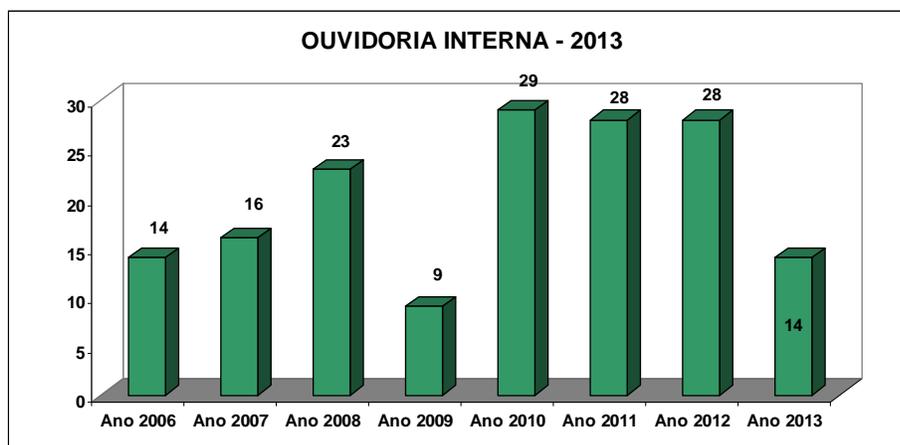
Em 2013, foram agendados apenas 02 (dois) atendimentos com o Desembargador Ouvidor, o que demonstra que as manifestações têm sido prontamente resolvidas pelos servidores lotados na Seção de Ouvidoria, sem que haja a necessidade de intervenção do Ouvidor.

Ouvidoria interna

A Ouvidoria Interna é um canal colocado à disposição dos desembargadores, juízes, servidores, estagiários e terceirizados, a fim de que possam dar suas contribuições para a administração deste Eg. TRT da 16ª Região.

No período de 2006 a 2013, este setor registrou os seguintes quantitativos das manifestações aqui ingressas:

ANO	QUANTITATIVO
2006	14
2007	16
2008	23
2009	09
2010	29
2011	28
2012	28
2013	14



Colégio de Ouvidores da Justiça do Trabalho (COLEOUV)

Em novembro de 2013, durante a III Reunião do Colégio de Ouvidores da Justiça do Trabalho, realizada na sede do Tribunal Superior do Trabalho, foi realizada nova eleição para os cargos da Diretoria do Colégio. O Des. Gerson de Oliveira Costa Filho foi reconduzido, por unanimidade, ao cargo de Coordenador do Colégio.

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

- 2º Reunião do Colégio de Ouvidores da Justiça do Trabalho, realizada nos dias 21 e 22 de maio de 2013 na sede do Tribunal Superior do Trabalho;
- Solenidade de inauguração do novo espaço da Ouvidoria do TRT da 18ª Região, realizada o dia 01 de outubro de 2013;
- III Reunião do Colégio de Ouvidores da Justiça do Trabalho - Coleouv, realizada nos dias 20 e 21 de novembro de 2013 na sede do Tribunal Superior do Trabalho.
- I Simpósio Nacional de Ouvidorias Judiciárias, realizado no dia 02 de dezembro de 2013 na sede do Superior Tribunal de Justiça.

1.5 Coordenadoria de Controle Interno

Em observância à determinação descrita no artigo 70 da Constituição Federal, esta Coordenadoria de Controle Interno (CCI) atuou em toda a área administrativa deste TRT 16ª Região no exercício de 2013, acompanhando a execução orçamentária, financeira e patrimonial, mediante a realização de auditorias nas áreas de Pessoal, Licitações e Contratos, Contábil e Patrimonial, bem como no acompanhamento da gestão e orientação de procedimentos destinados às diversas unidades deste Regional. Atuou, também, como órgão auxiliar nas atividades do controle externo do TCU, cumprindo diligências emanadas daquela Corte de Contas.

Na gestão pública o controle tem por escopo precipuamente a fiscalização e correção de atos da administração, com o objetivo de garantir a legalidade, a eficiência e eficácia na execução desses atos administrativos.

Desse modo, todos os processos administrativos que geram despesas, bem como os que não geram, tais como: inclusão e exclusão de dependentes, análise de minuta de convênios e de licitações e contratos, atos regulamentares, etc., foram submetidos à análise prévia por esta Coordenadoria.

No mês de dezembro de 2013, no entanto, este tribunal, impulsionado pela Meta 16 do Conselho Nacional de Justiça e com base nas Resoluções CNJ nos 86/2009 e 171/2013, editou as Portarias nos 1591 a 1594/2013, promovendo uma profunda reestruturação nesta Coordenadoria.

Com efeito, as atribuições de controladoria pertinentes a esta Unidade passaram a observar o princípio da segregação de funções, de modo que as atividades pudessem gozar de total independência na utilização das técnicas de auditoria, fiscalização e inspeção

administrativa. Em consequência, foi suspenso o encaminhamento de processos administrativos para análise prévia da Coordenadoria de Controle Interno, sob pena de se configurar ato típico de congestão.

Desde então, tais processos passaram a ser auditados em atividades típicas de controladoria à conveniência e oportunidade da própria Unidade de Controle Interno, segundo diretrizes e critérios aprovados pela autoridade máxima desta Corte.

DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA SEÇÃO DE ACOMPANHAMENTO DE GESTÃO

As atividades da Seção de Acompanhamento de Execução Orçamentária e Financeira compreendem ações de fiscalização, acompanhamento da execução das despesas, coordenação, controle, orientação, além da adoção de providências no sentido de resguardar a eficiência, a legalidade e a economicidade dos atos de gestão praticados no âmbito deste Regional.

Em 2013, até a publicação da Portaria GP nº 1592/2013, tramitaram nesta Coordenadoria processos administrativos para análise prévia e emissão de pareceres quanto à exatidão e legalidade dos atos praticados em licitações e contratos, dispensa e inexigibilidade de licitação, suprimento de fundos, indenização de transportes, ajudas de custo, diárias, atos de pessoal como admissão; desligamentos; concessão de aposentadorias; pensões; entre outros, além de cumprimento de diligências oriundas do Tribunal de Contas da União.

Citamos o quantitativo de processos submetidos à análise prévia para emissão de pareceres por esta Coordenadoria de Controle Interno, no exercício de 2013:

QUANTITATIVO DE ATOS	ASSUNTO	OBJETO
70	Contrato Administrativo	Exames e pareceres quanto à execução dos contratos, repactuações e reajustes, aplicação de penalidades.
269	Licitação	Exames e pareceres prévios para subsidiar atos de homologação de processos de licitação, compreendendo: Pregões, Tomadas de Preços, Concorrência; além de análise de inexigibilidade e dispensa de licitações.
1.034	Liquidação	Exames e pareceres sobre a regularidade de liquidação de despesa.
10	Regulamentação Interna	Análise e emissão de parecer quanto às propostas de Resolução Administrativa e demais normativos internos.
1.824	Pessoal	Análises e pareceres na área de pessoal, opinando quanto à legalidade de processos de concessão de diárias,

105	Suprimento de fundos	<p>aposentadorias, averbação de tempo de serviço, vacância, abono de permanência, inclusão de dependentes nos assentamentos funcionais de servidores e juízes, indenização de transporte, auxílio natalidade, ressarcimento ao erário, ajuda de custo, licenças, remoção de servidores, auxílio creche, pagamento de GAE, aposentadoria voluntária, inscrição em seminário e cursos, além do encaminhamento de atos de admissão e desligamento ao Tribunal de Contas da União, via SISAC-NET, para apreciação e julgamento.</p> <p>Exames e pareceres sobre a regularidade da prestação de contas de suprimento de fundos.</p>
-----	----------------------	--

As análises processuais obedeceram às normas legais, em especial as Leis nº 8.112/90, nº 8.666/93, nº 10.520/2002, nº 4.320/64 e a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), bem como os decretos, instruções normativas, decisões do TCU e resoluções, além de outras normas legais e documentos diversos aplicáveis à espécie.

DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO SETOR DE AUDITORIA

As ações desenvolvidas pelo Setor de Auditoria no exercício de 2013 seguiram o planejamento elaborado no Plano Anual de Auditoria Interna, aprovado pela Presidência, buscando a aferição da confiabilidade das informações contábeis, financeiras, operacionais e patrimoniais produzidas internamente por este Tribunal.

Dentre as ações executadas no exercício de 2013, percebe-se a concentração de esforços em duas grandes áreas: Pessoal e de Licitações e Contratos. Essas áreas concentram a maior parte dos dispêndios do Regional, tornando o seu acompanhamento estratégico para garantir o aprimoramento das despesas públicas.

A execução completa do plano de auditoria proposto para o exercício de 2013 culminou com a apresentação de 05 (cinco) Relatórios de Auditoria e na emissão de 21 (vinte e uma) Notas de Auditoria, cujo resumo apresenta-se no quadro abaixo:

Resumo das auditorias realizadas no ano de 2012

MATÉRIA	RELATÓRIO	SITUAÇÃO	PROCESSO ADMINISTRATIVO
Dispensa e Inexigibilidade de Licitação (2012)	Nº 001/2013	Concluso	2264/2013

Ajuda de Custo	Nº 002/2013	Concluso	2054/2012
Suprimento de Fundos (2012)	Nº 003/2013	Concluso	5052/2013
Diárias (2012)	Nº 004/2013	Concluso	6548/2013
Serviços de Limpeza	Nº 005/2013	Concluso	352/2013
Folha de Pagamento	Notas de Auditoria	Concluso	Várias
Estagiários (Folha)	Notas de Auditoria	Concluso	008/2013

Além das atividades acima descritas, este Setor de Auditoria, com fulcro na alínea “j” do art. 81 do Regulamento Geral desta Corte Trabalhista, apresentou recomendações e sugestões à Administração e às demais unidades administrativas a fim de aperfeiçoar os procedimentos administrativos, gerenciais e de controles internos existentes.

ALTERAÇÕES IMPORTANTES

A Meta 16/2013 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ trata do fortalecimento das áreas de controle interno dos tribunais pátrios, cujo delineamento aborda a formalização da estrutura e autonomia da atividade de Controle, o estabelecimento de normas, procedimentos e modelo de atuação (preventiva x reativa), bem como a infraestrutura de pessoal, tecnológica e capacitação.

Atendendo a estas diretrizes, o Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região promoveu significativa reestruturação na Coordenadoria de Controle Interno, levada a efeito através das seguintes Portarias do Gabinete da Presidência:

PORTARIA GP Nº	ASSUNTO
1591/2013	Dispõe sobre a segregação de função da Unidade de Controle Interno no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região.
1592/2013	Dispõe sobre as diretrizes das atividades da Coordenadoria de Controle Interno como órgão de controladoria deste Regional.
1593/2013	Aprova as diretrizes para elaboração dos Planos Anuais de Atividades de Auditoria Interna da Coordenadoria de Controle Interno.
1594/2013	Dispõe sobre os Padrões de Auditoria adotados pela Coordenadoria de Controle Interno do TRT da 16ª Região.

A Coordenadoria de Controle Interno adota como praxe uma política de intercâmbio com outras unidades deste Regional, com o objetivo de aperfeiçoar os procedimentos

administrativos e de controles internos, assegurando, desse modo, os princípios da economicidade, eficiência e eficácia.

Em face desses três princípios, pode-se aferir outro, o da efetividade, que se traduziu pela comparação entre os resultados alcançados (impactos observados) e os objetivos (impactos esperados) que motivaram a atuação desta Unidade durante todo o exercício de 2013, com resultados considerados satisfatórios.

1.6 Seção de Precatório

A Coordenadoria de Precatórios vinculado a Assessoria Jurídica da Presidência, no decorrer do ano de 2013 cumpriu e fez cumprir suas atribuições constantes no art. 109 do Regulamento Geral deste Regional.

Esta Seção dirigiu e acompanhou todos os trabalhos concernentes a sua competência, submetendo-os à apreciação superior.

O Setor desempenhou as atividades a seguir relacionadas:

- Recebeu os ofícios precatórios das Varas Trabalhistas, os quais são analisados quanto a sua regularidade, e caso estejam conforme a Instrução Normativa do TST nº 32/2007, Ato Regulamentar nº 0005/2004 e Resolução nº 115/2009 do CNJ, os mesmos tem seu pagamento requisitado, através de ofício requisitório. Na hipótese de não ser observada a regularidade das peças, estas são devolvidas à origem para as providências cabíveis;
- Prestou informações, no balcão e via telefone, pertinentes a precatórios e outros processos, no que se refere ao andamento e a situação da ordem cronológica;
- Analisou todos os processos em trâmite no Setor;
- Elaborou minuta de despacho, submetendo à apreciação superior;
- Providenciou a expedição de ofícios, notificações, cartas de ordem, mandados judiciais, conforme determinado nos despachos;
- Expediu memorando para as providências que se fizeram necessárias;
- Certificou prazos e submeteu à consideração da Presidência;
- Expediu alvará dos processos de Requisição de Pequeno Valor da União;
- Controlou o pagamento, em ordem cronológica, de precatórios dos Municípios da Jurisdição das Varas da Capital, assim como do Estado e da União;

- Monitorou os pagamentos realizados pelas Varas Trabalhistas dos precatórios com proposta de pagamento;
- Forneceu relatório de precatórios, em ordem cronológica para as partes interessadas;
- Forneceu relatório estatístico mensal das Requisições de Pequeno Valor da União e Precatórios;
- Forneceu relatório para a Secretaria de Planejamento e Corregedoria;
- Realizou levantamento e análise da ordem cronológica de todos os precatórios com propostas de disponibilização de pagamento, totalizando em 174 Municípios.
- Realizou levantamento de todos os Municípios que não apresentaram proposta de disponibilização de pagamento, onde se verificou: a quantidade de precatório por Município, a ordem cronológica, pedido de sequestro;
- Solicitou junto ao TST crédito para pagamento de precatórios da Administração Direta e Indireta da União;
- Solicitou junto ao TST crédito para pagamento de precatórios e requisição de pequeno valor;
- Expediu proposta de pagamento aos Municípios pendentes com orçamento para 2014;
- Realizou Audiências de Conciliação na Seção de Precatórios;
- Atualizou os cálculos de todos os precatórios com pagamento pelo Coordenadoria de Precatórios;
- Desenvolveu outras atividades determinadas pela Presidência desta Casa e pelo Juízo Auxiliar de Precatório.

Abaixo apresentamos quadro estatístico das diversas atividades desenvolvidas pelo Serviço de Precatórios

RELATÓRIO ANUAL DOS PRECATÓRIOS E RPVs DA UNIÃO

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
OFÍCIOS PRECATÓRIOS RECEBIDOS REFERENTE A PRECATÓRIO	668
PEÇAS CONFERIDAS REFERENTE À PRECATÓRIO	668
PROCESSOS AUTUADOS REFERENTE À PRECATÓRIO	595
OFÍCIOS PRECATÓRIOS DESPACHADOS	668
OFÍCIOS PRECATÓRIOS EM PROCESSAMENTO	23
OFÍCIOS PRECATÓRIOS RECEBIDOS REFERENTE A RPV	49
PEÇAS CONFERIDAS REFERENTE A RPV	49

PROCESSOS AUTUADOS REFERENTE A RPV	47
OFÍCIOS PRECATÓRIOS DESPACHADOS	49
RPV EM DILIGÊNCIAS	30
JUNTADAS	5.487
RECEBIMENTO DE PETIÇÕES/ DOC.	1.067
CERTIDÕES	4.912
INFORMAÇÕES	1.374
GUIAS EXPEDIDAS	868
MEMORANDOS EXPEDIDOS	106
MANDADOS	41
OFÍCIOS REQUISITÓRIOS	617
NOTIFICAÇÕES DIVERSAS	316
OFÍCIOS EXPEDIDOS	834
ALVARÁS EXPEDIDOS DE PRECATÓRIOS	194
ALVARÁS EXPEDIDOS DE PEQUENO VALOR	1.241
PROCESSOS REMETIDOS À VARA	209
PROCESSOS LIQUIDADOS	613
PROCESSOS REMETIDOS SETOR CÁLCULOS	50
PROCESSOS REMETIDOS AO SOF	38
PROCESSOS COM MINUTA DE DESPACHO	1064
ANDAMENTOS PROCESSUAIS	14.250
VALOR PRINCIPAL PAGO REFERENTE AOS PRECATÓRIOS DO ESTADO E MUNICÍPIOS, EFETUADO DIRETAMENTE PELA COORDENADORIA DE PRECATÓRIO	R\$ 7.357.566,95
VALOR PRINCIPAL PAGO REFERENTE AOS PRECATÓRIOS E RPVS DA UNIÃO, EFETUADO DIRETAMENTE PELA COORDENADORIA DE PRECATÓRIO	R\$10.692.013,58
VALOR DO INSS REFERENTE AO PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS DO ESTADO E MUNICÍPIOS	R\$ 867.481,68
VALOR DO INSS REFERENTE AO PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS DA UNIÃO E RPVS	R\$ 188.873,97
VALOR DO IRPF REFERENTE AO PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS DO ESTADO E MUNICÍPIOS	R\$ 305.835,27
VALOR DO IRPF REFERENTE AO PAGAMENTO DE RPV E PRECATÓRIOS DA UNIÃO	R\$ 21.074,45

VALORES DE PRECATÓRIOS PAGOS NO ANO DE 2013

VARA	QUANTIDADE	VALOR TOTAL LIBERADO
AÇAILÂNDIA	00	R\$ XXXXXXXXXXXX
BACABAL	53	R\$ 1.598.763,62
BALSAS	05	R\$ 1.549.492,72

BARRA DO CORDA	15	R\$	384.080,57
BARREIRINHAS	15	R\$	639.151,48
CAXIAS	08	R\$	120.167,31
CHAPADINHA	65	R\$	2.141.315,95
ESTREITO	00	R\$	XXXXXXXXXX
1ª VT IMPERATRIZ	04	R\$	250.398,13
2ª VT IMPERATRIZ	00	R\$	XXXXXXXXXX
PEDREIRAS	31	R\$	882.430,18
PINHEIRO	176	R\$	5.724.559,58
PRESIDENTE DUTRA	07	R\$	181.985,91
SANTA INÊS	83	R\$	2.298.565,47
SÃO JOÃO DOS PATOS	43	R\$	1.297.180,89
TIMON	20	R\$	140.563,49
TOTAL	525	R\$	17.208.655,30

Os valores foram fornecidos pelo Sistema

1.7 Seção de Comunicação Social

Durante o ano de 2013, a Seção de Comunicação Social, ratificando o objetivo estratégico de aprimorar o relacionamento institucional e de primar pela boa imagem do Tribunal, potencializou a comunicação com os públicos interno e externo por meio das redes sociais, publicações temáticas, inclusive agências institucionais e judiciais.

Durante todo o ano, a Seção de Comunicação contou com um quadro de três servidoras: duas jornalistas (Wanda Cristina da Cunha e Silva e Maria Suely Cavalcante Pinto) e uma profissional de Relações Públicas (Rosemary Rocha Araujo), além de três estagiárias, sendo duas de nível superior, na área de Comunicação Social (uma na área de RP e outra na área de Jornalismo), e uma de nível médio, além de uma atendente terceirizada.

A unidade, em 2013, sobrelevou o objetivo estratégico de fortalecer a imagem institucional do TRT do Maranhão e as relações com outros poderes e instituições, visando fortalecer a comunicação com os públicos com que a instituição se relaciona interna e externamente, e também atuou na área de Gestão de Pessoas, buscando a melhoria do clima organizacional, ao desenvolver e participar de projetos com outras unidades, fazendo divulgações, inclusive externas, por meio da mídia e de outdoors.

Manteve a publicação diária na mídia local de notícias por meio da Agência de Notícias Institucionais, o que resultou na manutenção da imagem positiva da instituição, além de preservar a Agência Judicial. Para dar ênfase ao planejamento estratégico da Justiça do Trabalho do Maranhão, manteve sua atuação com foco em ações direcionadas de

comunicação, como o calendário institucional, jornais temáticos, campanhas e a preservação da Agência de Notícias MAIS, com foco direcionado para o planejamento estratégico.

A Seção de Comunicação também atuou como parceira das outras unidades institucionais, divulgando todas as atividades desenvolvidas pelas varas trabalhistas, bem como noticiou as visitas correcionais, acompanhou as instalações do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT) e divulgou as inaugurações ocorridas no período em tela. Também foram realizadas coberturas jornalísticas da Semana de Saúde, das atividades da Escola Judicial, mormente do TRT Na Escola, bem como das Semanas Nacionais de Conciliação e de Execução. Realizou, ainda, a entrega do III Prêmio de Reportagem da Justiça do Trabalho, assim como divulgou, especialmente, o planejamento estratégico da instituição.

MONITORAMENTO DE MÍDIAS

A Seção de Comunicação Social realizou processo de licitação para contratação de empresa terceirizada de monitoramento de mídias, profissionalizando o serviço e passando a atender melhor às unidades administrativas e judiciais do TRT, como é o caso da Comissão Permanente de Licitação. Pelo contrato, foi possível obter um panorama da inserção do TRT nas mídias local e nacional, e o resultado do trabalho desenvolvido pela Comunicação. São recortes de notícias e artigos, predominantemente das áreas jurídica e institucional, incluindo matérias sobre o Conselho Nacional de Justiça-CNJ, Conselho Superior da Justiça do Trabalho-CSJT, Tribunal Superior do Trabalho-TST e sobre o TRT da 16ª Região, publicadas em jornais de circulação nacional e local e em sites. O serviço foi prestado por empresa terceirizada, tendo sido o segundo ano que a Seção de Comunicação Social trabalhou com a contratação de empresa especializada no mercado para este tipo de serviço.

Resultados do monitoramento de mídia em 2013

No período de fevereiro a dezembro de 2013, houve a inserção de 2.731 notícias na mídia.

Indicadores Gerais

Fevereiro/2013

Mídia	Positivas	Neutras	Negativas	Publicadas	Total
Impressa	25	08	0	3	36
Internet	55	02	01	0	58
Radiofônica	03	01	0	0	04
Televisiva	11	09	1	0	21
Total	94	20	02	3	119

Março/2013

Mídia	Positivas	Neutras	Negativas	Publicadas	Total
Impressa	62	84	2	8	156
Internet	45	3	0	0	48
Radiofônica	2	26	4	0	32
Televisiva	9	18	3	0	30
Total	118	131	9	8	266

Abril/2013

Mídia	Positivas	Neutras	Negativas	Publicadas	Total
Impressa	48	110	1	2	161
Internet	58	2	0	0	60
Radiofônica	3	27	0	0	30
Televisiva	5	37	0	0	42
Total	114	176	1	2	293

Maió/2013

Mídia	Positivas	Neutras	Negativas	Publicadas	Total
Impressa	36	88	0	10	134
Internet	27	4	0	0	31
Radiofônica	5	42	0	0	47
Televisiva	7	53	2	0	62
Total	75	187	2	10	274

Junho/2013

Mídia	Positivas	Neutras	Negativas	Publicadas	Total
Impressa	21	31	0	8	60
Internet	62	1	0	0	63
Radiofônica	2	28	0	0	30
Televisiva	3	40	2	0	45
Total	88	100	2	8	198

Julho/2013

Mídia	Positivas	Neutras	Negativas	Publicadas	Total
Impressa	131	43	0	9	183
Internet	77	3	0	0	80
Radiofônica	5	34	5	0	44
Televisiva	12	48	0	0	60
Total	225	128	5	9	367

Agosto/2013

Mídia	Positivas	Neutras	Negativas	Publicadas	Total
Impressa	50	66	1	12	129
Internet	52	7	0	0	59
Radiofônica	11	33	16	0	60
Televisiva	25	23	1	0	49
Total	138	129	18	12	297

Setembro/2013

Mídia	Positivas	Neutras	Negativas	Publicadas	Total
Impressa	41	81	0	2	124
Internet	102	0	0	0	102
Radiofônica	11	55	14	0	80
Televisiva	19	50	3	0	72
Total	173	186	17	2	378

Outubro/2013

Mídia	Positivas	Neutras	Negativas	Publicadas	Total
Impressa	50	61	0	8	119
Internet	25	0	0	0	25
Radiofônica	9	47	7	0	63
Televisiva	14	31	3	0	48
Total	98	139	10	8	255

Novembro/2013

Mídia	Positivas	Neutras	Negativas	Publicadas	Total
Impressa	32	3	1	7	43
Internet	3	0	0	0	3
Radiofônica	9	2	5	0	16
Televisiva	11	6	1	0	18
Total	55	11	7	7	80

Dezembro/2013

Mídia	Positivas	Neutras	Negativas	Publicadas	Total
Impressa	62	48	1	15	126
Internet	25	0	0	0	25
Radiofônica	2	18	1	0	21
Televisiva	12	20	0	0	32
Total	101	86	2	15	204

Indicadores de publicação por jornal impresso

Jornal	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
O Estado do Maranhão	X	16	48	2909	27	835	55	34	37	29	23	28	4041
O Imparcial	X	7	39	2243	22	552	53	16	11	18	7	08	3017
Jornal Pequeno	X	6	42	1086	39	842	36	49	41	55	47	51	2294
O Debate	X	X	4	228	03	120	04	X	5	2	06	07	379
Atos e Fatos	X	1	6	254	15	270	10	8	8	4	06	4	586
A Tarde	X	1	5	92	05	38	7	5	4	3	06	13	179
Extra	X	x	1	96	02	X	2	2	2	X	X	4	109
Correio de Notícias	X	2	3	388	08	178	7	5	6	3	03	5	608
Aqui MA	X	X	1	46	03	X	1	1	X	1	X	X	53
O Quarto do Poder	X	3	7	250	10	136	8	9	10	4	05	6	448
TOTAL	X	36	156	7592	134	2971	183	129	124	119	103	126	11673

Indicadores de publicação Gerais por *Mídia Televisiva*

Mês	Matérias Publicadas	Positivas	Neutras	Negativas
Janeiro	14	14	0	0
Fevereiro	21	11	9	1
Março	30	9	18	3
Abril	42	5	37	0
Maio	59	7	51	1
Junho	45	3	40	2
Julho	60	12	48	0
Agosto	49	25	23	1
Setembro	72	19	50	3
Outubro	48	14	31	3
Novembro	25	6	19	0
Dezembro	32	12	20	0

Indicadores de Publicação por TV

Jornal	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
TV Assembleia	2	2	3	2	1	X	X	1	5	1	2	1
TV Mirante	4	4	5	12	9	12	13	9	9	13	7	7
TV Difusora	2	5	5	6	14	13	21	11	20	11	6	7
TV Brasil	1	1	2	3	3	3	5	3	1	2	X	3
TV Cidade	3	5	3	7	11	5	9	10	9	6	6	4
TV Guará	1	3	4	11	17	8	7	8	21	9	3	8
TV São Luís	X	X	X	X	3	X	X	X	X	X	X	X
TV Maranhense	1	1	8	1	1	4	3	6	7	4	1	2
TV São Luís	X	X	X	X	X	X	2	1	X	2	0	X
TOTAL	14	21	30	42	59	45	60	49	72	48	25	32

Indicadores Gerais de Rádio

Mês	Matérias Publicadas	Positiva	Neutra	Negativa
Janeiro	6	6	X	X
Fevereiro	4	3	1	X
Março	32	2	26	4
Abril	30	3	27	X
Maio	47	5	42	X
Junho	30	2	28	X
Julho	44	5	34	5
Agosto	60	11	33	16
Setembro	80	11	55	14
Outubro	63	9	47	7
Novembro	28	4	19	0
Dezembro	21	2	18	1

Indicadores de Publicação por Rádio

JORNAL	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Rádio Mirante AM	X	2	15	11	19	X	19	17	27	14	8	7	139
Rádio São Luís AM	X	X	6	1	2	X	1	7	10	10	2	3	42
Rádio Capital	X	X	X	1	5	X	8	8	1	13	2	2	40
Rádio Universidade	X	1	X	2	1	X	1	3	3	5	1	X	17
Rádio Difusora AM	X	1	11	15	15	X	12	22	30	14	14	7	141
Rádio Educadora	X	X	X	X	5	X	3	X	9	7	1	2	27
TOTAL	X	4	32	30	47	X	44	60	80	63	28	21	406

CONCURSO DE REPORTAGEM

Houve a entrega da premiação do **III Concurso de Reportagem da Justiça do Trabalho do Maranhão**, no dia 21/10/2013. Na oportunidade, foram pagos R\$21.500,00 aos vencedores nas categorias de televisão, jornalismo impresso, radiojornalismo, fotojornalismo e estudante. Os vencedores foram:

- CATEGORIA JORNALISMO IMPRESSO – “TRABALHADORES INVISÍVEIS” - Editor Mieko Wada - Repórter Francisco Carlos;
- CATEGORIA FOTOJORNALISMO – “PROCURA-SE EMPREGO” – Biaman Prado;
- CATEGORIA ESTUDANTE – “JUSTIÇA EM CASA” – Heloísa Vasconcelos;
- CATEGORIA TELEVISÃO – “TRABALHO ESCRAVO–CATIVEIRO DAS ALMAS” – Editor Eveline Cunha - Repórter Sidney Alves Pereira;
- CATEGORIA RADIOJORNALISMO – “TRABALHO ESCRAVO NO MARANHÃO” – Editor Alcineia Gomes - Repórter Barak Fernandes;
- MENÇÕES HONROSAS – “OS DIAS NA VIDA” (Editor Mieko Wada - Repórter Sandra Viana), “TRABALHO ESCRAVO NO MARANHÃO” (Editor Waldylena Gylles Darc Pereira Vieira do Norte) e “DEFICIENTES NO MERCADO DE TRABALHO” (Repórter Barack Fernandes).

PUBLICAÇÕES

Site

Agência Institucional

Visa à divulgação de notícias da área institucional, colocadas no site por meio da agência de notícias institucionais; também tem como objetivo divulgar os projetos Caravana da Liberdade, Varas Itinerantes do Trabalho, TRT na Escola, TRT Ambiental, Conciliar,

Semana Nacional de Execução, Semana Nacional de Conciliação, Gestão Estratégica, Escola Judicial, atividades da Corregedoria, inaugurações, licitações, atividades da Seção de Saúde, atividades das varas trabalhistas, instalações do PJe, atividades de capacitação de magistrados e servidores. Em 2013, foram divulgadas 725 (setecentos e vinte e cinco) notícias no site.

Agência Judicial

Visa à divulgação de notícias da área fim, levadas ao público externo por meio da agência de notícias judiciais, que conscientizam o cidadão sobre seus direitos e deveres, além de ser um serviço de utilidade pública. A ação prevê, também, outras atividades de sensibilização com a finalidade de propagar as decisões da Justiça do Trabalho, como workshops, seminários etc. Foram divulgadas 15 (quinze) notícias judiciais em 2013. O número reduzido de notícias deveu-se ao número reduzido de servidores na unidade.

Informativos Impressos

Parágrafo Único e Questão de Justiça

Durante todo o ano de 2013, houve a edição dos informativos institucionais Parágrafo Único (interno) e Questão de Justiça (externo), com a divulgação do VIII Congresso Internacional de Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho (duas edições), realizado em agosto; e do Projeto “Canto e Encantos – Show Justiça de Paz e Pão” (duas edições), realizado no TAA em outubro 2013, com a participação de artistas maranhenses e servidores; do “TRT na Escola” (uma edição); da posse dos novos dirigentes (uma edição) e da edição especial Parágrafo Único em Revista – Retrospectiva Gestão 2012-2013.

Expresso

O “Expresso” é uma publicação disponibilizada nos elevadores do prédio-sede do TRT e, esporadicamente, nos murais das Varas do Trabalho da Capital, que serve para prestar informações imediatas, mormente aos magistrados e servidores, de maneira sucinta, dos assuntos já arrolados no site do Tribunal, de interesse interno e/ou externo.

Em 2013, foi criado o “Expresso Datas Comemorativas”, que tem como objetivo veicular informações sobre as efemérides de cada dia de expediente na Justiça do Trabalho. É necessário que se diga que, em geral, as “datas comemorativas” são instituídas por vários motivos: pela tradição popular; pelo nascimento ou morte de alguma pessoa importante para que a data seja celebrada; por ser o dia de um santo padroeiro; e dias de homenagem às diversas profissões. Essas datas são celebradas, comumente, por iniciativa popular, por ato de uma Organização Não-Governamental (ONG), pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), por leis municipal, estadual ou federal. No caso das leis, as datas

geralmente são instituídas para oficializar aquilo que já é tradicional por um determinado segmento de pessoas. No Brasil, por exemplo, de acordo com a Lei nº 12.345, de dezembro de 2010, o estabelecimento de uma data comemorativa deverá ter grande relevância para os mais diversos segmentos sociais, profissionais, políticos, religiosos, culturais e étnicos. Para que seja instituída uma data comemorativa, é necessária a comprovação da importância da respectiva data, por meio de consultas e audiências públicas, devidamente documentadas.

Quantitativos de publicações de Expressos em 2013

Expresso Ordinário: 150 edições em 2013;

Expresso Especial “Datas Comemorativas”: criado em 2013, circulou com 163 edições.

Calendário Institucional 2013

O calendário institucional é uma publicação anual para dar divulgação a informações sobre a Justiça do Trabalho, distribuído para um mailing de 1.000 pessoas, entre autoridades, sindicatos, associações, magistrados e servidores.

O calendário 2013 da Justiça do Trabalho teve como tema “Trabalho Seguro”, em razão da Campanha “Trabalho Seguro”, desenvolvida pelo TRT em apoio ao Programa de Prevenção de Acidentes de Trabalho, do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT).

Frases educativas compuseram o calendário temático do TRT-MA, ilustradas por charges criadas pela arte de dois servidores do Tribunal, Henrique Couto e Ronnie Duarte, sob a coordenação da Seção de Comunicação Social, prestando homenagem ao trabalhador e contribuindo para o seu bem-estar e segurança no ambiente de trabalho. Foram impressos e distribuídos 1.000 (mil) exemplares.

Bloco de Anotações 2013

Seguindo a mesma temática do calendário institucional, o bloco de anotações foi produzido e distribuído numa tiragem de 500 (quinhentos) exemplares.

Informativos Eletrônicos

TRT on Line

No o informativo eletrônico, são divulgados assuntos de interesse dos magistrados e servidores, informações com fins educativos, promoção e valorização dos membros do Judiciário Trabalhista, e utilidade pública. O informativo foi lançado em 2001 para suprir a necessidade de dinamizar a comunicação interna nos órgãos da Justiça do Trabalho no Maranhão, tendo como público-alvo o público interno desta Justiça Especializada. A cada segunda-feira, é publicada uma edição e divulgada via e-mail institucional a magistrados e servidores.

Existem dois formatos do informativo: o TRT on Line Ordinário (semanal) e o TRT on Line Extra, que circula em razão da existência de um fato novo, de interesse de servidores e magistrados, que mereça ser divulgado com urgência. O informativo pode ser acessado por meio do link <http://www.trt16.jus.br/trtonline/>.

Quantitativo de edições em 2013

TRT on Line Ordinário - 49 (quarenta e nove), do nº 524/2013 ao 572/2013.

TRT on Line Extra - 19 (dezenove), do nº 80/2013 ao 98/2013.

ATIVIDADES DE ASSESSORIA

Expedição de Press-kit

Press-kit ou Pacote de Imprensa é um pacote de informações (notícias) com uma amostra/réplica do produto ou o próprio produto que se quer noticiar, fotos de divulgação, credenciais de imprensa e outros itens que facilitem a cobertura jornalística sobre o que se quer divulgar, e estimulem os jornalistas a publicar a intenção do assessorado. No formato de distribuição de noticiário, são informações oriundas da Seção de Comunicação, cujos releases acerca da matéria que se quer divulgar são inseridos neste kit, como entrevistas de magistrados e ministros, informações sobre serviços disponíveis para os leitores da região ou cidade em que o fato vai acontecer, oferta de respostas a dúvidas dos leitores locais e outras formas de interatividade. Em 2013, a Seção de Comunicação expediu 15 press-kits.

Notas Exclusivas

Foram expedidas 10(dez) notas exclusivas.

Notas Oficiais

No decorrer do ano foram expedidas 05 (cinco) notas oficiais.

Sugestões de Pauta

Ao longo de 2013, foram distribuídas 16 (dezesesseis) sugestões de pauta à imprensa em geral.

Nota de Pesar

04 (quatro) notas de pesar foram publicadas no site oficial do Tribunal.

Releases

Visa à disseminação de notícias da área fim e da área institucional aos veículos de comunicação para divulgação. Em 2013, foram divulgados 358 releases.

REDES SOCIAIS

O uso das redes sociais pelo TRT do Maranhão tem diretrizes estabelecidas pela Resolução Administrativa nº 212/2011, mas o Tribunal só ingressou nas redes no dia 19 de março de 2012, quando passou a fazer uso do Flickr, Twitter e Facebook. As páginas

institucionais são gerenciadas pela Seção de Comunicação Social. Os conteúdos postados têm caráter informativo, sem cunho oficial. Também estão baseados em critérios jornalísticos como objetividade, clareza, temporalidade e precisão.

Em 2013, o TRT atingiu níveis consideráveis de influência nas redes sociais, tornando-se fonte de informação para os internautas. Cresceu o número de seus seguidores no Twitter, que apresentou um crescimento de 71,22% com quase 1.000 seguidores a mais (2.351 em abril e 3.342 em dezembro), com crescimento em média de 3,3 novos seguidores a cada dia desde setembro, o que representa interesse dos internautas pelas notícias do Tribunal e confiabilidade na instituição e no conteúdo disponibilizado. Além do Twitter, a instituição está inserida no Facebook, a maior mídia social dos últimos anos, com mais de 690 amigos no perfil TRT-Maranhão Ascom e com 568 curtidas na funpage, com um crescimento de quase 95,68%, de abril a dezembro de 2013.

Durante esses últimos meses de crescimento, a Seção de Comunicação Social estudou estratégias de ação na internet, de forma a potencializar cada vez mais a participação do TRT-MA nas redes, como por exemplo, a sua participação em congressos acadêmicos sobre o tema e encontros das Assessorias de Comunicação da Justiça do Trabalho. A rede está em fase de constante crescimento e construção, consolidando a imagem da instituição e confiabilidade no trabalho desenvolvido, e no retorno que oferece à sociedade.

A Justiça do Trabalho hoje busca melhorar cada vez mais a comunicação com seus diversos públicos, e as redes sociais são ferramentas importantes na massificação dos direitos trabalhistas, além de serem fundamentais para dar mais transparência aos atos administrativos da instituição.

EXPOSIÇÃO TRABALHO SEGURO

A Seção de Comunicação Social colocou em cartaz, no período de 02 a 29 de maio de 2013, no Cemoc, a exposição Trabalho Seguro, extraída das charges do calendário temático, de autoria dos artistas e servidores do TRT, Henrique Couto e Ronnie Duarte.

POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO

A Seção de Comunicação apresentou à administração três propostas de políticas de comunicação para 2013: Trabalho Seguro, CLT 70 anos e TRT 25 Anos.

Campanha Trabalho Seguro

Teve como objetivo o cumprimento da Meta 6 do TST, que trata da divulgação de mensagens educativas sobre saúde, segurança e meio ambiente do trabalho, com foco na prevenção de acidentes de trabalho, por mecanismos de comunicação de massa. Para divulgação, foram utilizadas inserções das frases educativas nos contracheques de

magistrados e servidores ao longo de todo o ano, bem como campanhas de outdoor e banner eletrônico no site do Tribunal.

CLT 70 anos

A política de comunicação da Campanha CLT 70 Anos teve como objetivo propiciar a ampla divulgação da efetiva participação do TRT16 nas comemorações dos 70 anos da CLT desenvolvidas em nível nacional pelo Tribunal Superior do Trabalho-TST e Conselho Superior da Justiça do Trabalho-CSJT. Para divulgação, foram utilizadas campanhas de outdoor e banner eletrônico no site do Tribunal.

TRT 25 anos

A política de comunicação dos 25 Anos do Tribunal trata das comemorações alusivas aos 25 anos do TRT16 em 2014. A atividade já conta com peças como outdoor, banner eletrônico no site do Tribunal, agenda, calendário e revista institucionais editados pela unidade e outras atividades.

CAMPANHAS DE OUTDOOR

Campanhas externas (outdoor e backbus)

Em 2013, foram desenvolvidas dez campanhas externas de outdoor, utilizadas na divulgação dos eventos realizados pela instituição, com criação, impressão em policromia e colagem de 10 placas para cada campanha veiculada em espaços privados. Foram duas campanhas do Trabalho Seguro; duas do PJe; uma referente às comemorações dos 70 anos da CLT; três do VIII Congresso Internacional de Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho (duas de outdoor e uma em backbus); uma do TRT na Escola; uma da Semana de Execução e uma da Semana de Conciliação.

Campanhas internas (outdoor)

Também houve a utilização das placas internas de outdoor do Foro e do TRT em 16 eventos, a exemplo do PJe, TRT Cantos e Encantos, Semana de Saúde, Semana de Execução, Semana de Conciliação, CLT 70 anos, VIII Congresso Internacional de Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho, Meta 1 e Mensagem de Fim de Ano.

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS NACIONAIS

Em 2013, a Seção de Comunicação participou dos seguintes eventos:

- **Encontro Nacional de Comunicação do Poder Judiciário**, em 25 e 26 de fevereiro;
- **Duas reuniões no CSJT** para tratar da Política de Comunicação da Campanha dos 70 anos da CLT, em 18/03, e da Campanha da Semana da Execução, no dia 26/07;
- **Reunião dos Assessores da Justiça do Trabalho**, que ocorreu paralela à 4ª Reunião do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho

(Coleprecór), no TRT da 2ª Região (SP), em 27/06 – Na oportunidade, foi elaborada uma proposta para regulamentar o uso uniforme das redes sociais como meio de divulgação no âmbito da Justiça do Trabalho. A proposta foi enviada ao Colégio para apreciação. Dos 18 TRTs representados no encontro, o do Maranhão foi o único que já havia instituído o uso das redes sociais na internet, que é regulamentado pela Resolução nº 212/2011 do Tribunal Pleno;

- **III Encontro Nacional dos Núcleos de Conciliação**, em 05/08, na sede do Conselho da Justiça Federal, em Brasília, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para tratar da Política de Comunicação da VIII Semana Nacional de Comunicação;
- **IX Congresso Brasileiro de Assessores de Comunicação da Justiça-CONBRASCOM 2013**, organizado pelo Fórum Nacional de Comunicação & Justiça-FNCJ e destinado a assessores de comunicação, ministros, magistrados, procuradores, promotores, advogados, jornalistas e universitários, nos dias 10 e 11/10.

COBERTURAS JORNALÍSTICAS

Coberturas jornalísticas judiciais

Cobertura da Semana de Execução

Magistrados da Justiça do Trabalho do Maranhão (JT-MA) atuaram como divulgadores da Semana Nacional de Execução Trabalhista, que ocorreu no período de 26 a 30 de agosto de 2013, em todas as Varas Trabalhistas da Região. Com a divulgação, foram atendidas 2.119 pessoas durante a semana.

O vice-presidente e corregedor do TRT-MA, Luiz Cosmo da Silva Júnior deu entrevista ao Bom Dia Mirante, da TV Mirante, na manhã do dia 26/08. No mesmo dia, o juiz auxiliar da Presidência do TRT, Manoel Lopes Veloso Sobrinho, foi ao programa Bom Dia Maranhão, da TV Difusora. Em seguida, ele concedeu entrevista na Rádio Difusora AM, no programa Manhã Difusora, apresentado pelo radialista Silvan Alves.

Ainda em 26/08, a juíza titular da 5ª Vara do Trabalho de São Luís, Noélia Maria Cavalcante Martins e Rocha, concedeu entrevista à TV Cidade. O juiz auxiliar da Presidência do TRT, Manoel Lopes Veloso Sobrinho, também falou com a TV Cidade e esclareceu detalhes sobre os dois leilões realizados pelo TRT-MA durante a Semana de Execução.

Em entrevista para a TV Difusora, o juiz Fernando Luiz Duarte Barboza citou os maiores devedores da Justiça do Trabalho no Maranhão e fez esclarecimentos sobre o agendamento de audiências durante a Semana de Execução.

Em 27/08, o diretor do Foro Astolfo Serra, juiz titular da 3ª Vara do Trabalho de São Luís, Paulo Mont'Alverne Frota, concedeu entrevistas para a TV Guará, TV Brasil e TV

Assembleia. Durante as entrevistas, o magistrado destacou a importância da semana e convidou as partes envolvidas em processos trabalhistas, em fase de execução, para participarem da semana.

Por fim, no dia 29/08, o juiz Paulo Mont'Alverne foi o entrevistado do programa Rádio Opinião, na Rádio Universidade FM. Os veículos de comunicação de São Luís também foram aliados na divulgação da Semana Nacional de Execução Trabalhista. Os spots e vídeos de divulgação foram enviados para as Rádios e TVs Mirante, Difusora e Cidade, bem como para a TV Maranhense, TV Guará e Rádio Universidade.

Cobertura da Semana Nacional de Conciliação

A Comunicação procedeu à divulgação das peças publicitárias encaminhadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Também providenciou banner digital inserido no site do TRT, cartazes, camisas. Ainda foram enviados os spots e vídeos de divulgação para as Rádios e TVs Mirante, Difusora e Cidade, bem como para a TV Maranhense, TV Guará e Rádio Universidade.

Com a participação do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TRT, formado pelos magistrados o des. Luiz Cosmo da Silva Júnior (presidente do Núcleo) e demais membros, os juízes Manoel Lopes Veloso Sobrinho, Paulo Sérgio Mont'Alverne Frota, Maurílio Ricardo Neris e o servidor Francisco Antônio Cerqueira Amaral, a Comunicação, a exemplo do que ocorrera na Semana de Execução, também facilitou que os magistrado tivessem acesso às mídias para dar entrevista sobre a VIII Semana Nacional de Conciliação.

Cobertura jornalística da implantação do PJe em 100% da 16ª Região

A Seção de Comunicação do TRT fez a cobertura da implantação do PJe em todas as varas em que o sistema foi implantado e no TRT. O lançamento do sistema ocorreu em dezembro de 2012 (classe-piloto ação rescisória), pelo então presidente do TST, ministro João Oreste Dalazen, que também instalou na VT de Barreirinhas. Ainda em 2012, sistema foi implantado nas Varas do Trabalho de Chapadinha (12/12) e Presidente Dutra (14/12).

Dando continuidade ao cronograma de implantação do sistema, durante todo o ano de 2013, a equipe da Seção de Comunicação Social deu toda a cobertura para as solenidades de instalação do PJe na capital e no interior, responsável pelo trabalho de assessoria de imprensa junto à mídia local e regional, convocando a imprensa, elaborando releases, enviando sugestões de pautas e visitando as redações.

Também fez o acompanhamento fotográfico de todos os momentos da obra, para fins de memória institucional, tendo apresentado durante a solenidade uma clipagem fotográfica

dos principais momentos, assim como realizou a cobertura da capacitação para magistrados, servidores e advogados nas respectivas unidades em que o sistema foi implantado.

Coberturas realizadas

- Curso de capacitação do PJe – 28/01;
- Palestras sobre o PJe-JT para advogados – 01/02;
- Curso de Capacitação para Magistrados das VTs da capital – 04/02;
- Implantação do PJe nas Varas do Trabalho de São Luís (2ª, 3ª e 7ª) – 15/02/2013, quando o então presidente do TST, ministro Orestes Dalazen, implantou o Sistema nas três varas da capital.
- Implantação do PJe nas demais VTs da capital (1ª, 4ª, 5ª e 6ª) – 28/02;
- Implantação do PJe na Vara do Trabalho de Timon – 25/03;
- Implantação do PJe na Vara do Trabalho de Pedreiras – 05/04;
- Implantação do PJe na Vara do Trabalho de Pinheiro – 13/09;
- Implantação do PJe na Vara do Trabalho de Estreito – 27/09;
- Implantação do PJe na Vara do Trabalho de Caxias – 11/10;
- Implantação do PJe na Vara do Trabalho de Santa Inês – 18/10;
- Implantação do PJe na Vara do Trabalho de Barra do Corda – 25/10;
- Implantação do PJe na Vara do Trabalho de Bacabal – 08/11;
- Implantação do PJe nas Varas do Trabalho de Açailândia, 1ª e 2ª Varas do Trabalho de Imperatriz – 22/11;
- Implantação do PJe na Vara do Trabalho de Balsas – 29/11;
- Implantação do PJe na Vara do Trabalho de São João dos Patos – 16/12;
- Inspeção da Corregedoria-geral da Justiça do Trabalho – de 8 a 10/07;
- Varas itinerantes – coberturas das varas itinerantes, mormente no interior;
- Pagamentos de precatórios;
- Acordos do Núcleo Conciliatório de Recurso de Revista e Agravo de Instrumento.

Coberturas jornalísticas institucionais

Cobertura de construção e entrega de novas sedes de unidades administrativas e judiciais

A Seção de Comunicação Social colaborou com a solenidade para a inauguração de várias unidades administrativas e judiciais, tendo sido também responsável pelo trabalho de assessoria de imprensa junto à mídia local e regional, convocando a imprensa, elaborando releases, enviando sugestões de pautas e visitando as redações. Também fez o acompanhamento fotográfico de todos os momentos da obra, para fins de memória

institucional, tendo apresentado durante a solenidade uma clipagem fotográfica dos principais momentos:

Sala-cofre

Um investimento da ordem R\$2,3 milhões foi realizado pela Justiça do Trabalho para garantir total segurança do PJe no Regional 16 e nas Varas do Trabalho do Estado. Todas as informações do banco de dados do sistema do PJe-JT no Maranhão estão protegidas por uma sala-cofre, cuja obra foi definitivamente recebida em 17 de dezembro de 2012, e que conta com dispositivos de segurança contra arrombamento, explosão, descarga eletromagnética, armas de fogo, inundações e gases corrosivos.

Centro de Tecnologia, Engenharia, Material e Logística

Inauguração em 12 de agosto de 2013. O centro está localizado no Anexo C do prédio-sede do Tribunal e abriga a Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicações, a Seção de Engenharia e a Coordenadoria de Material e Logística, que passaram a ocupar as novas instalações, ganhando maior espaço, conforto e funcionalidade.

Restaurante do prédio-sede do TRT

As novas dependências foram inauguradas no dia 12 de agosto de 2013. O local passou a contar com ambientação moderna e espaço de convivência, que oferecem mais conforto e qualidade de vida a magistrados, servidores, estagiários e terceirizados da Justiça do Trabalho.

Entrega definitiva da VT de Caxias

A entrega definitiva da sede da VT Caxias ocorreu em 22 de agosto de 2013, com cobertura total da Seção de Comunicação, inclusive com sugestão de pauta para a mídia local, que compareceu ao evento e fez entrevista com a presidente do Tribunal e a juíza titular da vara trabalhista.

Entrega definitiva da VT de Barreirinhas

A entrega ocorreu definitivamente em 16 de janeiro de 2013.

Espaço Gourmet

Inauguração no dia 12 de agosto de 2013. O ambiente foi planejado para ser um local de convivência e de integração para magistrados e servidores.

Inauguração da sede própria da Vara do Trabalho de São João dos Patos

Dia 16 de dezembro de 2013.

Lançamento da Pedra Fundamental do Foro Manuel Alfredo Martins e Rocha

O lançamento ocorreu em 22 de novembro de 2013.

Novas instalações da Escola Judicial

A cerimônia de inauguração ocorreu no dia 03 de dezembro de 2013. Na ocasião, também foi inaugurado o Auditório “Professora Maria da Graça Jorge Martins”, em homenagem *in memoriam* à servidora falecida no ano de 1998. Na oportunidade, foi realizada homenagem aos ex-diretores da EJud com a inauguração da Galeria dos Diretores, composta das fotografias dos desembargadores que já dirigiram a Escola.

Solenidade de alteração do nome do prédio-sede da VT de Bacabal

O foro recebeu a nova denominação, no dia 08 de novembro de 2013, de “Foro Raimundo Benedito Amaral Martins”, em homenagem prestada ao trabalhador da construção civil que faleceu em 05 de agosto de 2011, vítima de acidente de trabalho, ocorrido em São Luís.

Funcionamento da Pauta Eletrônica

O sistema passou a funcionar no dia 06/12/2013. Foi cedido pelo TRT 14 (RO/AC).

Coberturas de eventos culturais e outras atividades

- VIII Congresso Internacional de Direito e Processo do Trabalho
Em agosto de 2013.
- TRT Cantos e Encantos – Show Justiça de Paz e Pão
Em 08 de outubro de 2013.
- Entrega do Prêmio Selo de Qualidade Judiciária
Em 08 de outubro de 2013.
- Dia Internacional da Mulher – 08 de março.
Programação contou com café da manhã. Com palestras e aula de dança do ventre.
- Dia das Mães – Em maio.

A data foi comemorada com a oferta de tratamento facial, realizado por profissionais do SENAC, bem como realização de workshop de maquiagem e oficina de origami.

- Confraternização junina – Em junho.

O evento ocorreu no estacionamento do Foro Astolfo Serra. A programação foi iniciada com a apresentação do Boi Encanto do Olho d’Água, seguido de dança do Cacuriá e dança portuguesa.

- Memória Corporativa
Lançamento do Programa Memória Corporativa em 26 de novembro.
- Dia das Crianças – Outubro.

Houve a apresentação do Grupo Xama Teatro, que apresentou o projeto “Baú de Histórias”.

- Dia do Servidor Público

Houve apresentação da peça teatral Pão com Ovo e coquetel.

- Celebração do Natal e Confraternização 2013

Houve um culto religioso e sorteio de presentes.

- Campanha de vacinação contra gripe - em 27 de julho e 4 de julho.
- Semana de Saúde – em setembro de 23 a 27, no TRT e FAS.

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Memorandos – expedidos 140 memorandos e 13 memorandos circulares.

Ofícios - expedidos 08 ofícios e 04 ofícios circulares.

Agenda do Dia – É o expediente interno da Seção de Comunicação que serve para os servidores, estagiários e terceirizados saberem quais as suas atividades diárias. No ano, foram feitas 250 agendas do dia, sendo 22 em janeiro, 17 em fevereiro, 18 em março, 21 em abril, 20 em junho, 23 em julho, 22 em agosto, 21 em setembro, 21 em outubro, 22 em novembro e 21 em dezembro.

Ordem de Serviço - 29.

Certidões - 35.

Despachos - 19.

Manifestações em processos administrativos – 06.

Gestão de Processos Administrativos

Processos Administrativos gerenciados em 2013

Em 2013, a Seção de Comunicação foi gestora de 07 processos administrativos:

- III Concurso de Reportagem;
- Calendário 2013;
- Clipagem e monitoramento de Mídias;
- Cobertura Fotográfica;
- Jornais institucionais (Parágrafo Único e Questão de Justiça);
- Outdoor 2013;
- Compra de máquina fotográfica.

Gestão de Processos Administrativos abertos em 2013 para gerenciamento em 2014.

Foram abertos 06 (seis) processos administrativos para a Comunicação gerenciar em 2014:

- Calendário de 2014 – PA 3393/2013.
- Revista 25 Anos do Tribunal – PA 3446/2013
- IV Concurso de Reportagem – PA 3459/2013.
- Cobertura Fotografia de 2014 – 3813/2013.
- Clipagem e Monitoramento de Mídias de 2014 – PA 3814/2013.
- Jornais Institucionais – PA 5454/2013;
- Outdoor 2014 – PA 6857/2013.

1.8 Seção de Cerimonial e Eventos

O Setor de Cerimonial e Eventos foi regulamentado em 20 de setembro de 2005, data da publicação do Regulamento Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região no Diário Oficial do Poder Judiciário.

Anteriormente, as atividades de Cerimonial e Eventos eram desenvolvidas pela Secretaria-Geral da Presidência e Serviço de Comunicação Social com a participação de servidores de Setores diversos designados para participar na realização dos Eventos desta Corte.

O Setor de Cerimonial e Eventos passou a desenvolver suas ações, a partir de julho de 2005, sob a direção da Secretaria-Geral da Presidência.

EVENTOS REALIZADOS

1. Organizou a Solenidade de Inauguração do Posto de Coleta Móvel do Projeto Ecocemar, ocorrida em 21/01/2013;
2. Apoio na organização da Palestra de Apresentação do Sistema de Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT aos operadores do direito, promovida pela Escola Judicial deste tribunal, no dia 05/02/2013, às 19h.
3. Organizou, em parceria com o cerimonial do TST e da Vale, a cerimônia do Ato Público pelo Trabalho Seguro na Construção Civil, evento realizado no dia 15/02/2013;
4. Organizou, em parceria com o cerimonial do TST, a Solenidade de implantação do Sistema de Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT na 2ª, 3ª e 7ª Varas do Trabalho de São Luis, ocorrida no dia 15/02/2013;
5. Organizou a Solenidade de Implantação do Sistema de Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT na 1ª, 4ª, 5ª e 6ª Varas do Trabalho de São Luis, ocorrida no dia 28/02/2013;

6. Organizou a comemoração ao Dia Internacional da Mulher, cuja programação envolveu um café da manhã, a palestra “Etiqueta” proferida pela Sra. Ana Valéria Almeida, professora do ENAC; a palestra “Cuidados com a pele”, ministrada por consultoras da Mary Kay e aula de Dança do Ventre com a professora Dayse Costa, do Centro de Criatividade Odylo Costa Filho.
7. Apoio na organização e realização da Culminância Geral do Programa “TRT na Escola”, ocorrida no dia 20/03/2013.
8. Organizou a Solenidade de Implantação do Sistema de Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT na Vara do Trabalho de Timon/MA, ocorrida no dia 25/03/2013;
9. Organizou a celebração religiosa (culto), realizada no dia 26/03/2013, em comemoração à Páscoa.
10. Organizou, em parceria com a Escola Judicial, o II Fórum de Prevenção de Acidentes do Trabalho, ocorrido em 26/4/2013;
11. Organizou a programação em homenagem ao Dia das Mães, realizada entre os dias 8 e 10/5/2013;
12. Organizou a Festa Junina promovida pela Presidência do TRT 16ª Região para magistrados, servidores, terceirizados, estagiários e seus familiares, ocorrida no dia 27/06/2013;
13. Organizou o protocolo de recepção à comitiva do Ministro Corregedor do TST, em Inspeção Judicial neste Tribunal, bem como a Solenidade de Outorga da Medalha da Ordem Timbira ao Senhor Ministro;
14. Organizou a Solenidade de Abertura da Exposição Comemorativa aos 70 Anos da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, ocorrida em 15/7/2013;
15. Apoio na organização do VIII Congresso Internacional de Direito do Trabalho, realizado no período de 1º a 2/8/2013;
16. Organizou a cerimônia de inauguração do Espaço Gourmet, Centro de Tecnologia, Engenharia, Material e Logística, bem como das novas instalações do Restaurante deste Regional, em 12/8/2013;
17. Organizou a solenidade de entrega efetiva da sede própria da Vara do Trabalho de Caxias, realizada em 22/8/2013;
18. Organizou a Solenidade de Implantação do Sistema de Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT na Vara do Trabalho de Pinheiro/MA, ocorrida no dia 13/9/2013;
19. Organizou a Solenidade de Implantação do Sistema de Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT na Vara do Trabalho de Estreito/MA, ocorrida no dia 27/9/2013;

20. Organizou a cerimônia na qual foi assinado Termo de Cooperação Técnica visando a constituição do Grupo de Promoção da Cidadania junto ao Estudante, realizada no dia 30/9/2013;
21. Apoio no Show de Justiça de Paz e Pão, segunda edição do projeto Cantos e Encantos, ocorrido no dia 8/10/2013;
22. Organizou a solenidade de premiação com o Selo de Qualidade, às Varas do Trabalho que alcançaram, nos anos de 2011 e 2012, os melhores resultados nas metas estabelecidas para os indicadores da atividade jurisdicional;
23. Organizou a Solenidade de Implantação do Sistema de Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT na Vara do Trabalho de Caxias/MA, ocorrida no dia 11/10/2013;
24. Organizou a Solenidade de Implantação do Sistema de Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT na Vara do Trabalho de Santa Inês/MA, ocorrida no dia 18/10/2013;
25. Organizou a solenidade de premiação do III Concurso de Reportagem da Justiça do Trabalho, ocorrida em 21/10/2013;
26. Organizou a programação em homenagem ao Dia das Crianças, realizada no dia 22/10/2013, no Auditório do prédio sede, com a participação do Grupo Xama Teatro, que fez a apresentação do projeto “Baú de Histórias”.
27. Organizou a Solenidade de Implantação do Sistema de Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT na Vara do Trabalho de Barra do Corda/MA, ocorrida no dia 25/10/2013;
28. Organizou a programação em comemoração ao Dia do Servidor Público, que contou com a apresentação da peça “Pão com Ovo”, no dia 29/10/2013;
29. Organizou a Solenidade de alteração da denominação do Fórum trabalhista de Bacabal e de Implantação do Sistema de Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT na Vara do Trabalho daquela cidade, ocorrida no dia 8/11/2013;
30. Organizou a Solenidade de Implantação do Sistema de Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT nas Varas do Trabalho de Açailândia e Imperatriz, bem como a cerimônia de lançamento da Pedra Fundamental das futuras instalações do Fórum Trabalhista de Imperatriz, ocorridas no dia 22/11/2013;
31. Organizou a Solenidade em comemoração aos 20 Anos de Instalação da Vara do Trabalho de Chapadinha, em 26/11/2013;
32. Organizou a Solenidade de Implantação do Sistema de Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT na Vara do Trabalho de Balsas/MA, ocorrida no dia 29/11/2013;

33. Organizou a Solenidade de Inauguração das novas instalações da Escola Judicial, do Auditório “Profª. Maria da Graça Jorge Martins” e da Galeria de Diretores da Escola Judicial, ocorrida em 3/12/2013;
34. Organizou a cerimônia de Culminância Geral do Programa TRT na Escola, em 9/12/2013;
35. Organizou a Confraternização Natalina para magistrados, servidores, terceirizados e estagiários deste Tribunal, ocorrida em 13/12/2013;
36. Organizou a Solenidade de Inauguração da sede definitiva da Vara do Trabalho de São João dos Patos e de Implantação do Sistema de Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT naquela vara trabalhista, ocorridas no dia 16/12/2013;
37. Organizou a solenidade de Posse dos novos dirigentes do TRT 16ª Região para o biênio 2014/2015.

Atividades Desenvolvidas

1. Atualização da lista de autoridades e informações institucionais no site do TRT 16ª Região;
2. Solicitação e emissão de bilhetes de passagem para servidores e magistrados;
3. Reserva de hotéis para magistrados e servidores;
4. Agradecimento de Convites e Cartões em nome da Desembargadora Presidente;
6. Redação de expedientes oficiais relativos aos eventos e assuntos do cerimonial;
7. Acompanhamento em visitas de autoridades ao TRT;
8. Encaminhamento de Cartões de Natal, Revistas, Agendas, Periódicos e similares para autoridades, servidores e magistrados;
9. Acompanhamento da Exma. Desembargadora Presidente do TRT 16ª Região em solenidades, bem como mesas de honra em que a mesma esteve presente.

1.9 Centro de Memória e Cultura

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Janeiro

- Não houve atividade de destaque.

Fevereiro

- Atualização da listagem de endereçamento de etiquetas
- Atualização do mailling eletrônico
- Acompanhamento da execução projeto novos expositores
- Acompanhamento execução projeto

- Criação de perfil nas redes sociais (Facebook)
- Abertura do calendário de exposições
- Relacionamento com artistas e expositores
- Acompanhamento projeto criação Espaço da Leitura

Março

- Exposição OUTRO JAPÃO, servidora Elizabeth Menezes

Abril / Maio

- Exposição OLHOS DA MENTE - A ARTE NÃO VÊ LIMITE
- EXPOSIÇÃO Trabalho Seguro e PJe

Junho

- EXPOSIÇÃO SOBRE CLT

Julho

- EXPOSIÇÃO CLT / CSJT

Agosto e Setembro

- EXPOSIÇÃO CICLO

Outubro/Novembro

- ARTE E BELEZA NA MELHOR IDADE

Novembro/Dezembro

- EXPOSIÇÃO PAISAGENS
- EXPOSIÇÃO SCRAP ARTE EM PAPEL

ATIVIDADES PERMANENTES

- Ampliação do número de visitantes
- No ano de 2012, o Centro de Memória e Cultura da Justiça do Trabalho recebeu **911 (novecentos e onze) visitantes**, totalizando, desde a sua inauguração, a passagem pelo CEMOC de **3.586 (três mil, quinhentas e oitenta e seis) pessoas**, entre servidores e visitantes em geral.

2 VICE-PRESIDÊNCIA E SECRETARIA DA CORREGEDORIA

Em 2013, a Vice-Presidência e Corregedoria Regional da 16ª Região buscaram zelar pelo regular funcionamento da Justiça do Trabalho no 1º Grau, observando os objetivos a seguir:

- Organizar a Secretaria da Corregedoria de modo a possibilitar a realização do trabalho em parceria com os servidores que compõem o quadro de pessoal da Vice-Presidência, tendo em vista o reduzido quadro funcional de que dispõe;
- Dar continuidade, no âmbito das Varas do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, aos trabalhos do Grupo de Apoio Móvel com a finalidade de auxiliar as Unidades Judiciárias que apresentem grande volume de demandas trabalhistas e atraso na movimentação processual, de modo a restabelecer o andamento normal das atividades da Secretaria;
- Conhecer, pelo contato direto ou por outros instrumentos disponíveis, a atual situação em que se encontram as Varas Trabalhistas da 16ª Região, nos seus aspectos estrutural, organizacional e, principalmente, jurisdicional;
- Designar Juízes do Trabalho Substitutos para auxílio e substituição nas Varas do Trabalho da 16ª Região;
- Proceder, quando da realização das Correições Ordinárias, à análise de autos processuais, por amostragem, visando aferir sua regular tramitação, mormente no que respeita aos prazos e atendimento das disposições constantes do Provimento Geral Consolidado do Regional, enfatizando, sobretudo, o caráter pedagógico de que se reveste o ato correcional;
- Conscientizar magistrados e servidores do papel da Corregedoria como órgão auxiliar para o desempenho, com qualidade, de suas atividades;
- Incentivar, no âmbito do 1º Grau, o caráter humanizador do atendimento a ser dispensado ao jurisdicionado.

OBJETIVOS

A elaboração do Relatório Anual de Atividades faz parte das atribuições da Assessoria Administrativa da Vice-Presidência e da Secretaria da Corregedoria. Tem como objetivo precípuo explicitar as atividades desenvolvidas, secundado pela necessária transparência nas informações das ações empreendidas.

Tem como objetivos específicos:

- Dar conhecimento da atuação da Vice-Presidência e Corregedoria aos Órgãos Superiores, ao Tribunal Pleno, aos magistrados, aos servidores e jurisdicionados;
- Dar publicidade do desempenho das unidades judiciárias do primeiro grau, após a consolidação dos dados estatísticos anuais.

GESTÃO DE PESSOAS

Histórico:

O cargo de Vice-Presidente e função Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região foram exercidos, no ano de 2013, pelo Desembargador **Luiz Cosmo da Silva Júnior**, cujo mandato, para o biênio 2012/2013, iniciou-se em 01/01/2012.

O Vice-Presidente, de acordo com o estabelecido na RA nº 211/2011, funciona nos feitos de competência do Tribunal, presidindo a Segunda Turma, ficando excluído da distribuição quando no exercício da Presidência ou quando afastado da sede do Regional por período superior a 03 dias, em função corregedora.

Em 2013, assim como ocorrera no ano anterior, o Vice-Presidente e Corregedor não contou com juiz para auxiliar nas atividades da Corregedoria.

Ausências legais do Vice-Presidente e Corregedor:

No ano de **2013**, o Desembargador Vice-Presidente esteve ausente, em função corregedora, nos seguintes períodos:

	Unidade Judicial Correccionada	Período da Correição
2.1	Diretoria do Fórum Astolfo Serra e Seção de Execução	28 a 31 de janeiro.
2.1	5ª e 6ª VT's de São Luís	25/02 a 1º/03/2013
2.1	3ª e 4ª VT's de São Luís	8 a 12/04/2013
2.1	Vara do Trabalho de Pinheiro	6 a 10/05/2013
2.1	Vara do Trabalho de Barreirinhas	20 a 24/05/2013
2.1	Vara do Trabalho de Chapadinha	03 a 07/06/2013
2.1	1ª e 2ª VT's de São Luís	17 a 21/06/2013
2.1	7ª VT de São Luís	8 a 12/07/2013
2.1	VT's de Açailândia e Estreito	15 a 19/07/2013
2.1	1ª e 2ª VT's de Imperatriz e Fórum Manoel Alfredo	22 a 26/07/2013
2.1	Vara do Trabalho de Barra do Corda	05 a 09/08/2013
2.1	VT's de Pedreiras e Presidente Dutra	19 a 23/08/2013
2.1	Vara do Trabalho de Balsas	02 a 06/09/2013
2.1	Vara do Trabalho de Santa Inês	09 a 13/09/2013
2.1	Vara do Trabalho de São João dos Patos	21 a 25/10/2013
2.1	Vara do Trabalho de Caxias	09 a 11/12/2013
2.1	Vara do Trabalho de Bacabal	09 a 13/12/2013

Participou das Reuniões do **COLEPRECOR**:

- a) Período: 05 e 06/03/2013 – Brasília/DF;
- b) Período: 24 e 25/04/2013 – Brasília/DF;
- c) Período: 27/06/2013 – São Paulo/SP;
- d) Período: 14/08/2013 – Extraordinária – Brasília/DF;
- e) Período: 28 e 29/08/2013 – Brasília/DF;
- f) Período: 30/10 a 1º/11/2013 – Cuiabá/MT;
- g) Período: 27 e 27/11/2013 – Brasília/DF.

Participou dos seguintes eventos:

- a) Solenidade de Posse dos novos dirigentes do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, no dia 7/01/2013;
- b) Solenidade de Posse dos novos dirigentes do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, no dia 1º/02/2013;
- c) 53º Congresso Brasileiro de Direito do Trabalho, em São Paulo/SP, no período de 23 a 26/06/2013;
- d) Conferência Nacional da Conciliação e Mediação, em Brasília/DF, no dia 28/6/2013;
- e) III Encontro Nacional dos Núcleos de Conciliação, em Brasília/DF, no dia 05/08/2013;
- f) Solenidade de posse do Excelentíssimo Desembargador do TRT 5ª Região, Sr. Cláudio Mascarenhas Brandão, no cargo de Ministro do TST, no dia 27/08/2013;
- g) Reunião com o Desembargador Presidente do TRT da 22ª Região, no dia 17/09/2013, para tratar de assunto relativo ao Termo de Cooperação Técnica celebrado com aquele Regional;
- h) Solenidade de Posse dos novos dirigentes do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, no dia 5/11/2013;
- i) Solenidade de Posse dos novos dirigentes do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, no dia 6/12/2013;
- j) Solenidade de Posse dos novos dirigentes do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, no dia 13/12/2013.

Esteve em gozo de férias nos seguintes períodos:

- a) 18/03 a 26/03/2013;
- b) 14/04 a 22/04/2013;
- c) 26/04 a 27/04/2013;
- d) 28/04 a 30/04/2013
- e) 02/05 a 05/05/2013;
- f) 10/06 a 16/06/2013;
- g) 1º/07 a 05/07/2013;

h) 23/09 a 06/10/2013.

Exercício da Presidência do Tribunal

O Vice-Presidente e Corregedor esteve no exercício da Presidência do Tribunal nos seguintes períodos: 01 a 05/01, 09 a 20/01, 22/02, 25 e 26/02, 08/03, 11 a 17/03, 14 a 17/10.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Vice-Presidência

O Gabinete da Vice-Presidência é constituído de duas assessorias: a Assessoria Administrativa, exercida por servidor lotado na Vice-Presidência, e a Assessoria Jurídica, exercida por servidor pertencente ao Gabinete do Desembargador.

Corregedoria

Em conformidade com o Regimento Interno, a função Corregedora é exercida pelo Vice-Presidente, a quem a Secretaria da Corregedoria está diretamente subordinada.

Quadro funcional da Vice-Presidência e Corregedoria:

Integram o quadro funcional da Vice-Presidência os servidores lotados no Gabinete da Vice-Presidência e aqueles lotados no Gabinete do Desembargador em exercício do cargo de Vice-Presidente.

A Secretaria da Corregedoria é diretamente subordinada ao Gabinete da Vice-Presidência.

No ano de 2013, o quadro funcional da Vice-Presidência e Corregedoria teve a seguinte composição:

Servidores Lotados na Vice-Presidência			
	Nome	Cargo/Função	CJ/FC
1.	Luiz Alberto Queiroz Lima	Técnico Judiciário/Assessor Administrativo	CJ-02
2.	Celia Cristina Nunes Muniz	Técnicos Judiciários	FC 05
3.	Camila Muniz Pinto		FC 04
Servidores Oriundos do Gabinete do Desembargador			
	Nome	Cargo	CJ/FC
4.	Raimundo da Conceição Costa Lindoso	Assessor de Desembargador	CJ-03
5.	Luiz Sadoque de Lima Matos	Analistas Judiciários	FC-03
6.	Patrícia Vasconcelos de Almeida		FC-05
7.	Ciro Ibiapina Cardoso		FC-05
8.	Mauro Sales Fortes		-
9.	Lucyanara Valente Nunes Raposo	Técnicos Judiciários	FC-05
10.	Francisco Antonio Cerqueira Amaral		FC-05
11.	Antonia Tânia Maria de Castro Silva		FC-05
12.	Maria Teresa Santana		Servidora Requisitada

Servidores Lotados na Secretaria da Corregedoria			
	Nome	Cargo	CJ/FC
13.	Antonio Manoel Costa Silva	Secretário da Corregedoria	CJ-03
14.	Ana Tereza Araujo Dias	Analista Judiciário	FC-04
15.	Fábio Henrique Soares	Técnicos Judiciários	FC- 05
16.	Olívia Maria Oliveira Almeida		FC-04

Tendo em vista o reduzido número de servidores integrantes do quadro funcional da Corregedoria e o volume de atribuições do Setor, as duas servidoras da Vice-Presidência, Celia Cristina Nunes Muniz e Camila Muniz Pinto, desde a data das respectivas lotações, atuaram na Secretaria da Corregedoria.

Qualificação profissional do quadro de servidores:

A capacitação e o aperfeiçoamento profissional do quadro de pessoal é requisito importante para a prestação de serviço de qualidade em qualquer organização de trabalho.

Neste contexto, no ano de 2013, os servidores lotados na Vice-Presidência e Corregedoria participaram dos seguintes **cursos e eventos**:

	Nome	Curso	Carga horária
1.	Antonio Manoel Costa Silva	Curso de Gestão Estratégica	20 horas
		Inserção dos Tratados de Dir. Humanos no Sistema Jurídico.	4 horas
2.	Ana Tereza Araujo Dias	Fundamentos da Administração Pública	60 horas
		Curso de Gestão Estratégica	20 horas
		Noções de Direito Processual do Trabalho	120 horas
3.	Camila Muniz Pinto	Curso de Gestão Estratégica	20 horas
		Inserção dos Tratados de Dir. Humanos no Sistema Jurídico.	4 horas
4.	Célia Cristina Nunes Muniz	Curso de Gestão Estratégica	20 horas
		Oficina de Enc. Projeto “Banco Nacional de Autos Findos Trabalhistas”	9 horas
		Treinamento do Projeto “Banco Nacional de Autos Findos Trabalhistas”	14 horas
5.	Fábio Henrique Soares	Curso de Gestão Estratégica	20 horas
6.	Luiz Alberto Queiroz Lima	VII Congresso Internacional de Direito do Trabalho e Processo do Trabalho	12 horas
7.	Marcos Pires Costa	Curso de Gestão Estratégica	20 horas
		Noções de Direito Processual do Trabalho	120 horas
		PJe-JT 1º Grau	40 horas
		Treinamento Básico de Combate a Incêndio	2 horas
8.	Olívia Maria Oliveira Almeida	Curso de Gestão Estratégica	20 horas
		Noções de Direito Processual do Trabalho	120 horas

A capacitação em serviço da equipe da Vice-Presidência e Corregedoria totalizou **645** (seiscentas e quarenta e cinco) horas de aprendizagem.

ATRIBUIÇÕES DA VICE-PRESIDÊNCIA E CORREGEDORIA

As atribuições da Vice-Presidência e Corregedoria Regional encontram-se disciplinadas no Regulamento Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª região (fls. 35 e 36).

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Vice-Presidência

Atividades Judiciais

O Gabinete registrou a seguinte movimentação processual:

• Processos remanescentes de 2012

Iniciou as atividades, em 2013, com o saldo de 26 (vinte e seis) processos remanescentes do ano anterior para relatar, sendo 2 (dois) do Pleno e 24 (vinte e quatro) de Turma.

• Processos recebidos em 2013

No exercício de 2013, o Desembargador Vice-Presidente e Corregedor recebeu 558 (quinhentos e cinquenta e oito) processos como relator, sendo 12 (doze) vinculados ao Pleno e 546 (quinhentos e quarenta e seis) de competência da Turma.

• Redação de Acórdãos:

Foram redigidos 407 (quatrocentos e sete) acórdãos (14 (quatorze) líquidos). Desse total, sendo 6 (seis) referentes a processos julgados pelo Pleno e 401 (quatrocentos e um) pela 2ª Turma.

Atividades administrativas

Pela Vice-Presidência, durante todo o ano de 2013, foram expedidas 38 (trinta e oito) Portarias, 11 (onze) delas relativas à abertura de procedimento administrativo para avaliação de desempenho funcional e ético de magistrados e o restante, em sua maioria, relativas à autorização de viagens oficiais e concessão de diárias à Desembargadora Presidente Ilka Esdra Silva Araújo.

Corregedoria Regional

As metas de 2013 foram escolhidas pelos Presidentes dos Tribunais brasileiros no 5º Encontro Nacional do Judiciário, em 18 de novembro de 2011.

Em 2013 a Secretaria da Corregedoria acompanhou o cumprimento das seguintes metas:

01) Meta Nacional nº 01/2013 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimentos do que os distribuídos em 2013);

02) Meta Nacional nº 02/2013 (Julgar, até a 31/12/2013, pelo menos 80% dos processos distribuídos em 2009);

03) Meta Nacional nº 13/2013 (Aumentar em 15% o quantitativo de execuções encerradas em ralação ao ano de 2011);

04) Meta Prioritária nº 02/2010 (julgar todos os processos de conhecimento distribuídos até 31/12/2007) e

05) Meta Prioritária nº 03/2010 [reduzir em pelo menos 10% o acervo de processos na fase de cumprimento ou de execução e, em 20%, o acervo de execuções fiscais (referência: acervo em 31/12/2009)].

As metas 01/2013 e 13/2013, na primeira instância, foram cumpridas no ano de 2013.

Com o implemento do planejamento estratégico do Tribunal, no final do ano de 2009, foram definidos 48 (quarenta e oito) indicadores de desempenho, com as metas respectivas a serem alcançadas nos próximos cinco anos (2010 a 2014).

A Corregedoria Regional é co-gestora de 07 (oito) destes indicadores, os quais são, mensalmente, informados no Sistema de Gestão Estratégica - SIGEST:

- 1) Taxa de congestionamento na fase de conhecimento.
- 2) Índice de conciliação.
- 3) Prazo médio de julgamento.
- 4) Índice de processos antigos.
- 5) Índice de atendimento à demanda.
- 6) Taxa de congestionamento na fase de execução.
- 7) Itinerâncias.

Fale Corregedoria

O “Fale Corregedoria” foi instituído, no âmbito da Corregedoria Regional, como um *“canal de comunicação entre a instituição e os jurisdicionados para receber denúncias, pedidos de providências, críticas ou sugestões dos usuários como forma de ampliar os mecanismos de controle e aperfeiçoamento das atividades da Corregedoria da Justiça do Trabalho do Maranhão”*.⁴

Havendo manifestações dos usuários pelo Fale Corregedoria, são solicitados esclarecimentos e informações aos órgãos da Justiça do Trabalho ou às unidades competentes

⁴ Ato GVP nº 02-2004.

do Tribunal, para solução das manifestações, conforme estabelecido no art. 2º do Ato GVP nº 02/2004 que instituiu o Fale Corregedoria.

Manifestações recebidas

No ano de 2013, foram recebidas **132 (cento e trinta e duas)** manifestações na Corregedoria, por meio do Fale Corregedoria, sendo todas resolvidas e arquivadas no próprio ano de referência.

Matérias Abordadas

Para o controle das manifestações formuladas pelo Fale Corregedoria e detecção do nível de insatisfação ou satisfação dos usuários, a partir do segundo semestre/2009, estabeleceu-se, de acordo com a incidência dos pedidos, 04 (quatro) assuntos/matérias mais abordadas:

- a) Reclamações Trabalhistas, quando se referiam à tramitação processual em geral;
- b) Atendimento, quando se referiam ao atendimento dispensado ou pela unidade judiciária, de forma genérica, ou pelo magistrado ou pelo servidor;
- c) Área da Tecnologia da Informação, quando a manifestação estava relacionada com algum dos programas informatizados em uso no Tribunal, inclusive a página da web;
- d) Fora do Alcance, quando se referiam a assuntos alheios às atribuições da Corregedoria, tais como: consulta sobre andamento de processos, direitos trabalhistas, solicitação para fiscalização de empresas, orientação de como proceder em processo em curso, entre outras.

Ficou assim o demonstrativo das matérias abordadas nas manifestações formuladas em 2013:

MATÉRIAS ABORDADAS	INCIDÊNCIA
Reclamações Trabalhistas	103
Atendimento	01
Área da Tecnologia da Informação	01
Fora do Alcance	27
TOTAL	132

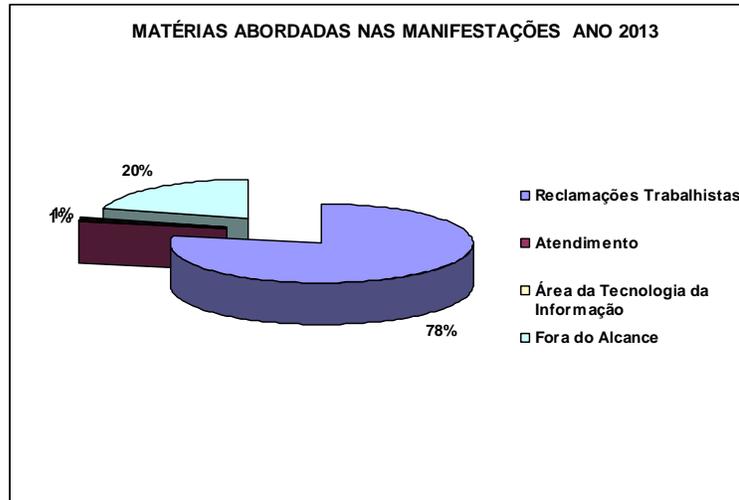


Gráfico 01

Tipos de manifestações recebidas

No formulário de manifestação, disponível no site do Tribunal, há quatro opções aos usuários para definirem o tipo de manifestação: sugestão, crítica, pedido de providência e outros.

Em 2013, ficaram assim distribuídos os tipos de manifestações recebidas:

TIPOS DE MANIFESTAÇÕES	INCIDÊNCIA
Pedido de providência	119
Outros	11
Crítica	02
Sugestão	00
TOTAL	132

Dos 119 (cento e dezenove) pedidos de providências recebidos, **83** (oitenta e três) foram relativos a reclamações dos jurisdicionados sobre a morosidade na tramitação de processos, sendo que em uma manifestação não foi informado o número do processo nem a Vara em que estaria tramitando.

As 83 (oitenta e três) manifestações sobre morosidade corresponderam a 62,8 % do total das manifestações, motivo pelo qual solicitavam auxílio da Corregedoria para imprimir celeridade nas ações. Em 16,8 % destes foi necessária a intervenção da Corregedoria junto às Varas respectivas, autuando-se **14** (quatorze) Pedidos de Providências.

As 82 (oitenta e duas) manifestações ficaram assim distribuídas entre as unidades judiciárias do 1º Grau:

VARAS TRABALHISTAS	MOROSIDADE NA TRAMITAÇÃO PROCESSUAL
1ª Vara do Trabalho de São Luís	05
2ª Vara do Trabalho de São Luís	03
3ª Vara do Trabalho de São Luís	13
4ª Vara do Trabalho de São Luís	16
5ª Vara do Trabalho de São Luís	07
6ª Vara do Trabalho de São Luís	02
Vara do Trabalho de Açailândia	01
Vara do Trabalho de Balsas	06
Vara do Trabalho de Bacabal	02
Vara do Trabalho de Barreirinhas	01
Vara do Trabalho de Caxias	04
1ª Vara do Trabalho de Imperatriz	08
2ª Vara do Trabalho de Imperatriz	06
Vara do Trabalho de Pinheiro	05
Vara do Trabalho de Timon	01
Núcleo de Execução	02
TOTAL	82

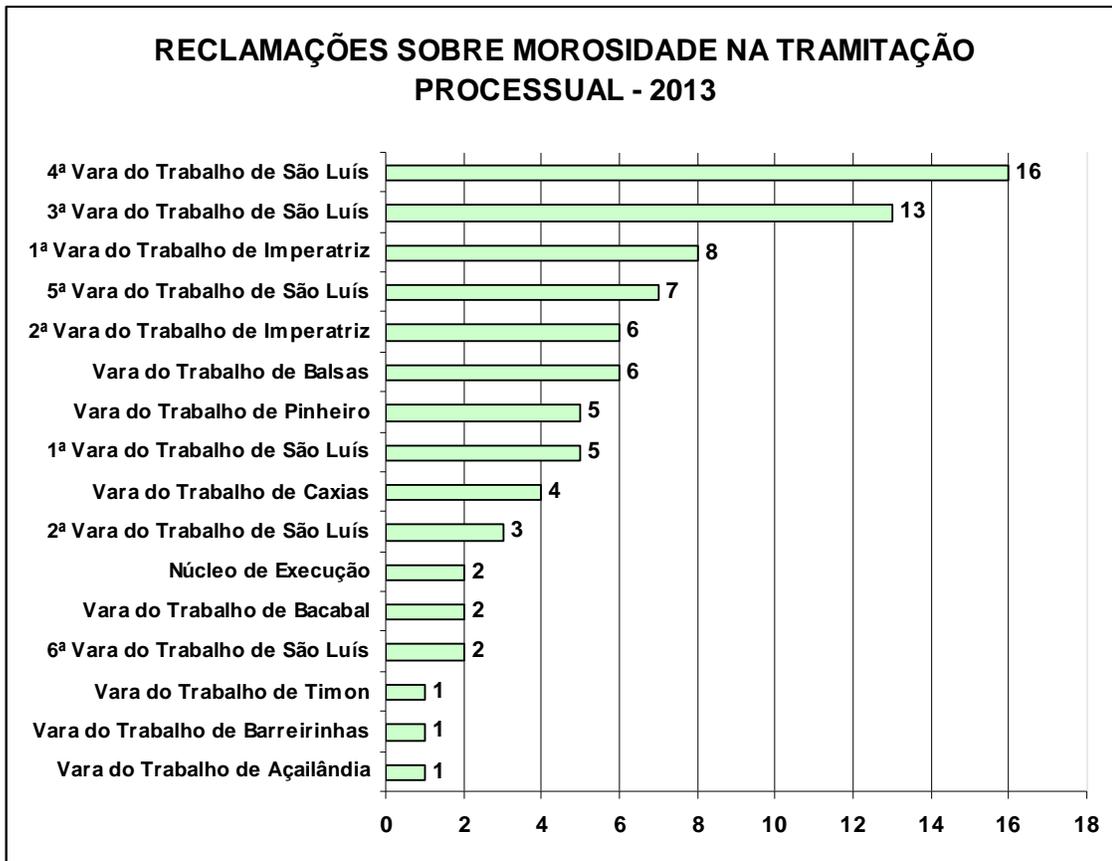


Gráfico 02

As 02 (duas) críticas recebidas, uma foi em relação à dificuldade de acesso ao Processo Judicial Eletrônico e outra foi em relação à resposta recebida pelo Fale Corregedoria.

Dentre as 11 (onze) manifestações enquadradas na tipologia outros, 09 (nove) versaram sobre assuntos fora do alcance das atribuições da Corregedoria, uma sobre atendimento dispensado na Vara do Trabalho de Balsas e outra sobre informações diversas sobre processo.

Meios de contato utilizados

O meio de contato mais utilizado pelos manifestantes é o meio eletrônico, correspondendo a 96% das manifestações.

MEIOS DE CONTATO	INCIDÊNCIA
Formulário Eletrônico	125
e-mail	02
Telefone	02
Pessoalmente	03
TOTAL	132

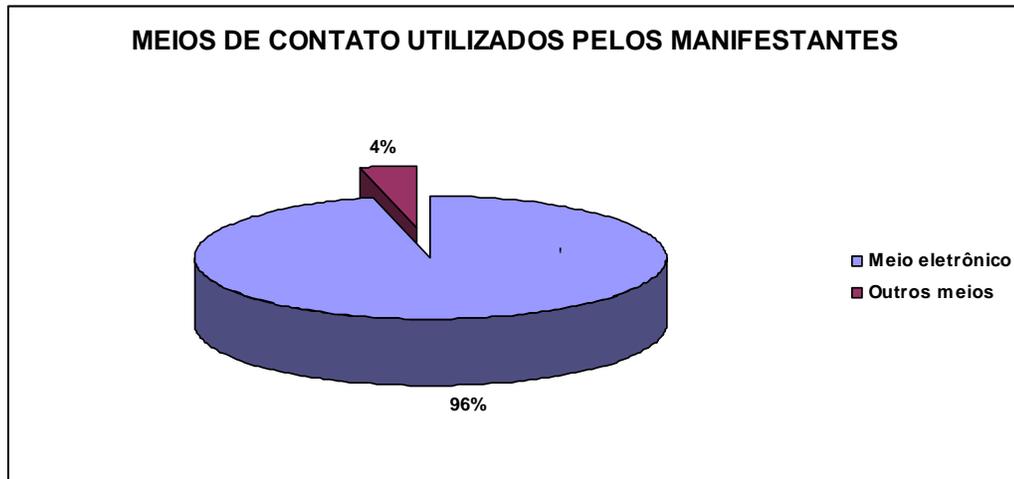


Gráfico 03

Relação dos manifestantes com o TRT 16ª Região

Os reclamantes em ações trabalhistas são os que mais formulam manifestações. Em 2013, corresponderam a 75% dos manifestantes e, na maioria das vezes, solicitavam celeridade no andamento de seus processos.

O maior número de reclamações, nesse sentido, foi em relação à 4ª Vara do Trabalho de São Luís, repetindo a situação dos últimos dois anos precedentes.

RELACIONAMENTO COM O TRT	INCIDÊNCIA
Reclamante	100
Reclamado	01
Advogado (a)	21
Outro	10
TOTAL	132

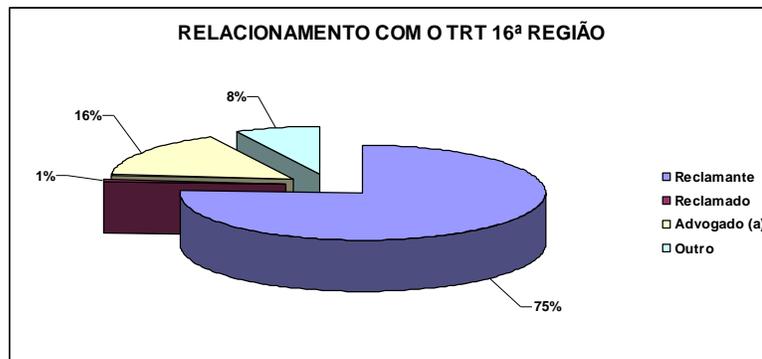


Gráfico 04

Demonstrativo das manifestações ingressas nos últimos SEIS anos

ANO	Nº DE MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS
Ano 2008	183
Ano 2009	268
Ano 2010	152
Ano 2011	157
Ano 2012	160
Ano 2013	132

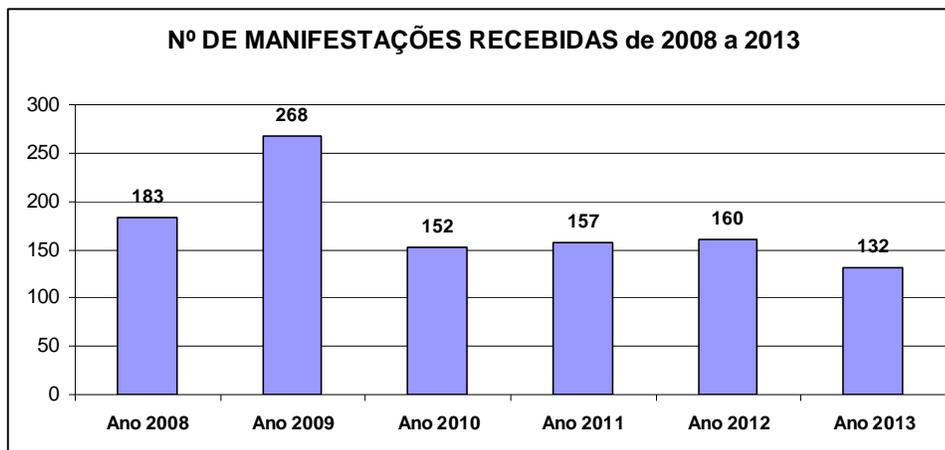


Gráfico 05

Pedidos de Providências

As solicitações que não se enquadram nas hipóteses de Reclamação Correccional são autuadas como Pedidos de Providências, os quais, em sua grande maioria, se referem a atrasos na tramitação de processos.

Em **2012**, foram autuados **22** (vinte e dois) Pedidos de Providências, dos quais 10 (dez) foram recebidos pelo canal Fale Corregedoria.

Do total autuado, foram resolvidos e arquivados **81,3%**, restando, ao final do ano, 4 (quatro) em tramitação, registrando-se prazo médio para resolução equivalente a **52** (cinquenta e dois) dias.

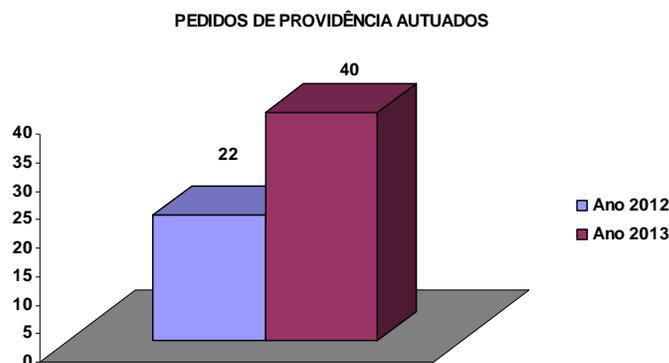


Gráfico 06

Em 2013, foram autuados **40** (quarenta) Pedidos de Providências, dos quais 10 (dez) foram recebidos pelo canal Fale Corregedoria.

Do total autuado, foram resolvidos e arquivados **88%**, restando, ao final do ano, 5 (cinco) em tramitação, registrando-se prazo médio para resolução equivalente a **38** (trinta e oito) dias.

Os 4 (quatro) processos remanescentes do ano de 2012, foram julgados pelo Corregedor, no exercício de 2013.

Dos 2 (dois) processos remanescentes do ano de 2011, 1(um) foi julgado pelo Corregedor, restando 1 (um) para o exercício de 2014, o qual se encontra autuado no módulo judicial.

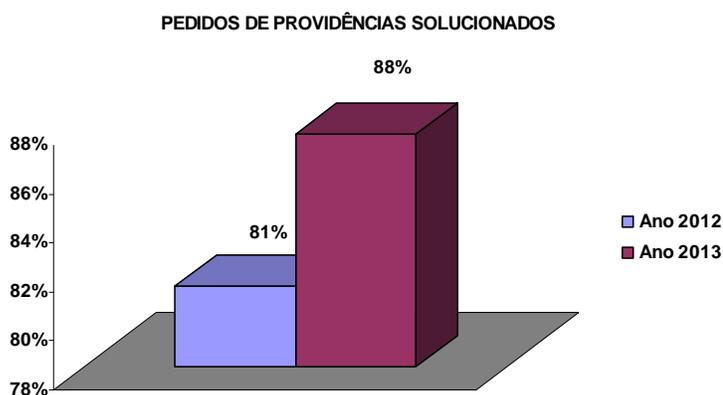


Gráfico 07

Com o objetivo de verificar o nível e a natureza da insatisfação dos jurisdicionados, de acordo com a incidência, destacaram-se 2 (dois) objetos/matérias, dentre os 40 (quarenta) pedidos de providências:

a) Morosidade - quando se referiam à lentidão na tramitação dos processos.

b) Desempenho – quando a solicitação estava relacionada com os procedimentos adotados pela Vara nos processos sob a sua responsabilidade.

OBJETO	INCIDÊNCIA
Morosidade	20
Desempenho	14
Outros	6
TOTAL	40

Dentre os vinte pedidos de providências cujo objeto foi morosidade na tramitação de processos, a maior incidência verificada foi em relação à 4ª Vara do Trabalho de São Luís, com 04 (quatro) pedidos.

Reclamações Correcionais

As Reclamações Correcionais são dirigidas a atos e/ou despachos dos juízes de primeiro grau que, no entender do requerente, hajam violado as normas processuais ou atentado contra o interesse público.

9 (nove) foram o total de processos de Reclamação Correcional autuados em 2013, tendo todos sido devidamente julgados pelo Corregedor.

O saldo de processos remanescentes do ano de 2012, também, foi julgado pelo Corregedor no exercício de 2013

Processos de Vitaliciamento

Compete à Corregedoria acompanhar a atuação do juiz vitaliciando durante o período em que se encontra em processo de confirmação do cargo, conforme RA nº 217/2013, de 9 de setembro de 2013, que revogou a Resolução nº 74/2009. Durante o ano de 2013, o Corregedor acompanhou a atuação do Juiz Vitaliciando, orientando-o quanto ao desempenho de suas funções, à idoneidade moral e a adaptação para o exercício do cargo (art. 4ª da RA 217/2013)

No exercício de 2013, 04 (três) novos juízes ingressaram nos quadros do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Sexta Região, são eles: Paulo Fernando da Silva Santos Junior, Roberta de Melo Carvalho, Guilherme José Barros da Silva e Cláudio Victor de Castro Freitas; sendo que os 03 (três) primeiros vieram por permuta e o último, nomeação em virtude de concurso público.

O procedimento administrativo de confirmação de juiz de 1º Grau no cargo é inaugurado por despacho do Corregedor Regional, cabendo à Secretaria da Corregedoria

acompanhar o andamento dos autos. Os dados informativos que devem instruir o processo de vitaliciamento estão enumerados nos artigos 3º e 5º da RA nº 217/2013.

Foram instaurados os seguintes processos de vitaliciamento no ano de 2013: 249/2013, 250/2013, 252/2013, 253/2013, 254/2013, 255/2013, 256/2013, 257/2013, 258/2013, 259/2013, 475/2013 e 6277/2013.

No exercício de 2013, foi definitivamente vitaliciado no cargo de juiz do trabalho substituto do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Sexta Região o Excelentíssimo Senhor LUCAS SILVA DE CASTRO, tudo conforme PA nº 249/2013.

Processos de remoção e promoção dos juízes de primeiro grau

A Corregedoria é responsável pela prestação de informações nos processos de remoção e promoção dos juízes de primeiro grau, no que se refere à avaliação de desempenho, em conformidade com o que preceitua o art. 12 da Resolução CNJ nº 106/2010. Os dados são extraídos dos boletins estatísticos das Varas em que estiveram em exercício, bem como do Sistema de Acompanhamento de Processos Trabalhistas – SAPT1 e sistema e-Gestão.

Em 2013, foram prestadas informações em **04 (quatro)** processos de permuta e **01 (um)** processo de promoção:

Nº PA	JUIZ(A) PERMUTADO(A)	ÓRGÃOS ENVOLVIDOS NA PERMUTA	PORTARIA GP
3321/2013	Marcelo Marques	Permutado para o TRT da 3ª Região	910/2013
4475/2013	Ricardo Machado Lourenço Filho	Permutado para o TRT da 10ª Região	1120/2013
6013/2013	Albeniz Martins e Silva Segundo	Permutado para o TRT da 8ª Região	1564-A/2013
4354/2013	Christina de Almeida Pedreira	Permutada para o TRT da 18ª Região	1136/2013

Nº PA	JUIZ PROMOVIDO	ÓRGÃO	ATO GP
678/2013	Carlos Eduardo Evangelista Batista dos Santos	Promovido para titularizar a VT de Açailândia	907/2013

Distribuição dos Juízes do Trabalho Substitutos para substituição e auxílio nas Varas do Trabalho que integram o Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região

Por meio da Portaria GP nº 17/2012, a Presidência deste Regional decidiu compartilhar competência com o Vice-Presidente para designar Juízes do Trabalho Substitutos para auxílio e substituição nas Varas do Trabalho da 16ª Região, conforme o disposto no Ato

Regulamentar nº 5/2010. O compartilhamento, segundo a mesma Portaria, se dá através do envio, pela Corregedoria, de indicação prévia à Presidência, onde são efetivamente efetuadas as referidas designações.

Durante o ano de 2013, as designações foram efetuadas de acordo com o quadro a seguir:

JUIZ	PORTARIA	VARA	PERÍODO	FIM
Marcelo Marques	024/2013	Barreirinhas	21 a 26/01/2013	Titularizar
Francisco José Monteiro Junior	1373/2012	Balsas	7/01 a 5/02 e 18/2 a 22/2/2013	Auxiliar
Carolina Burlamaqui Carvalho	009/2013	S. João dos Patos	14/1 a 12/2/2013	Auxiliar
Vinícius Hespanhol Portella	1376/2012	Açailândia	7/1 a 8/2	Titularizar
Albeniz Martins e Silva Segundo	1375/2012	Pedreiras	7/1 a 5/2 e 18/2 a 19/3/2013	Titularizar
Alisson Almeida de Lucena	029/2013	Pres. Dutra	21 a 25/1/2013	Titularizar
Gabrielle Amado Boumann	057/2013	Barreirinhas	6 a 8/2/2013	Titularizar
Liliane de Lima Silva	101/2013	Barreirinhas	25/2 a 1º/3/2013	Titularizar
Francisco José Monteiro Junior	070/2013	Balsas	18 a 22/2/2013	Titularizar
Mário Lúcio Batgniani	136/2013	1ª e 2ª VT's de IMP	25/2 a 1º/3/2013	Auxiliar
Vinícius Hespanhol Portella	096/2013	Açailândia	18 a 22/2/2/2013	Titularizar
Carlos Eduardo E. Batista dos Santos	100/2013	Açailândia	25/2 a 1º/3/2013	Titularizar
Joana D'arck Sanches da Silva Ribeiro	151/2013	5ª VT de SLZ	26/2 a 27/2/2013	Auxiliar
Albeniz Martins e Silva Segundo	244/2013	Pedreiras	18 a 22/2/2013	Titularizar
Marcelo Marques	78/2013	6ª VT de São Luís	6/2/2013	Titularizar
Francisco José Monteiro Junior	058/2013/	6ª VT de São Luís	7 e 8/2/2013	Auxiliar
Rafaella Messina Ramos de Oliveira	181/2013	Açaiândia	4/03 a 19/3/2013	Titularizar
Rafaella Messina Ramos de Oliveira	224/2013	Açailândia	20/03 a 22/3/2013	Titularizar
Albeniz Martins e Silva Segundo	244/2013	Pedreiras	4/03 a 19/3/2013	Titularizar
Ângela Cristina Carvalho Mota Luna	198/2013	Barreirinhas	11/03 a 15/3/2013	Titularizar

Marcelo Marques	211/2013	Pres. Dutra	19/03 a 22/3/2013	Auxiliar
Francisco Xavier de Andrade Filho	174/2013	3ª VT SLZ	01/03/2013	Auxiliar
Vinicius Hespanhol Portella	182/2013	Balsas	04/03 a 19/3/2013	Titularizar
Christina de Almeida Pedreira	253/2013	Açailândia	01/04 a 05/04/2013	Titularizar
Christina de Almeida Pedreira	253/2013	Açailândia	08/04 a 12/04/2013	Titularizar
Vinicius Hespanhol Portella	254/2013	Açailândia	15/04 a 19/04/2013	Titularizar
Sergei Becker	372/2013	Açailândia	22/04 a 26/04/2013	Titularizar
Sergei Becker	372/2013	Açailândia	29/04 e 30/04/2013	Titularizar
Marcelo Marques	262/2013	Barreirinhas	01/04 a 05/04/2013	Titularizar
Joana D'Arck Sanches da Silva Ribeiro	367/2013	Barreirinhas	15/04 a 19/04/2013	Titularizar
Francisco Jose Monteiro Junior	263/2013	Pres. Dutra	01/04 a 11/04/2013	Titularizar
Albeniz Martins e Silva Segundo	303/2013	Pedreiras	09/04 a 12/04/2013	Titularizar
Francisco Jose Monteiro Junior	399/2013	Pinheiro	23/04/2013	Titularizar
Vinicius Hespanhol Portella	352/2013	Balsas	22/04 a 26/04/2013	Auxiliar
Jean Fabio Almeida de Oliveira	258/2013	São João dos Patos	01/04 a 12/04/2013	Titularizar
Carlos Eduardo Evangelista Batista dos Santos	275/2013	4ª VT SLZ	02/04 e 03/04/2013	Auxiliar
Carlos Gustavo Brito Castro	275/2013	4ª VT SLZ	05/04/2013	Auxiliar
Alisson Almeida de Lucena	283/2013	7ª VT SLZ	03/04 a 30/04/2013	Auxiliar
Sergei Becker	434/2013	Açailândia	06/05 a 10/05/2013	Titularizar
Mário Lúcio Batgniani	444/2013	Açailândia	13/05 a 17/05/2013	Titularizar
Albeniz Martins e Silva Segundo	486/2013	Açailândia	20/05 a 24/05/2013	Titularizar
Albeniz Martins e Silva Segundo	486/2013	Açailândia	27/05 a 29/05/2013	Titularizar
Patrick Arruda Leon Serva	442/2013	Barreirinhas	13/05 a 17/05/2013	Titularizar
Marcelo Marques	430/2012	Pres. Dutra	08/05 e 09/05/2013	Auxiliar
Angelina Moreira de Sousa Costa	454/2013	Barra do Corda	20/05 a 24/05/2013	Auxiliar
Carlos Eduardo Evangelista	463/2013	Barra do	27/05 a	Auxiliar

Batista dos Santos		Corda	29/05/2013	
Vinicius Hespanhol Portella	458/2013	Balsas	20/05 a 24/05/2013	Auxiliar
Carlos Eduardo Evangelista Batista dos Santos	446/2013	S. J dos Patos	13/05 a 24/05/2013	Titularizar
Francisco Jose Monteiro Junior	437/2013	7ª VT SLZ	06/05 a 29/05/2013	Auxiliar
Mário Lúcio Batgniani	554/2013	Açailândia	03/06 a 07/06/2013	Titularizar
Gabrielle Amado Boumann	542/2013	Açailândia	10/06 a 28/06/2013	Titularizar
Patrick Arruda Leon Serva	530/2013	Barreirinhas	03/06 a 07/06/2013	Titularizar
Patrick Arruda Leon Serva	530/2013	Barreirinhas	17/06 a 21/06/2013	Titularizar
Francisco Jose Monteiro Junior	529/2013	Pres. Dutra	03/06 a 28/06/2013	Auxiliar
Vinicius Hespanhol Portella	495/2013	Balsas	24/06 a 28/06/2013	Auxiliar
Carlos Gustavo Brito Castro	550/2013	São João dos Patos	03/06 a 07/06/2013	Auxiliar
Joana D'Arck Sanches da Silva Ribeiro	573/2013	4VT SLZ	11/06 e 13/06/2013	Auxiliar
Francisco Xavier de Andrade Filho	681/2013	3ª VT SLZ	28/06/2013	Auxiliar
Jean Fabio Almeida de Oliveira	589/2013	NAEX	10/06 a 14/06/2013	Titularizar
Joana D'Arck Sanches da Silva Ribeiro	679/2013	NAEX	25/06 a 28/06/2013	Titularizar
Marcelo Marques	647/2013	Bacabal	24/06 a 28/06/2013	Titularizar
Rafaella Messina Ramos de Oliveira	678/2013	2ª VT IMP	24/06 a 27/06/2013	Auxiliar
Francisco Jose Monteiro Junior	682/2013	Açailândia	01/7 a 19/07/2013	Titularizar
Carlos Eduardo Evangelista Batista dos Santos	794/2013	Açailândia	22/07 a 31/07/2013	Titularizar
Patrick Arruda Leon Serva	688/2013	Barreirinhas	1/07 a 05/07/2013	Titularizar
Patrick Arruda Leon Serva	688/2013	Barreirinhas	8/07 a 12/07/2013	Titularizar
Mário Lúcio Batgniani	685/2013	Barra do Corda	15/07 a 19/07/2013	Auxiliar
Carolina Burlamaqui Carvalho	683/2013	Timon	8/07 a 26/07/2013	Auxiliar
Sergei Becker	687/2013	Balsas	22/07 a 26/07/2013	Auxiliar
Sergei Becker		Balsas	29/07 a 31/07/2013	

Joana D'Arck Sanches da Silva Ribeiro	774/2013	7ª VT SLZ	17/07 e 18/07/2013	Auxiliar
Gabrielle Amado Boumann	776/2013	7ª VT SLZ	22/07 a 26/07/2013	Auxiliar
Francisco Xavier de Andrade Filho	838/2013	7ª VT SLZ	31/07 e 01/08/2013	Auxiliar
Alisson Almeida de Lucena	689/2013	Presidente Dutra	2/07/2013	Titularizar
Francisco Jose Monteiro Junior	795/2013	Presidente Dutra	23/07 e 24/07/2013	Auxiliar
Jean Fabio Almeida de Oliveira	864/2013	Açailândia	5/08 a 9/08/2013	Titularizar
Francisco Jose Monteiro Junior	822/2013	Barreirinhas	29/07 a 01/08/2013	Titularizar
Fernando Luiz Duarte Barboza	896/2013	Barreirinhas	12/08 a 16/08/2013	Titularizar
Jean Fabio Almeida de Oliveira	979/2013	Barreirinhas	26/08 a 30/08/2013	Titularizar
Albeniz Martins e Silva Segundo	863/2013	Presidente Dutra	5/08 a 9/08	Titularizar
Jean Fabio Almeida de Oliveira	865/2013	Presidente Dutra	16/08 a 16/08/2013	Titularizar
Lucas Silva de Castro		Presidente Dutra	26/08 a 28/08/2013	Titularizar
Sergei Becker	873/2013	Balsas	5/08 a 9/08/2013	Titularizar
Sergei Becker	976/2013	Balsas	26/08 a 30/08/2013	Auxiliar
Francisco Xavier de Andrade Filho	838/2013	7ª VT SLZ	01/08/2013	Auxiliar
Lucas Silva de Castro		5ª VT SLZ	13/08/2013	
Joana D'Arck Sanches da Silva Ribeiro		2ª VT SLZ	13/08/2013	
Lucas Silva de Castro	929/2013	BACABAL	14/08 a 16/08/2013	Auxiliar
Francisco Jose Monteiro Junior	977/2013	BACABAL	26/08 a 30/08/2013	Auxiliar
Francisco Jose Monteiro Junior	866/2013	São João dos Patos	5/08 a 9/08/2013	Auxiliar
Francisco Jose Monteiro Junior	866/2013	São João dos Patos	12/08 a 16/08/2013	Auxiliar
Fábio Ribeiro Sousa	862/2013	São João dos Patos	19/08 a 23/08/2013	Auxiliar
Fábio Ribeiro Sousa	862/2013	São João dos Patos	26/08 a 30/08/2013	Auxiliar
Carolina Burlamaqui Carvalho	1048/2013	Açailândia	16/09 a 27/09/2013	Titularizar
Jean Fabio Almeida de Oliveira	1045/2013	Barreirinhas	9 a 13/09/2013	Titularizar

Jean Fabio Almeida de Oliveira	1045/2013	Barreirinhas	16/09 a 18/09/2013	Titularizar
Jean Fabio Almeida de Oliveira	1045/2013	Barreirinhas	23/09 a 27/09/2013	Titularizar
Francisco Jose Monteiro Junior	1088/2013	Presidente Dutra	23/09 a 27/09/2013	Auxiliar
Vinicius Hespanhol Portella	1063/2013	Balsas	23/09 a 27/09/2013	Auxiliar
Francisco Jose Monteiro Junior	1020/2013	7ª VT SLZ	2/09 a 6/09/2013	Auxiliar
Carlos Gustavo Brito Castro	1080/2013	7ª VT SLZ	9/09 a 30/09/2013	Auxiliar
Angelina Moreira de Sousa Costa	1184/2013	7ª VT SLZ	25/09/013	Titularizar
Joana D'Arck Sanches da Silva Ribeiro	1184/2013	7ª VT SLZ	26/09 e 27/09/2013	Titularizar
Francisco Jose Monteiro Junior	1052/2013	2ª VT IMP	9/09 a 13/09/2013	Auxiliar
Sergei Becker	1129/2013	2ª VT IMP	16/09 a 20/09/2013	Auxiliar
Sergei Becker	1129/2013	2ª VT IMP	23/09 a 27/09/2013	Auxiliar
Sergei Becker		2ª VT IMP	30/09/2013	Auxiliar
Francisco Jose Monteiro Junior	1066/2013	Pinheiro	16/09 a 20/09/2013	Titularizar
Gabrielle Amado Boumann	1086/2013	4ª VT SLZ	9/09 a 13/9/2013	Titularizar
Alisson Almeida de Lucena	1087/2013	4ª VT SLZ	10/09/2013	Titularizar
Joana D'Arck Sanches da Silva Ribeiro	1112/2013	4ª VT SLZ	11/09/2013	Titularizar
Elzenir Luande Franco	1112/2013	4ª VT SLZ	12/09/2013	Titularizar
Gabrielle Amado Boumann	1134/2013	5ª VT SLZ	18/09/2013	Titularizar
Elzenir Luande Franco	1134/2013	5ª VT SLZ	19/09/2013	Titularizar
Carlos Gustavo Brito Castro	1134/2013	5ª VT SLZ	20/09/2013	Titularizar
Gabrielle Amado Boumann	1147/2013	Caxias	23/09 a 27/09/2013	Titularizar
Maurílio Ricardo Neves	1140/2013	São João dos Patos	23/09 a 27/09/2013	Titularizar
Jean Fabio Almeida de Oliveira		7ª VT SLZ	30/09/2013	Titularizar
Francisco Xavier de Andrade Filho	1287/2013	Açailândia	29/10 a 30/10/2013	Titularizar
Alisson Almeida de Lucena	1220/2013	6ª VT SLZ	01/10 e 03/10/2013	Auxiliar
Francisco Xavier de Andrade Filho	1321/2013	6ª VT SLZ	16/10/2013	Auxiliar
Roberta Melo Carvalho	1321/2013	6ª VT SLZ	17/10/2013	Auxiliar
Francisco Jose Monteiro Junior	1253/2013	Barreirinhas	07/10 a 11/10/2013	Titularizar
Mário Lucio Batgniani	1317/2013	Barreirinhas	21/10 a	Titularizar

			25/10/2013	
Albeniz Martins e Silva Segundo	1185/2013	Balsas	30/09 a 04/10/2013	Titularizar
Jean Fabio Almeida de Oliveira	1246/2013	Balsas	07/10 a 18/10/2013	Titularizar
Francisco Jose Monteiro Junior	1271/2013	Balsas	21/10 a 25/10/2013	Titularizar
Maurílio Ricardo Neves		5ª VT SLZ	7/10/2013	Auxiliar
Gabrielle Amado Boumann	1272/2013	Pedreiras	08/10 a 10/10/2013	Titularizar
Angelina Moreira de Sousa Costa	1241/2013	São João dos Patos	07/10 a 11/10/2013	Titularizar
Jean Fabio Almeida de Oliveira	1347/2013	7ª VT SLZ	30/09 a 1/10/2013	Titularizar
Alisson Almeida de Lucena	1305/2013	7ª VT SLZ	17/10 e 18/10/2013	Auxiliar
Roberta Melo Carvalho	1326/2013	7ª VT SLZ	22/10 e 24/10/2013	Auxiliar
Alisson Almeida de Lucena	1344/2013	1ª VT SLZ	24/10/2013	Auxiliar
Patrick Arruda Leon Serva	1380/2013	Barreirinhas	04/11 a 08/11/2013	Titularizar
Paulo Fernando da Silva Santos Junior	1513/2013	Barreirinhas	25/11 a 29/11/2013	Titularizar
Roberta Melo Carvalho	1470/2013	Seção de Execução	11/11 a 22/11/2013	Titularizar
Alisson Almeida de Lucena	1454/2013	3ª VT SLZ	11/11 a 22/11/2013	Auxiliar
Carlos Gustavo Brito Castro		3ª VT SLZ	25/11 a 29/11/2013	Auxiliar
Joana D'Arck Sanches da Silva Ribeiro	1456/2013	4ª VT SLZ	11/11 a 14/11/2013	Auxiliar
Roberta Melo Carvalho	1457/2013	4ª VT SLZ	18/11 a 22/11/2013	Auxiliar
Alisson Almeida de Lucena	1510/2013	4ª VT SLZ	25/11/2013	Auxiliar
Elzenir Luande Franco	1379/2013	7ª VT SLZ	04/11 a 19/11/2013	Auxiliar
Joana D'Arck Sanches da Silva Ribeiro	1499/2013	7ª VT SLZ	22/11/2013	Auxiliar
Roberta Melo Carvalho		7ª VT SLZ	25/11 a 29/11/2013	Auxiliar
Paulo Fernando da Silva Santos Junor	1.463/2013	São João dos Patos	18/11 a 22/11/2013	Titularizar
Mário Lucio Batgniani	1507/2013	Bacabal	18/11 a 29/11/2013	Titularizar
Alisson Almeida de Lucena		Barreirinhas	02/12 a 6/12/2013	
Angelina Moreira de Sousa Costa		Barreirinhas	09/12 a 13/12/2013	
Paulo Fernando da Silva Santos	096/2014	Balsas	09/12 a	Auxiliar

Junior			13/12/2013	
Roberta Melo Carvalho		4ª VT SLZ	11/12/2013	
Roberta Melo Carvalho		NAEX	02/12 a 06/12/2013	Titularizar
Cláudio Víctor de Castro Freitas		7ª VT SLZ	02/12 a 06/12/2013	
Cláudio Víctor de Castro Freitas		7ª VT SLZ	09/12 a 13/12/2013	
Cláudio Víctor de Castro Freitas		7ª VT SLZ	16/12 a 19/12/2013	
Fábio Ribeiro Sousa		Pinheiro	02/12 a 06/12/2013	

Inspeção Judicial

O art. 197 do Provimento Geral Consolidado deste Eg. Tribunal preceitua que os Juízes Titulares das Varas devem realizar, obrigatoriamente, uma vez por ano, inspeção judicial na Vara do Trabalho sob a sua responsabilidade, podendo, ainda, em situações excepcionais, realizar inspeções judiciais extraordinárias.

No dia 31 de outubro de 2012, em sessão plenária, o Tribunal Regional do Trabalho da Décima Sexta Região editou a Resolução nº 210/2012, que determinou a concentração das datas para realização de inspeção judicial por todas as Varas da jurisdição, ficando estabelecido, em seu art. 2º, o período de 7 a 11 de janeiro de 2013 para a realização de Inspeção Judicial e regularidade dos serviços das Secretarias do Pleno e Turmas, bem como das Varas do Trabalho.

Registra-se que todas as Varas da Região encaminharam as Atas de Inspeção Judicial a esta Corregedoria, conforme estabelecido no art. 206 do Provimento Geral Consolidado.

Itinerância

A atividade itinerante, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, é disciplinada pela Resolução Administrativa nº 69/2003. O Provimento Geral Consolidado trata da matéria no Título IX.

No exercício de 2013, as seguintes Varas do Trabalho se deslocaram em caráter itinerante: Bacabal, Barra do Corda, Barreirinhas, Caxias, Chapadinha, Pedreiras, Presidente Dutra, São João dos Patos, Santa Inês e 1ª Vara do Trabalho de Imperatriz. Foram visitados **20** (vinte) municípios nessa atividade, quando foram realizadas **4.649** (quatro mil seiscentos e quarenta e nove) audiências, restando arquivados **382** (trezentos e oitenta e dois) processos, **481** (quatrocentos e oitenta e um) conciliados e **1.521** (mil quinhentos e vinte um) sentenciados. Dos trabalhos itinerantes resultou, ainda, o pagamento imediato aos reclamantes

da importância de R\$ 179.273,44 (cento e setenta e nove mil duzentos e setenta e três reais e quarenta e quatro centavos) e previsão de pagamento futuro de R\$ 3.048.067,30 (três milhões quarenta e oito mil sessenta e sete reais e trinta centavos).

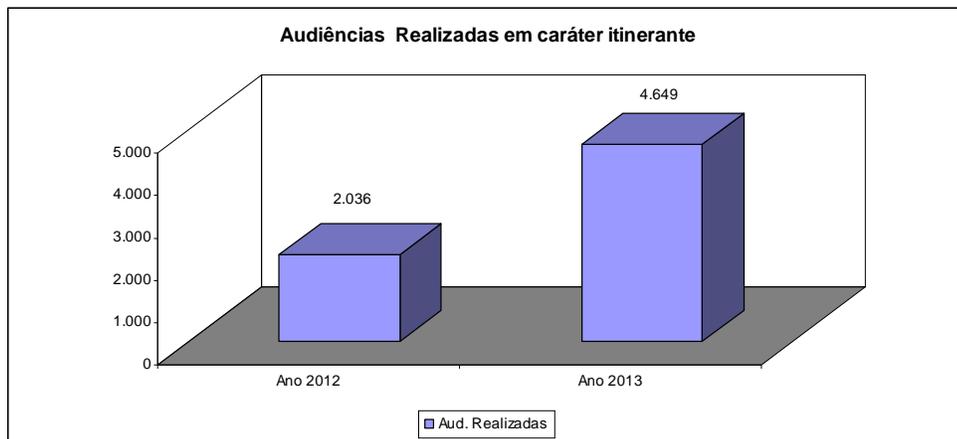


Gráfico 08

Indicador de Desempenho - Itinerâncias

Um dos indicadores estratégicos do Tribunal acompanhados pela Corregedoria diz respeito às itinerâncias e consiste em “aumentar em 2% ao ano o índice de audiências itinerantes”.

Em 2009, o TRT 16ª Região realizou **3.374** (três mil, trezentas e setenta e quatro) audiências itinerantes.

Tomando como referência o ano de 2009, temos o seguinte quadro demonstrativo do quantitativo de audiências itinerantes a serem realizadas até o final do período estabelecido no planejamento estratégico do Tribunal (2010-2014), para alcançar o resultado pretendido:

ANO	RESULTADO PRETENDIDO	RESULTADO ALCANÇADO
2010	3.441	4.952
2011	3.510	737
2012	3.580	2036
2013	3.652	4.649
2014	3.725	---

Em 2013, o Tribunal **ULTRAPASSOU** o cumprimento da meta.

Correções Ordinárias

Em 2013, o Corregedor Regional, realizou correções ordinárias em todas as 23 (vinte e três) Varas do Trabalho da 16ª Região, no Juízo Auxiliar de Execução, no Fórum Astolfo

Serra (Diretoria, Distribuição dos Feitos, Central de Mandados, Serviço de Cálculos e Setor de Portaria e Vigilância) e no Fórum Manuel Alfredo Martins e Rocha, discriminadas no quadro a seguir, por ordem cronológica da data de realização:

Nº	UNIDADE	PERÍODO
1.	Diretoria do Fórum Astolfo Serra e Juízo Auxiliar de Execução	28 a 31/01/2013
2.	5ª e 6ª Varas do Trabalho de São Luís	25/02 a 1º/3/2013
3.	3ª e 4ª Varas do Trabalho de São Luís	8 a 12/4/2013
4.	Vara do Trabalho de Pinheiro	6 a 10/5/2013
5.	Vara do Trabalho de Barreirinhas	20 a 24/5/2013
6.	Vara do Trabalho de Timon	27 a 29/5/2013
7.	Vara do Trabalho de Chapadinha	3 a 7/6/2013
8.	1ª e 2ª Varas do Trabalho de São Luís	17 a 21/6/2013
9.	7ª Vara do Trabalho de São Luís	8 a 12/7/2013
10.	Varas do Trabalho de Estreito e Açailândia	15 a 19/7/2013
11.	1ª e 2ª Varas do Trabalho de Imperatriz e Fórum Manoel Alfredo	22 a 26/7/2013
12.	Vara do Trabalho de Barra do Corda	5 a 9/8/2013
13.	Vara do Trabalho de Presidente Dutra	19 a 23/8/2013
14.	Vara do Trabalho de Balsas	2 a 6/9/2013
15.	Vara do Trabalho de Santa Inês	9 a 13/9/2013
16.	Vara do Trabalho de São João dos Patos	21 a 25/10/2013
17.	Vara do Trabalho de Caxias	9 a 11/12/2013
18.	Vara do Trabalho de Bacabal	9 a 13/12/2013

Objetivando a uniformidade dos procedimentos, para análise quantitativa e qualitativa da atividade judiciária desenvolvida pela Vara a ser correccionada, foi adotada a seguinte metodologia, em atendimento às determinações do Exmo. Desembargador Corregedor:

a) a análise quantitativa de todos os processos em tramitação na Vara no ano anterior ao da realização da correição, feita através dos dados informados no Boletim Estatístico e daqueles em tramitação no ano em curso, bem como por meio de relatórios gerenciais extraídos do SAPT1;

b) o exame, por amostragem, dos processos em trâmite na Vara correccionada, com especial atenção àqueles objeto de denúncia ou pedidos de providências junto à Corregedoria e/ou Ouvidoria, os quais foram solicitados previamente à Unidade ou no ato da correição;

Seguindo essa metodologia, em 2012 foram analisados pela equipe correccional **1.714** (mil setecentos e catorze) processos, dos quais **1.044** (mil e quarenta e quatro) receberam despachos correccionais, o correspondente a **60,91%** dos processos analisados.

Classes	Varas do Trabalho	Processos Analisados	Processos despachados
I	VT de Barreirinhas	94	38
II	VT de S. João dos Patos	56	28
	VT de Pedreiras	57	38
	VT Balsas	53	46
	VT de Timon	86	30
	VT de Caxias	68	45
IV	VT Açailândia	66	62
	VT de Bacabal	77	57
	VT de Estreito	90	25
	VT de Chapadinha	113	53
V	1ª VT de São Luís	85	45
	2ª VT de São Luís	49	43
	3ª VT de São Luís	58	51
	4ª VT de São Luís	74	65
	5ª VT de São Luís	82	67
	6ª VT de São Luís	105	76
	7ª VT de São Luís	52	31
	VT de Santa Inês	89	28
	VT de Barra do Corda	75	28
	VT de Pres. Dutra	92	26
VI	1ª VT de Imperatriz	50	46
	2ª VT de Imperatriz	59	46
	VT de Pinheiro	84	70
TOTAL		1714	1044

Grupo de Apoio Móvel – GAM

O Desembargador Vice-Presidente e Corregedor, considerando o grande volume de demandas trabalhistas nos últimos anos; o déficit de pessoal; a necessidade de agilizar a entrega da prestação jurisdicional e de alternativas para viabilizar os serviços pelas Varas do Trabalho, bem assim as diretrizes do Planejamento Estratégico deste Tribunal, consubstanciadas nos temas Eficiência Operacional e Acesso à Justiça e Efetividade, houve por bem alterar disposições do Provimento Geral Consolidado, criando e regulamentando, no âmbito das Varas do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, as atividades

exercidas pelo Grupo de Apoio Móvel – GAM, junto àquelas unidades judiciárias, o que fez mediante a edição do Provimento nº 001, de 15 de agosto de 2012.

Segundo previsão do referido provimento, é finalidade da atuação do Grupo de Apoio Móvel – GAM o restabelecimento do andamento normal das atividades das Secretarias das Varas do Trabalho e será composto por equipe formada por quatro servidores lotados no Gabinete do Desembargador Vice-Presidente e Corregedor, sendo facultada a cessão de servidores lotados em outros setores do Tribunal.

Os trabalhos realizados pelo GAM, cuja interferência na Vara do Trabalho se dará por iniciativa do seu Juiz Titular ou por quem suas vezes fizer, deverão ser coordenados pelo Secretário da Corregedoria, que manterá contato com Juízes e Diretores das Secretarias das Varas do Trabalho, controlará a jornada de trabalho dos seus integrantes e a produção diária da equipe e servidores lotados na Unidade, elaborando, ao final, relatório das atividades desenvolvidas.

Uma vez deferido o pedido pelo Desembargador Corregedor, a permanência do GAM na unidade será por até um mês, objetivando atualizar as pendências, podendo dito prazo ser prorrogado por igual período uma única vez, sendo que a Vara somente poderá voltar a receber a mesma ajuda após decorrido um ano da conclusão do período de atendimento extra.

Ressalta dito Provimento nº 001/2012 que o trabalho a ser realizado pelo GAM não inclui as atividades de atendimento a partes e advogados, de secretário de audiências e de arquivo, cabendo à Diretoria de Informática habilitar e prover os meios necessários para a utilização do sistema de acompanhamento processual pelos integrantes do Grupo, em cada uma das unidades judiciárias.

Uma vez encerrados os trabalhos na unidade solicitante, a Coordenação elaborará relatório circunstanciado, no prazo de 10 (dez) dias, a respeito das atividades desempenhadas na Vara do Trabalho e o submeterá ao Desembargador Vice-Presidente e Corregedor Regional, para exame e adoção das medidas que considerar necessárias.

Durante o ano de 2013, o GRUPO DE APOIO MÓVEL (GAM) atendeu as seguintes unidades:

- 2ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS – Os trabalhos foram realizados no período de 18/02/2013 a 19/04/2013, haja vista o pedido de prorrogação do Grupo de Apoio Móvel por um mês além do anteriormente deferido (Ofício nº 028/2013-724). A equipe, composta por Camila Muniz Pinto, Lucyanara Valente Nunes Raposo, Luiz Sadoque de Lima Matos e Patrícia Vasconcelos de Almeida, ficou dividida em dois segmentos: dois servidores responsáveis pela confecção de minutas de despachos e outros dois responsáveis pelo

cumprimento dos atos processuais determinados. Sob a orientação do Secretário da Corregedoria, Antonio Manoel Costa Silva, e do magistrado Fernando Luiz Duarte Barboza, Juiz no exercício da titularidade da unidade, as atividades da equipe consistiram em confeccionar minutas de despachos dos processos em trâmite, cumprindo, ato contínuo, os atos processuais determinados nas decisões judiciais, concentrando-se os trabalhos na identificação dos processos aptos à decretação de prescrição intercorrente, reunião de execuções contra o mesmo devedor e encerramento de execuções fiscais de ínfimo valor. Embora não haja sido possível discriminar o quantitativo de processos extintos por decreto da prescrição intercorrente, de execuções fiscais de ínfimo valor encerradas ou processos extintos por reunião de feitos contra o mesmo devedor, pode-se extrair de relatórios do Sistema SAPT1 que, no período de 18/02 a 19/04/2013, a unidade (servidores lotados na Vara do Trabalho e servidores do GAM) proferiu 2.455 (dois mil, quatrocentos e cinquenta e cinco) despachos e 401 (quatrocentos e um) processos foram arquivados. No mesmo período, expediu 276 (duzentos e setenta e seis) ofícios, 313 (trezentos e treze) mandados, 447 (quatrocentos e quarenta e sete) alvarás e 1.776 (um mil, setecentas e setenta e seis) notificações. Registra-se, também, que foi determinada, pelos servidores do GAM, a reunião de execuções contra 22 (vinte e duas) empresas, totalizando um montante de 176 (cento e setenta e seis) feitos a serem reunidos em apenas 22 (vinte e dois) processos, valendo ser ressaltado que a reunião determinada naqueles feitos ainda não repercutiu diretamente nos dados estatísticos da Vara, vez que inúmeras reclamações ainda não foram arquivadas por aguardarem prazo para manifestação dos litigantes. No dia 17/04/2013, em breve reunião de encerramento dos trabalhos, o Juiz Francisco Xavier de Andrade Filho agradeceu a prontidão da Corregedoria Regional em oferecer às unidades de primeiro grau essa força de trabalho desenvolvida pelo Grupo de Apoio Móvel, cuja atuação classificou como muito importante para a melhoria e desenvolvimento dos trabalhos na unidade de que faz parte, pensamento ratificado pelo servidor Paulo Sérgio Vale de Andrade, que acrescentou que, com a iniciativa as Varas só têm a ganhar.

- **VARA DO TRABALHO DE PINHEIRO** – Os trabalhos foram desenvolvidos na Unidade requisitante, inicialmente, no período de 3 a 21 de junho de 2013. Nesse intervalo, restou constatado o seguinte: entre os dias 3 e 5/6, foram expedidos 688 (seiscentos e oitenta e oito) mandados judiciais, não sem antes restarem atualizados os créditos em 259 (duzentos e cinquenta) processos correspondentes; nos dias 6, 7, 10 e 11 do mesmo mês, a equipe procedeu à localização dos autos e a juntada neles de 401 (quatrocentas e uma) petições intermediárias do grande volume que apresenta essa pendência, fazendo, na mesma

oportunidade, triagem para reunião dos processos que tratavam da mesma matéria, visando, assim, à facilitação da elaboração da minuta de despachos, o que foi feito entre os dias 12 e 14; ainda no dia 12, feito o controle dos processos com prazo vencido para cumprimento de acordos; também entre os dias 13 e 14, sob a orientação do Secretário da Corregedoria e com ele, separaram, em lotes, os processos pendentes de notificação, a fim de facilitar a execução do trabalho, observadas as seguintes determinações: para contraminutar Agravo de Instrumento; apresentar contrarrazões a Recurso Ordinário; impugnar Embargos à Execução; perito apresentar laudo pericial; partes para manifestação sobre laudo pericial apresentado; reclamante apresentar CTPS para anotação; reclamado anotar CTPS; reclamado efetuar o pagamento do valor exequendo em 15 dias; partes para ciência da decisão de mérito (em relação a esse tema, havia sentenças datadas de agosto de 2012 - RT's 1137/2011 e 1137/2011); reclamado comprovar recolhimento de custas processuais e encargos previdenciários, entre outros; ainda nesses dias, triagem foi feita nos processos que aguardavam decurso de prazo geral, havendo sido conferidas as prateleiras do dia 1º ao dia 14; sem prejuízo de todas essas providências, as minutas de despachos elaboradas, no período de 3 a 19 de junho, somam 468 (quatrocentas e sessenta e oito), além de 360 (trezentos e sessenta) atos ordinatórios; durante a última semana, permaneceram os serviços de elaboração de minutas de despachos dos processos retirados do prazo e expedição de notificações. A Presidência Regional, por solicitação da Corregedoria, determinou a permanência da equipe por mais uma semana, no período compreendido entre os dias 24 a 28/6/2013, quando foi dada continuidade à rotina de trabalho dantes relatada.

- 5ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS - Os trabalhos foram realizados no período de 9/9/2013 a 8/10/2013. Para cumprimento da ordem e realização dos trabalhos, foram designados os servidores Camila Muniz Pinto, Patrícia Vasconcelos Almeida, Luiz Sadoque de Lima Matos e Francisco Antonio Cerqueira Amaral. Durante o período de auxílio, foram devidamente distribuídos todos os 891 (oitocentos e noventa e um) processos que pendiam dessa providência, dando-lhes o imediato impulso oficial com o cumprimento da ordem contida no despacho judicial (expedição de notificação, ofícios, mandados, atualização de cálculos etc.). Dentre anotações de movimentos relativos a arrecadação de previdência – execução (6), arrecadação de previdência – acordo (7), execução trabalhista iniciada (38), rotina (diversos – 185), liquidação iniciada (7), determinado o bloqueio de penhora on line (206), conta atualizada (423), realizado cálculo de liquidação (33), e outros, a servidora Camila Muniz Pinto, durante esse mesmo período, procedeu a 1.069 (um mil e sessenta e nove) registros no Sistema SAPT1. De igual modo, a servidora Patrícia Vasconcelos de

Almeida procedeu a 2.150 (dois mil, cento e cinquenta) registros, dentre os quais 72 (setenta e dois) arquivamentos definitivos, 28 (vinte e oito) de previdência arrecadada – execução, 13 (treze) de previdência arrecadada – acordo, 75 (setenta e cinco) de execução trabalhista iniciada, 13 (treze) de extinta a execução exclusivamente previdenciária, 14 (quatorze) de execução exclusivamente previdenciária iniciada, 995 (novecentos e noventa e cinco) de rotinas as mais diversas, 89 (oitenta e nove) de liquidação iniciada, 72 (setenta e dois) de liquidação homologada e outros. De sua vez, o servidor Luiz Sadoque de Lima Matos efetuou o registro de 147 (cento e quarenta e sete) movimentações, ressaltando-se que a sua força de trabalho ficou concentrada na elaboração de minutas de despachos, cujos resultados não foram possíveis de anotação, porque vinculados aos juízes lotados na unidade. Por fim, o servidor Francisco Antonio Cerqueira Amaral deixou anotados 343 (trezentos e quarenta e três) registros de movimentos processuais no SAPT1, a maioria relativa à expedição de documentos. De resto, averbe-se que, juntamente com os estagiários, uma infinidade de AR's foram classificados por ano e ordenados pela numeração crescente dos processos, facilitando, desse modo, a juntada aos respectivos autos

Projeto Conciliar

O TRT 16ª Região aderiu ao Movimento pela Conciliação desde o ano de 2006. A partir de então, atendendo à Recomendação nº 08 do CNJ, de 28 de fevereiro de 2007, deu continuidade ao Movimento, no âmbito deste Regional, elaborando o Projeto Conciliar.

O Projeto tem como principal finalidade incentivar a cultura da conciliação visando dar maior efetividade à prestação jurisdicional com a redução do tempo de tramitação processual nas Varas e no Tribunal.

Semana Nacional de Execução: 11 a 15 de junho de 2012

A Semana Nacional de Execução foi realizada no período de 26 a 30 de agosto de 2013. Na ocasião, foram realizadas 1.148 (um mil, cento e quarenta e oito) audiências, sendo 1.138 (um mil, cento e trinta e oito) em 1º grau e 10 (dez) em 2º grau, com a homologação de 577 (quinhentos e setenta e sete) acordos: 574 (quinhentos e setenta e quatro) em 1º grau e 03 (três) em 2º grau. A soma total dos valores homologados importou em R\$ 6.202.140,78 (seis milhões, duzentos e dois mil, cento e quarenta reais e setenta e oito centavos).

O gráfico abaixo demonstra o total de acordos realizados na Semana Nacional de Execução:

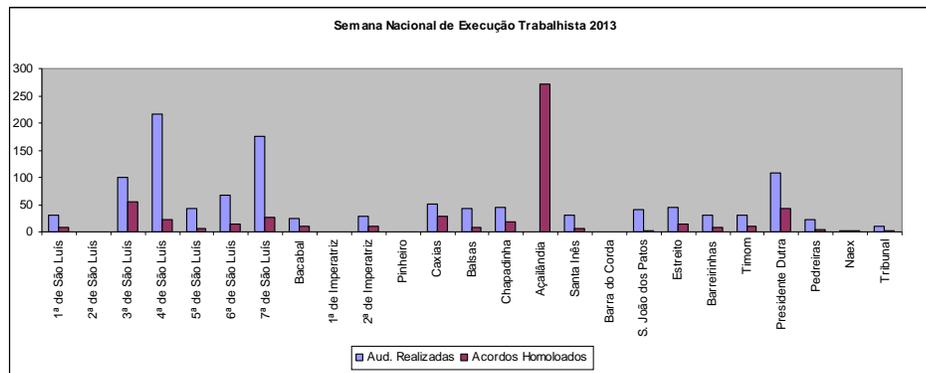


Gráfico 09

Constata-se que a VT de Açailândia, seguida 3ª Vara de São Luís e VT de Presidente Dutra foram as unidades de 1ª grau que homologaram o maior número de acordos.

Registra-se que, além das atividades conciliatórias, durante a Semana foram apreçados 27 (vinte e sete) bens, arrecadando-se a importância de R\$524.058,25 (quinhentos e vinte e quatro mil cinquenta e oito reais e vinte e cinco centavos).

OUTRAS ATIVIDADES

a) Atualização do link da Corregedoria no sítio do TRT 16ª Região, com a publicação do calendário das correições ordinárias a serem realizadas, dos editais respectivos, das atas de correição, dos relatórios, de ofícios circulares etc.;

b) Cadastramento de novos usuários no Sistema Bacen Jud e atualização de senhas dos usuários já cadastrados;

c) Cadastramento de novos usuários e atualização de senhas do Sistema RENAJUD;

d) Cadastramento de usuários no Sistema JUCEMA;

e) A Secretaria da Corregedoria alimenta, via internet, o banco de dados do Conselho Nacional de Justiça, preenchendo, mensalmente, as planilhas relativas às conciliações realizadas pelas Varas desta jurisdição e, semestralmente, as planilhas relativas às estatísticas da movimentação processual do primeiro grau de jurisdição;

f) Digitação dos dados contidos nos quadros dos Boletins Estatísticos das Varas e produtividade dos juízes, mensalmente, em planilhas do Excel, com a finalidade de publicação no site do Tribunal;

g) Coleta dos dados, a partir dos Boletins Estatísticos Mensais, do SAPT1 e do e-Gestão, para verificação do cumprimento das Metas Prioritárias do Judiciário Nacional e dos indicadores de desempenho acompanhados pela Corregedoria, com envio à Presidência do Tribunal e à Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica;

h) Análise dos dados estatísticos para orientação no redirecionamento de práticas.

INDICADORES DE DESEMPENHO DA 1ª INSTÂNCIA DO TRT 16ª REGIÃO

Desde o ano de 2009, a Corregedoria Regional utiliza os parâmetros adotados pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho para a análise do desempenho das Varas jurisdicionadas, levando em consideração o quantitativo de processos recebidos no ano.

No ano de 2011, por meio da Resolução Administrativa nº 83/2011, o Conselho alterou a RA 63/2010, incluindo-lhe o § 4º no art. 6º, fazendo constar que o Tribunal poderá reavaliar a estrutura administrativa da unidade de acordo com a movimentação processual apurada nos três anos anteriores.

Seguindo esse critério, no ano de 2013, as Varas do TRT da 16ª Região estavam classificadas da seguinte forma:

Classes	Parâmetro para Classificação - número de processos recebidos	Quantidade de Varas por classe	Varas do Trabalho	Média de processos recebidos nos anos de 2010, 2011 e 2012
I	Até 500	1	VT de Barreirinhas	376
II	501-750	4	VT de S. João dos Patos	640
			VT de Pedreiras	748
			VT Balsas	735
			VT de Timon	698
III	751-1000	0		
IV	1001 - 1500	5	VT de Caxias	1224
			VT Açailândia	1401
			VT de Bacabal	1202
			VT de Estreito	1038
			VT de Chapadinha	1427
V	1501-2000	10	1ª VT de São Luís	1744
			2ª VT de São Luís	1743
			3ª VT de São Luís	1723
			4ª VT de São Luís	1729
			5ª VT de São Luís	1736
			6ª VT de São Luís	1751
			7ª VT de São Luis	1637
			VT de Santa Inês	1674
			VT de Barra do Corda	1755
			VT de Pres. Dutra	1524
VI	2001 - 2500	3	1ª VT de Imperatriz	2238

VII			2ª VT de Imperatriz	2052
			VT de Pinheiro	2092
	Acima de 2500	0		

O quantitativo de casos novos ingressados no 1º Grau na Décima Sexta Região, no ano de 2012, aumentou em relação ano de 2011, quando foram registrados 31.417 (trinta e um mil, quatrocentos e dezessete) casos novos no 1º Grau. Em 2011, 29.985 (vinte e nove mil, novecentos e oitenta e cinco) novas ações ingressaram no 1º Grau.

No exercício de 2013, todas as unidades de 1º Grau da Décima Sexta Região receberam 47.530 (quarenta e sete mil quinhentas e trinta) novas ações.

Varas do Trabalho	Processos Recebidos no ano de 2013
VT de Barreirinhas	619
VT de S. João dos Patos	1.183
VT de Pedreiras	1.557
VT Balsas	880
VT de Timon	1.792
Nenhuma VT	00
VT de Caxias	1.617
VT Açailândia	1.634
VT de Bacabal	2.555
VT de Estreito	2.030
VT de Chapadinha	1.844
1ª VT de São Luís	2.090
2ª VT de São Luís	2.079
3ª VT de São Luís	2.325
4ª VT de São Luís	2.054
5ª VT de São Luís	2.036
6ª VT de São Luís	2.083
7ª VT de São Luis	2.066
VT de Santa Inês	3.832
VT de Barra do Corda	4.021
VT de Pres. Dutra	2.226

1ª VT de Imperatriz	1.795
2ª VT de Imperatriz	1.813
VT de Pinheiro	3.399
TOTAL	47.530

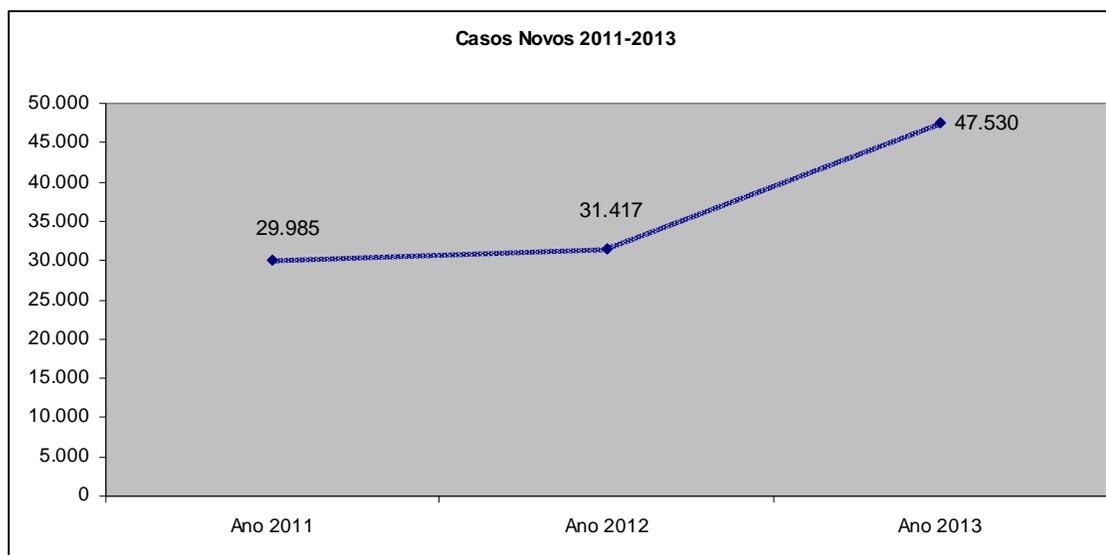


Gráfico 10

Fase de conhecimento

Taxa de congestionamento na fase de conhecimento

O TRT 16ª Região, quando da elaboração dos seus indicadores estratégicos para o período de 2010 a 2014, adotou a Resolução 76/2009 para o cálculo da taxa de congestionamento das duas fases processuais, parâmetro considerado, inclusive, para o acompanhamento das Metas Nacionais do Judiciário Brasileiro, coordenadas pelo Conselho Nacional de Justiça.

Desse modo, a taxa de congestionamento na fase de conhecimento do TRT 16ª Região, nos três últimos anos, ficou assim configurada:

FASE DE CONHECIMENTO	Taxa de Congestionamento (Resolução N° 76/2009)		
	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Casos Remanescentes do ano anterior	10.530	11.144	66.367
Casos novos	29.827	31.417	47.530
Total	40.357	42.561	113.897
Baixados	32.226	32.167	36.905
Taxa de Congestionamento	20%	24%	68%

Metas do Judiciário Nacional relativas à fase de conhecimento

Metas Nacionais de 2010

• **Meta Prioritária Nº 02/2010** - consiste em “*julgar todos os processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores), até 31/12/2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do júri, até 31/12/2007*”.

O grau de cumprimento consiste na relação entre processos julgados e processos pendentes de julgamento no universo de processos autuados até 31/12/2007. A meta será cumprida quando o grau de cumprimento for **igual a 100%**.

Ao final de 2013, constatou-se que o TRT 16ª Região ainda não cumpriu a Meta Prioritária nº 02 de 2010, restando **4** (quatro) processos pendentes de julgamento dentre aqueles autuados até 31/12/2007. Todos os processos inclusos na referida meta.

Meta Nacional nº 01 de 2013

• **Meta Nacional Nº 01/2013** - consiste em "*Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2013.*"

A meta estará cumprida se o percentual de cumprimento for MAIOR que 100% (ou seja, se os julgamentos corresponderem a 100% da quantidade de distribuídos e, no mínimo, mais 1)⁵.

Varas do Trabalho	Processos Recebidos	Processos Julgados	Grau de cumprimento da meta (relação entre julgados x recebidos) %
VT de Barreirinhas	619	537	86,59
VT de S. João dos Patos	1183	1505	127,13
VT de Pedreiras	1557	1690	108,48
VT de Timon	1792	1705	95,09
VT de Balsas	880	1146	130,11
VT de Caxias	1617	2035	125,79
VT de Bacabal	2555	2354	92,09
VT de Presidente Dutra	2226	2706	121,52
VT de Estreito	2030	2137	105,22
VT de Chapadinha	1844	1549	83,95
VT de Açailândia	1634	2233	136,60
VT de Santa Inês	3832	4070	106,18
5ª VT de São Luís	2036	1785	87,62
2ª VT de São Luís	2079	2416	116,16
3ª VT de São Luís	2325	2251	96,77
6ª VT de São Luís	2083	1781	85,45

⁵ Metas Nacionais de 2011- Glossário e Esclarecimentos.

4ª VT de São Luís	2054	2215	107,79
1ª VT de São Luís	2090	2039	97,51
VT de Barra do Corda	4021	4136	102,84
1ª VT de Imperatriz	1795	2232	124,29
VT de Pinheiro	3399	3562	104,77
7ª VT de São Luís	2066	1699	82,23
2ª VT de IMP	1813	2266	124,93
	47530	50049	105,30

Do quadro acima verifica-se que as unidades de primeiro grau da Décima Sexta Região no ano de 2013, julgaram 2.519 (dois mil quinhentos e dezenove) processos a mais do que receberam, portanto, **a meta foi cumprida**.

O gráfico abaixo apresenta o demonstrativo do cumprimento da meta pelas Varas jurisdicionadas.

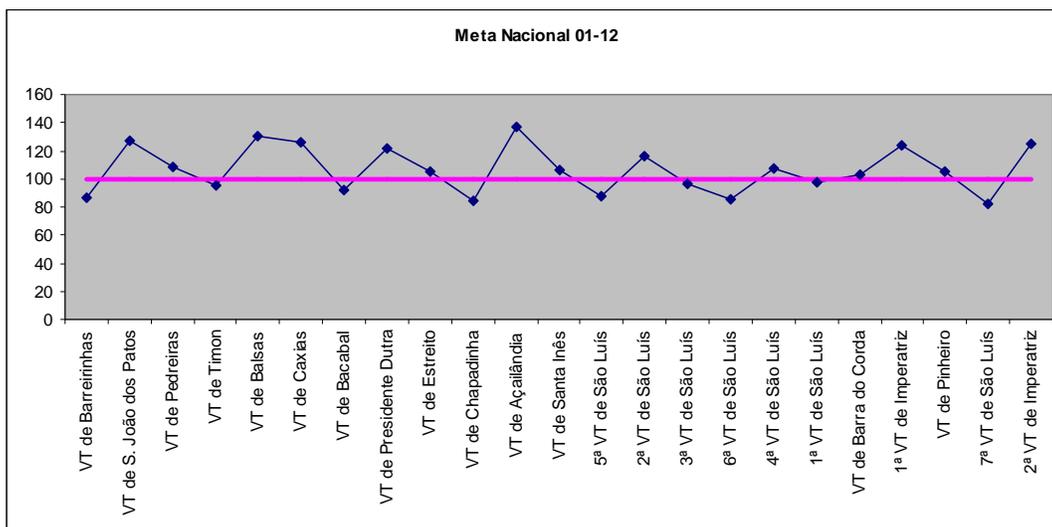


Gráfico 11

Dentre as vinte e três Varas da jurisdição, em análise, 14 (quatorze) cumpriram a meta: Varas do Trabalho de São João dos Patos, Pedreiras, Balsas, Caxias, Presidente Dutra, Estreito, Açailândia, Santa Inês, Barra do Corda, Pinheiro, 1ª e 2ª Varas de Imperatriz e 2ª e 4ª Varas de São Luís.

Indicadores de Desempenho acompanhados pela Corregedoria, relativos à fase de conhecimento

- **Indicador - Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento.**

A meta do Tribunal é “reduzir em 5% ao ano a taxa de congestionamento na fase de conhecimento do 1º grau”.

Tomando como referência o ano de 2009, quando a taxa de congestionamento do TRT 16ª Região, na fase de conhecimento, correspondeu a **60%**, temos o seguinte quadro demonstrativo dos percentuais a serem alcançados até o final do período estabelecido no planejamento estratégico do Tribunal (2010-2014):

ANO	RESULTADO PRETENDIDO (igual ou inferior a)	Tx. de Congestionamento do ano
2010	55%	33%
2011	50%	20%
2012	45%	24%
2013	40%	68%
2014	35%	---

Em 2013 a taxa de congestionamento, na fase de conhecimento, aumentou consideravelmente, em relação aos 03 (três) anos precedentes. Portanto, NÃO CUMPRIU A META. Contudo, deve-se registrar que houve um aumento significativo de demandas após a implantação do PJe-JT em todas as unidades da Décima Sexta Região, no ano de 2013.

Quadro demonstrativo da taxa de congestionamento, na fase de conhecimento, por Vara, no ano de 2013:

Varas do Trabalho	Processos Remanescentes do ano de 2012	Casos Novos	Processos Baixados	Taxa de Congestionamento
VT de Barreirinhas	238	619	605	29%
VT de S. João dos Patos	1728	1183	937	68%
VT de Pedreiras	1637	1557	1162	64%
VT de Timon	1181	1792	1292	57%
VT de Balsas	1847	880	619	77%
VT de Caxias	3283	1617	1425	71%
VT de Bacabal	3335	2555	1428	76%
VT de Presidente Dutra	2136	2226	2092	52%
VT de Estreito	2812	2030	1194	75%
VT de Chapadinha	223	1844	1511	27%
VT de Açailândia	2685	1634	1288	70%
VT de Santa Inês	5003	3832	2214	75%
5ª VT de São Luís	2913	2036	1376	72%
2ª VT de São Luís	3005	2079	1777	65%
3ª VT de São Luís	2738	2325	1411	72%
6ª VT de São Luís	2649	2083	1532	68%
4ª VT de São Luís	3610	2054	1602	72%

1ª VT de São Luís	2983	2090	2313	54%
VT de Barra do Corda	6753	4021	4266	60%
1ª VT de Imperatriz	4855	1795	1247	81%
VT de Pinheiro	6910	3399	1885	82%
7ª VT de São Luís	482	2066	1316	48%
2ª VT de IMP	3361	1813	2491	52%
	66367	47530	36983	68%

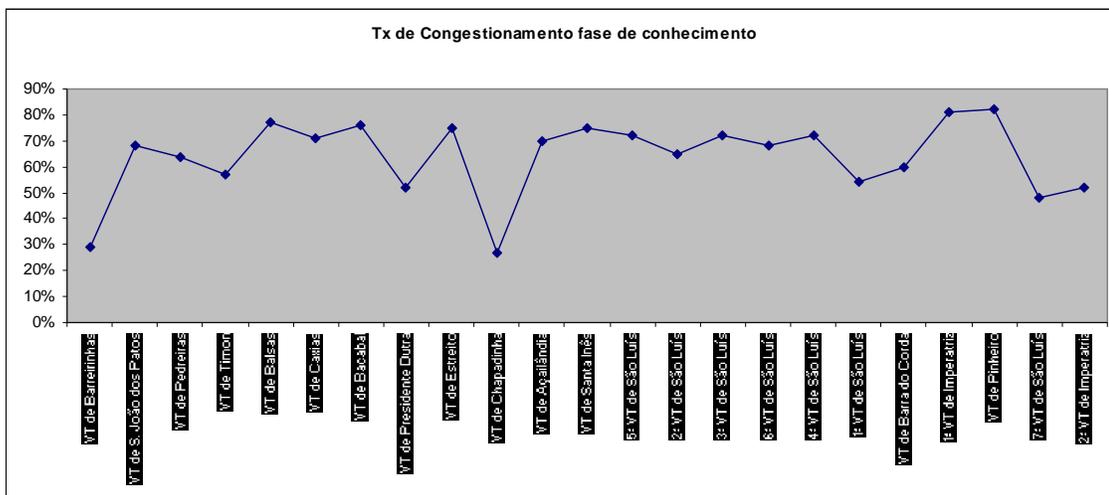


Gráfico 12

- **Indicador - Índice de Conciliação.**

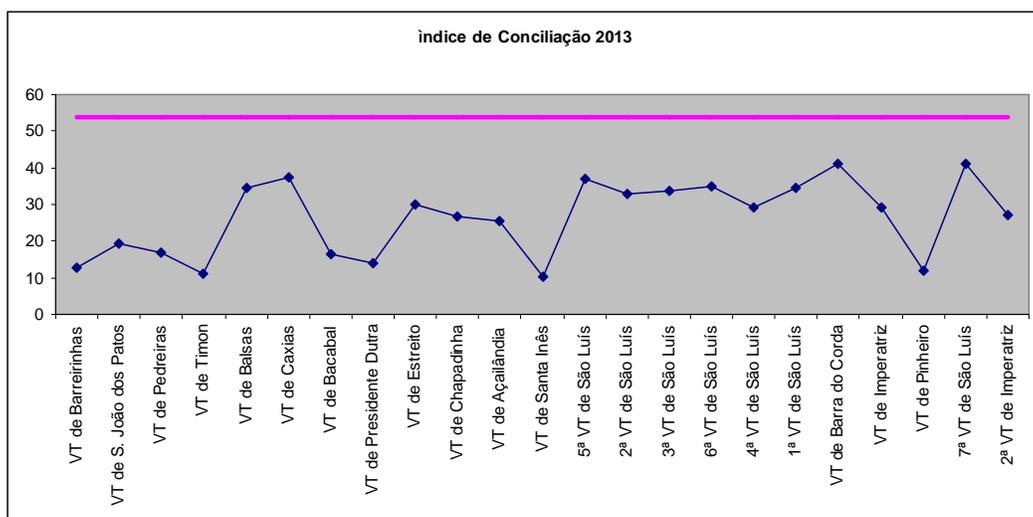
A meta do Tribunal é “aumentar em 5% ao ano o índice de conciliação na fase de conhecimento”.

Tomando como referência o ano de 2009, quando o índice de conciliação era de **34%**, temos o seguinte quadro demonstrativo dos percentuais a serem alcançados até o final do período estabelecido no planejamento estratégico do Tribunal (2010-2014):

ANO	RESULTADO PRETENDIDO	RESULTADO ALCANÇADO
2010	39%	30%
2011	44%	35%
2012	49%	37%
2013	54%	26%
2014	59%	---

O índice de conciliação, no ano de 2013, decresceu em relação ao ano precedente. O Tribunal não cumpriu a meta. O quadro abaixo mostra como se comportou cada Vara da Região.

Varas do Trabalho	Índice de Conciliação Ano de 2013
VT de Barreirinhas	13
VT de S. João dos Patos	19
VT de Pedreiras	17
VT de Timon	11
VT de Balsas	34
VT de Caxias	38
VT de Bacabal	16
VT de Presidente Dutra	14
VT de Estreito	30
VT de Chapadinha	27
VT de Açailândia	25
VT de Santa Inês	10
5ª VT de São Luís	37
2ª VT de São Luís	33
3ª VT de São Luís	34
6ª VT de São Luís	35
4ª VT de São Luís	30
1ª VT de São Luís	35
VT de Barra do Corda	41
1ª VT de Imperatriz	29
VT de Pinheiro	12
7ª VT de São Luís	41
2ª VT de Imperatriz	27
Índice da Região	26



Gráfico

o 13

No ano de 2013, nenhuma das Varas que compõe a Região atingiu o índice de conciliação desejado pelo Tribunal.

Fase de Execução

Taxa de congestionamento na fase de execução

De acordo com a fórmula constante na Resolução nº 76-2009 do CNJ, de 12/05/2009, isto é: $1 - [\text{total de processos baixados}^6 / (\text{casos novos} + \text{casos pendentes})]$, a taxa de congestionamento no TRT da 16ª Região, nos últimos três anos, se comportou da seguinte forma:

FASE DE EXECUÇÃO	ESTATÍSTICAS ANUAIS (Resolução Nº 76/2009)		
	2011	2012	2013
Casos novos de execução	9.230	16080	10816
Casos pendentes de execução ao ano anterior	36.764	37.352	48785
Processos baixados de execução	10661	13.719	13283
Taxa de Congestionamento	77%	74%	78%

Seção de Execução (Juízo de Execução)

O Núcleo de Apoio à Execução foi criado pela Resolução Administrativa nº 113-2011, de 09 de junho de 2011, em substituição ao Juízo Auxiliar de Execução. Em 28 de novembro de 2012, a Presidência do TRT16 expediu a PORTARIA GP Nº 1179/2012, dando nova nomenclatura ao Setor, que passou a ser denominado “Seção de Execução (Juízo de Execução)”.

Registre-se que a Meta Nacional nº 05, do ano de 2011, do Conselho Nacional de Justiça, recomenda a criação de uma unidade administrativa de apoio ao processamento de execuções trabalhistas. A Seção de Execução (Juízo de Execução) está vinculada à Presidência.

Nos últimos três anos, a Unidade registrou a seguinte movimentação processual:

INDICADORES		ANO 2011	ANO 2012	ANO 2013
Remanescentes do ano anterior		600	4.245	4.923
Processos recebidos		4.141	1.820	620
Total a executar		4.741	6.065	5.543
Devolvidos/Solucionados	Devolvidos sem execução encerrada	32	308	580
	Devolvidos com execução encerrada	464	834	826
Pendentes para o próximo ano		4.252	4.923	4.137
Índice de solução com execução encerrada		9,79%	13,75%	14,90%

INDICADORES	ANO 2011	ANO 2012	ANO 2013
Conciliados	74	90	22

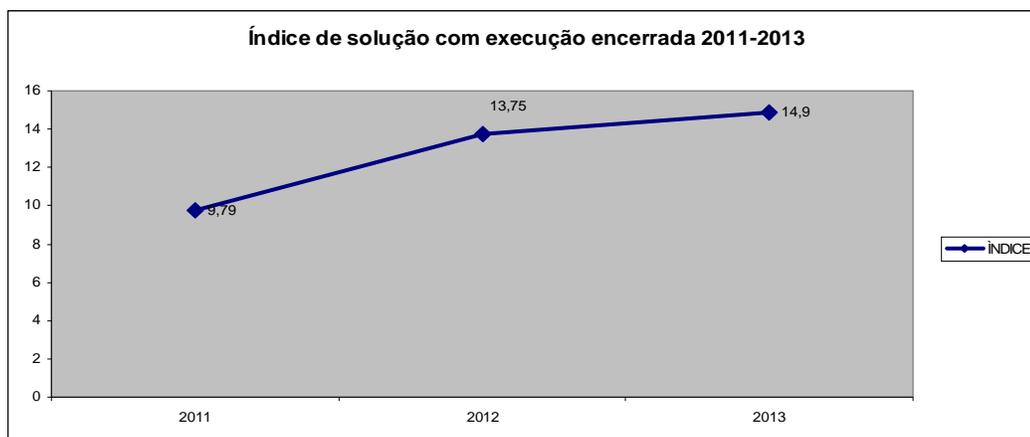


Gráfico 14

Observa-se que, em 2013, o índice de solução com execução encerrada aumentou em 1,15 pontos percentuais em relação ao ano de 2012.

INDICADORES DE DESEMPENHO ACOMPANHADOS PELA CORREGEDORIA RELATIVOS À FASE DE EXECUÇÃO

- **Indicador - Taxa de Congestionamento na Fase de Execução.**

A meta do Tribunal consiste em “reduzir em 10% a taxa de congestionamento na fase de execução do 1º Grau em 2010 e em 5% nos anos subsequentes”.

Tomando como referência o ano de 2009, quando a taxa de congestionamento na fase de execução equivaleu a 76%, temos o seguinte quadro demonstrativo dos percentuais a serem alcançados até o final do período estabelecido no planejamento estratégico do Tribunal (2010-2014):

ANO	RESULTADO PRETENDIDO (igual ou inferior a)	RESULTADO ALCANÇADO
2010	66%	85%
2011	61%	77%
2012	56%	74%
2013	51%	78%
2014	46%	---

Comparando-se com o exercício pretérito, constata-se que, no ano de 2013, a taxa de congestionamento de processos na fase de execução aumentou 4 pontos percentuais em relação ao ano pretérito. Portanto, **não cumpriu a meta.**

Comparando-se as taxas de congestionamento, por vara trabalhista, constatou-se a seguinte situação em relação aos anos de 2012 e 2013:

Varas do Trabalho	Taxa de Congestionamento na Fase de Execução (%)	
	Ano 2012	Ano 2013
VT de Barreirinhas	69	51
VT de S. João dos Patos	61	78
VT de Pedreiras	54	73
VT de Timon	57	72
VT de Balsas	65	74
VT de Caxias	57	75
VT de Bacabal	74	70
VT de Presidente Dutra	71	77
VT de Estreito	63	82
VT de Chapadinha	33	60
VT de Açailândia	88	96
VT de Santa Inês	66	81
5ª VT de São Luís	80	87
2ª VT de São Luís	79	79
3ª VT de São Luís	75	84
6ª VT de São Luís	79	87
4ª VT de São Luís	78	92
1ª VT de São Luís	85	72
VT de Barra do Corda	78	66
1ª VT de Imperatriz	50	73
VT de Pinheiro	87	87
7ª Vara de São Luís	73	58
2ª Vara de Imperatriz	92	59

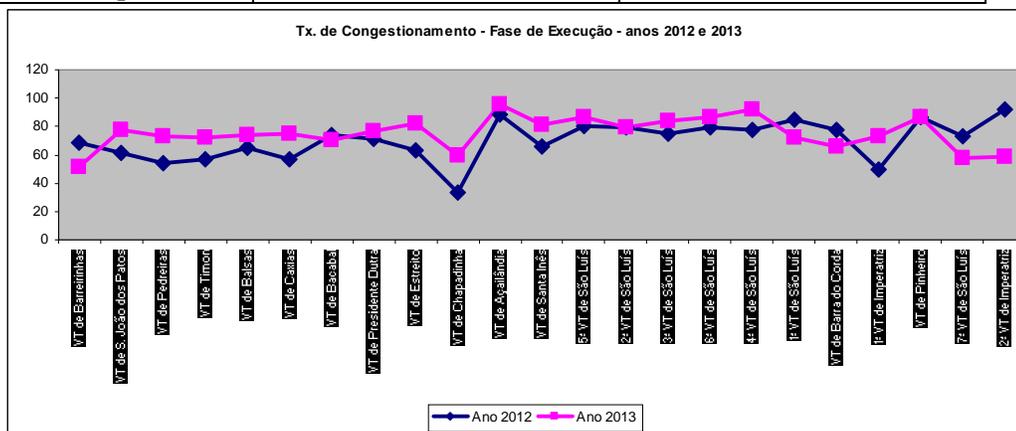


Gráfico 15

A Vara do Trabalho de Barreirinhas foi a única que conseguiu baixar a taxa de congestionamento a níveis pretendidos pelo planejamento estratégico do Tribunal

Prazos médios

Para a primeira audiência

Os prazos médios para realização da primeira audiência dos processos submetidos ao rito sumaríssimo e ao procedimento comum, nos três últimos anos, são os seguintes:

Prazo Médio	Ritos	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Realização da 1ª audiência	Sumaríssimo	46	48	73 *
	Ordinário	53	55	75 *

(*) Prazo colhido do sistema e-gestão com data de remessa de 7/3/2014. Relatório emitido no dia 21/5/2014.

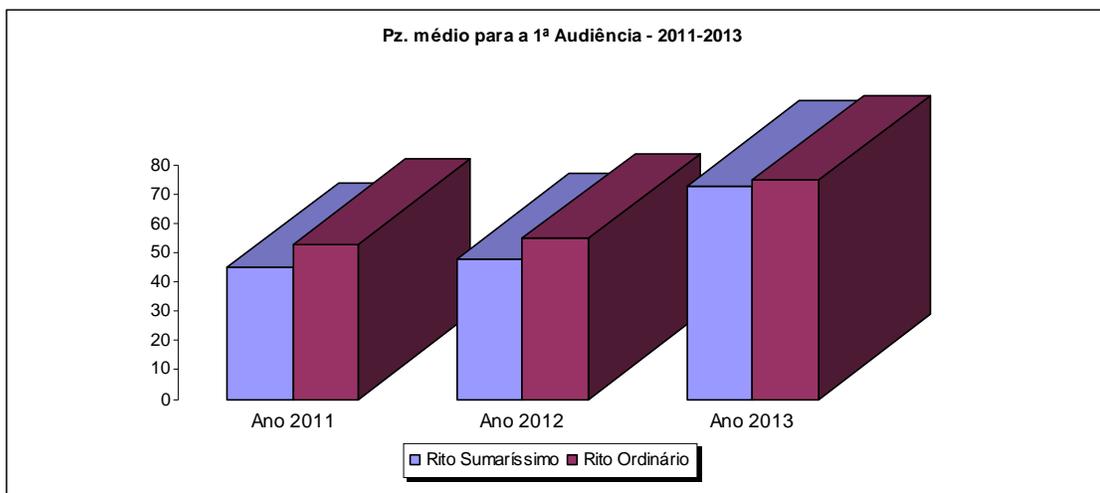


Gráfico 16

Abaixo, o demonstrativo do prazo médio para realização da 1ª audiência nos anos de 2012 e 2013:

Varas do Trabalho	Prazo médio para realização da 1ª Audiência 2012		Prazo médio para realização Da 1ª Audiência 2013	
	Rito Sumaríssimo	Rito Ordinário	Rito Sumaríssimo	Rito Ordinário
VT de Barreirinhas	37	41	432	75
VT de S. J. Patos	32	36	43	66
VT de Pedreiras	33	37	70	56
VT de Timon	44	47	91	91
VT de Balsas	57	60	59	56
VT de Caxias	62	72	118	155
VT de Bacabal	35	38	69	81
VT de P. Dutra	33	37	93	91

VT de Estreito	48	51	80	82
VT de Chapadinha	42	45	121	88
VT de Açailândia	38	45	57	67
VT de Santa Inês	50	53	77	74
5ª VT de São Luís	52	54	85	64
2ª VT de São Luís	74	79	111	84
3ª VT de São Luís	45	55	116	81
6ª VT de São Luís	36	54	96	75
4ª VT de São Luís	73	79	146	111
1ª VT de São Luís	36	72	88	95
VT de B. do Corda	26	26	14	43
1ª VT de Imperatriz	42	49	52	53
VT de Pinheiro	134	136	95	91
7ª VT de São Luís	31	38	--	--
2ª VT de Imperatriz	47	57	66	57

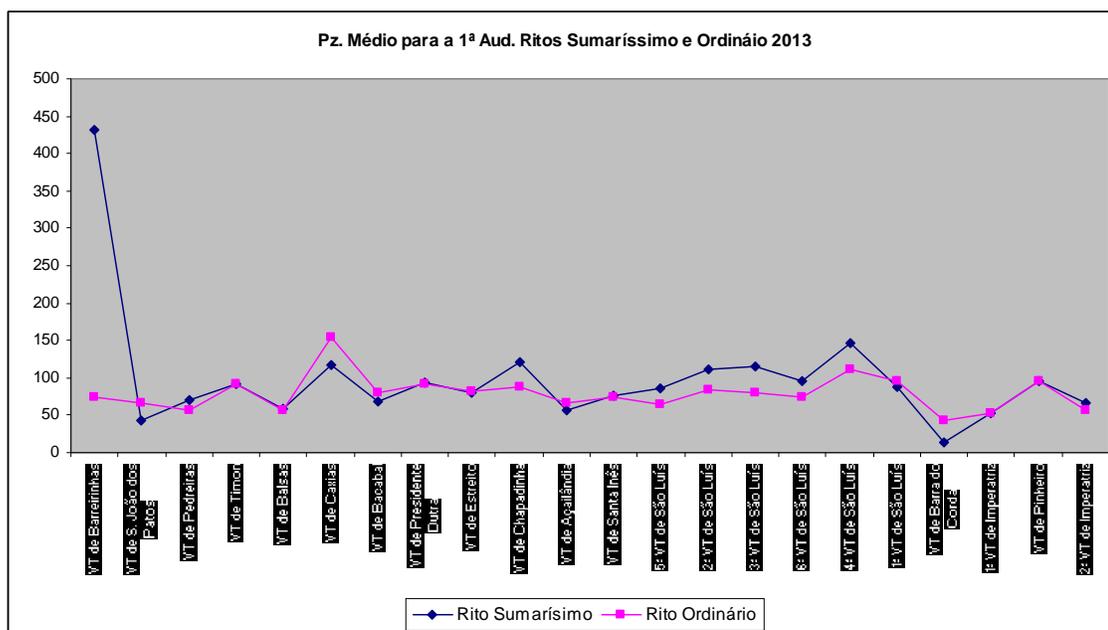


Gráfico 17

Em 2012, o prazo médio do TRT 16ª Região, para a realização da primeira audiência nos processos submetidos ao rito sumaríssimo e ordinário, corresponderam a **48** (quarenta e oito) e 55 (cinquenta e cinco) dias, respectivamente.

Em 2013, esse mesmo prazo, na ordem acima apresentada, ficou em 73 (setenta e três) e 75 (setenta e cinco).

*Para julgamento*⁷

O prazo médio entre a data de conclusão e do julgamento, observado pelo Regional no ano de 2013, dos processos submetidos ao rito sumaríssimo, correspondeu a **21** (vinte e um) dias e, para os processos submetidos ao rito ordinário, **11** (onze) dias. Abaixo o quadro demonstrativo, por unidade judiciária, nos anos de 2012 e 2013.

Registre-se que a Recomendação CGJT nº 01/2013 recomendou às Corregedorias dos Tribunais Regionais do Trabalho deflagrem a abertura de processo administrativo para verificação de descumprimento de prazo de lei para prolação de sentença ou decisões interlocutórias pelos juízes de 1º Grau, quando excedido em 40 dias o lapso de que trata o inciso II do artigo 189 do CPC.

Varas do Trabalho	Prazo médio para Julgamento - 2012 (conclusão ao julgamento)		Prazo médio para Julgamento - 2013 (conclusão ao julgamento)	
	Rito Sumaríssimo	Rito Ordinário	Rito Sumaríssimo	Rito Ordinário
VT de Barreirinhas	08	08	74	01
VT de S. J. Patos	06	10	12	-
VT de Pedreiras	03	04	06	06
VT de Timon	06	08	47	10
VT de Balsas	15	30	09	11
VT de Caxias	30	45	24	15
VT de Bacabal	04	06	12	01
VT de P. Dutra	04	06	03	01
VT de Estreito	11	11	08	-
VT de Chapadinha	06	05	26	15
VT de Açailândia	22	21	02	02
VT de Santa Inês	04	02	46	-
5ª VT de São Luís	33	66	48	23
2ª VT de São Luís	23	29	39	10
3ª VT de São Luís	21	23	23	05
6ª VT de São	21	30	34	47

⁷ Dados extraídos dos Boletins Estatísticos Mensais das Varas.

Luís				
4ª VT de São Luís	23	29	82	43
1ª VT de São Luís	19	19	13	08
VT de B. do Corda	21	23	21	92
1ª VT Imperatriz	04	08	07	15
VT de Pinheiro	05	08	05	03
7ª VT de São Luís	11	11	-	-
2ª VT Imperatriz	05	07	06	-

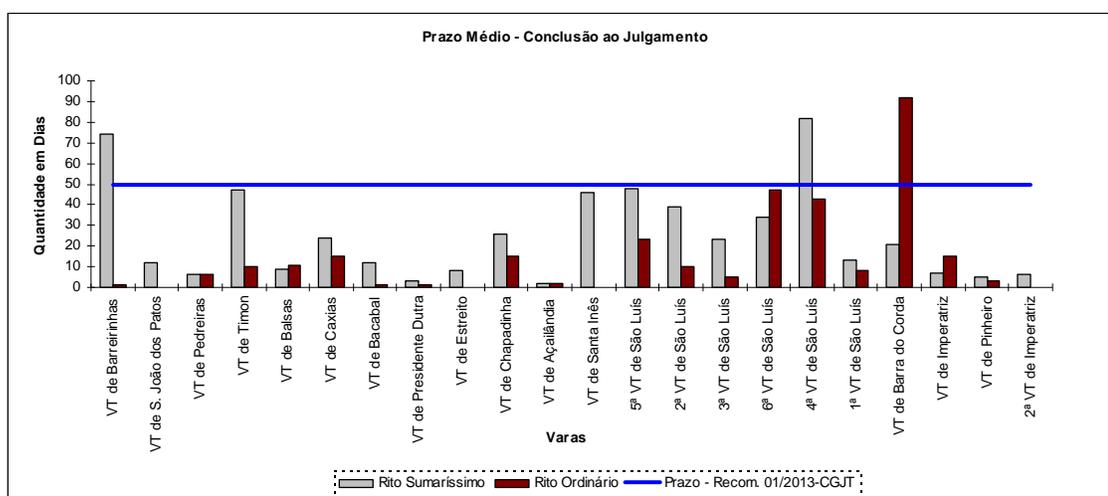


Gráfico 18

- **Indicador – Prazo Médio de Julgamento.**

A meta do Tribunal consiste em “reduzir em 5% ao ano o prazo médio de julgamento no 1º Grau”.

Para esse indicador, o prazo médio foi calculado a partir do número de dias decorridos entre a data de autuação e a data de julgamento, dividido pelo número de processos julgados, independentemente do rito processual.

Tomando como referência o ano de 2009, quando o prazo médio para julgamento do Tribunal contou 145 (cento e quarenta e cinco) dias, tem-se o seguinte quadro demonstrativo da pretensão do Tribunal até o final do período estabelecido no planejamento estratégico (2010-2014):

ANO	RESULTADO PRETENDIDO	RESULTADO ALCANÇADO
2010	138 dias	144 dias
2011	131 dias	145 dias
2012	124 dias	141 dias
2013	118 dias	157 dias (*)
2014	112 dias	---

Pelo observado, constata-se que o Tribunal **não cumpriu a meta.**

Varas do Trabalho	Prazo Médio de Julgamento (autuação ao julgamento - dias)	
	Ano 2012	Ano 2013 (*)
VT de Barreirinhas	91	103
VT de S. João dos Patos	76	74
VT de Pedreiras	59	113
VT de Timon	93	141
VT de Balsas	254	99
VT de Caxias	196	172
VT de Bacabal	100	89
VT de Presidente Dutra	108	184
VT de Estreito	137	96
VT de Chapadinha	78	181
VT de Açailândia	113	71
VT de Santa Inês	137	92
5ª VT de São Luís	295	294
2ª VT de São Luís	146	361
3ª VT de São Luís	189	295
6ª VT de São Luís	178	213
4ª VT de São Luís	246	315
1ª VT de São Luís	213	223
VT de Barra do Corda	120	78
1ª VT de Imperatriz	62	111
VT de Pinheiro	217	218
7ª VT de São Luís	60	--
2ª VT de Imperatriz	67	98
PRAZO DO TRT	141	157

(*). Ano de 2013 - Prazo Médio emitido pelo sistema e- Gestão.

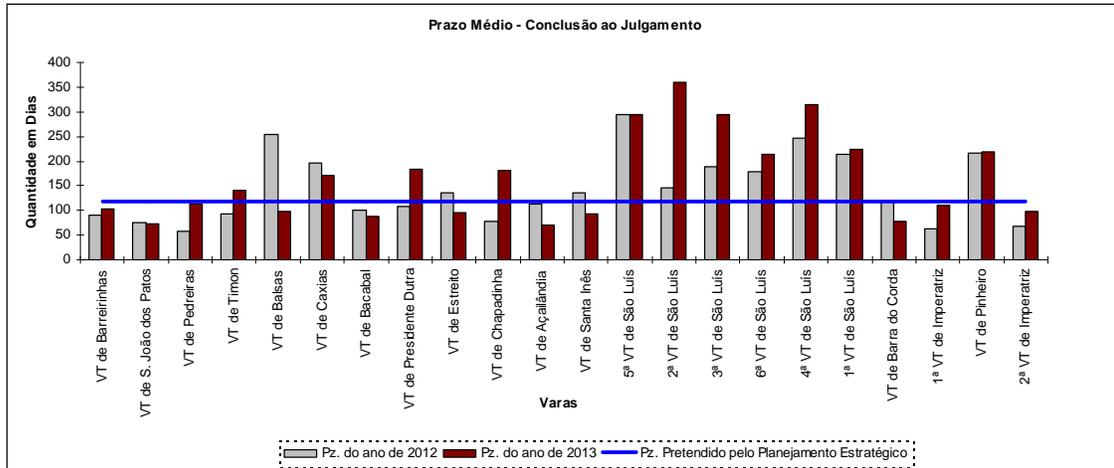


Gráfico 19

Dentre as Varas da jurisdição, **12** (doze) cumpriram a meta: Varas de Barreirinhas, São João Patos, Pedreiras, Balsas, Bacabal, Estreito, Açailândia, Santa Inês, Barra do Corda, 1ª de Imperatriz, 7ª de São Luís e 2ª de Imperatriz.

ATOS PRIVATIVOS DOS MAGISTRADOS

Produtividade dos Juizes Titulares de Vara

Juizes Titulares	Conciliações	Decisões	Audiências
Manoel Joaquim Neto	151	859	2970
Maria da Conceição Meirelles Mendes	186	1185	3437
Francisco José de Carvalho Neto	154	1555	3011
Rui Oliveira de Castro Vieira	196	279	1858
Maria do Socorro Almeida de Sousa	447	617	3879
Liliana Maria Ferreira S. Bouéres	232	413	1243
Bruno de Carvalho Motejunas	278	826	3979
Érika Guimarães Gonçalves	217	1200	1705
Leonardo Henrique Ferreira	440	819	4886
Francisco Tarcísio Almeida de Araújo	36	71	166
Higino Diomedes Galvão	259	672	4071
Antônio de Pádua Muniz Corrêa	265	556	1393
Noélia Maria Cavalcanti Martins e Rocha	175	289	1475
Saulo Tarcísio de Carvalho Fontes	18	31	308
Paulo Sérgio Mont'Alverne	241	389	1599

Frota			
Solange Cristina Passos de Castro Cordeiro	92	394	1732
Juacema Aguiar Costa	227	440	1487
Francisco José Campelo Galvão	1695	2883	9085
Fernanda Franklin da Costa Ramos Belfort	275	1666	7273
Érico Renato da Serra Cordeiro	211	1976	2222
Nelson Robson Costa de Souza	245	855	3671
Carlos Eduardo Evangelista B. dos Santos	368	841	2450
TOTAL	6408	18816	63900

Produtividade dos Juízes Substitutos

JUÍZES SUBSTITUTOS	CONCILIAÇÕES	DECISÕES	Audiências Realizadas
Albeniz Martins e Silva Segundo	202	1296	1865
Alisson Almeida de Lucena	250	225	949
Ângela Cristina C. de Mota Luna	236	568	1651
Angelina Moreira de Sousa Costa	272	454	1265
Augusta Pölking Wortmann	122	525	561
Carlos Gustavo Brito Castro	288	508	1163
Carolina Burlamaqui Carvalho	248	466	1084
Cláudio Victor de Castro Freitas	54	42	182
Christina de Almeida Pedreira	250	604	1468
Elzenir Lauande Franco	250	341	1070
Fábio Ribeiro Sousa	323	607	1661
Fernando Luiz Duarte Barboza	253	574	1172
Francisco José Monteiro Junior	233	1038	1904
Francisco Xavier de Andrade Filho	294	569	1460
Gabrielle Amado Boumann	233	602	1386
Jean Fábio Almeida de Oliveira	347	672	1723
Joanna D'Arck Sanches da Silva Ribeiro	255	475	1197
Liliane de Lima Silva	77	106	202

Lucas Silva de Castro	215	1092	1543
Marcelo Marques	140	281	718
Márcia Suely Corrêa Moraes	180	170	656
Mário Lúcio Batigniani	195	1701	5200
Maurílio Ricardo Neris	296	416	1575
Patrick Arruda Leon Serva	203	694	1424
Rafaella Messina Ramos de Oliveira	254	604	1772
Sergei Becker	222	580	2018
Vinicius Hespagnol Portella	368	1058	3741
Roberta de Melo Carvalho	102	84	573
Ricardo Machado Lourenço Filho	19	31	82
Paulo Fernando da Silva Santos Junior	64	104	290
Total	6391	16445	41373

METAS DO JUDICIÁRIO NACIONAL RELATIVAS À PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS

- **Meta Prioritária Nº 07**

A **Meta Prioritária Nº 07** “*consiste em disponibilizar mensalmente a produtividade dos magistrados no portal do tribunal, em especial a quantidade de julgamentos, com e sem resolução de mérito e homologatórios de acordo, subdivididos por competência*”.

Meta **não cumprida no ano de 2013.**

INDICADORES DE DESEMPENHO DO TRIBUNAL ACOMPANHADOS PELA CORREGEDORIA RELATIVOS À PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS.

- **Indicador – Produtividade dos Magistrados**

A meta do Tribunal consiste em “aumentar em 5% ao ano a produtividade dos magistrados no 1º Grau”.

Tomando como referência o ano de 2009, quando foi constado uma média de 397 (trezentos e noventa e sete) julgados por magistrados, temos o seguinte quadro demonstrativo da pretensão do Tribunal até o final do período estabelecido no planejamento estratégico (2010-2014):

ANO	RESULTADO PRETENDIDO	RESULTADO ALCANÇADO
2010	417 julgados/magistrado	540 julgados/magistrado
2011	438 julgados/magistrado	552 julgados/magistrado

2012	460 julgados/magistrado	540 julgados/magistrado
2013	483 julgados/magistrado	678 julgados/magistrado
2014	507 julgados/magistrado	---

A produtividade dos magistrados é calculada a partir da divisão do total de julgados pelo total de magistrados.

O TRT 16ª Região contou, em 2013, com 53 (cinquenta e três) juízes de 1º Grau, sendo que um deles esteve afastado de suas funções judicantes durante todo o ano: o Exmo. Juiz Manoel Lopes Veloso Sobrinho, convocado para auxiliar na Presidência do Regional. O Excelentíssimo Senhor Francisco Tarcísio Almeida de Araújo, no ano de 2013, esteve licenciado para tratamento de saúde no período de 25/02 a 23/04/2013, 06/05 a 04/07/2013 e 25/09 a 04/10/2013. O Juiz Saulo Tarcísio de Carvalho Fontes esteve convocado para o TST de 06/03/2013 a 25/02/2014. As juízas Augusta Pölking Wortmann e Liliane de Lima Silva estiveram de licença maternidade nos períodos 12/08/2013 a 07/02/2014 e 23/08/2013 a 18/02/2014.

A Meta foi cumprida.

OUTROS INDICADORES DE DESEMPENHO

- **Indicador – Índice de Processos Antigos.**

A meta do Tribunal consiste em “manter o indicador [índice de processos antigos] em percentual não superior a 1%”.

Tal índice corresponde ao percentual entre processos pendentes autuados até o último dia útil do segundo ano anterior ao corrente, dividido pelo total de processos pendentes.

O índice de processos antigos do Regional, verificado no final do ano de 2009, importou em 0,5%. A partir de tal constatação, temos o seguinte quadro demonstrativo da pretensão do Tribunal até o final do período estabelecido no planejamento estratégico (2010-2014):

ANO	RESULTADO PRETENDIDO	RESULTADO ALCANÇADO
2010	0,5 %	6%
2011	0,5 %	7%
2012	0,5 %	7%
2013	0,5 %	4%
2014	0,5 %	---

Constatou-se, ao final de 2013, que o índice de processos antigos do Tribunal ficou em **4%. NÃO cumpriu** a meta.

Classes	Varas do Trabalho	Processos Antigos (atuados até dez/2011) e não julgados até o mês de referência.	Processos Pendentes de Solução no mês de referência	Índice de Processos Antigos
I	VT de Barreirinhas	1	167	0,01
II	VT de S. João dos Patos	1	80	0,01
	VT de Pedreiras	1	292	0,01
	VT Balsas	17	181	0,09
	VT de Timon	1	511	0,00
III				
IV	VT de Caxias	22	503	0,04
	VT Açailândia	10	174	0,06
	VT de Bacabal	18	609	0,03
	VT de Estreito	11	391	0,03
	VT de Chapadinha	6	680	0,01
V	1ª VT de São Luís	8	806	0,01
	2ª VT de São Luís	59	865	0,07
	3ª VT de São Luís	51	947	0,05
	4ª VT de São Luís	94	1226	0,08
	5ª VT de São Luís	109	1036	0,11
	6ª VT de São Luís	18	994	0,02
	7ª VT de São Luis	40	766	0,05
	VT de Santa Inês	1	643	0,00
	VT de Barra do Corda	3	453	0,01
	VT de Pres. Dutra	3	306	0,01
VI	1ª VT de Imperatriz	25	577	0,04
	2ª VT de Imperatriz	0	440	0,00
	VT de Pinheiro	119	1462	0,08

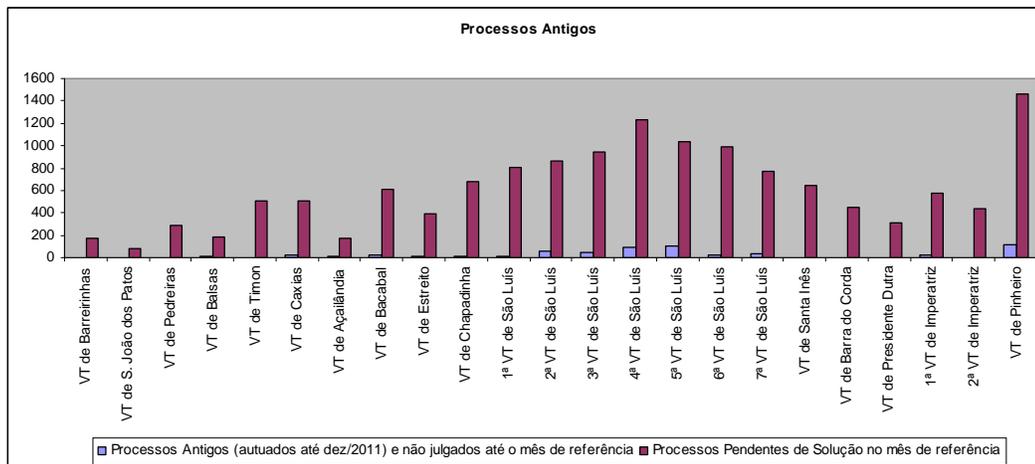


Gráfico 20

Como se vê, 10 (dez) das vinte e três Varas da jurisdição deste Eg. Tribunal conseguiram manter o índice de processos antigos no patamar pretendido: **as Varas do Trabalho de Barreirinhas, São João dos Patos, Pedreiras, Timon, Chapadinha, Santa Inês, Barra do Corda, Presidente Dutra, 1ª VT de São Luís e 2ª VT de Imperatriz.**

- **Indicador – Índice de Atendimento à Demanda.**

A meta do Tribunal consiste em “aumentar em 2% ao ano o índice de atendimento à demanda no 1º Grau”.

Tal índice é extraído da relação entre processos baixados e casos novos recebidos.

Tomando por base o ano de 2009, ocasião em que o Tribunal apresentou o índice de atendimento à demanda no percentual de 51%, temos o seguinte quadro demonstrativo da pretensão do Regional até o final do período estabelecido no planejamento estratégico (2010-2014):

ANO	RESULTADO PRETENDIDO	RESULTADO ALCANÇADO
2010	53%	92%
2011	55%	108%
2012	57%	102%
2013	59%	87%
2014	61%	---

Embora o índice de atendimento à demanda, apresentado pelo Tribunal no ano de 2013, haja sido inferior ao ano pretérito, o Tribunal cumpriu a meta estabelecida, vez que o pretendido era de 59% e o realizado importou em 87%.

Classes	Varas do Trabalho	Índice de Atendimento à Demanda (%)	
		Ano 2012	Ano 2013
I	VT de Barreirinhas	215	109
II	VT de S. João dos Patos	98	79
	VT de Pedreiras	119	80
	VT Balsas	116	70
	VT de Timon	82	83
III			
IV	VT de Caxias	62	88
	VT Açailândia	154	79
	VT de Bacabal	94	56
	VT de Estreito	121	59
	VT de Chapadinha	81	82
V	1ª VT de São Luís	103	190
	2ª VT de São Luís	100	132
	3ª VT de São Luís	123	124
	4ª VT de São Luís	126	113
	5ª VT de São Luís	98	107
	6ª VT de São Luís	122	103
	7ª VT de São Luís	49	72
	VT de Santa Inês	96	58
	VT de Barra do Corda	158	106
	VT de Pres. Dutra	110	87
VI	1ª VT de Imperatriz	187	66
	2ª VT de Imperatriz	38	129
	VT de Pinheiro	68	55

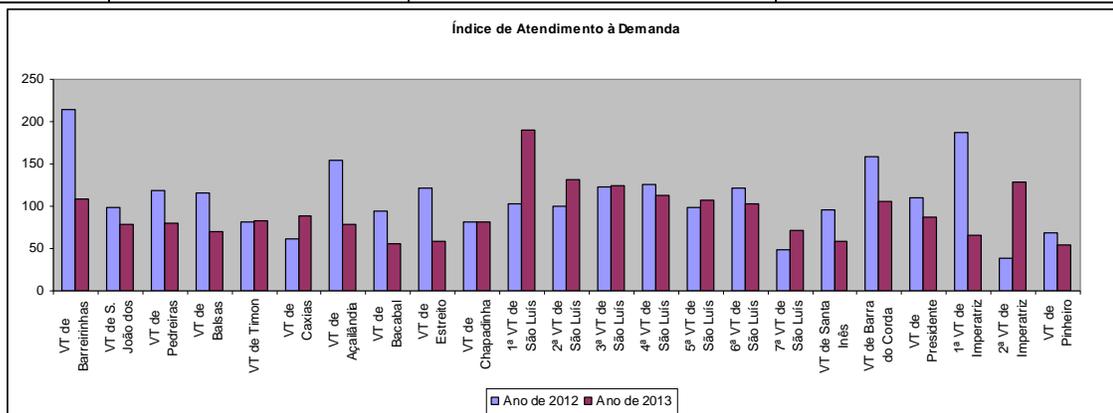


Gráfico 21

Somente as Varas de Bacabal, Santa Inês e Pinheiro da jurisdição não alcançaram a meta pretendida pelo Tribunal, quanto ao atendimento da demanda

Quadro funcional das Varas

Para a análise do desempenho da Vara, é imprescindível que se leve em consideração o quadro de servidores em exercício.

Segundo a Resolução nº 63, de 28 de maio de 2010, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, alterada pelas Resoluções nºs 83, de 19 de agosto de 2011; 93, de 23 de março de 2012 e 118, de 21 de novembro de 2012; o quadro funcional das Varas tem como critério básico a movimentação processual da unidade judiciária, relativamente à média de processos recebidos nos últimos 03 (três) anos, conforme Anexo III da Resolução:

FAIXA – MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL	LOTAÇÃO
Até 500	5 a 6
501-750	7 a 8
751 – 1000	9 a 10
1.001 – 1.500	11 a 12
1.501 – 2.000	13 a 14
2.001 – 2.500	15 a 16
2.501 ou mais	17 a 18

Quanto aos oficiais de justiça, estabelece, em seu art. 7º: *“Além do quantitativo de servidores previsto no Anexo III, as Varas do Trabalho que não disponham de Central de Mandados e recebam até 1.000 (mil) processos por ano, poderão contar com até dois servidores ocupantes do cargo de Analista Judiciário, área judiciária, especialidade Execução de Mandados, e, as que recebam acima de 1.000 (mil) processos poderão contar com até três, ressalvadas as situações especiais, a critério do Tribunal, em decorrência do movimento processual e da extensão da área abrangida pela competência territorial da Vara do Trabalho”*.

Durante as correções ordinárias realizadas em 2013, foi observada a seguinte estrutura administrativa das Varas do Trabalho:

Classes	Varas do Trabalho	Média de Processos recebidos nos anos de 2010 a 2012	Quantitativo de servidores à época da correição – 2013 (A)	Quantitativo de Ofícios de Justiça à época da correição 2013 (B)	Quantitativo de estagiários à época da correição 2013 (C)	Total de servidores (A+B)	Relação processos/servidor ⁸
I	VT de Barreirinhas	376	03	01	04	04	94
II	VT de S. João dos Patos	640	07	01	03	08	80
	VT de Pedreiras	748	05	01	02	06	125
	VT Balsas	735	05	01	04	06	122
	VT de Timon	697	08	01	02	09	77
	III						
IV	VT de Caxias	1224	10	01	04	11	111
	VT Açailândia	1400	07	02	03	09	155
	VT de Bacabal	1202	07	00	03	07	171
	VT de Estreito	1037	08	01	01	09	115
	VT de Chapadinha	1427	09	01	04	10	143
V	1ª VT de São Luís	1743	13	00	06	13	134
	2ª VT de São Luís	1743	13	00	05	13	134
	3ª VT de São Luís	1722	12	00	02	12	143
	4ª VT de São Luís	1729	13	00	05	13	133
	5ª VT de São Luís	1735	12	00	05	12	144
	6ª VT de São Luís	1751	12	00	06	12	146
	7ª VT de São Luís	1636	07	00	04	07	233
	VT de Santa Inês	1674	12	00	03	12	139
	VT de Barra do Corda	1755	07	01	03	08	219
	VT de Pres. Dutra	1524	08	01	01	09	169
VI	1ª VT de Imperatriz	2237	07	02	05	09	248
	2ª VT de Imperatriz	2052	08	02	06	10	205
	VT de Pinheiro	2092	10	01	04	11	190

Relação de Processos x servidor

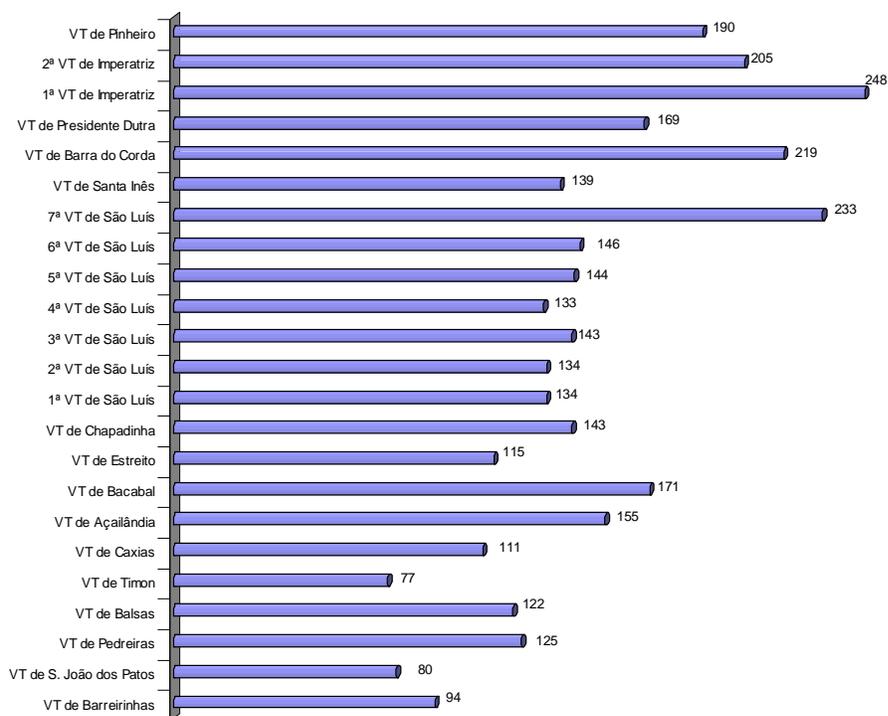


Gráfico 22

Constata-se que a Vara do Trabalho de Timon possuía o menor número de processos por servidor (77) e a 1ª VT de Imperatriz apresentou o maior número (248).

Registra-se que, atuando nos limites da sua competência, o Desembargador Corregedor, observada a defasagem do quadro de pessoal de quaisquer das Varas, quando da realização das correições ordinárias, solicitou a recomposição do quadro respectivo à Presidência do Tribunal.

- **Indicador – Julgados por Força de Trabalho.**

A meta do Tribunal consiste em “aumentar em 5% ao ano o total de julgados por força de trabalho⁹”.

⁹ Segundo o Anexo da Resolução 76/2010, a força de trabalho consiste: “...os ocupantes de cargos efetivos, os requisitados, os ocupantes exclusivamente de cargos em comissão, os removidos, os terceirizados e os estagiários, no final do ano-base. Excluem-se os cedidos a outros órgãos”.

Em 2009, o Tribunal apresentou 58 (cinquenta e oito) julgados por força de trabalho. Para atender à pretensão do Tribunal no período estabelecido no seu planejamento estratégico (2010-2014), temos o seguinte quadro demonstrativo:

ANO	RESULTADO PRETENDIDO (igual ou superior a)	RESULTADO ALCANÇADO
2010	61	74
2011	64	61
2012	67	69
2013	70	85
2014	73	---

Calculada a média de servidores da 1ª instância do TRT 16ª Região, no ano de 2013, verificou-se que contava com 515 (duzentos e quinze) colaboradores compondo a força de trabalho. O número de julgados importou em 43.982 (quarenta e três mil, novecentos e oitenta e dois). Portanto, a relação de julgados por força de trabalho correspondeu a **85** (oitenta e cinco) julgados por força de trabalho, evidenciando **o cumprimento da meta**.

GESTÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

Não houve alterações quanto às condições dos mobiliários e equipamentos disponibilizados para a Vice-Presidência e Corregedoria em 2013, comparando com o do ano anterior.

GESTÃO AMBIENTAL

Objetivando a formação de um ambiente ecologicamente equilibrado, o consumo sustentável e o incentivo de atitudes socioambientais por parte de magistrados, servidores e jurisdicionados, o Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, em atendimento à Recomendação nº 11, de 22/05/2007, do Conselho Nacional de Justiça, vem implantando medidas para o alcance de tal objetivo.

Corroborando tal iniciativa, a Vice-Presidência e Corregedoria Regional têm adotado algumas práticas.

Em relação ao consumo racional de energia elétrica:

- Adotam a prática de desligar os monitores dos computadores quando os servidores ausentam-se temporariamente das mesas de trabalho, como também de apagar as lâmpadas dos recintos que não estejam em uso durante o expediente.

Em relação à melhoria do meio ambiente:

- Utilizam copos de vidro e xícaras de porcelana diminuindo o uso dos copos plásticos descartáveis.

Em relação ao consumo racional de papel:

- Utilizam sistematicamente a impressão em frente e verso nos documentos de natureza administrativa e judicial, em observância ao Ato Regulamentar GP Nº 01/2010, contribuindo para o consumo racional de papel.
- Evitam a impressão desnecessária de documentos, priorizando o envio de comunicações por meio eletrônico.
- Efetuam a coleta de papéis impressos e inutilizáveis para reciclagem.
- Aproveitam o verso dos papéis impressos, utilizando-os como borrões ou os enviam ao Setor Gráfico do Tribunal para confecção de blocos de anotações.

GESTÃO DE TECNOLOGIA INFORMACIONAL

A Vice-Presidência e Corregedoria, pelo seu âmbito de atuação, dispõem do Sistema Tecnológico adotado pelo Tribunal para o acompanhamento da movimentação processual da primeira jurisdição: o SAPT1.

RESULTADOS OBTIDOS

Relativamente às atribuições exclusivas da Corregedoria, destacam-se os seguintes resultados:

- Das manifestações do **Fale Corregedoria**, recebidas em 2012, 100% foram resolvidas e arquivadas no mesmo período de referência;

- Quanto às **Reclamações Correccionais**, do total de 09 (sete) autuadas em 2013, todas foram apreciadas e decididas no mesmo ano.

- Dos 20 (vinte) Pedidos de Providências autuados em 2013, 80% foram resolvidos e arquivados no mesmo exercício, de forma que restaram 04 (quatro) Pedidos de Providências, autuados em 2013, para serem decididos no ano de 2014. Foram decididos, ainda, 04 (quatro) Pedidos de Providência que restaram do ano de 2012 (190/2012, 287/2012, 298/2012 e 312/2012).

- Ao final do exercício de 2013 não restava processos pendentes em relação à **Remoção ou Promoção** de juízes.

- Todas as Varas da jurisdição realizaram **Inspeção Judicial**, encaminhando a respectiva Ata à Corregedoria, conforme estabelecido no Provimento Geral Consolidado e RA Nº 210/2012;

- Em relação às atividades Itinerantes, foram realizadas 4.649 audiências em itinerâncias realizadas pelo interior do Estado, levadas a cabo por 10 (dez) Varas do Trabalho, que se deslocaram em caráter itinerante no ano de 2013. No ano de 2012 foram realizadas 2.036 audiências em deslocamentos itinerantes, de forma que o indicador de desempenho estabelecido pelo planejamento estratégico deste Regional para as itinerâncias foi atingido;

- Foram realizadas **Correções Ordinárias** em todas as 23 (vinte e três) Varas do Regional, na Distribuição dos Feitos dos Fóruns Astolfo Serra e Manuel Alfredo Martins e Rocha, no Juízo Auxiliar de Execução, no Serviço de Cálculos Judiciais e na Central de Mandados;

- Foram analisados, por amostragem, quando da realização das **Correções Ordinárias**, 1.780 (mil setecentos e oitenta processos) processos, Deste total, 1.104 (um mil, cento e quatro) deles receberam despachos correccionais;

- Em relação ao **Projeto Conciliar**, registrou-se, na Semana Nacional de Execução, a arrecadação de R\$6.202.140,78 (Seis milhões, duzentos e dois mil, cento e quarenta reais e setenta e oito centavos), resultado de 574 (quinhentos e setenta e quatro) acordos homologados em 1º grau e 3 (três) em 2º Grau. Durante a Semana Nacional de Conciliação, registrou-se o valor total de R\$ 4.804.692,20 (quatro milhões, oitocentos e quatro mil, seiscentos e noventa e dois reais e vinte centavos), resultado de 688 (seiscentos e oitenta e oito) acordos homologados no 1º Grau e 5 (cinco) no 2º Grau.

Atento à necessidade de agilizar e, desse modo, melhorar a qualidade da prestação jurisdicional, vislumbrando, inclusive, o princípio estampado na Carta Política de 1988, da razoável duração do processo, o Desembargador Vice-Presidente e Corregedor tem buscado manter com os Juízes de 1º Grau um relacionamento mais estreito, o que fez mediante a realização de reunião com estes, coletiva e individualmente, oportunidades em que procurou tratar de temas que visem otimizar a realização dos trabalhos e, de conseqüência, proteger a imagem do Judiciário Trabalhista, como justiça célere e eficaz.

Para isso, durante a atividade correccional, pontuou a necessidade de se trabalhar com a ideia de correção permanente, evitando, desse jeito, que o desenvolvimento da administração da justiça de primeiro grau se resuma a um amontoado de papeis escritos: a ATA, resultado de uma única visita anual, deixando as unidades e os servidores nelas lotados entregues à própria sorte. Tal comportamento, consoante apregoou, é omissivo, razão por que, após a realização da correção periódica ordinária, sempre ordenou o retorno de sua equipe à unidade então

correcionada, após o decurso de prazo nunca inferior a 60 (sessenta) dias, a fim de que fosse verificada a movimentação dos trabalhos judiciários.

Ainda nesse intento, durante todo o ano, mostrou preocupação com o volume de processos pendentes de despacho de mero expediente (sempre elevado) em todas as Varas do Trabalho do Regional, recomendando aos juízes do trabalho que, de forma equitativa, dividissem entre si ditos processos, a fim de que o problema, senão resolvido de vez, ao menos fosse amenizado. Respostas positivas foram observadas nesse sentido.

Não menos preocupação revelou quanto aos processos conclusos para julgamento com prazo vencido. Por essa razão, determinou a extração mensal de relatórios no SAPT1 para obtenção dessa informação e a expedição de ofícios aos juízes do trabalho que se encontravam nessa situação, deferindo-lhes prazo para regularização da situação.

Junto às unidades judiciárias, em que pese à vedação de investimentos nos sistemas de acompanhamentos processuais já existentes nos Tribunais (art. 46 da Resolução n° 94/2012 do CSJT), a Diretoria de Informática do Regional, com a devida prontidão, vem atendendo aos reclamos da Corregedoria no sentido de facilitar a utilização do SAPT1, de modo a adequá-lo à nova modalidade de coleta de dados estatísticos – e-Gestão, havendo que se registrar que a reconhecida contribuição mereceu elogios do Desembargador Corregedor.

3 DIRETORIA-GERAL

A Diretoria-Geral, no exercício de 2013, desempenhou as atribuições regulamentares constantes no art. 11, do Regulamento Geral deste egrégio Tribunal, coordenando e fiscalizando os trabalhos de sua competência, assegurando a regularidade dos atos e fatos administrativos, e deles dando conhecimento à Presidência deste Tribunal.

Empreendeu ações administrativas que possibilitaram celeridade às decisões de caráter administrativo, técnico, orçamentário e financeiro, objetivando a otimização de recursos humanos, orçamentário-financeiro e materiais, contribuindo dessa forma, para a melhoria da qualidade dos serviços institucionais.

Através dos serviços que compõem esta Diretoria, foram implementadas ações objetivando a aquisição de materiais, execução de obras e serviços, manutenção de veículos, máquinas e equipamentos, celebração de contratos e aditivos, instruções em processos administrativos, disponibilização de passagens e diárias a servidores e magistrados, a serviço ou em atividades de aperfeiçoamentos e treinamentos técnicos/jurídicos, bem como a

concessão de recursos materiais e financeiros às Varas do Trabalho, sob o regime de Suprimento de Fundos, para custeio de despesas eventuais ou urgentes.

A utilização da modalidade de licitação Pregão Eletrônico, bem como da sistemática de Registro de Preços, proporcionou eficácia e economicidade nos processos de compras, obras e serviços, permitindo que se obtivessem resultados surpreendentes em economia efetiva ao erário.

Como resultado do processo de execução orçamentária dos recursos disponibilizados para o exercício em comento, destinados a investimentos e outras despesas correntes, destacamos aquisições de bens e contratações de obras e serviços destinados a melhoria do desempenho da Justiça do Trabalho no Estado do Maranhão, quais sejam:

- Contratação de empresa especializada na execução dos serviços de sondagem à percussão do terreno destinado à construção do prédio sede da Vara do Trabalho de Barra do Corda/MA;
- Contratação dos serviços de elaboração dos projetos complementares para a construção da sede definitiva da Vara do Trabalho de Barra do Corda;
- Contratação de empresa para construção do prédio-sede da Vara do Trabalho de Barra do Corda;
- Execução de serviços continuados de manutenção predial corretiva, pequenas reformas, adaptações, recuperação e conserto das instalações nas unidades que integram a Justiça do Trabalho da 16ª Região;
- Contratação de empresa do ramo de arquitetura e/ou engenharia para execução de serviços de reforma do gabinete da Desembargadora Ilka Esdra Silva Araújo;
- Contratação de empresa para fornecimento e instalação de guarda-corpos de alumínio e painel de vidros entre o Prédio-Sede e Bloco B do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região;
- Contratação de empresa especializada para realização de serviços de fornecimento e instalação de placas em MDF com revestimento melamínico nas paredes de alvenaria do pavimento térreo do Foro Astolfo Serra;
- Contratação de empresa para execução de reforma e adaptação do restaurante/CEMOC do prédio do Fórum "Astolfo Serra";
- Contratação de empresa para execução da construção de guarita com reforma de pavimentação externa, incluindo calçada no prédio-sede deste Tribunal;

- Contratação de empresa do ramo de arquitetura e/ou engenharia para execução dos serviços de reforma da fachada do prédio-sede da Vara do Trabalho de Caxias/MA;
- Contratação de empresa especializada na execução dos serviços de sondagem à percussão em terreno destinado à construção do novo Foro de Justiça do Trabalho no município de Imperatriz/MA;
- Contratação de empresa para prestação de serviço de telefonia fixa comutada local e serviço de transmissão de dados em linha dedicada originadas no Entroncamento Digital E1 de entrada e de saída da central PABX da sede do Tribunal, com respectivo acesso DDR;
- Contratação de empresa para prestação de serviços de elaboração e assistência técnica ao desenvolvimento do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, emissão do Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho - LTCAT e do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, nas dependências das unidades administrativas e judiciárias, compreendendo o prédio Sede e Varas do Trabalho da capital do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região;
- Contratação dos serviços de recarga de extintores em uso, bem como a aquisição de materiais/equipamentos para prevenção e combate a princípio de incêndio e sinistros nos prédios que compõem o complexo do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região;
- Contratação de serviço de Agenciamento de Viagens, compreendendo os serviços de emissão, remarcação e cancelamento de passagem aérea nacional e internacional para magistrados e servidores, quando em viagem no interesse do TRT da 16ª Região;
- Contratação dos serviços de rede de dados e voz que incluem o hardware, software, enlace de transmissão de dados, infraestrutura adicional e serviços associados a essa infraestrutura, para a implantação de redes de longa distância (Redes WAN) interligando a sede estadual do Regional do Trabalho TRT – 16ª Região – São Luis/MA às unidades de Balsas, Pedreiras, Pinheiro, Presidente Dutra e São João dos Patos;
- Contratação de empresa para prestação de serviços de condução de veículos oficiais pertencentes a este Regional;
- Contratação dos serviços de cobertura de fotos jornalísticas, nesta capital e no interior do Estado, nos eventos relacionados com a Justiça do Trabalho;

- Contratação de serviços de manutenção do Sistema de Automação de Bibliotecas – SIABI;
- Contratação de serviço de manutenção preventiva e corretiva na rede de telefonia deste Tribunal e nas mesas do PABX no prédio sede e Fórum Astolfo Serra;
- Contratação de serviços de seguro para os bens patrimoniais móveis e imóveis do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, localizados na cidade de São Luís;
- Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos do Setor Odontológico sem a cobertura de peças de reposição e acessório;
- Contratação dos serviços de instalação, desinstalação e realocação de aparelhos de ar condicionado tipo split, com fornecimento de materiais e insumos;
- Contratação dos serviços de assistência técnica, com fornecimento de peças, abrangendo manutenção preventiva programada, manutenção corretiva e suporte técnico para equipamentos pertencentes ao ambiente físico seguro do Centro de Processamento Dados;
- Contratação de Agente de Integração visando à prestação de serviços de recrutamento, seleção e administração de estágio;
- Contratação dos serviços de acesso à internet à Vara do Trabalho de São João dos Patos/MA, para utilização do Sistema PJe-TJ;
- Contratação de serviços de seguro de 38 (trinta e oito) veículos pertencentes à frota do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região;
- Contratação dos serviços de monitoramento e clipagem de informação jornalística veiculada na mídia em áudio (rádio) e mídia em vídeo (televisão), referentes a matérias sobre a Justiça do Trabalho, em especial, a Justiça do Trabalho do Maranhão;
- Contratação de empresa gráfica para diagramação, ilustração, montagem e impressão do informativo institucional da Justiça do Trabalho da 16ª Região;
- Contratação do serviço de telefonia fixa comutada, na modalidade local;
- Contratação de empresa para a prestação de serviços de pilates, com disponibilização de mão de obra;
- Contratação de fornecimento de água mineral potável, sem gás;
- Contratação de empresa para fornecimento de assinatura anual de jornais;
- Aquisição e instalação de carpetes nas dependências do Plenário e do Auditório Juiz Ari Rocha, no Prédio Sede, Anexo B, do TRT;

- Aquisição e instalação de portões de alumínio automatizados, motores e cancelas automáticas na entrada de acesso de veículos no Prédio Sede e Foro "Astolfo Serra";
- Aquisição de equipamento estático de indução eletromagnética (transformador de energia) para a VT de São João dos Patos;
- Aquisição de mini racks de parede (bracket fechado) para o Anexo “C” do prédio-sede deste Tribunal;
- Aquisição de Impressoras Laser Coloridas para atender as necessidades deste Tribunal Regional do Trabalho;
- Aquisição de 22 virtualizadores de desktop para serem utilizados nas salas de audiência das Varas deste Tribunal;
- Aquisição de 04(quatro) veículos automotores para o Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região;
- Aquisição de portais detectores de metais;
- Aquisição de notebooks – perfil avançado;
- Aquisição de materiais permanentes (frigobar, refrigerador, aparelho de fax, aparelho de ar condicionado, etc) e de materiais de expedientes;

Dentre as despesas realizadas durante o exercício de 2013, incluem-se aquelas provenientes de Recursos Descentralizados pelo CSJT, dentre as quais destacamos as seguintes:

- Aquisição de scanners para a digitalização de documentos, com garantia “on-site”, para atender as necessidades deste Tribunal Regional do Trabalho;
- Contração dos serviços de suporte e manutenção em garantia para os equipamentos de filtragem de conteúdo de correio eletrônico, bem como a ampliação da solução atualmente existente;
- Aquisição de Rede – Switches, com garantia e treinamento;
- Aquisição de equipamentos de informática (estação de trabalho e monitores) com suporte de serviços associados, incluindo prestação de assistência técnica em garantia;

Dentre as despesas realizadas durante o exercício de 2013, incluem-se aquelas provenientes de empenhos inscritos em Restos a Pagar, dentre as quais destacamos as seguintes:

- Execução dos serviços de construção do prédio-sede da Vara do Trabalho de São João dos Patos;

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Cumprindo suas atribuições regimentais, esta Diretoria Geral, através do Núcleo Administrativo, desenvolveu as seguintes atividades:

- Elaboração de minutas de despachos em processos administrativos, objetivando os trâmites de rotina, relacionados a aquisições de serviços/materiais e obras;
- Elaboração de minutas de despachos de autorização de pagamento de notas fiscais/recibos e de diárias; e de emissão de empenho;
- Elaboração de minutas de despachos de aprovação de Termo de Referência/Projeto Básico; de adjudicação de procedimento licitatório quando há interposição de recursos pelos licitantes, e de homologação de procedimento licitatório;
- Pré-análise de recursos interpostos por licitantes, submetendo-os para a unidade competente para emissão de parecer, a fim de subsidiar a decisão do Diretor-Geral;
- Instrução do processo administrativo de adesão à ata de registro de preços com toda a documentação necessária, quando solicitado;
- Elaboração de minuta do Relatório de Gestão a ser enviado ao TCU, tomando por base, as informações prestadas pelos setores competentes;
- Elaboração de minutas de despachos nos processos de substituição, averbação de tempo de serviço, anuênios, auxílio natalidade, licenças, encaminhando-os aos setores especializados para emissão de parecer a fim de subsidiar a devida aprovação ou concessão;
- Instrução dos processos de exoneração, vacância, remoção e redistribuição de servidores, a serem submetido ao Diretor Geral, para fins de encaminhamento à Presidência deste Tribunal;
- Elaboração de minutas de portarias de concessão de diárias, bem como o controle de todas as portarias expedidas e encaminhamento para divulgação no Boletim Interno Eletrônico e no TRT on-line;

OUTRAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Apostilas	13
Despachos proferidos em protocolos administrativos	5453
Memorandos expedidos	247
Memorandos Circulares expedidos	08

Ofícios expedidos	225
Solicitações de Diárias	64
Portarias expedidas	1065

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO SETOR DE PUBLICAÇÃO

- Importação das notificações e editais gerados pelas Varas Trabalhistas do Interior e Capital dentro do Sistema SAPT, para posterior alimentação no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho;
- Recebimento das matérias administrativas, revisão, formatação e encaminhamento para o órgão de publicação oficial;
- Leitura diária do Diário Oficial, conferindo se as matérias encaminhadas foram publicadas;
- Atualização, diária, do site deste Tribunal, alimentando-o com as publicações do Diário Oficial do Estado e Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho.

3.1 Secretaria de Orçamentos e Finanças

A Secretaria de Orçamento e Finanças vinculada a Diretoria Geral, cuja competência e estrutura foram estabelecidas nos art. 62 a 66 do Regulamento-Geral deste Regional é atualmente composta por 06 (seis) servidores.

Esta Secretaria desenvolveu e executou neste exercício, todas as atividades referentes aos recursos orçamentários e financeiros disponibilizados a este Regional, conforme abaixo:

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA – FINANCEIRA se baseou na Lei Nº 12.708, de 17 de agosto de 2012 – LDO 2013, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2013.

A disponibilidade orçamentária para o exercício ocorreu a partir da sanção da Lei Orçamentária Anual, Lei 12.798, de 04 de abril de 2013, que estimou a receita e estabeleceu os limites das despesas a serem executadas no exercício.

Orçamento de 2013 recebeu dotação inicial no importe de R\$ 150.215.415,00 (cento e cinquenta milhões, duzentos e quinze mil, quatrocentos e quinze reais), sendo:

R\$ 136.212.435,00 (cento e trinta e seis milhões, duzentos e doze mil, quatrocentos e trinta e cinco reais) destinados ao Orçamento Fiscal;

R\$ 14.002.980,00 (quatorze milhões, dois mil, novecentos e oitenta reais) destinados ao Orçamento da Seguridade Social.

Grupo de Despesas de Pessoal foi contemplado com recursos no montante de R\$ 116.194.824,00 (cento e dezesseis milhões, cento e noventa e quatro mil, oitocentos e vinte e quatro reais), destinados à cobertura de Pessoal Ativo, Inativo e Pensionista e Obrigações Patronais, representando 77,35% dos recursos inicialmente aprovados.

O Grupo de Despesas de Custeio foi inicialmente contemplado com o importe de R\$ 34.020.591,00 (trinta e quatro milhões, vinte mil, quinhentos e noventa e um reais) equivalente a 22,65% do orçamento distribuídos da seguinte forma:

- Custeio da UnidadeR\$ 15.297.172,00;
- InvestimentoR\$ 850.000,00;
- Benefícios AssistenciaisR\$ 8.816.388,00;
- Projetos.....R\$ 9.057.031,00.

A dotação orçamentária inicial teve um acréscimo de R\$ 20.380.605,00 (vinte milhões, trezentos e oitenta mil, seiscentos e cinco reais), provenientes das seguintes alterações:

Suplementações

- Despesa de Pessoal.....R\$ 24.143.250,00;
- Custeio da UnidadeR\$ 2.323.030,00;
- InvestimentoR\$ 537.240,00;
- Benefícios AssistenciaisR\$ 245.136,00.

Cancelamentos

- Custeio da UnidadeR\$ 342.550,00;
- Benefícios AssistenciaisR\$ 230.000,00;
- Projetos.....R\$ 4.495.501,00.

Contingenciamento

- Projetos.....R\$ 1.800.000,00.

Com a realização dessas alterações, a disponibilidade de recursos orçamentários em 2013 apresentou um total de R\$ 170.602.500,00 (cento e setenta milhões seiscentos e dois mil e quinhentos reais).

No Orçamento de 2013 também foram recebidos destaques no montante de R\$ 10.935.296,00 (dez milhões, novecentos e trinta e cinco mil, duzentos e noventa e seis reais) sendo:

- PrecatóriosR\$ 115.296,00;
- Sentença de Peq. Valor.....R\$ 10.820.000,00.

Além disso, este Regional recebeu Provisões do Orçamento do Tribunal Superior do Trabalho no valor de R\$ 2.663.743,42, para serem aplicados da forma abaixo:

- Projeto de Modernização Instalações da Just. Trabalho R\$ 617.680,11;
- Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados R\$ 26.402,74;
- Proj. Implant. Sist. Integrado de Gestão da Informação R\$ 1.743.724,77;
- Proj. Manut. Sist. Integrado de Gestão da InformaçãoR\$ 275.9356,80.

A Secretaria de Orçamento e Finanças deste TRT elaborou e enviou à Coordenadoria de Orçamento e Finanças do CSJT/TST e à SOF – Secretaria de Orçamento e Finanças do Ministério da Fazenda:

- Proposta Prévia Orçamentária – POP 2014;
- Proposta Orçamentária Anual – POA 2014;
- Lançamentos no Sistema SIOP;
- Créditos Suplementares durante todo o exercício de 2013.

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PRÉVIA – 2014

A Proposta Orçamentária Prévia de 2014 foi enviada para o Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT, em abril de 2013, onde registramos as reais necessidades orçamentárias para manutenção deste Regional, além de todos os projetos essenciais ao seu funcionamento e passivos existentes em favor de Magistrados e Servidores. Os passivos de pessoal solicitados foram: abono de permanência, adicional por tempo de serviço, diferença de proventos/pensões, diferenças de substituições e licença prêmio indenizada.

A POP 2014 totalizou R\$ 199.224.201,14 (cento e noventa e nove milhões, duzentos e vinte e quatro mil, duzentos e um reais e quatorze centavos), conforme demonstrado abaixo:

1. Pessoal Ativo, Inativo e PensionistasR\$ 121.595.896,09;
2. Contribuição Patronal (PSSS)R\$ 20.022.715,32;
3. PassivosR\$ 389.752,26;
4. Custeio – Administração da Unidade.....R\$ 25.072.000,00;
5. Capacitação de Rec. Humanos.....R\$ 1.300.000,00;
6. Assistência Jurídica a Pessoas Carentes.....R\$ 500.000,00;
7. Manutenção de Varas Itinerantes.....R\$ 350.000,00;

8. Comunicação e Divulgação Institucional.....R\$ 706.000,00;
9. Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.....R\$ 550.000,00;
10. Benefícios Assistenciais.....R\$ 8.999.160,00;
11. Construção Ed. Sede VT Barra do Corda.....R\$ 100.000,00;
12. Construção do Fórum Trab. Imperatriz/MA.....R\$ 3.000.000,00;
13. Construção Complexo TRT e V.T'SR\$ 10.000.000,00;
14. Construção Nova VT de Pinheiro.....R\$ 2.000.000,00;
15. Melhoria da Rede Elet./Lógica Prédio Sede.....R\$ 2.000.000,00;
16. Convênios (Const. Ed. Sede VT Bacabal).....R\$ 1.316.105,47;
17. Novas Instalações dos itens 09, 10,12 e 15.....R\$ 1.322.572,00.

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA ANUAL – 2014

A Proposta Orçamentária Anual de 2014 foi enviada em 26 de julho de 2013 ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho/CSJT e registrada no SIDORNET, obedecendo aos limites referenciais informados pelo CSJT através do Ofício Circular Nº 026/2013 – CFIN/CSJT, de 19/07/12, no importe de R\$ 158.695.379,00 (Cento e cinquenta e oito milhões, seiscentos e noventa e cinco mil, trezentos e setenta e nove reais), sendo:

1. Pessoal Ativo, Inativo e Pensionistas.....R\$ 109.298.577,00;
2. Pensões decorrentes de Legisl. Especiais.....R\$ 428.733,00;
3. Contribuição Patronal (PSSS).....R\$ 18.546.320,00;
4. Custeio da Unidade.....R\$ 15.025.194,00;
5. Capacitação de Recursos Humanos.....R\$ 1.000.000,00;
6. Manutenção de Vara Itinerante no Maranhão.....R\$ 90.000,00;
7. Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.....R\$ 254.389,00;
8. Comunicação e Divulgação Institucional.....R\$ 250.000,00;
9. Assistência Jurídica à Pessoas Carentes.....R\$ 500.000,00;
10. Benefícios Assistenciais.....R\$ 9.786.060,00;
11. Const. Fórum Trabalhista de Imperatriz.....R\$ 2.100.000,00;
12. Const. Nova V. T. de Barra do Corda.....R\$ 100.000,00;
13. Const. Nova Sede VT de Bacabal (convênio).....R\$ 1.316.106,00

CRÉDITOS ADICIONAIS – 2013

Para suplementar o Orçamento do Exercício de 2013 foram solicitados créditos no total R\$ 14.443.496,00 (quatorze milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, quatrocentos e noventa e seis reais), conforme tabela abaixo:

CONTROLE SIOP	DESCRIÇÃO	TIPO	VALOR
26477	Pessoal (Folha Normal)	120	9.744.751
26713	Pessoal (Passivos)	120	190.239
26478	Custeio da Unidade	120	5.960.565

REMANEJAMENTO DE RECURSOS

TIPO	CONTROLE	DESCRIÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	CANCELAMENTO
120	26479	Const. Ed. Sede V.T. S. J. Patos Apreciação de Causas na J. T. – GD4	200.000	200.000
407	26480	Const. Ed. Sede V.T. S. J. Patos Apreciação de Causas na J. T. – GD3	210.000	210.000
410	26481	Comunic. Divulgação Institucional-GD4 Comunic. Divulgação Institucional-GD3	42.550	42.550

SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS (SIOP)

A Secretária de Orçamento e Finanças desempenha, também, a função de Coordenador de Ações do TRT, onde, através do SIOP (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento) realiza, semestralmente, lançamentos das Metas Físicas Cumulativas e Não Cumulativas pertencentes às Ações Orçamentárias vinculadas a este Regional.

As Metas Físicas atualizadas e lançadas mensalmente fazem parte do Programa 0571 – Prestação Jurisdicional Trabalhista e constam registradas da seguinte forma:

- 14R8 – Construção do Forum Trabalhista de Imperatriz - MA.
Meta: % de execução da construção.
- 14R9 – Construção do Ed. Sede da V. T. de Barra do Corda - MA.
Meta: % de execução da construção.
- 136H – Construção do Ed. Sede da Vara do Trabalho de Bacabal - MA.
Meta: % de execução da construção.
- 136E – Construção do Ed. Sede da V. T. de São João dos Patos - MA.
Meta: % de execução da construção.

2004 - Assistência Médica-Odontológica aos Magistrados e Servidores deste TRT.

Meta: Quantidade de pessoas beneficiadas.

2010 - Assistência Pré-Escolar aos dependentes dos magistrados e servidores deste TRT.

Meta: Quantidade de crianças atendidas.

2011 – Auxílio Transporte aos servidores deste TRT.

Meta: Quantidade de servidores beneficiados.

- 2012 – Auxílio Alimentação aos servidores deste TRT.

Meta: Quantidade de servidores beneficiados.

- 2549 – Comunicação e Divulgação Institucional.
Meta: Quantidade de Matérias Veiculadas.
- 4091 - Capacitação de Recursos Humanos.
Meta: Quantidade de servidores capacitados.
- 4224 - Assistência Jurídica à Pessoas Carentes.
Meta: Quantidade de pessoas assistidas.
- 4256 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho.
Meta: Quantidade de processos julgados;
- 8134 - Manutenção de Varas Itinerantes na Justiça do Trabalho.
Meta: Quantidade de Varas Itinerantes mantidas.

As informações relativas aos quantitativos das Metas Físicas executadas são encaminhadas mensalmente para esta Secretaria pelas seguintes unidades.

- Coordenadoria de Gestão de Pessoas (informa os servidores/magistrados que receberam os benefícios: auxílio- alimentação, auxílio-saúde, auxílio-creche e auxílio-transporte);
- Secretaria da Corregedoria (informa o número de processos julgados na 1ª instância);
- Secretaria de Gestão Estratégica, Estatística e Pesquisa (informa o número de processos julgados na 2º instância);
- Escola Judicial (informa o número de servidores/magistrados capacitados no mês);
- Seção de Comunicação Social: informa a quantidade de publicações veiculadas no mês.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos aplicados no exercício de 2013 totalizaram R\$ 169.251.780,54 (cento e sessenta e nove milhões, duzentos e cinquenta e um mil, setecentos e oitenta reais e cinquenta e quatro centavos), incluindo Restos a Pagar, o que representa 99,2% dos recursos disponibilizados para o exercício.

O saldo orçamentário sem aplicação, portanto, resultou no total de R\$ 1.350.719,46 (Um milhão, trezentos e cinquenta mil, setecentos e dezenove reais e quarenta e seis centavos), representando 0,8% dos recursos disponibilizados para o exercício. Essa sobra orçamentária resultou das seguintes despesas:

a) Pessoal Inativo e Pensionistas	R\$	5.424,84;
b) Benefícios.....	R\$	9.783,81;
c) Apreciação de Causas na Just. Trabalho (Custeio).....	R\$	8.264,69.
d) Assistência Jurídica à Pessoas Carentes.....	R\$	64.776,90;
e) Comunicação e Divulgação Institucional.....	R\$	427,88;
f) Const. Ed. Sede VT São João dos Patos-MA.....	R\$	11,34;

- g) Const. Ed. Sede VT Bacabal-MA..... R\$ 1.157.031,00;
h) Const. Fórum Trabalhista de Imperatriz R\$ 104.999,00;

Os recursos recebidos através de destaques provenientes de Sentenças Judiciais e as descentralizações do Projeto de Modernização das Instalações Físicas da Justiça do Trabalho, Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, Implantação e Manutenção do Sistema Integrado de Gestão não estão incluídos nos valores acima.

Os recursos disponibilizados para execução de Sentenças Judiciais, recebidas através de descentralização de crédito de outras Unidades Orçamentárias foram liquidados no importe de R\$ 10.901.962,00 (dez milhões, novecentos e um mil, novecentos e sessenta e dois reais) o que correspondeu a 99,7% do total recebido para essa finalidade.

Os recursos recebidos através de descentralização denominada provisão foram os seguintes:

- 01 – Implantação do Sist. Integrado de Gestão R\$ 1.743.724,77;
- 02 – Modernização das Instalações Físicas da JT R\$ 617.680,11;
- 03 – Manutenção do Sis. Integrado de Gestão R\$ 275.935,80;
- 04 – Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados R\$ 26.402,74;

A seguir destacamos o comportamento da Execução da Despesa do exercício, em relação às principais rubricas orçamentárias e seus percentuais de aplicação em relação ao volume de recursos alocado na Lei de Meios.

CONTA	VALOR APLICADO (R\$)	% de aplicação
Pessoal Ativo	96.495.087,41	92,25
Despesa Exercício Anterior (Pessoal Ativo)	2.351.700,70	
Pessoal Inativo e Pensionista	12.315.565,56	95,66
Despesa Exercício Anterior (Pessoal Inativo)	2.562.165,26	
Obrigações Patronais	16.848.208,84	96,63
Despesa de Exercício Anterior (PSSS)	191.134,44	
Aprec. de Causas na Justiça Trabalhista	13.804.781,48	92,12
• Diárias	720.981,09	
• Passagens	552.279,15	
• Outros Custeios	12.046.986,78	
• Equipamentos e Material Permanente	484.534,46	
Comunicação e Divulgação Institucional	186.433,42	93,22
Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	232.799,10	77,60

Assistência Médico - Odontológica	2.716.966,52	99,65
Assistência Pré-Escolar	855.895,26	99,47
Auxílio Alimentação	5.240.165,64	99,94
Auxílio Transporte	1.104,17	76,04
Capacitação de Recursos Humanos	1.096.250,00	99,66
Manutenção de Vara do Trabalho Itinerante	80.000,00	100,00
Construção Ed. Sede V.T. de São João dos Patos/MA	222.514,90	76,73
Construção Fórum Trabalhista Barra do Corda/MA	82.720,00	6,89
TOTAL	155.283.492,70	91,02

A execução do exercício em relação a Restos a Pagar Inscritos, oriundo de despesas não pagas no exercício anterior e inscritas no exercício de 2013 foi da ordem de R\$ 13.968.287,84 (treze milhões, novecentos e sessenta e oito mil, duzentos e oitenta e sete reais e oit892enta e oitenta e quatro centavos), sendo:

R\$ 13.359.121,51 (treze milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, cento e vinte e um reais e cinquenta e um centavos)) referente a RAP não processados:

- a) Pagamento de Pessoal Ativo R\$ 8.049.823,31;
- b) Pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas R\$ 667.853,28;
- c) Contribuições Previdenciárias..... R\$ 332.012,12;
- d) Custeio da Unidade Administrativa R\$ 3.088.257,74;
- e) Capacitação de Recursos Humanos..... R\$ 3.750,00;
- f) Assistência Médica e Odontológica R\$ 7.608,60;
- g) Comunicação e Divulgação Institucional R\$ 13.138,70;
- h) Assistência Jurídica à Pessoas Carentes R\$ 2.424,00;
- i) Construção Ed. Sede VT de São João dos Patos..... R\$ 67.473,76;
- j) Construção do Fórum Trabalhista de Imperatriz R\$ 9.500,00;
- k) Construção Ed. Sede VT de BacabalR\$ 1.117.280,00.

O valor de R\$ 609.166,33 (seiscentos e nove mil, cento e sessenta e seis reais e trinta e três centavos) é referente a Restos a Pagar Processados.

A execução do exercício em relação a Restos a Pagar Processados (reinscritos), oriundos de despesas não pagas nos exercícios anteriores a 2013 foi da ordem de R\$ 27.810,84 (vinte e sete mil, oitocentos e dez reais e oitenta e quatro centavos).

EXECUÇÃO FINANCEIRA

A Gestão Financeira do exercício de 2013 teve o seguinte comportamento:

MOVIMENTAÇÃO DA CONTA LIMITE DE SAQUE	
LIMITE DE SAQUE - DEZ/2012	2.760.184,00
(+) VALORES DIFERIDOS - BAIXA	54,40
(+) SUB-REPASSE RECEBIDO	181.127.239,11
(+) COTA DE RESTOS A PAGAR RECEBIDA	153.341,96
(+) TRANSF. RECEBIDA REF. REST. RECEITA	25.820,93
(+) RECEITAS PRÓPRIAS - TX DE OCUPACAO DE IMOVEIS	123.922,91
(+) RECEITAS PRÓPRIAS - TRANSF.DE CONVENIOS DA UNIAO	797.186,30
(+) RECEITAS PRÓPRIAS - OUTRAS	87.977,62
(-) PAGAMENTOS EFETUADOS	171.242.863,78
(-) TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	117.390,27
(-) RESTITUIÇÕES DE RECEITAS	25.820,93
(-) DEDUÇÃO DA RECEITA	5,53
(=) LIMITE DE SAQUE - DEZ/2013	13.689.646,72

No sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI foram emitidos os seguintes documentos :

DOCUMENTOS EMITIDOS NO SIAFI	QUANTIDADE
Documento de Arrecadação Fiscal (DARF)	980
Documento de Arrecadação Municipal (DAR)	589
Notas de Dotação (ND)	524
Notas de Empenho (NE)	2.316
Pré-empenhos (PE)	29
Notas de Sistema (NS)	4.288
Notas de Lançamento (NL)	686
Ordens Bancárias (OB)	4.195
Relações Bancárias (RE)	314
Relações Bancárias (RT)	150
Nota de Programação Financeira (PF)	79
Guias de Recolhimento Previdência Social (GPS)	1095
Lista de Itens (LI)	2.317
Lista de Precatório (LP)	29
Lista de Credor (LC)	112
Documento RA do CPR	35.349
Documento AV do CPR	1321
Documento RD do CPR	31
Documento DT do CPR	55
Documento FL do CPR	68
Documento GRU	214

Documento LF	317
Documento NP do CPR	1251
Documento RB do CPR	93
Documento SF do CPR	124
Documento SJ do CPR	26

No exercício relatado foram recolhidos ao Tesouro Nacional, ao Fisco Municipal e ao INSS retenções e contribuições no montante de R\$ 46.992.890,69 (quarenta e seis milhões novecentos e noventa e dois mil oitocentos e noventa reais e sessenta e nove centavos), o que representa 29,61% dos recursos aprovados para o exercício, conforme segue:

CÓDIGO	RETENÇÕES	DOC. EMITIDO	VALOR (R\$)
0921-003	Recolhimento ISSQN (Imposto Municipal - DAM)	DAR	257.083,86
00561	IRRF – Rend. Trabalho Assalariado – Adm. Pública/Set. Privado	DARF	17.726.651,01
00588	IRRF – Rend. Trabalho sem vínculo empregatício	DARF	24.904,26
02402	Órgão do Poder Público – CNPJ	GPS	617.351,08
02640	Cont. Retida na NF/Fatura p/Órgão Público	GPS	674.174,33
02909	Reclamatória Trabalhista – CNPJ	GPS	186.395,28
03208	IRRF – Aluguéis pagos a Pessoa Física	DARF	2.013,71
05936	IRRF Decorrente de Decisão Justiça do Trabalho	DARF	23.069,06
06147	Tributos Retidos Órgãos Públicos - Produtos	DARF	406.726,35
06175	Tributos Retidos Órg. Públicos – Passageiros	DARF	73.004,38
06190	Tributos Retidos Órgãos Públicos – Serviços	DARF	279.829,74
06188	Tributos Retidos Órgãos Públicos – Financeiro	DARF	3.618,87
8767	Medicamento Adquirido / Varejo Ret.Org.Publ.	DARF	997,19
70198	Receita Intra: Ind. Ed. Gráfica	GRU	59.677,05
10023/1661	Contribuições p/o PSS do Servidor Civil Ativo	DARF	8.537.814,68
18806	STN - Rec.Desp.Exercício Anterior	GRU	34.206,81
18818	STN - Outras Restituições (Folha)	GRU	7.737,93
18822	STN – Outras Receitas	GRU	1.551,15
18831	STN-Multas/Juros Prev. Contr.	GRU	35.964,40
10024/1700	Contribuições p/PSS do Servidor Civil Inativo	DARF	786.038,56
10025/1717	Contribuições p/PSS do Servidor Civil Pensionista	DARF	156.497,45
1723	CPSSS-Servidor Civil Ativo-precatório/RPV	DARF	134,41
1752	CPSSS-Pensionista-precatório/Req.Peq.Valor	DARF	3.286,19
20044	Recolhimento Consig. Folha Pagamento	GRU	18.317,06
50028/1769	Cpss – Patronal Serv; CV AT	DARF	17.075.629,36
51329	FISTEL-Intra Tx.Fisc.Func.	GRU	166,44
52672	ANATEL-Contr.Radiodif. Publ	GRU	50,08

DA CONTABILIDADE ANALÍTICA

As atividades desenvolvidas por este Setor de Contabilidade Analítica consistiram basicamente no seguinte:

- Registro e baixa de 93 concessões de Suprimentos de Fundos, cujas prestações de contas foram devidamente analisadas por esta Secretaria e acatadas pelo ordenador de despesa;
- Análise diária dos documentos que compõem a execução orçamentária e financeira desta Unidade Orçamentária;
- Conciliação mensal dos relatórios RMA e RMB com os valores registrados no sistema SIAFI, promovendo os devidos ajustes;
- Atualização mensal do Rol de Responsáveis;
- Análise mensal dos Balanços: Financeiro, Patrimonial, Orçamentário e das Demonstrações de Variação Patrimonial;
- Análise mensal do Balancete;
- Análise diária do balancete a fim de detectar possíveis contas inconsistentes ou com saldos irrisórios no Balancete;
- Elaboração Anual dos quadros referentes à execução orçamentária e financeira desta Unidade Orçamentária para composição do Relatório de Gestão;
- Elaboração quadrimestral dos Relatórios de Gestão Fiscal;
- Registro dos contratos celebrados por este Regional e baixa de sua execução no SIAFI;
- Registro e baixa dos termos de convênios e baixa de sua execução no SIAFI;

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

No decorrer do ano de 2013 esta Secretaria no desempenho de suas atividades diárias, executou diversos procedimentos administrativos, conforme demonstrado abaixo:

Memorandos expedidos	234
Ofícios expedidos	488
Processos arquivados no exercício	322
Processos despachados	3.759
Despachos de Dotação Orçamentária	364
Notificações expedidas – Concessões Sup. de Fundos	93

CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DESTA UNIDADE EM 2013

No decorrer do exercício de 2013 os servidores lotados nessa Unidade não participaram de nenhum evento de capacitação.

No PPA – Plano Plurianual de 2012 a 2015 permanecem cadastrados, os seguintes

Projetos:

- Construção do Ed. Sede da VT de São João dos Patos;
- Construção do Novo Fórum Trabalhista de Imperatriz;
- Construção do Ed. Sede da VT de Barra do Corda;
- Construção do Ed. Sede da VT de Pinheiro;
- Construção do Ed. Sede da VT de Bacabal;
- Reforma e Adaptação do Prédio-Sede deste TRT;
- Construção do Edifício Sede do TRT 16ª Região – MA

3.2 Seção de Assessoramento Jurídico

Este Núcleo de Assessoramento Jurídico realiza análise e aprovação de Minutas de Editais, Contratos, Termos Aditivos, Convênios, Termos de Acordo, Termos de Doação, Distratos, Acordos de Cooperação, Termos de Parceria, Termos de Rescisão e outros ajustes, nos termos do Parágrafo Único do art. 38, da Lei nº 8.666/93. ¹⁰Também emite pareceres visando o assessoramento jurídico na área administrativa no âmbito deste TRT.

Elabora pareceres acerca do Conteúdo dos Projetos Básicos e Termos de Referência e, se for o caso, sugere a modalidade de licitação.

Analisa os processos na área de pessoal de magistrados e servidores referente às seguintes matérias:

- 1) Exoneração a pedido
- 2) Vacância
- 3) Trânsito
- 4) Inclusão e exclusão de dependentes para abatimento no imposto de renda
- 5) Licença por motivo de falecimento
- 6) Licença por motivo de casamento
- 7) Cessão de servidores
- 8) Licenças em geral (art. 81 da Lei nº 8.112/90)
- 9) Afastamentos para cursar pós-graduação
- 10) Concessão de horário especial

¹⁰ Em 10/07/2012 a elaboração de Minutas de Contratos, Aditivos, Acordos ou outros Ajustes passou a ser realizada pela Secretaria de Administração/Setor de Contratos e Convênios e, a partir de janeiro de 2012, a elaboração de Convênios e seus Aditivos passaram a ser feitos também pela citada Unidade.

- 11) Concessão de ajuda de custo
- 12) Concessão de auxílio natalidade
- 13) Redistribuição de cargos
- 14) Aproveitamento
- 15) Licença paternidade
- 16) Licença maternidade e sua prorrogação
- 17) Ressarcimento de despesas com combustível
- 18) Concessão de licença prêmio
- 19) Recursos de servidores;
- 20) Concessão de Adicional de Qualificação
- 21) Isenção do imposto de renda
- 22) Concessão de aposentadoria
- 23) Concessão de Abono Permanência
- 24) Concessão de quintos
- 25) Parcelamento de Débitos com o erário
- 26) Indenização de Transportes
- 27) Remoção
- 28) Substituição
- 29) Horas Extras
- 30) Adicional de Insalubridade
- 31) Readaptação
- 32) Concurso Público
- 33) Nomeação de Portadores de Necessidades Especiais
- 34) Férias
- 35) Concessão de diárias
- 36) Averbação de tempo de serviço/contribuição
- 37) Estagiários

Enquadra as despesas por dispensa de licitação (art. 24, da Lei nº 8.666/93); por inexigibilidade de licitação (art. 25, da Lei nº 8.66/93) e locação de imóveis.

Analisa a documentação para elaboração de convênios, acordos de cooperação e termos de parcerias.

Colacionamos abaixo as atividades desenvolvidas por esta unidade em 2013:

- Ofícios expedidos – 02
- Memorandos expedidos – 49
- Minuta de Portaria – 01
- Minutas de Resolução - 03
- Portarias de Penalidade – 07

Durante o exercício de 2013 o Núcleo de Assessoramento Jurídico proferiu, aproximadamente, 1252 pareceres, envolvendo matéria jurídica dos mais diversos ramos do Direito, conforme assuntos acima mencionados, tais como:

- Pareceres de dispensa de licitação – 29;
- Pareceres de Inexigibilidade de licitação – 60;

- Pareceres diversos – 370;
- Pareceres concessões de diárias – 60;
- Pareceres análise de Termos de Referência e Projetos Básicos – 161
- Pareceres repactuação/reajuste – 12
- Pareceres na área de Contratos – 33
- Pareceres de análise de Editais de Licitação - 120
- Pareceres na área de pessoal (magistrados e servidores) - 407.

Este Núcleo analisou e aprovou o quantitativo de aproximadamente:

56 Editais de Pregões Eletrônicos; 31 Editais de Pregões Presenciais e 03 Editais de Tomada de Preços, conforme legislação que rege a matéria.

3.3 Núcleo de Folha de Pagamento

O Núcleo de Folha de Pagamento desenvolveu, de acordo com suas atribuições regimentais, as atividades descritas e quantificadas a seguir.

ATIVIDADES E QUANTITATIVOS

1. Elaboração de 1.073 (um mil e setenta e três) cálculos de diárias;
2. Acompanhamento e gestão dos pedidos de férias de servidores no Sistema de Recurso Humanos
3. Elaboração de 23 (vinte dois) cálculos de ajuda de custo;
4. Emissão de Comprovante de Rendimentos – Cédula C (IRRF), totalizando 983 beneficiários;
5. Elaboração de 01 Declaração de Imposto Retido na Fonte (DIRF-2012);
6. Geração e envio à Receita Federal de 02 (duas) DIRF Retificadoras;
7. Elaboração de 15 (quinze) folhas de pagamento de bolsa de estagiários;
8. Elaboração de 03 (três) folhas de pagamento referente à Parcela Autônoma de Equivalência (Auxílio Moradia) a magistrados;
9. Elaboração de Cronograma Anual de Desembolso Mensal despesa com pessoal;
10. Elaboração de folha suplementar para pagamento de passivos a magistrados e servidores (Abono de Permanência, GATS e Adicional de Treinamento, Ajuda de Custo);
11. Elaboração de cálculos de conversão de Licença por assiduidade em Pecúnia
12. Elaboração de cálculos de conversão de férias por assiduidade em Pecúnia
- 13.
14. Elaboração de planilhas de cálculo de Auxílio-Moradia a Diretores de VT do interior;

15. Elaboração de planilhas de cálculo para levantamento de passivos diversos (Estabilidade provisória em FC, VPNI, aposentadoria proporcional por média, aposentadoria proporcional por invalidez, Benefícios diversos, Licença prêmio, substituições decorrentes da Port. GP 15/2012, Abono de permanência)
16. Elaboração de planilhas de cálculos para pagamento de Gratificação por Encargo de Curso a magistrados e servidores
17. Elaboração de 01 (uma) folha suplementar para pagamento de férias;
18. Elaboração de 02 (duas) Folhas de pagamento de Gratificação Natalina;
19. Elaboração de 12 (doze) folhas de pagamento mensais;
20. Elaboração de planilha de cálculo para subsidiar folha para pagamento de passivo de 11,98% de URV a servidores e ex-servidores deste Regional;
21. Emissão de 55 (cinquenta e cinco) certidões a requerimento de magistrados, servidores e pensionistas civil e de alimentos com teores diversos (antecipação de gratificação natalina, remuneração, IRRF sobre férias, abono permanência, RRA, saldo URV 11,98%, quintos, percentual de Pensão Alimento, contribuição previdenciária, rendimentos tributáveis, adicional de aposentadoria, desconto UNIMED, Parcela autônoma de Equivalência, Consignação de empréstimos);
22. Emissão de 31 (trinta e uma) certidões de tempo de contribuição previdenciária, contendo Relação das Remunerações Pagas e Contribuições ao Regime Próprio (PSSS) e ao Regime Geral (INSS);
23. Emissão de 61 (sessenta e uma) notificações para devolução de vencimentos e benefícios por ex-servidores e ex-magistrados deste Regional;
24. Gestão do Plano de Saúde pró-TRT/Unimed e Planos Externos, com uma média mensal de 1450 beneficiários por mês;
25. Emissão de documentos de margem consignável a magistrados, servidores e pensionistas, totalizando 88 (oitenta e oito cálculos);
26. Emissão de relatórios mensais de consignação às instituições conveniadas, em meio eletrônico e físico
27. Emissão/envio, por via postal, de 346 demonstrativos de pagamento (inativos e pensionistas);
28. Informações gerenciais prestadas ao CNJ e CSJT, num total de 15;
29. Prestação de informações à AGU sobre pagamentos administrativos de 11,98% URV, totalizando 25 planilhas e 100 servidores;

30. Emissão de 59 Notificações para devolução de vencimentos/benefícios e outras solicitações;
31. Elaboração, emissão e transmissão de arquivo eletrônico da RAIS-2013 (Ministério do Trabalho);
32. Relatórios mensais GFIP-SEFIP (informações à Previdência Social), 13 do exercício corrente e 05 retificadoras de exercícios anteriores.

Convém ressaltar, por fim, as seguintes atividades:

- Co-gestão dos convênios entre este TRT e instituições bancárias de crédito, firmados com Banco do Brasil, Banco Santander, Banco Cruzeiro do Sul, CAPEMISA, Caixa Econômica Federal COOMAMP, HSBC.
- Projeção de despesas com pessoal, destinadas a elaboração dos Pedidos de Créditos Adicionais para o exercício de 2013 e da Proposta Orçamentária Prévia de 2014 e Proposta Orçamentária Anual 2013.

3.4 Seção de Licitações

No exercício de 2013, a Seção de Licitações, Unidade integrante da estrutura organizacional do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, subordinada à Diretoria Geral, procurou cumprir fielmente as atribuições que lhe foi consignada no Regulamento Geral deste Tribunal, com a utilização de modernos métodos e técnicas de trabalho destinado à melhoria e eficiência de seus serviços.

O escopo do relatório compreende todas as atividades desenvolvidas no exercício, relativo à execução e publicação de licitações para contratações de bens e serviços de interesse deste Órgão, em ação planejada e transparente, a fim de possibilitar à sociedade o acesso a todos os atos e procedimentos licitatórios aqui praticados, em estrita obediência aos princípios constitucionais norteadores da atividade administrativa.

Por fim, como instrumento de divulgação, no presente relatório está sintetizado os resultados alcançados em economia para o erário e a efetividade na tramitação de cada processo licitatório destinado à contratação de bens e serviços, de forma a minimizar custos para a Administração Pública, constituindo assim mais uma forma de conferir a efetiva contribuição desta Unidade para o programa de redução de custos e modernização desta justiça.

COMPRAS GOVERNAMENTAIS

ATOS PRATICADOS POR PROCESSOS LICITATÓRIOS

No exercício em comento, procurou esta Seção, sob a coordenação de sua chefia, executar tarefas que envolvam, em regra, licitações, na busca de aquisição de bens e contratação de serviços de forma mais vantajosa para Administração, consubstanciada em normas e procedimentos legais e regulamentares.

Das atividades desenvolvidas, inicia-se a demonstrar em termos quantitativos, a evolução dos atos praticados, envolvendo licitação e contratação direta, conferidos por espécie, de modo a evidenciar o volume desses serviços na situação, encerrada e em andamento, bem como o resultado da produção alcançada em nível adjudicado/ homologado, como também em deserto/fracassado e revogado/anulado, conforme abaixo:

TABELA 1

PRODUÇÃO DE ATOS ADMINISTRATIVOS

LICITAÇÃO / CONTRATAÇÃO DIRETA

Exercício - 2013

LICITAÇÕES /	PROCESSOS		SITUAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS			
	Encerra do (QT)	Andame nto (QT)	Adjudica do / Homolog ado (QT)	Anula do (QT)	Revoga do (QT)	Deserta / Fracassado (QT)
Coleta Eletrônica	08	-0-	03	-0-	-0-	05
Concurso	-0-	01	-0-	-0-	-0-	-0-
Concorrência (CC)	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
T.de Preço (TP)	03	0-	03	0-	-0-	-0-
Convite (CV)	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
Pregão presencial		04	28	0-	-0-	07

	35					
Pregão eletrônico	51	05	39	01	01	10
TOTAL	9	10	73	01	01	22
	8					

RESULTADO DA ANÁLISE

Evidencia-se na tabela 1 a quase totalidade dos processos encerrados por esta Unidade de Licitações e apenas 10 estão em andamento.

Dos 98 processos encerrados, 73 foram adjudicados e homologados e 24 apresentaram a seguinte situação: 01 anulado, 01 revogado e o restante foram fracassados ou desertos.

Assim, da totalidade de processos encerrados, 75% tiveram resultados homologados. Fato que revela nível de eficácia para os trabalhos desenvolvidos.

DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

Valor economizado no exercício

Das compras e contratações efetuadas neste exercício, a Seção de Licitações, em cumprimento às metas traçadas pela Administração, alcançou resultado substancial em economia efetiva ao erário.

Estatísticas revelam que esta Corte Trabalhista economizou no ano de 2013 um valor de R\$ 3.367.663,48 (Três milhões, trezentos e sessenta e sete mil, seiscentos e sessenta e três reais e quarenta e oito centavos) nas contratações de bens e serviços. O custo estimado desses itens foi em torno de R\$ 11.785.370,93 e o valor homologado importou em R\$8.417.707,45, gerando uma economia efetiva de 28,57%, levando-se por base o valor estimado, conforme demonstrado na Tabela 2.

A Seção de Licitações atribui esse resultado, ao uso de pregões nas compras de bens e serviços comuns e a utilização da sistemática de Registro de Preço.

A adoção pela Administração dessas ações relacionadas à compra pelo Sistema de Registro de Preço, além da visível redução de custos pela redução do volume de licitação, desencadeou várias outras vantagens decorrentes do processo. Destaca-se a ausência da necessidade de dotação orçamentária para licitações, melhor otimização dos níveis de estoque, minimização dos impactos decorrentes da falta de materiais, racionalização de compras e contratações, não obrigatoriedade de aquisição, obtenção de parâmetros na análise de

propostas e possibilidade de racionalização das compras que passam a ser planejadas com significativa antecedência.

TABELA 2

DEMONSTRATIVO DE VALOR ECONOMIZADO POR ESPÉCIE DE LICITAÇÃO

Ano – 2013

ESPÉCIE DE LICITAÇÃO		VALOR (R\$) ESTIMADO	VALOR (R\$) ADJUDICAÇÃO	VALOR (R\$) ECONOMIZADO	VALOR (%)
LICITAÇÃO	Concorrência	-0-	-0-	-0-	-
	Tomada de Preço	1.175.218,28	1.057.318,33	117.899,95	10,03
	Convite	-0-	-0-	-0-	-
	Pregão Presencial	2.420.950,93	1.948.223,59	472.727,34	19,53
	Pregão Eletrônico	6.426.913,77	4.273.512,44	2.153.401,33	33,51
Contratação Direta	Cotação Eletrônica	1.762.287,95	1.138.653,09	623.634,86	35,38
TOTAL		11.785.370,93	8.417.707,45	3.367.663,48	28,57

Resultado da Análise

A tabela 2 reflete as modalidades de licitações e demais formas de contratações direta, bem como a evidente contribuição em economia efetiva alcançada por cada modalidade de contratação perfazendo um total de R\$ 3.267.663,48 (Três milhões, duzentos e sessenta e sete mil, seiscentos e sessenta e três reais e quarenta e oito centavos) aos cofres públicos. Vale ressaltar nesta análise a posição de destaque que a figura do pregão eletrônico tem alcançado em economia, em média chegou ao patamar de 33,51% do valor estimado para essa modalidade.

Em suma, o valor economizado pela Seção de Licitações elevou ao patamar de mais de três milhões de reais aos cofres públicos.

PROCESSO LICITATÓRIO – EFICIÊNCIA OPERACIONAL

Visa aferir o grau de eficiência sobre a execução dos processos licitatórios para aquisição de bens e serviços.

O escopo do trabalho para aferição da eficiência abrange todos os processos licitados e homologados no exercício, perfazendo um total de 70 processos. No quadro abaixo, revela que do total de processos licitados/homologados apenas 18 atingiram o grau de eficiência operacional equivalente a 25,72% do total executado.

MODALIDADE DE LICITAÇÃO	QT. DE PROCESSOS	QT. PROC. EFICIENTE	%
PREGÃO PRESENCIAL	28	8	28,57
PREGÃO ELETRONICO	39	10	25,64
TOMADA DE PREÇO	03	-0-	0,00
TOTAL	70	18	25,71

A metodologia adotada para aferição do grau de eficiência operacional teve por referência a média em dias, entre a data de autuação dos processos licitatórios e a data da homologação das licitações, levando-se em consideração apenas os processos que atingiram o grau de desempenho.

TABELA 3

DEMONSTRATIVO DE EFICIÊNCIA OPERACIONAL EX. 2013

PRAZO MÉDIO DE FINALIZAÇÃO PROCESSUAL

REFERENCIA – Nº MÉDIO DIAS

PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO	Nº MÉDIO (DIAS)	INDICADOR DE DESEMPENHO (DIAS)	GRAU DE AGILIDADE (DIAS)	INDICE DE EFICIENCIA DESEMPENHO
TOMADA DE PREÇO	0,00	60	0,00	0,0
PREGÃO ELETRÔNICO	38	50	12	1.3157
PREGÃO PRESENCIAL	40	50	10	1.2500

Resultado da Análise

Na tabela 3 revela um grau de agilidade para a finalização dos processos licitatórios no exercício de 2013, alcançando um percentual de 28,57% para a modalidade pregão

presencial e de 25.64% para a modalidade pregão eletrônico. Foram exatos os seguintes índices de eficiência: 1.3157 para Pregão eletrônico e de 1.2500 para Pregão Presencial.

OUTRAS ATIVIDADES

Gestão e Fiscalização Contratual

Por determinação regulamentar, compete à Seção de Licitações o gerenciamento e fiscalização dos contratos de serviços de natureza continuada de publicação de matéria administrativa na imprensa oficial e em jornal de grande circulação, assinatura da Revista Zênite e Periódicos da Editora –Nova Dimensão Jurídica - NDJ.

Assim, esta Unidade, no decorrer do exercício de 2013, procedeu com eficiência, através do exame de conformidade, o acompanhamento e a fiscalização de 356 matérias publicadas.

ATIVIDADES AUXILIARES

Visando dá efetividade às atribuições essenciais de competência desta Seção, procederam-se outras atividades classificadas como complementares, a saber:

Análise de processos, solicitação de orçamento, verificação da regularidade de empresas;

Divulgação das licitações deste Regional através da internet na página do TRT da 16ª Região;

Autenticação de documentos em empresas licitantes não participantes do SICAF;

Encaminhamento de editais aos interessados para análise e conhecimento de data de abertura das licitações;

Pesquisa, junto às empresas Zênite e Fórum, de matérias relacionadas com procedimentos a serem adotados por esta Seção, bem como decisões do Tribunal de Contas da União;

Fixação do resumo dos atos relativo à licitação, no quadro de aviso deste Tribunal, como forma de divulgação desses atos;

Realização de consultas, via Internet, para verificação do cadastramento e habilitação parcial dos licitantes no SICAF, bem como, verificação da veracidade/autenticidade da documentação apresentada nas licitações e compras diretas;

Notificação a empresas sobre despachos, atos, esclarecimentos, audiências, adiantamentos, resultado de sorteio, diligências e reuniões de interesse deste Serviço;

Exame de conformidade na documentação e propostas de preço, juntamente com os setores envolvidos;

Realização de sorteios para definir o vencedor, como critério de desempate conforme edital;

Sessões de licitações;

Análise de recursos, pedidos de esclarecimento e impugnações;

Análise de Termos de Referência, quando solicitado;

Auxiliar os setores requisitantes na elaboração de Termos de Referência, quando solicitado;

Auxiliar os setores requisitantes na condução de atas de registro de preços, quando solicitado;

Estudo, adequação dos editais e execução das normas ditadas pela Lei Complementar nº 123/06.

Comunicação Interna e Externa

Outras atividades são desenvolvidas pela Seção de Licitações com a elaboração e encaminhamento de atas de Registro de Preços, ofícios, memorandos, notificações, esclarecimentos, impugnações, informação sobre recursos, diligências, atestes em notas fiscais/faturas, despachos, entre outros.

Considerações Finais

As atividades executadas pela Seção de Licitações, no exercício de 2013, viabilizaram resultados positivos em economia ao erário público totalizando um montante de R\$ 3.376.663,48 (Três milhões, trezentos e setenta e seis mil, seiscentos e sessenta e três reais e quarenta e oito centavos).

Em suma, certifica-se que as atribuições precípua em licitação constituem mais uma ferramenta norteadora de celeridade, transparência e economia imediata às ações da Administração, na busca incessante de cumprimento às metas estratégicas,

3.5 Seção de Engenharia

Atividades realizadas

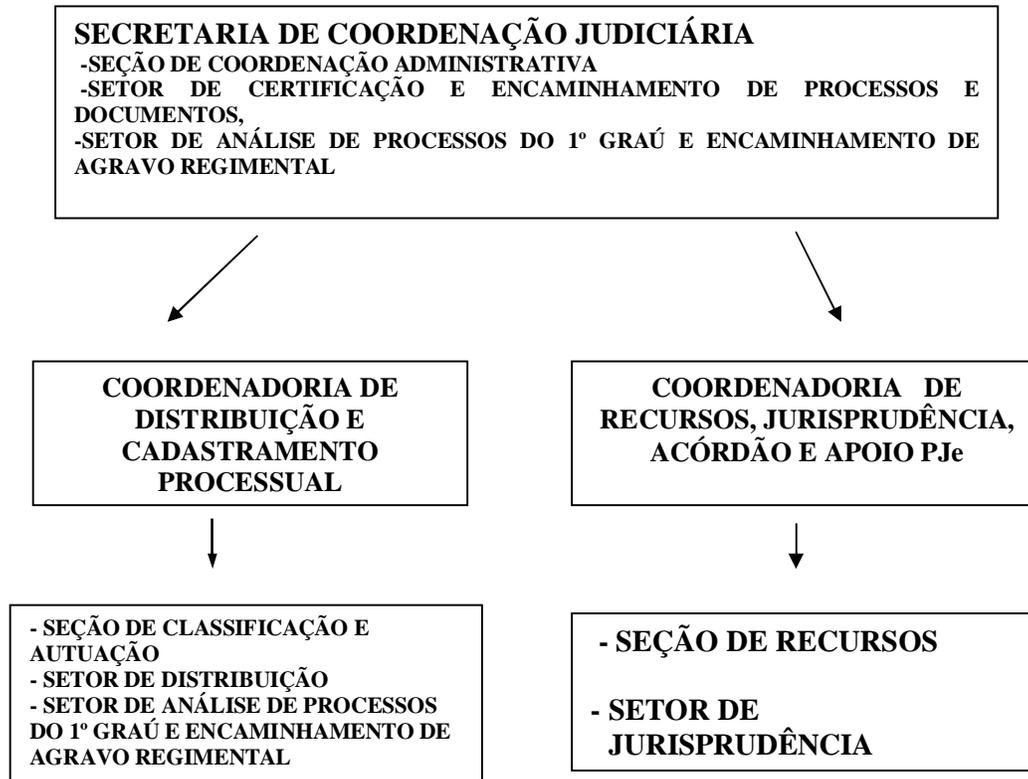
- Execução e Entrega de projeto Espaço destinado às unidades administrativas (Informática, Engenharia, Diretoria de Material e Patrimônio);
- Elaboração de Projeto, execução e entrega do espaço destinado a Sala Gourmet,
- Instalação de pontos de lógica e pintura no prédio da Vara de Pinheiro para receber PJE;
- Retirada das infiltrações no Setor Médico;
- Manutenção predial Bacabal;

- Elaboração de Projeto e execução da programação visual da Vara de Bacabal;
- Elaboração de Projeto, Execução e Entrega do espaço Pilates,
- Recuperação de grades frontais do Fórum “Astolfo Serra”;
- Elaboração projeto combate a incêndio;
- Reparos de avarias no gabinete Dr. Gerson Oliveira;
- Elaboração e projeto Arquitetônico Sala de Áudio plenário e Auditório;
- Execução do letreiro do prédio sede;
- Recebimento provisório e definitivo da escola judicial;
- Elaboração de Projeto, Execução e Entrega de guarda corpos na passarela entre o prédio sede e Bloco B;
- Elaboração de projeto, Execução e Entrega de revestimento em MDF em frente aos elevadores e circulação do pavimento térreo do Fórum Astolfo Serra;
- Elaboração de Projeto e execução da reforma do restaurante Fórum Astolfo Serra
- Fiscalização da Construção da Vara do Trabalho São João dos Patos;
- Fiscalização da Reforma do Gabinete Dra Ilka Esdra;
- Contratação dos projetos complementares da construção da V.T. Barra do Corda
- Início da construção da V.T. de Barra do Corda;
- Elaboração do Termo de Referência para construção do Fórum de Imperatriz;
- Levantamento do terreno onde será construído a v.t. de Bacabal
- Levantamento do terreno onde será construído a V.T. de Imperatriz
- Levantamento para compra do mobiliário São dos Patos, Barra do Corda, Gabinete Dra. Ilka Esdra, Escola Judicial;
- Levantamento das áreas verdes TRT;
- Instalação de Circuito Fechado TV e CFTV Prédio sede e Fórum;
- Elaboração de Projeto para Substituição do piso do Plenário e Auditório Prédio Sede;
- Aquisição de Rack’s;
- Fiscalização da Mudança da Fachada de Caxias;
- Aquisição eventual e futura de Plantas Ornamentais e complementos;
- Aquisição de Transformador São João dos Patos;
- Elaboração de projeto, execução da Reestruturação do CEMOC;
- Elaboração de Projeto, Execução para Acessibilidade Balcão atendimento Varas da Capital;
- Elaboração de projeto para Instalação de Antenas e Receptores Varas do Trabalho Interior e Prédio Sede e Fórum;
- Elaboração de Projeto para Reestruturação da Climatização do Plenário e do Auditório;
- Cessão de espaço para equipamentos de auto atendimento;
- Elaboração de Projeto para Aquisição de Portão de acesso garagem servidores e e juizes Prédio sede e Fórum da capital;
- Elaboração de Projeto e acompanhamento para contratação do Mobiliário Dra. Ilka;
- Elaboração de projeto para instalação dos Portais Detectores de Metais da Capital;

- Elaboração de Projeto dos Mobiliários Dra. Solange;
- Elaboração projeto SPDA;
- Elaboração de projeto Guarita prédio Sede.

4 SECRETARIA DE COORDENAÇÃO JUDICIÁRIA

A **Secretaria de Coordenação Judiciária** tem a seguinte estrutura básica:



COMPETÊNCIA

Planejar, coordenar e orientar atividades relativas a própria Secretaria e às Diretorias subordinadas a esta Coordenação bem como outras atividades afins que forem determinadas pela Diretoria Geral.

COMPOSIÇÃO DA SECRETARIA JUDICIÁRIA

É composta por 05 (cinco) servidores, sendo: 01 (um) Técnicos Judiciários, 03 (três) Analistas Judiciários, 01 (uma) Analista Judiciária/ Oficiala de Justiça e 01 (um) Diretor, totalizando 6 (seis) pessoas.

ATIVIDADES ORDINÁRIAS

1. Expedir às partes e/ou autoridades: Notificações, Intimações, Ofícios, Mandados Judiciais, Carta de Sentença, Carta de Ordem, Carta Precatória, Salvo-conduto, Editais,

Alvarás, em cumprimento aos despachos exarados pelos senhores relatores e/ou Presidente para instrução dos processos.

2. Providenciar publicações no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho - DEJT de decisões monocráticas, notificações e editais, determinadas pelos senhores relatores e/ou Presidente para instrução dos processos;
3. Proceder nos autos à juntada de peças protocolizadas neste Tribunal e certificar os prazos, submetendo em seguida à consideração superior;
4. Dar carga de processos aos advogados constituídos nos autos;
5. Autenticar peças processuais e extrair cópias mediante recolhimento de emolumentos;
6. Encaminhar processos aos órgãos competentes quando assim for determinado;
7. Devolver documentos quando determinado pela autoridade competente (desentranhados) ou quando protocolizados indevidamente;
8. Providenciar cobrança das custas processuais em processos de competência originária transitados em julgado, quando no acórdão ou despacho houver condenação;
9. Proceder à execução das custas processuais, multas e honorários advocatícios através do oficial de justiça;
10. Providenciar o arquivamento e desarquivamento de processos;
11. Retornar os autos de Agravo Regimental a autuação originária após o trânsito em julgado e tomar as providências necessárias quanto ao andamento dos autos;
12. Providenciar o arquivamento das Medidas Cautelares à contracapa dos autos principais;
13. Analisar processos julgados, submetendo-os à Presidência;
14. Analisar processos baixados do TST, submetendo-os à Presidência;
15. Cumprir os mandados oriundos da sede deste Regional, inclusive do Setor de Precatório através da Oficiala de Justiça;
16. Providenciar a entrega de autos de Protesto Judicial;
17. Prestar informações sobre o andamento processual às partes ou seus procuradores;
18. Expedir cópia de andamento processual;
19. Expedir certidão negativa ou não de feitos trabalhista;
20. Manter escala de “ Plantão Judicial ” com os servidores desta Secretaria para os finais de semana, feriados e recesso forense;
21. Manter o regime de plantão permanente, inclusive nos dias em que houver expediente forense normal no horário das 17 horas e 30 minutos às 18 horas, de acordo com o determinado na resolução administrativa nº 167/2010 de 12 de novembro de 2010;
22. Elaborar o relatório anual das atividades da Secretaria e encaminhar à Secretaria Geral da Presidência.

ATIVIDADES EXTRAORDINÁRIAS

A Secretaria de Coordenação Judiciária participou do Curso “Gestão Estratégica” oferecida pela escola judicial deste tribunal.

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
ALVARÁS	28
APENSAMENTO	2
CERTIDÕES NOS AUTOS	3360
CERTIDÕES DE FEITOS TRABALHISTAS	53
CARTAS DE ORDEM	27
CARTA PRECATÓRIA	-
CARTAS DE SENTENÇA	-
CARGAS DE PROCESSOS	102
EDITAIS	43
JUNTADAS	2136
MEMORANDOS EXPEDIDOS	95
MANDADOS EXPEDIDOS	143
MANDADOS CUMPRIDOS / DILIGÊNCIA CUMPRIDA PELO OFICIAL DE JUSTIÇA	618
NOTIFICAÇÕES	821
OFÍCIOS EXPEDIDOS	580
PUBLICAÇÕES	1146
PETIÇÕES RECEBIDAS	494
PROCESSOS SOBRESTADOS	23
PROCESSOS ARQUIVADOS	287
PROCESSO P/ PRT- MANIFESTAÇÃO	22
RECOLHIMENTO DE EMOLUMENTOS (AUTENTICAÇÃO, CÓPIAS E CERTIDÕES)	R\$ 321,22
SALVO-CONDUTO	-

4.1 Coordenadoria de Distribuição e Cadastramento Processual

	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS – ÁREA JUDICIAL	TOTAL
1	AUTOS REMETIDOS À PRT PARA EMISSÃO DE PARECER	5544
2	AUTOS DEVOLVIDOS DA PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO COM PARECER	4873
3	PROCESSOS REAUTUADOS	56
4	REMESSA À ORIGEM	4086
5	AUTOS REMETIDOS À ORIGEM (DECISÃO DEFINITIVA)	06
6	REMESSA DE AUTOS	2333
7	AUTOS REMETIDOS À ORIGEM PARA CUMPRIR DESPACHO	108
8	AUTOS REMETIDOS À ORIGEM / INTERPOSIÇÃO DE AI - TST	623
9	RETORNO DA VARA DE ORIGEM (DILIGÊNCIA)	86
10	AUTOS REMETIDOS AO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	-
11	REMESSA TST RECURSO ORDINÁRIO	-
12	REMESSA TST RECURSO DE REVISTA	-
13	AGRAVOS DE INSTRUMENTOS REMETIDOS AO TST	04
14	AGRAVOS DE INSTRUMENTO DEVOLVIDOS DO TST	493
15	AGRAVOS DE INSTRUMENTO/TST BAIXADOS À ORIGEM	498
16	AUTOS DEVOLVIDOS DO TST	725
17	REMESSA DOS AUTOS A OUTRO ÓRGÃO	-
18	CERTIDÕES DE TRÂNSITO EM JULGADO EMITIDAS	4185
19	REMESSA DOS AUTOS À APRECIACÃO	40

20	DADOS CADASTRAIS ALTERADOS NOS AUTOS	158
21	BAIXA DOS AUTOS ÀS VARAS PARA AGUARDAR JULGAMENTO DO TST	854
22	AUTOS REMETIDOS PARA ANALISAR	310
23	AUTOS REMETIDOS PARA DISTRIBUIR	7899
24	REMESSA DOS AUTOS AO RELATOR	428
25	AUTOES RENUMERADOS	-
26	PROCESSOS RETORNADOS À AUTUAÇÃO ORIGINÁRIA	62
27	PROCESSO ENCERRADO-NOVO NÚMERO	-
28	AUTUAÇÃO CANCELADA	08
29	REMESSA DOS AUTOS AO RELATOR SORTEADO	7233
30	PETIÇÕES JUDICIAIS PROTOCOLIZADAS	5827
31	REMESSA DOS AUTOS AO RELATOR SORTEADO	7233
32	PETIÇÕES JUDICIAIS PROTOCOLIZADAS	5827
33	PROCESSOS CLASSIFICADOS	9884
34	E-DOC RECEBIDOS	2646
	TOTAL DE EXPEDIENTES EXECUTADOS	58969
	PROCESSOS AUTUADOS/ CLASSES	
AA	AÇÃO ANULATÓRIA DE CLÁUSULAS CONVENCIONAIS	-
AI	AGRAVO DE INSTRUMENTO	192
AP	AGRAVO DE PETIÇÃO	686
AR	AÇÃO RESCISÓRIA	-
DC	DISSÍDIO COLETIVO	03
ES	EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO	06
HC	HABEAS CORPUS	01
MS	MANDADO DE SEGURANÇA	146
PJ	PROTESTO JUDICIAL	23
RO	RECURSO ORDINARIO	7084
AIT	AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA	971
ARG	AGRAVO REGIMENTAL	109
DCG	DISSÍDIO COLETIVO DE GREVE	02
MCI	CAUTELAR INOMINADA	19
PET	PETIÇÃO	05
PP	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	40
RC	CORREIÇÃO PARCIAL OU RECLAMAÇÃO CORREICIONAL	09
CO	CARTA DE ORDEM	-
CPN	CARTA PRECATÓRIA CITATÓRIA	01
PSL	PEDIDO DE SUSPENSÃO DE EXECUÇÃO DE MEDIDA LIMINAR	01
ROPS	RECURSO ORDINÁRIO/PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO	670
IF	INCIDENTE DE FALSIDADE	-
REXOF	REMESSA EX-OFFÍCIO	211
ED	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	731
CC	CONFLITO DE COMPETÊNCIA	02
RA	RECURSO ADMINISTRATIVO	08
CPJ	CONTRAPROTESTO JUDICIAL	-
IVP	IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA	01
	TOTAL DE PROCESSOS AUTUADOS	10921
	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS - ÁREA ADMINISTRATIVA	
	PROCESSOS ADMINISTRATIVOS AUTUADOS	3776
	PETIÇÕES PROTOCOLIZADAS	4899
	MALOTES EXPEDIDOS	531

MALOTES RECEBIDOS	515
LISTAS DE POSTAGEM EXPEDIDAS	653
SEDEX ENVIADOS	650
EXECUÇÃO DE RELATÓRIO ESTATÍSTICO	01
MEMORANDO EXPEDIDOS	145
OFÍCIOS EXPEDIDOS	25
CORRESPONDÊNCIAS DISTRIBUÍDAS	3950
MALOTES DIÁRIOS PARA FÓRUM ASTOLFO SERRA	207

Ressaltamos que além destas atividades há atendimento ao público diariamente, atividade esta que não dá para quantificar. Outrossim, esclarecemos que demonstramos abaixo as atividades concernentes ao Setor de Distribuição através de suas diversas planilhas.

Dados Estatísticos Distribuição-Período De: 01/01/2013 à 31/12/2013

RELATOR

	Dist Sortei	Dist Dep	Dist Vinc	Dist Prev	Dist Comp	ReDist Sorteio	ReDist Dep	ReDist Vinc	ReDist Prev	ReDist Suces	ReDist Comp	TOTAL RECEB
AMÉRICO BEDÊ FREIRE	1331	108	33	0	0	12	1	1	0	0	0	1486
JOSÉ EVANDRO DE SOUZA	1372	174	42	0	0	11	1	1	0	0	0	1601
GERSON DE OLIVEIRA COSTA FILHO	1342	128	38	0	0	23	1	0	0	0	0	1532
MÁRCIA ANDREA FARIAS DA SILVA	1462	219	13	0	0	19	3	140	0	0	0	1856
ILKA ESDRA SILVA ARAÚJO	0	2	0	0	12	0	0	0	0	0	0	14
LUIZ COSMO DA SILVA JÚNIOR	493	47	14	0	0	4	0	0	0	0	0	558
JAMES MAGNO ARAÚJO FARIAS	1453	205	19	0	0	19	4	140	0	0	0	1840
SOLANGE C. P. CASTRO CORDEIRO	360	0	1	0	0	3	0	0	0	0	0	364
ALCEBIADES TAVARES DANTAS	15	12	2	0	0	0	0	0	0	0	0	29
Totais		895	162	0	12	91	10	282	0	0	0	9280

Dados Estatísticos Distribuição-Período De: 01/01/2013 à 31/12/2013

	DABF	DJES	DGOCF	DMAFS	DIESA	DLCSJ	DJMAF	DSCPC	DATD	Total
AIAP	1	4	2	3			2			12
AIRO	29	41	35	28		14	33	11		191
AP	119	112	118	136		43	139	20	1	688
APA							1	1		2
APS	8	1	1	8		1		1		20
AR		2	3	2			5	1		18
ARG	6	12	18	47		4	25		4	116
CC				1			1			2
DC			2	1			1			4
DCG		1		1						2
EDAIAP							1			1
EDAIRO	1	1					1			3
EDAP	9	7	8	7		5	13		1	50
EDAR	1	1	1	2		1			1	7
EDARG		2				2	3		1	8
EDDCG			1							1
EDMCI		2	1				1			4
EDMS	6	5	1	2			1			15
EDRA	1				1					2
EDRC						4				4
EDREXOF				1		1				2
EDREXOFRV	3		3	3			3			12
EDREXOFRV	1	1								2
EDREXOFRV	4		1	3			7			15
EDRO	52	96	52	89	1	18	104		3	415
EDROPS	5	11	20	19		3	12		1	71
EDRORA	2	1	6	6		2	6			23
EDRORAP							1			1
EDROS	14	27	15	34		4	23		1	118
EDROSPS				1						

Dados Estatísticos Distribuição - Período De: 01/01/2013 à 31/12/2013

	DABF	DJES	DGOCF	DMAFS	DIESA	DLCSJ	DJMAF	DSCPC	DATD	Total
ES	3	1	1	1		2	1			9
HC				1						1
IVP				1						1
MCI	3	1	4	8		1	7			24
MS	17	30	35	43		4	27	4		160
PET		2	2	2						6
PJ					11					11
PSEML					1					1
RA	2	3	2				1			8
RESAUT	1						1			2
REXOF	13	13	23	14		4	20	1		88
REXOFRV	16	10	17	16		5	14	2		80
REXOFVR	1	1	2				1			5
REXOFRVS	2	4	3	2		1	6			18
RO	935	958	911	1067		324	1076	264	12	5547
ROPS	86	117	106	135		59	139	23	2	667
RORA	16	15	18	12		8	15	4		88
RORAP		1	3				1			5
ROS	126	113	112	155		46	138	29	2	721
ROSPS	2	5	4	1		2	7	2		23
ROSRA	1		1	4			3	1		10
Total	1486	1601	1532	1856	14	558	1840	364	29	

Total de Processos: 9280

RESUMO QUANTITATIVO DAS ATIVIDADES NO SETOR DE DISTRIBUIÇÃO

- Atas de distribuições de processos → 300(trezentas)
- Processos Distribuídos para Relator → 8.897 (oito mil oitocentos e noventa e sete)
- Processos Redistribuídos para Relator → 383 (trezentos e oitenta e três)
- Processos Redistribuídos para Revisar → 0 (zero)

ANEXOS

- Tabelas dos Processos Distribuídos Geral, Pleno e Turmas 2013;
- Tabelas dos Processos Distribuídos e Redistribuídos 2013;
- Tabelas dos Processos Distribuídos e Redistribuídos por mês.

4.2 Coordenadoria de Recursos, Jurisprudência e Apoio Ao PJe

1. Configuração e parametrização do sistema do PJe de acordo com as regras pré-estabelecidas pelo CNJ e CSJT à medida em que foi sendo implantado o sistema nas unidades judiciárias, respeitando o cronograma de implantação deste Regional, bem como a realização de diversos testes de protocolo de ações judiciais a fim de que a implantação fosse bem sucedida. Apoio aos diretores das Varas do Trabalho nas semanas que antecederiam à inauguração para que todas as dúvidas e pendências fossem sanadas.
2. Configuração e parametrização de todas as Procuradorias e procuradores respectivos, bem como dos entes públicos a elas vinculados a fim de que houvesse a integração do PJe-JT com os referidos órgãos públicos.
3. Realização, em ambiente próprio, de testes das atualizações de versão do PJe-JT de 1º e 2º Grau que foram encaminhadas periodicamente durante todo o ano de 2013 pelo CNJ e CSJT com o intuito de validar as correções efetuadas e as novas funcionalidades do sistema.
4. Realização das atualizações de versão no fluxo do sistema, de acordo com as diretrizes apresentadas pelo CSJT por ocasião do envio das atualizações.
5. Realização de reuniões freqüentes com o Juiz Auxiliar da Presidência para deliberar sobre problemas do PJe-JT e possíveis soluções de contorno a serem adotadas no âmbito do TRT da 16ª Região, com a posterior divulgação aos servidores e magistrados da referida solução.
6. Submissão à apreciação do Comitê Gestor Regional das sugestões de melhorias do sistema, bem como das eventuais inconsistências verificadas no ambiente de teste,

além daquelas comunicadas pelos usuários do PJe e, quando necessário, abertura de chamados e o respectivo acompanhamento junto ao CNJ e CSJT.

7. Apoio à equipe de multiplicadores do PJe deste Regional, formada por servidores e magistrados, quando da realização dos treinamentos, configurando o ambiente de treinamento do sistema.
8. Atendimento aos usuários internos (servidores e magistrados) e externos (advogados, procuradores, peritos) quando da ocorrência de problemas do sistema e apoio nas dúvidas de como preparar o ambiente (programas, navegador de internet etc) para utilizar o sistema e nas dúvidas genéricas sobre como utilizá-lo. Nos casos de problemas técnicos que dependiam de apoio da equipe especializada do CNJ, o Setor de Apoio ao PJe procedia à abertura de chamados e aguardava a solução para posterior comunicação ao usuário.

DADOS ESTATÍSTICOS ACERCA DO PJe-JT

(extraídos em 10/12/2013)

1º GRAU

VARAS COM PJe-JT	DATA DE IMPLANTAÇÃO	NUMERO DE PROCESSOS
VT DE BARREIRINHAS	10/12/2012	630
VT DE PRESIDENTE DUTRA	14/12/2012	2.232
VT DE CHAPADINHA	17/12/2012	1.844
2ª VT DE SÃO LUÍS	15/02/2013	1.903
3ª VT DE SÃO LUÍS	15/02/2013	2.181
7ª VT DE SÃO LUÍS	15/02/2013	1.914
1ª VT DE SÃO LUÍS	28/02/2013	1.910
4ª VT DE SÃO LUÍS	28/02/2013	1.905
5ª VT DE SÃO LUÍS	28/02/2013	1.902
6ª VT DE SÃO LUÍS	28/02/2013	1.892
VT DE TIMON	25/03/2013	1.135
VT DE PEDREIRAS	05/04/2013	485
VT DE PINHEIRO	13/09/2013	368
VT DE ESTREITO	27/09/2013	135
VT DE CAXIAS	11/10/2013	171
VT DE SANTA INÊS	18/10/2013	164
VT DE BARRA DO CORDA	25/10/2013	123
VT DE BACABAL	08/11/2013	145
VT DE AÇAILÂNDIA	22/11/2013	42
1ª VT DE IMPERATRIZ	22/11/2013	56
2ª VT DE IMPERATRIZ	22/11/2013	57
VT DE BALSAS	29/11/2013	03
TOTAL: 23 VARAS		TOTAL: 21.198

2º GRAU

Total: 522 processos.

ADVOGADOS CADASTRADOS

1º Grau: 3.076

2º Grau: 1.152

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

O PJe-JT foi implantado na Vara do Trabalho de São João dos Patos em 16/12/2013, e até o dia 31/12/2013 contava com 01 processo distribuído.

O PJe-JT foi implantado em todas as Varas do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região e no âmbito do 2º grau no ano de 2013.

5 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

A Estrutura da Secretaria conta com 3 subunidades, a saber:

- I- Seção de Compras
- II- Setor de Estágios
- III- Setor de Convênios e Contratos

Atividades realizadas

- Coordenou e orientou as atividades e procedimentos relativos à administração da Coordenadoria de Gestão de Pessoas, Coordenadoria de Material e Logística, Coordenadoria de Tecnologia da Informação, Coordenadoria de Serviços Gerais, Seção de Biblioteca e Gestão Documental e Seção de Saúde;
- Planejou, coordenou e orientou as atividades e procedimentos relativos à Seção de Compras e ao Setor de Contratos e Convênios;
- Planejou e implementou ações relativas à recepção, controle e manutenção de estagiários em Estágio Não Obrigatório e Obrigatório;
- Elaborou termos de referência relativos a compras e contratação de serviços;
- Participou de reuniões com a Administração do Tribunal a fim de realinhar suas atividades estabelecendo prioridades para a Seção de Compras;
- Fiscalizou e acompanhou a execução dos contratos firmados por este Regional;
- Provocou a renovação dos contratos junto aos fiscais dos mesmos, bem como elaborou a minuta e coletou a assinatura das partes;
- Agendou e tomou providências necessárias para realização de eventos que ocorreram no auditório;

- Oficiou pessoas jurídicas convenientes para que se manifestassem acerca do interesse na renovação dos convênios;

-Elaborou minuta e colheu as assinaturas para efetivação dos convênios;

- Emitiu 442 (quatrocentos e quarenta e dois) ofícios relativos a assuntos diversos.

I - Seção de Compras

A Seção de Compras, no exercício de 2013, desempenhou todas as atividades que lhe foram atribuídas pela norma regulamentadora interna (RA 230/2009), a saber:

1. Recepcionou e deu andamento a todos os processos referentes às compras/obras/serviços, encaminhados pelo setor competente ou sugeridos por esta unidade;
2. Ampliou, junto aos fornecedores do mercado local e outros, pesquisas de preço de material ou serviço, de modo a identificar o custo estimado da contratação;
3. Emitiu todas as certidões necessárias para as contratações dos prováveis fornecedores;
4. Elaborou todos os Termos de Referência/Projetos Básicos para que fossem realizadas compras diretas, pregões eletrônicos ou presenciais para que fossem efetivadas as compras ou contratações de serviços e de mão de obra;
5. Coletou, classificou e juntou propostas mais vantajosas para a Administração, nos casos de compra ou prestação de serviços;
6. Elaborou planilhas para a contratação de mão de obra terceirizada;
7. Manteve contato com vários órgãos da Administração Pública com vistas a obter subsídios relativos a procedimento na área de compras objetivando a otimização das rotinas do serviço;
8. Encaminhou expedientes diversos (memorandos, ofícios emails) aos possíveis prestadores de serviço e/ou fornecedores, bem como aqueles cuja contratação está em andamento, para esclarecer dúvidas, solicitar informações e/ou providências relativas ao objeto tratado;
9. Organizou cadastro de fornecedores com vistas a ampliar o campo de pesquisa do setor.

Segue o quadro demonstrativo dos Termos de Referência elaborados por esta Unidade:

PA	OBJETO
1160/2012	0800 (OUVIDORIA)
812/2012	ACESSÓRIOS JANELAS
792/2012	ADESIVOS PARA CARROS
6427/2012	AGENCIAMENTO VIAGENS (PASSAGENS AÉREAS)
2322/2013	AGENTE DE INTEGRAÇÃO (ESTÁGIO)
4322/2012	ÁGUA MINERAL 2013
3809/2013	ÁGUA MINERAL 2014
1356/2013	ANTENAS PARABÓLICAS E RECEPTORES
7151/2012	APARELHO DE PROFI CLASS (ODONTOLÓGICO)

461/2013	APARELHOS DE AR CONDICIONADO (SELF DO ANEXO B)
5695/2012	APARELHOS DE AR CONDICIONADO 2012
229/2013	APARELHOS DE AR CONDICIONADO 2013
1925/2011	ASMA
6073/2013	ASSINATURA DA REVISTA JÚRIS PLENUM
6077/2013	ASSINATURA DE 06 REVISTAS EM FORMATO DIGITAL DA EDITORA FÓRUM
4291/2012	ASSINATURA JORNAIS 2013
3810/2013	ASSINATURA JORNAIS 2014
527/2013	BANDA LARGA PARA PJE-JT NO FÓRUM "ASTOLFO SERRA"
728/2013	BATERIAS PARA NOBREAK
5361/2013	BATERIAS PARA NOBREAK (SRP)
1102/2012	BOMBA D'AGUA PARA IMPERATRIZ
5837/2013	BOTIJÃO DE GÁS PARA FAS
6697/2013	BOTIJÃO DE GÁS PARA FAS
606/2013	BRINDES (CAMISAS)
3069/2013	CADEIRAS PARA A SALA DO PLENÁRIO
2610/2012	CAFÉ E AÇÚCAR
542/2013	CÂMERAS FOTOGRÁFICAS
2934/2013	CAMPANHIAS SONORAS ELÉTRICAS SEM FIO
7247/2012	CARIMBOS - SRP
3930/2013	CARPETES, BANCADA E CADEIRAS DO AUDITÓRIO JUIZ ARI ROCHA
7479/2012	CARRO PIPA
1298/2013	CARTÕES EM PVC PARA CONFECÇÃO DE CRACHÁS
617/2013	CENTRAL TELEFÔNICA (APARELHOS DE PABX)
6779/2012	CENTRAL TELEFÔNICA (APARELHOS DE PABX)
3814/2013	CLIPAGEM 2014
6270/2013	COIFA E DUTO PARA RESTAURANTE DO FAS
7464/2012	CONCURSO PÚBLICO SERVIDORES
4592/2012	CONFECÇÃO DE BANNERS
3393/2013	CONFECÇÃO DE CALENDÁRIO 2014
3446/2013	CONFECÇÃO DE REVISTA 25 ANOS DO TRT
323/2013	CONSTRUÇÃO DE GUARITA PRÓXIMA DA GARAGEM OFICIAL
1282/2013	CONSTRUÇÃO SEDE VT BARRA DO CORDA
4034/2012	CONSTRUÇÃO SEDE VT SJP
219/2013	COPEIRAGEM E LAVAGEM DE VEÍCULOS
3228/2013	CORTINAS PARA O GAB. DESª ILKA ESDRA
2062/2013	CRONÔMETRO DIGITAL PROGRESSIVO
3413/2013	CRONÔMETRO DIGITAL REGRESSIVO
6704/2012	DATA SHOW

anexo 6642/2012	
6270/2012	DATA SHOW
573/2013	DEDETIZAÇÃO
3698/2012	DESIGNER GRÁFICO
5430/2013	DESUMIDIFICADOR DE AR
4323/2012	DIAGRAMAÇÃO (INFORMATIVOS INSTITUCIONAIS) 2013
5454/2013	DIAGRAMAÇÃO (INFORMATIVOS INSTITUCIONAIS) 2014
4653/2012	DVR STAND ALONE
4584/2012	ELABORAÇÃO DE PROJETO ADEQUAÇÃO/MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO
373/2013	ELABORAÇÃO DE PROJETO PARA CONSTRUÇÃO DA SEDE DEFINITIVA DA VT DE BARRA DO CORDA
209/2012	ELABORAÇÃO DE PROJETO PARA NOVAS INSTALAÇÕES ANEXO B
2434/2013	ENVELOPES
1548/2013 anexo 790/2013	EQUIPAMENTO DE GRAVAÇÃO DE ÁUDIO E VÍDEO PARA PLENÁRIO
5973/2013	EQUIPAMENTOS PARA ESCOLA JUDICIAL
4881/2012	EQUIPAMENTOS RESTAURANTE
1143/2013	ESTABILIZADORES E NO-BREAKS
4665/2013	ESTUDO PARA IMPLANTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GINÁSTICA LABORAL NAS VT'S DO INTERIOR DO ESTADO
7692/2012	EVENTOS (CERIMONIAL)
4902/2013	EXAMES LABORATORIAIS
2230/2013	EXAUSTOR PARA SECRETARIA DO PLENO
7200/2013	EXAUSTOR PARA SECRETARIA DO PLENO
2433/2013	EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LANCHONETE E RESTAURANTE
5206/2012	EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LANCHONETE E RESTAURANTE
3628/2013	FARDAMENTO TÁTICO AGENTES
717/2013	FOGÃO E MESA PARA COPA
3226/2013	FORNO MICROONDAS E TV 32"
4633/2012	FOTÓGRAFO 2013
3813/2013	FOTÓGRAFO 2014
853/2012	GARÇOM, TÉCNICO EM ELETRÔNICA, ATENDENTE DE CONS. ODONTOLÓGICO, TÉCNICO DE SOM, CADISTA, TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES, BOMBEIRO HIDRÁULICO, ARTÍFICE DE MANUTENÇÃO PREDIAL, AUXILIAR DE MECÂNICA, AUXILIAR DE ELETRICIDADE
2200/2012	GESTÃO POR COMPETÊNCIA
4632/2012	GRAVAÇÃO DE DVD PROMOCIONAL (II ENCONTRO TRT)
4411/2013	GRAVAÇÃO DE DVD PROMOCIONAL (PROJETO CANTOS E ENCANTOS)
5487/2013	GRAVAÇÃO DE VÍDEO INSTITUCIONAL DA SEGUNDA EDIÇÃO DO PROJETO CANTOS E ENCANTOS

6225/2013	GRAVAÇÃO DE VÍDEO INSTITUCIONAL DA SEGUNDA EDIÇÃO DO PROJETO CANTOS E ENCANTOS
7248/2012	GRUPO GERADOR
3623/2013	GRUPO GERADOR (INTENÇÃO RP DO TRT-14ª REGIÃO)
2485/2013	GUARDA CORPOS (CORRIMÃOS)
156/2013	GUARDA CORPOS (CORRIMÃOS)
6957/2013	HD EXTERNO 2TB
7009/2013	IMPRESSORAS - ADESÃO ARP
7240/2012	IMPRESSORAS - ADESÃO ARP
1840/2013	IMPRESSORAS PARA O SETOR GRÁFICO
1339/2013	INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO
5879/2013	INSTALAÇÃO DO CFTV (RP)
3829/2013	INTERNET MÓVEL (3G)
1804/2013	INTÉRPRETE DE LIBRAS
5875/2012	LANCHES - SRP
2770/2013	LANCHES - SRP
3792/2013	LIVRO 25 ANOS DO TRT
3687/2012	LIVROS SRP 2013
6104/2013	LIVROS SRP 2014
1255/2013	LUVAS E MÁSCARAS
6382/2012	MANUTENÇÃO EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS
3590/2011	MANUTENÇÃO PABX
6825/2012	MANUTENÇÃO PORTAIS DETECTORES DE METAIS
3938/2013	MANUTENÇÃO PREDIAL
7165/2013	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE NOBREAK
4427/2012	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE NOBREAK
5123/2013	MANUTENÇÃO SALA COFRE
4326/2012	MANUTENÇÃO SIABI 2013
3812/2013	MANUTENÇÃO SIABI 2014
2759/2013	MÁQUINAS DE AUTO-ATENDIMENTO PARA "FAS"
2931/2013 anexo	MATERIAIS DIVERSOS P/ FAS (ÁLCOOL EM GEL, DISPENSER DE PAREDE, MÁQUINAS EMISSÃO DE SENHA, LANTERNAS, SUPORTE P/ PUNHOS, TOLDO P/ COBERTURA ESTACIONAMENTO DE MOTOS)
2932/2013 anexo	
2933/2013	
4201/2013	MATERIAL DE CONSUMO E MEDICAMENTOS PARA O SETOR MÉDICO (RP)
2075/2012	MATERIAL EXPEDIENTE
2105/2012	MATERIAL EXPEDIENTE
3268/2013	MATERIAL GRÁFICO PARA O VIII CONGRESSO INTERNACIONAL
1924/2012	MATERIAL ODONTOLÓGICO
4627/2013	MATERIAL PARA AFERIÇÃO DE CONFORTO TÉRMICO, ACÚSTICO, UMIDADE, ILUMINAÇÃO E VENTILAÇÃO

3748/2013	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO PREDIAL (ELÉTRICO E DE MARCENARIA)
1413/2013	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO PREDIAL (PINTURA E HIDROSSANITÁRIO)
3887/2012	MATERIAL PERMANENTE (CML)
6180/2012	MATERIAL PERMANENTE MÉDICO-ODONTOLÓGICO
3937/2013	MATERIAL PERMANENTE PARA SBGD
3165/2013	MATERIAL PERSONALIZADO PARA ESCOLA JUDICIAL
6486/2012	MEDALHAS
6110/2013	MÉDICO PSIQUIATRA
3964/2013	MICROCOMPUTADORES (ADESÃO RP)
2835/2013	MOBILIÁRIO PARA O GAB. DESª ILKA ESDRA
699/2011	MOTORISTAS
2177/2013	MUDANÇA MOBILIÁRIO HERBERTH DE SOUSA DOURADO
4464/2013	MUDANÇA MOBILIÁRIO LUIZA HELENA BRAGA XISTO
6483/2012	OUTDOOR 2013
6857/2013	OUTDOOR 2014
6991/2013	PAINÉIS (BIOMBOS) PARA O SUBSOLO ANEXO B
3139/2013	PAPEL A4
5757/2013	PAPEL PARA IMPRESSOS
6986/2012	PASTAS P/ CURSOS
1448/2013	PEÇAS REPOSIÇÃO ODONTOLOGIA
7351/2012	PELÍCULA FUMÊ
6988/2012	PERSIANAS - SRP
197/2013	PILATES (INSTRUTOR)
5988/2013	PILATES (MATERIAIS E EQUIPAMENTOS)
1065/2013	PLACAS (SRP)
5348/2013	PLACAS DE ACRÍLICO
6712/2013	PLACAS DE ACRÍLICO (TROFÉUS JUÍZES)
6471/2013	PLACAS DE ACRÍLICO (TROFÉUS PARA VT CHAPADINHA)
6061/2012	PLACAS INAUGURAÇÃO
432/2012	PLACAS INAUGURAÇÃO E IDENTIFICADORAS UNIDADES
908/2013	PLACAS PJE F.A.S, Restaurante e EJ
5622/2012	PLANTAS ORNAMENTAIS
3843/2012	PLÁSTICO BOLHA
3660/2012	PNEUS - ARP
3164/2013	PORTAIS DETECTORES DE METAL
7683/2012 anexo ao 3094/2012	PORTÃO DE ACESSO À RAMPA SSAÚDE
5511/2013	PORTÕES PARA PRÉDIO-SEDE E FAS
5112/2012	PPRA E PCSMO NA CAPITAL

4903/2013	PPRA E PCSMO NO INTERIOR
4536/2013	PRODUÇÃO DE VÍDEO INSTITUCIONAL PARA A 3ª SEMANA NACIONAL DE EXECUÇÃO TRABALHISTA
322/2013 anexo ao 4182/2013	PROJETO CFTV
6387/2013	PROJETO EXECUTIVO PARA SISTEMA SPDA
4242/2013	PROJETO PARA REESTRUTURAÇÃO DA CLIMATIZAÇÃO DO PLENÁRIO E DO AUDITÓRIO JUIZ ARI ROCHA
191/2012	PROJETOS COMPLEMENTARES VT SJP
7058/2013	PROVEDOR DE INTERNET PARA VT SÃO JOÃO DOS PATOS (PJE)
6341/2013	PROVEDOR DE INTERNET PARA VT SÃO JOÃO DOS PATOS (PJE) - EMERGENCIAL
5633/2013	PÚLPITOS E URNA PARA SORTEIO
4176/2013	QUADRO BRANCO PARA SALA DE TREINAMENTO
7072/2012	RACK DE PAREDE
5429/2013	RACK PARA QUADRO E TV PARA ESCOLA JUDICIAL
600/2013	RECARGA EXTINTORES E AQUISIÇÃO DE OUTROS MATERIAIS PARA COMBATE A INCÊNDIO
2829/2013	RECARGA EXTINTORES E AQUISIÇÃO DE OUTROS MATERIAIS PARA COMBATE A INCÊNDIO
1004/2013	RECEPCIONISTA
6854/2013	RECUPERAÇÃO DE CADEIRAS, LONGARINAS E SOFÁS
5251/2013	RECUPERAÇÃO DE LONGARINAS PARA VT SJPATOS
1251/2010	REFORMA E ADAPTAÇÃO DO RESTAURANTE DO "FAS"
3391/2013	REGULADOR DE PRESSÃO 1/4 COM FILTRO DE AR E MANÔMETRO
4324/2012	REPROGRAFIA
5616/2012	RESGATE PACIENTES (AMBULÂNCIAS)
3287/2013	RESGATE PACIENTES (AMBULÂNCIAS)
673/2013	REVESTIMENTO EM MDF PARA FAS
7060/2013	SCANNER (ADESÃO RP)
460/2013	SECRETARIADO EXECUTIVO
462/2012	SEGURANÇA PESSOAL PRIVADA E VIGILÂNCIA ARMADA
4875/2012	SEGURO PREDIAL PARA 2013 (BENS MÓVEIS E IMÓVEIS)
3808/2013	SEGURO PREDIAL PARA 2014 (BENS MÓVEIS E IMÓVEIS)
4290/2012	SEGURO VEÍCULOS 2013
3811/2013	SEGURO VEÍCULOS 2014
1180/2013	SENSOR DE PRESENÇA, SIRENE, CENTRAL DISCADORA
7305/2012	SERVIÇOS SOLUÇÃO ANTI-SPAM
4199/2013	SISTEMA DE ALARME COM SENSOR DE PRESENÇA
2837/2013	SOFÁS, CADEIRAS E MESA DE REUNIÃO PARA GAB. DESª ILKA ESDRA
3205/2013	SONDAGEM A PERCUSSÃO EM TERRENO PARA CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE VT IMPERATRIZ
3625/2013	TAMPOS DE VIDRO PARA CEMOC

3227/2013	TAPETE PARA GAB. DESª ILKA ESDRA
5724/2013	TÉCNICO EM SERVIÇOS GRÁFICOS
4141/2013	TÉCNICO EM SERVIÇOS GRÁFICOS
6979/2012	TÉCNICO EM SERVIÇOS GRÁFICOS
4136/2012	TELEFONIA FIXA COMUTADA LOCAL (PABX)
220/2013	TELEFONIA FIXA LOCAL (LINHAS DIRETAS)
6086/2013	TOGA E JALECO
2307/2012	TONER E CILINDROS
7655/2012	TRANSFORMADOR VT SJP
7655/2012	TV DE 50 POLEGADAS PARA TRANSMISSÃO DA PAUTA ELETRÔNICA DO PJE
504/2013	VACINAS CONTRA GRIPE
3046/2013	VACINAS CONTRA GRIPE (ADESÃO ARP UNIFAL-MG)
3926/2012	VANS E MICROONIBUS (LOCAÇÃO)
1066/2013	VANS, MICROONIBUS E VEÍCULO SEDAN (LOCAÇÃO)
6769/2013	VEICULAÇÃO DE AVISOS E PUBLICAÇÕES EM JORNAL
6998/2013	VEÍCULOS (ADESÃO RP)
4151/2012	VEÍCULOS (AQUISIÇÃO)
3558/2013	VEÍCULOS (AQUISIÇÃO)
3821/2013	VÍDEO 25 ANOS DO TRT

II - Setor de Coordenação de Estágio

A Secretaria de Administração como coordenadora do Programa de Estágio deste TRT, realiza as ações de planejamento, programação, acompanhamento e controle do estágio não obrigatório e obrigatório, tendo como principais atividades:

1. Realizar um cadastro reserva de estudantes de nível médio e outro de nível superior, por curso, tendo como critério de classificação o rendimento escolar, constante no histórico escolar.
2. Providenciar junto às instituições de ensino conveniadas com este TRT, no caso de processo seletivo simplificado, a convocação de estagiários para preenchimento das vagas, observada a proporcionalidade de três candidatos por vaga disponível;
3. Receber e analisar a documentação exigida quando do primeiro ingresso e semestralmente, a cada renovação do contrato de estágio;
4. Encaminhar, se for o caso, alunos selecionados para entrevista na unidade receptora;
5. Elaborar Termos de Compromisso e Plano de Atividades.
6. Providenciar a inclusão do estagiário contratado no banco interno de dados, Sistema de Controle de Estagiários – SCE;
7. Manter atualizado o banco interno de dados;
8. Providenciar a inclusão dos estagiários no rol de segurados e no sistema de ponto eletrônico;
9. Providenciar, junto à Coordenadoria de Gestão de Pessoas, confecção de crachá de identificação;

10. Encaminhar os crachás à unidade de lotação dos estagiários;
11. Providenciar a renovação do contrato de estágio;
12. Recepcionar e avaliar os Relatórios Trimestrais e Finais enviados pelos supervisores de estágio;
13. Preparar e manter a pasta dos estagiários atualizada;
14. Fornecer, sempre que solicitadas, todas as informações necessárias à realização de auditoria pela Coordenadoria de Controle Interno;
15. Receber alunos das Instituições conveniadas para realizar estágio obrigatório e encaminhá-los às unidades receptoras;
16. Demonstrar a legalidade sobre a redução de carga horária, recesso de estagiários, participação em atividades e eventos escolares, etc...;
17. Manter arquivo corrente com a documentação dos estagiários por três anos, após este prazo encaminhar os prazos para o arquivo do TRT;
18. Atender aos pedidos das unidades sobre o preenchimento de vaga de estágio de acordo com o quadro de distribuição previsto do Ato Regulamentar;
19. Expedir certidão de conclusão de estágio;
20. Orientar os estagiários sobre seus direitos e deveres;
21. Observar o constante no Ato Regulamentar que disciplina a atividade de estágio de estudantes no âmbito deste TRT, através da Portaria GP nº 930/2013

No mês de dezembro de 2013 o quadro de estagiários foi de 145 (cento e quarenta e cinco) estagiários de nível médio e superior.

III - Setor de Contratos e Convênios

O Setor de contratos e convênios Administrativos, no exercício de 2013, acompanhou a execução dos convênios e contratos administrativos, efetuando as intervenções necessárias para o fiel cumprimento dos ajustes celebrados por este Regional.

Nesta unidade também foram provocadas a renovação dos contratos junto aos fiscais dos mesmos, bem como elaboração de minuta e coleta da assinatura das partes.

Assim, foram mais de 60 (sessenta) contratos supervisionados e renovados por este setor durante o exercício de 2013, efetuando as seguintes atividades:

- 1- Cumprir e fazer cumprir as normas, rotinas e cláusulas contratuais por parte das unidades envolvidas, ou seja, fiscais e pessoas jurídicas contratadas por este Regional;
- 2- Manter o registro de todos os contratos administrativos, a fim de verificar a fiel execução dos ajustes celebrados por este Regional;
- 3- Contatar freqüentemente os fiscais dos contratos administrativos, a fim de verificar a fiel execução dos ajustes celebrados por este Tribunal;
- 4- Elaborar e alimentar planilha de dados acerca dos contratos administrativos, para acompanhamento da execução contratual;
- 5- Submeter ao Diretor Geral a lista indicativa de fiscais substitutos, bem como suas atualizações, para fins de aprovação e designação dos fiscais dos contratos administrativos mantidos por este Tribunal;
- 6- Encaminhar aos fiscais dos contratos as cópias dos instrumentos contratuais e seus aditivos;

- 7- Sugerir ao Diretor Geral a adoção de medidas necessárias à execução contratual de maneira eficaz;
- 8- Elaborar Minuta do contrato, a partir do constante em termo de referência e de edital, para constituir anexo do edital ou ato convocatório do procedimento licitatório;
- 9- Terminada a licitação, com base na minuta acima, os campos são preenchidos com nomes, endereço, CNPJ, valor, representante(s) e outros que se fizerem necessários para elaboração do contrato antes minutado;
- 10- Encaminhar à Jurídica, minuta para análise;
- 11- Submeter, novamente a minuta, à apreciação da Jurídica;
- 12- Encaminhar à Presidência para assinatura;
- 13- Encaminhar ao contratante para assinatura (ofício);
- 14- Encaminhar a DG para publicação no DOU;
- 15- Uma vez publicado, postar a publicação, lançar em contas públicas;
- 16- Encaminhar à DOF para registros;
- 17- Acompanhar prazos de vencimentos de contratos e outros necessários para cumprimento;
- 18- Comunicar com antecedência de 180 dias à DG, acerca de interesse ou não na renovação do contrato;
- 19- Elaborar o aditivo, caso autorizado, e encaminhar à jurídica para análise;
- 20- Se aprovado pela Jurídica, encaminhar para assinatura da Presidência

Relação de Contratos existentes neste Regional

PROC	CONTRATADO	INÍCIO	TÉRMINO	GESTOR DO CONTRATO
2433/2013	A. DE Q. SILVA –ME	29/07/2013	28/01/2016	GABRIELA GASPAR BELLO
5123/2013	ACECO TI S.A	03/12/2013	02/12/2014	ARY ARRUDA
2835/2013	ANA LIGIA O. FERNANDES-EPP	06/09/2013	06/12/2013	JOSÉ VADIONOR
2835/2013	ANA LIGIA O. FERNANDES – EPP – 1º ADITIVO			JOSÉ VADIONOR
293/2012	ARANCÍBIA TURISMO LTDA-ME	17/01/2013	31/12/2013	
6427/2012	ARRIBATUR VIAGENS E TURISMO	15/01/2013	14/01/2014	GABRIELA GASPAR
928/2008	ASSERTI-LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA-ME	21/01/2013	20/01/2014	FLÁVIA REGINA RÊGO CORDEIRO
895/2013	CDC BRASIL DISTRIBUIDORA DE TECNOLIGISA ESPECIAIS LTDA	18/03/2013	17/03/2016	ARY ARRUDA GOMES DE SÁ FILHO
338/2008	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - IMPERATRIZ	10/01/2013	09/01/2015	LÍDIA MARIA SOUSA DE LIMA
1104/2013	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	08/05/2013	07/05/2018	GABRIELA GASPAR BELLO
4875/2012	CHARTIS SEGUROS BRASIL S.A.	21/01/2013	20/01/2014	GABRIELA GASPAR BELLO
6779/2012	CI COMUNICAÇÃO & INFORMAÇÃO	18/03/2013	31/12/2013	EDVÂNIA KÁTIA SOUSA SILVA
197/2013	CRTO CONSULTORIA, COMÉRCIO, REABILITAÇÃO E TREINAMENTO OCUPACIONAL LTDA	30/12/2013	29/12/2014	JOSÉ VADIONOR COSTA DOS SANTOS
4081/2013	EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A-EMBRATEL	12/08/2013	08/02/2014	ARY ARRUDA GOMES DE SÁ FILHO

3205/2013	EMPRESA MARANHENSE DE GEOTECNIA, FUNDAÇÕES, TERRAPLANAGENS E OBRAS CIVIS LTDA-EMGEO	07/09/2013	20/11/2013	JULHO CESÁR GUIMARÃES
493/2013	EMPRESA MARANHENSE DE GEOTECNIA, FUNDAÇÕES, TERRAPLANAGENS E OBRAS CIVIS LTDA-EMGEO	11/04/2013	10/06/2013	MANOEL RICARDO BECKMAN DE JESUS
2485/2013	FERNANDES & PINHEIRO LTDA	28/10/2013	26/12/2013	GABRIELA GASPAR BELLO
7464/2012	FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS	02/10/2013		JOSÉ ANTONIO ABREU GOMES
2759/2013	GENIAL COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA	03/12/2013	02/12/2014	PAULO MONT' ALVERNE FROTA
7746/2012	HEWLETT-PACKARD BRASIL LTDA	21/01/2013		ARY RRUDA GOMES DE SÁ FILHO
373/2013	HP ENGENHARIA LTDA	03/04/2013	30/09/2013	MANOEL RICARDO BECKMAN DE JESUS
6382/2012	INFINITY COMÉRCIO, SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA	21/01/2013	20/01/2014	ROSELY BELO RIBEIRO VIEIRA
6382/2012	INFINITY COMÉRCIO, SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA -1º ADITIVO	23/01/2014	22/01/2015	ROSELY BLO RIBEIRO VIEIRA
210/2012	INGARANA CONSTRUÇÕES LTDA -	22/03/2013	21/07/2013	JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES
210/2012	INGARANA CONSTRUÇÕES LTDA - 1º ADITIVO	13/08/2013	13/10/2013	JÚLIO CESAR GUIMARÃES
210/2012	INGARANA CONSTRUÇÕES LTDA - 2º ADITIVO	28/10/2013	26/11/2013	JÚLIO CESAR GUIMARÃES
210/2012	INGARANA CONSTRUÇÕES LTDA - 3º ADITIVO	11/11/2013	10/12/2013	JÚLIO CESAR GUIMARÃES
210/2012	INGARANA CONSTRUÇÕES LTDA - 4º ADITIVO	12/12/2013	09/02/2014	JÚLIO CESAR GUIMARÃES
6341/2013	COMPUTEX INFORMÁTICA LTDA-ME	16/12/2013	15/06/2014	MANOEL JOAQUIM NETO
4034/2012	LDM CONSTRUÇÕES LTDA	14/01/2013	13/01/2013	MANOEL RICARDO BECKMAN DE JESUS
4034/2012	LDM CONSTRUÇÃO LTDA - 1º ADITIVO			MANOEL RICARDO BECKMAN DE JESUS
4034/2012	LDM CONSTRUÇÃO LTDA - 2º ADITIVO	04/09/2013	02/11/2013	MANOEL RICARDO BECKMAN DE JESUS
928/2008	MAFRA MANUTENÇÃO, SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA	21/01/2013	20/01/2014	FLÁVIA REGINA RÊGO CORDEIRO
4289/2012	PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS	01/01/2013	31/12/2013	ANA CÉLIA FERREIRA MENDES
6384/2013	POSITIVO INFORMATICA S/A	12/12/2013		ARY ARRUDA GOMES DE SÁ FILHO
3964/2013	POSITIVO INFORMATICA S/A			ARY ARRUDA GOMES DE SÁ FILHO
5112/2012	REBOUÇAS & DOREA- CONSULTORIA EM SAÚDE S/S LTDA	01/02/2013	03/05/2013	STAE L CAVALCANTI MARTINS DE ARAÚJO
5112/2012	REBOUÇAS & DOREA - CONSULTORIA EM	23/05/2013	05/07/2013	STAE L

	SAÚDE S/S LTDA -1º ADITIVO			CAVALCANTE MARTINS DE SÁ FILHO
5112/2012	REBOUÇAS & DORE – CONSULTORIA EM SAÚDE S/S LTDA – 2º ADITIVO	02/10/2013	30/11/2013	STAE CAVALCANTE MARTINS DE SÁ FILHO
1339/2013	REFRIGERAÇÃO PORTUGUESA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	07/11/2013	06/11/2014	GABRIELA GASPAR BELLO
4323/2012	REINALDO VALES JUNIOR-ME	03/12/2013	31/12/2013	ANA CÉLIA FERREIRA MENDES
4291/2012	R. F. DINIZ COM. SERV. PROPAGANDA E PUBLICIDADE-ME	21/01/2013	31/12/2013	ANA CELIA FERREIRA MENDES
1004/2013	R. O. ALCANTARA RAPOSO-ME	09/09/2013	08/09/2014	JULIO CESAR GUIMARAES
3590/2011	SÃO LUIS TELECOMUNICAÇÃO LTDA	01/02/2013	30/01/2014	JULIO CESAR GUIMARÃES
673/2013	SERVEMTEC LTDA-ME	29/07/2013	06/09/2013	JULIO CESAR GUIMARÃES
673/2013	SERVEMTEC LTDA –ME – 1º ADITIVO	31/10/2013	29/11/2013	JULIO CESAR GUIMARÃES
7305/2012	SYBEX COMÉRCIO E SERVIÇOS EM INFORMÁTICA LTDA	25/07/2013	24/07/2014	ARY ARRUDA DE SÁ FILHO
853/2012	START SERVIÇOS LTDA-ME (GARÇOM)	18/03/2013	17/03/2014	JULIO CESAR GUIMARÃES
853/2012	START SERVIÇOS LTDA-ME (ATENDENTE ODONTOLOGICO)	26/04/2013	25/04/2014	JULIO CESAR GUIMARÃES
853/2012	START SERVIÇOS LTDA-ME (AUX. ELETRICISTA)	20/05/2013	19/05/2014	JULIO CESAR GUIMARÃES
853/2012	START SERVIÇOS LTDA-ME (TEC. ELETRONICA)	26/04/2013	25/04/2014	JULIO CESAR GUIMARÃES
853/2012	START SERVIÇOS LTDA-ME (AUX. MECANICA)	26/04/2013	25/04/2014	JULIO CESAR GUIMARÃES
853/2012	START SERVIÇOS LTDA-ME (TECNICO EM CONTRUÇÃO CIVIL)	26/04/2013	25/04/2014	JULIO CESAR GUIMARÃES
853/2012	START SERVIÇOS LTDA-ME (ARTIFÍCE DE MANUTENÇÃO PRESIDIAL)	04/02/2013	03/02/2014	JULIO CESAR GUIMARÃES
853/2012	START SERVIÇOS LTDA-ME (BOMBEIRO HIFDRAÚLICO)	04/02/2013	03/02/2014	JULIO CESAR GUIMARÃES
699/2011	START SERVIÇOS LTDA-ME	25/02/2013	24/02/2014	JULIO CESAR GUIMARÃES
219/2013	START SERVIÇOS LTDA – ME (COPEIRAGEM)	12/08/2013	11/08/2014	JULIO CESAR GUIMARÃES
2322/2013	SUPER ESTÁGIOS LTDA	02/01/2014	01/01/2015	GABRIELA GASPAR BELLO
220/2013	TELEMAR NORTE LESTE S/A	02/07/2013	01/07/2014	GABRIELA GASPAR BELLO
4136/2012	TELEMAR NORTE LESTE S/A	02/01/2013	01/01/2014	LETÍCIA MARIA COSTA SARAIVA
4136/2012	TELEMAR NORTE LESTE S/A- 1º ADITIVO	02/01/2013	01/01/2014	LETÍCIA MARIA COSTA SARAIVA
220/2013	TELEMAR NORTE LESTE S/A	02/07/2013	01/07/2014	LÍDIA MARIA SOUSA DE LIMA
1160/2012	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	10/10/2013	09/10/2014	LIDIA MARIA SOUSA LIMA
7552/2012	VERSAL CONSTRUÇÃO E CONSULTORIA-ME	04/03/2013	03/05/2013	JOSÉ VADIONOR COSTA DOS SANTOS
7552/2012	VERSAL CONSTRUÇÃO E CONSULTORIA-	11/05/2013	09/07/2013	JOSÉ VADIONOR

	ME – 1º ADITIVO			COSTA DOS SANTOS
7552/2012	VERSAL CONSTRUÇÃO E CONSULTORIA-ME – 2º ADITIVO	10/07/2013	07/09/2013	JOSÉ VADIONOR COSTA DOS SANTOS
4633/2012	VERUSKA G. DE OLIVEIRA FOTOGRAFIA	21/01/2013	31/12/2013	EDVÂNIA KÁTIA SOUSA SOCIAL
4633/2012	VERUSKA G. DE OLIVEIRA FOTOGRAFIA-ME – 1º ADITIVO			EDVÂNIA KÁTIA SOUSA SOCIAL
3813/2013	VERUSKA G. DE OLIVEIRA FOTOGRAFIA-ME	02/01/2014	31/12/2014	EDVÂNIA KÁTIA SOUSA SOCIAL
4746/2013	ZIVA TECNOLOGIA E SOLUÇÕES LTDA	21/10/2013	20/12/2013	ARY ARRUDA GOMES DE SÁ FILHO
7240/2012	MR COMPUTER INFORMÁTICA INFORMÁTICA, COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO			QRY ARRUDA GOMES DE SÁ FILHO
3808/2013	MARITIMA SEGUROS S.A.	20/12/2013	19/12/2014	GABRIELLA GAPAS BELLO

Segue a relação de convênios firmados no exercício de 2013:

Nº CONVÊNIO	INSTITUIÇÃO
PA- 6996/2013	UNIBEU
Nº 27 - PA-4822/2013	GPC
Nº 26 - PA- 6096/2013	CEST
Nº 25 - PA-1603/2013	JUSTIÇA DE PORTAS ABERTAS
Nº 14 - PA-6997/2013	FAP
Nº 21	BB

5.1 Coordenadoria de Gestão de Pessoas

A Coordenadoria de Gestão de Pessoas deste Tribunal desenvolveu, durante o exercício de 2013, tarefas relacionadas a direitos e deveres de magistrados ativos e inativos, servidores ativos e inativos, pensionistas de magistrados e servidores, e de servidores que exerceram apenas cargo em comissão, requisitados e removidos, com a estrutura abaixo, que deu suporte à execução de suas atribuições.

Seção/Setores

- Seção de Legislação de Pessoal e Desenvolvimento Pessoas
- Setor de Magistrados
- Setor de Informações Funcionais

Seção de Legislação de Pessoal e Desenvolvimento de Pessoas

- Executou tarefas referentes ao Regime Jurídico dos Servidores, elaborando e propondo a expedição de normas que facilitem a aplicação da legislação;
- Acompanhou publicações de Legislação, Pareceres e Atos Administrativos de interesse dos servidores;
- Executou tarefas referentes ao cumprimento do Regime Jurídico dos Servidores;
- Atendeu a solicitações do Conselho Nacional de Justiça;
- Atendeu a solicitações do Conselho Superior da Justiça do Trabalho;
- Atendeu a solicitações do Tribunal Superior do Trabalho;
- Atendeu a solicitações de outros TRT's;
- Prestou informações à Procuradoria da República no Maranhão (AGU);
- Atendeu a diligências do Tribunal de Contas da União;
- Forneceu documentação referente a instrução de processos administrativos disciplinares;
- Instruiu protocolos referentes a substituições de servidores;
- Confeccionou minuta de portaria de substituição;
- Lançou, no Sistema de RH, concessão de substituição;
- Encaminhou à Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicações, através de e-mail, informações referentes à concessão de direitos aos servidores, para que fosse disponibilizado no Boletim Interno Eletrônico;
- Controlou o cadastro dos servidores beneficiados com o Auxílio-Alimentação, no tocante à inclusão e exclusão;
- Controlou o cadastro dos servidores beneficiados com o Auxílio-Transporte, no tocante à inclusão e exclusão;
- Controlou o cadastro de servidores beneficiados com o auxílio Pré-Escolar, no tocante à inclusão e exclusão;
- Enviou, mensalmente, dados estatísticos referentes aos benefícios concedidos por este Tribunal, para a Secretaria de Orçamento e Finanças;
- Encaminhou às assessorias, diretorias e chefias, expedientes referentes a Avaliação de Estágio Probatório;
- Encaminhou às assessorias, diretorias e chefias, expedientes referentes a Avaliação de Desempenho Funcional;
- Recepcionou e analisou as fichas de avaliação de estágio probatório e funcional;
- Instruiu protocolos referentes à progressão e promoção funcionais;

- Instruiu protocolos referentes a estabilidade no cargo comissionado/função comissionada em decorrência de exoneração/dispensa de CJ/JC de servidora em estado de gravidez;
- Instruiu protocolos referentes a Auxílio-Moradia;
- Instruiu protocolos referentes a Auxílio-Funeral;
- Orientou os servidores recém-nomeados, além dos requisitados, sobre os benefícios concedidos por este Tribunal;
- Orientou os servidores acerca dos procedimentos para averbação de tempo de contribuição, para a concessão do abono de permanência, e para a concessão de aposentadoria e pensão por morte;
- Instruiu protocolos referentes a averbação de tempo de contribuição;
- Expediu certidões de tempo de contribuição e outras certidões solicitadas pelos interessados;
- Instruiu protocolos referentes ao abono de permanência;
- Instruiu protocolos referentes a aposentadoria;
- Instruiu protocolos referentes a pensão por morte.

Setor de Magistrados

- Recepcionou documentação e realizou o cadastramento, no Sistema de RH/Folha de Pagamento, de magistrados que ingressaram neste Tribunal no exercício 2012;
- Procedeu ao cadastramento anual de Desembargadores e Juízes inativos e pensionistas, migrando as informações para o Sistema Informatizado SRH/Folha de Pagamento;
- Acompanhou publicações de legislação, pareceres e atos administrativos de interesse dos Desembargadores e Juízes;
- Alimentou o sistema de RH/Folha de Pagamento com dados referentes a direitos de Desembargadores e Juízes;
- Atualizou a lista de antigüidade dos magistrados de 1º e 2º Graus;
- Atendeu às solicitações da Procuradoria da República no Maranhão (Advocacia Geral da União);
- Atendeu a todas as diligências e determinações do Tribunal de Contas da União;
- Atendeu as diligências e determinações do Conselho Nacional de Justiça;
- Atendeu as diligências e determinações do Conselho Superior da Justiça do Trabalho;
- Atendeu a todas as determinações do Tribunal Superior do Trabalho;
- Atendeu à Coordenadoria de Controle Interno deste Tribunal;
- Atendeu às solicitações de outros TRT's;

- Expediu certidões de tempo de contribuição e demais certidões solicitadas pelos interessados;
- Instruiu protocolos de averbação de tempo de contribuição;
- Instruiu processos de concessão de abono de permanência;
- Instruiu protocolos de concessão de aposentadoria e pensão por morte;
- Efetuou o lançamento, no SISAC (TCU), de informações referentes a concessão de aposentadoria e pensão por morte;
- Registrou as admissões, aposentadorias e pensões aprovadas pelo Tribunal de Contas da União;
- Expediu carteiras funcionais dos magistrados;
- Expediu certidões e declarações com informações contidas nos assentamentos funcionais dos Desembargadores e Juízes;
- Instruiu todos os protocolos referentes a direitos e deveres dos magistrados, tais como licenças médicas, maternidade, paternidade, auxílio-natalidade etc.;
- Instruiu protocolos de remoção;
- Elaborou, em conjunto com a Presidência, portarias de plantão judicial;
- Instruiu protocolos de concessão de folgas por plantão judicial;
- Instruiu protocolos referentes a ajuda de custo e auxílio moradia;
- Encaminhou ao Tribunal de Contas da União cópias das declarações de Imposto de Renda referentes ao exercício de 2013 (ano-calendário 2012);
- Manteve, nos assentamentos dos magistrados, cópias das declarações de Imposto de Renda referentes ao exercício de 2013 (ano-calendário 2012) ou autorizações de acesso às declarações de bens (formulário TCU relativa à IN nº 67/2011);
- Controlou o arquivo funcional dos Desembargadores e Juízes;
- Conferiu e consolidou a escala de férias dos magistrados;
- Lançou, no Sistema de RH/Folha de Pagamento, marcação/alteração de férias;
- Instruiu protocolo de concessão e de alteração de férias;
- Confeccionou minuta de portaria de concessão, alteração e suspensão de férias;
- Informou, para a Coordenadoria de Folha de Pagamento, férias a serem remuneradas;
- Controlou o cadastro dos Desembargadores e Juízes beneficiados com o Auxílio-Alimentação, no tocante à inclusão e exclusão;
- Encaminhou à Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicações, através de e-mail, informações referentes a nomeação, remoção e exoneração de juízes, para que fosse disponibilizado no Boletim Interno Eletrônico.

Setor de Informações Funcionais

- Cadastrou os servidores recém-nomeados, removidos e requisitados, no Sistema de SRH/Folha de Pagamento;
- Cadastrou servidores no PASEP;
- Controlou o arquivo funcional de servidores;
- Executou tarefas referentes ao Regime Jurídico dos Servidores;
- Expediu certidões, declarações e atestados funcionais a servidores e ex-servidores;
- Informou processos referentes a direitos e deveres dos servidores;
- Lavrou termos de posse de servidores, assessores e diretores;
- Atualizou os dados referentes ao quadro de pessoal;
- Recepcionou Formulário de Autorização de Acesso às Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física, nos moldes solicitados pelo Tribunal de Contas da União (IN nº 67/2011);
- Atualizou o arquivo funcional dos servidores;
- Recepcionou a documentação para posse de servidores;
- Controlou as renovações de disposições de servidores;
- Controlou as remoções e redistribuições de servidores;
- Atendeu a todas as diligências do Tribunal de Contas da União;
- Atendeu a todas as determinações do Tribunal Superior do Trabalho;
- Atendeu a diligências e determinações do Conselho Superior da Justiça do Trabalho;
- Atendeu às diligências e determinações do Conselho Nacional de Justiça;
- Recepcionou, conferiu e controlou certidões/declarações para atender a determinação do CNJ/CSJT;
- Atendeu a consultas de outros TRT's;
- Instruiu protocolos referentes a exoneração/vacância e nomeação de servidores;
- Confeccionou minutas de portarias de exoneração/vacância e nomeação de servidores;
- Instruiu protocolos referentes a dispensa/designação para exercício de função comissionada;
- Confeccionou minutas de portarias referentes a dispensa/designação para função comissionada;
- Instruiu protocolos referentes a exoneração/nomeação para exercício de cargo em comissão;
- Confeccionou minutas de portarias referentes a exoneração/nomeação para cargo em comissão;
- Instruiu protocolos de redistribuição;

- Instruiu protocolos de remoção;
- Instruiu protocolos de licenças médicas, gestante, paternidade, auxílio-natalidade, licença de gala, nojo, etc;
- Instruiu protocolos de inclusão para fins abatimento do IRPF;
- Analisou e concedeu o Adicional de Qualificação – AQ;
- Lançou, no Sistema de RH, o Adicional de Qualificação - AQ;
- Informou, para a Coordenadoria de Folha de Pagamento, a concessão de Adicional de Qualificação - AQ;
- Informou para a Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicações as matérias para serem publicadas no Boletim Interno Eletrônico;
- Instruiu protocolos referentes a Indenização de Transporte;
- Recepcionou e conferiu os relatórios referentes a Indenização de Transporte;
- Controlou o sistema de Ponto Eletrônico;
- Enviou a frequência de servidores requisitados e removidos para os respectivos órgãos de origem;
- Lançou no Sistema de RH a concessão de folgas a servidores;
- Convocou e recadastrou servidores inativos e pensionistas;
- Instruiu protocolos referentes a Ajuda de Custo e auxílio moradia;
- Prestou informação mensal, para a Secretaria de Orçamento e Finanças, constando o Rol de Responsáveis;
- Lançou, no SISAC (TCU), informações referentes a aposentadoria;
- Lançou, no SISAC (TCU) informações referentes à concessão de Pensão por Morte;
- Atualizou, de forma constante, o banco de dados de servidores, visando obter informações fidedignas para instrução em processos administrativos e extração de relatórios, além de subsidiar preenchimento de tabelas enviadas à Secretaria de Orçamento e Finanças e ao TST/CSJT;
- Confeccionou Carteiras Funcionais;
- Confeccionou Crachás Funcionais;
- Instruiu protocolos de licença para o trato de interesses particulares;
- Instruiu protocolos de afastamento para cursar mestrado e doutorado;
- Instruiu protocolos de licença para atividade política;
- Instruiu protocolos de afastamento para exercício de mandato eletivo;
- Recadastrou servidores inativos e pensionistas.

- Encaminhou à Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicações, através de e-mail, informações referentes nomeações, designações e dispensas de cargos em comissão/função comissionada de servidores, para que fosse disponibilizado no Boletim Interno Eletrônico.

A seguir, as tabelas dos quantitativos de Benefícios e Adicionais concedidos no exercício de 2013.

Auxílio-Alimentação

MÊS	MAGISTRADOS/SERVIDORES BENEFICIADOS
JANEIRO	627
FEVEREIRO	627
MARÇO	628
ABRIL	623
MAIO	632
JUNHO	632
JULHO	633
AGOSTO	624
SETEMBRO	628
OUTUBRO	623
NOVEMBRO	613
DEZEMBRO	611

Auxílio Pré-Escolar

MÊS	DEPENDENTES DE MAGISTRADOS E SERVIDORES BENEFICIADOS
JANEIRO	252
FEVEREIRO	256
MARÇO	254
ABRIL	248
MAIO	256
JUNHO	250
JULHO	248
AGOSTO	240
SETEMBRO	246
OUTUBRO	234
NOVEMBRO	228
DEZEMBRO	224

Auxílio-Transporte

MÊS	SERVIDORES BENEFICIADOS
JANEIRO	01
FEVEREIRO	01
MARÇO	01
ABRIL	01
MAIO	01

JUNHO	01
JULHO	01
AGOSTO	01
SETEMBRO	01
OUTUBRO	01
NOVEMBRO	01
DEZEMBRO	01

Auxílio Natalidade

MÊS	MAGISTRADOS E SERVIDORES BENEFICIADOS
JANEIRO	01
FEVEREIRO	02
MARÇO	02
ABRIL	00
MAIO	01
JUNHO	00
JULHO	00
AGOSTO	00
SETEMBRO	04
OUTUBRO	01
NOVEMBRO	01
DEZEMBRO	02

Indenização de Transporte

MÊS	SERVIDORES BENEFICIADOS
JANEIRO	29
FEVEREIRO	34
MARÇO	41
ABRIL	40
MAIO	35
JUNHO	42
JULHO	36
AGOSTO	38
SETEMBRO	35
OUTUBRO	43
NOVEMBRO	40
DEZEMBRO	39

Adicional de insalubridade - grau médio

MÊS	SERVIDORES BENEFICIADOS
JANEIRO	11
FEVEREIRO	11
MARÇO	11
ABRIL	08
MAIO	08

JUNHO	08
JULHO	08
AGOSTO	08
SETEMBRO	08
OUTUBRO	08
NOVEMBRO	08
DEZEMBRO	08

Adicional de periculosidade

MÊS	SERVIDORES BENEFICIADOS
JANEIRO	02
FEVEREIRO	02
MARÇO	02
ABRIL	02
MAIO	02
JUNHO	02
JULHO	02
AGOSTO	02
SETEMBRO	02
OUTUBRO	02
NOVEMBRO	02
DEZEMBRO	02

Adicional de qualificação - Doutorado

MÊS	SERVIDORES BENEFICIADOS
JANEIRO	02
FEVEREIRO	02
MARÇO	03
ABRIL	02
MAIO	02
JUNHO	02
JULHO	02
AGOSTO	02
SETEMBRO	02
OUTUBRO	02
NOVEMBRO	02
DEZEMBRO	03

Adicional de qualificação - Mestrado

MÊS	SERVIDORES BENEFICIADOS
JANEIRO	10
FEVEREIRO	10
MARÇO	10
ABRIL	10
MAIO	10

JUNHO	10
JULHO	10
AGOSTO	10
SETEMBRO	10
OUTUBRO	10
NOVEMBRO	10
DEZEMBRO	09

Adicional de qualificação - Especialização

MÊS	SERVIDORES BENEFICIADOS
JANEIRO	302
FEVEREIRO	302
MARÇO	306
ABRIL	306
MAIO	308
JUNHO	309
JULHO	308
AGOSTO	310
SETEMBRO	310
OUTUBRO	304
NOVEMBRO	303
DEZEMBRO	317

Adicional de qualificação - ações de treinamento 1%

MÊS	SERVIDORES BENEFICIADOS
JANEIRO	618
FEVEREIRO	616
MARÇO	619
ABRIL	631
MAIO	631
JUNHO	629
JULHO	627
AGOSTO	627
SETEMBRO	629
OUTUBRO	618
NOVEMBRO	617
DEZEMBRO	656

Adicional de qualificação - ações de treinamento 2%

MÊS	SERVIDORES BENEFICIADOS
JANEIRO	48
FEVEREIRO	49
MARÇO	51
ABRIL	51
MAIO	53

JUNHO	51
JULHO	51
AGOSTO	53
SETEMBRO	53
OUTUBRO	50
NOVEMBRO	49
DEZEMBRO	50

Adicional de qualificação - ações de treinamento 3%

MÊS	SERVIDORES BENEFICIADOS
JANEIRO	46
FEVEREIRO	45
MARÇO	46
ABRIL	49
MAIO	47
JUNHO	46
JULHO	44
AGOSTO	43
SETEMBRO	43
OUTUBRO	43
NOVEMBRO	42
DEZEMBRO	45

5.2 Coordenadoria de Material e Logística

A Coordenadoria de Material e Logística, apresenta-se dentro da estrutura organizacional do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, como unidade subordinada diretamente à Secretaria de Administração, possuindo atribuições pertinentes a área de administração de material, atuando especificamente na execução de rotinas que objetivem o suprimento de material (consumo e permanente) a toda sua estrutura, responsabilizando-se pelo seu recebimento, guarda, controle e distribuição, assim como pelo controle de bens imóveis, através do *SPIUnet* – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União, além de coordenar atividades desenvolvidas pelas Seções de Almoxarifado e de Registro e Controle Patrimonial, além do Setor de Almoxarifado. Dito isto, apresentamos a seguir as atividades desempenhadas pela CML no exercício de 2013:

Procedeu a elaboração de *relatórios mensais* afeitos a esta Coordenadoria, em conformidade com o que determina a legislação vigente, qual sejam: RMA - Relatório Mensal de Almoxarifado, que demonstra as entradas e saídas e o correspondente registro

dos materiais (consumo e permanente) recebidos neste Tribunal, cuja elaboração está a cargo da Seção de Almoxarifado. Além do RMA, efetivou-se também a elaboração do RMB que é o Relatório de Movimentação de Bens Móveis, evidenciando a movimentação de material permanente, este extraído pela Seção de Registro e Controle Patrimonial, sendo que ambos os relatórios são encaminhados mensalmente à Secretaria de Orçamento e Finanças deste Regional (Setor de Contabilidade Analítica) para a competente análise e avaliação, cujos dados estão consolidados no demonstrativo financeiro a seguir exposto:

	Discriminação	Valores - Material de Consumo
*	Saldo Remanescente/2012	408.698,97
*	Entradas em 2013	1.298.591,49
*	Disponível/2013	1.707.290,46
*	Saídas em 2013	960.149,85
*	Saldo para 2014	747.140,61

	Discriminação	Valores - Material Permanente
*	Registro 2012	16.793.488,44
*	Entradas em 2013	3.393.747,73
*	Acumulado/2013	20.187.236,17
*	Saídas em 2013	1.516.949,59
*	Acumulado para 2014	18.670.286,58
*	Reavaliação Grupos 08 e 42	-
*	Acumulado para 2014	-

Obs1: os valores lançados neste demonstrativo evidenciam o quantitativo global de todo material permanente pertencente a este Tribunal do Trabalho da 16ª Região.

Seção de Registro e Controle Patrimonial

A Seção de Registro e Controle Patrimonial executou as seguintes atividades:

a) providenciou as incorporações dos bens permanentes ao acervo patrimonial desta Justiça, tanto no sistema informatizado do patrimônio, quanto via lançamento contábil no SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, através de Notas de Lançamento, perfazendo um total de **65 (sessenta e cinco) apropriações** dentre compras, doações e cessões;

b) efetivou a baixa de diversos materiais permanentes, mediante a formalização de **325 (trezentos e vinte cinco)** documentos, dentre ofícios, memorandos, etc., provenientes das diversas unidades integrantes deste Tribunal, sendo procedida a respectiva atualização no sistema informatizado do patrimônio;

c) elaborou no exercício de 2013, o quantitativo de **3.568 (três mil, quinhentos e sessenta e oito) Termos de Responsabilidade**, incluídos aqui, as baixas para o estoque de material executada automaticamente pelo programa de patrimônio;

d) forneceu subsídios para atuação da **Comissão de Inventário/2013**, no propósito de conferência de todos os materiais permanentes pertencentes ao acervo desta Justiça, inclusive auxiliando àquela na tarefa de identificação dos bens, através do sistema de código de barra e atualizando os Termos de Responsabilidade, durante os trabalhos de inventário;

e) cadastrou no Programa de Patrimônio, **2.128 (dois mil, cento e vinte e oito)** itens de material permanente, sendo que deste total 31 (trinta e um) itens correspondem ao material produzido internamente pelo Setor de Marcenaria deste Tribunal. O registro de cada material contém: descrição, grupo classificação, segundo Norma de Execução/CCONT/ n.º 04 de 31 de outubro de 1997, data de registro do material, valor do bem, Nota de Empenho/Produção Interna, referente à aquisição do bem e a carga (destinação) do mesmo;

f) efetuou **7.687 (sete mil, seiscentos e oitenta e sete)** Termos de Baixa de Material Permanente;

g) expediu através desta Coordenadoria de Material e Logística **50 (cinquenta)** memorandos;

h) recebeu **515 (quinhentos e quinze)** expedientes, dentre memorandos e ofícios, com solicitações, devoluções e transferências de responsabilidades de material permanente;

Seção de Almoarifado

A Seção de Almoarifado desempenhou atividades a seguir relacionadas:

a) procedeu ao registro de **233 (duzentos e trinta e três) lançamentos de entrada**, de todo material de consumo e permanente, através de sistema próprio do almoarifado, de acordo com os documentos correspondentes, tais como nota fiscal, guia de produção, termo de doação, etc., sendo distribuídos em vários lançamentos, obedecendo aos diversos códigos de materiais componentes do sistema;

b) apropriou no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, todos os registros oriundos do sistema do almoarifado, perfazendo um total de **233 (duzentos e trinta e três) apropriações**;

c) contabilizou **1.709 (um mil, setecentos e nove)** requisições de saída de material de consumo pelo sistema, **41 (quarenta e um)** guias de encaminhamento de material de consumo específico e **12 (doze)** material e permanente (encaminhamento à C.M.L.);

d) expediu **16 (quatorze) solicitações formais**, específicas para o abastecimento do Almoarifado, tendo como parâmetro de Controle de Estoque os Fatores de Ressuprimento definidos através da IN 205/88, subitem 7.6;

e) expediu **43 (quarenta e três) memorandos e ofícios**;

f) recebeu **151 (cento e cinquenta e um) guias de remessa de produção** de impressos oriundos do Setor Gráfico, resultando em diversos lançamentos nos códigos de materiais correspondentes do sistema;

g) Gerenciamento de **47 (quarenta e sete) atas de registro de preços** de material de consumo;

h) Abastecimento de **material de consumo às Varas do interior do Estado**, em **período trimestral**, com deslocamento de servidor do almoxarifado para cumprir as entregas.

Setor Gráfico

O Setor Gráfico deste Tribunal efetuou os trabalhos referentes à confecção de impressos, dentre outros utilizados por esta Justiça, a seguir relacionados:

SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA	
Cartaz A4	60
OUVIDORIA	
Etiqueta adesiva	40
Folder A4 com 1 dobra	35
Crachá A6	40
Folha de rosto A4	35
Capa p/ pasta A4	60
SEÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
Folder A4 c/ 01 dobra	320
Folder A4 c/ 02 dobras	1000
Cartaz A4	10
COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO	
Manual A4	01
COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA, ESTATÍSTICA E PESQUISA	
Cartaz A4	40
Folder A4 c/ 02 dobras	350
Tag 40x65mm	350
Panfleto A6	450
Manual A4	12
Programação de evento (Arte/diagramação)	01
SEÇÃO DE CERIMONIAL	
Cartaz A3	100
Cartaz A4	70
Tag 30x55mm	800
Convite A5	6.940
Convite A6	1.500
Cartão reserva de lugar 75x125mm	210
Cartão senha 55x70mm	110
Cartão de identificação 95x120mm	800
Cartão A5	1.280
Cartão A6	633
Cartão A6	110
Certificado A4	36
Cartão de cumprimentos e visita	420
Cartaz (Arte/diagramação)	01
Cartaz (Arte/diagramação)	01

Folder (Arte/diagramação)	01
Programação de evento (Arte/diagramação)	01
VICE-PRESIDÊNCIA	
Cartão de visita	100
CENTRO DE MEMÓRIA E CULTURA	
Convite A5	280
Cartaz A4	57
Cartaz A3	35
Ingresso 55x190mm	740
Certificado A4	300
Cartão de visita	300
Convite p/ exposições (Arte/diagramação)	09
Cartaz p/ exposição (Arte/diagramação)	23
ESCOLA JUDICIAL	
Cartaz A3	10
Certificado A4	16
Certificado A4	400
Certificado A5	46
Convite A5	150
Bloco para rascunho	1200
Folder A4 com 2 dobras	100
Etiqueta 58x93mm	40
Papel AA150 g/m ² A4	50
Cartaz p/ palestra (Arte/diagramação)	01
Programação de evento (Arte/diagramação)	01
Slides (Arte/diagramação)	45
GABINETE DESEMBARGADORA MARCIA ANDREA FARIAS DA SILVA	
Cartão A6	100
GABINETE DESEMBARGADOR GERSON DE OLIVEIRA COSTA FILHO	
Cartão A6	600
GABINETE DESEMBARGADOR JOSÉ EVANDRO DE SOUZA	
Papel vergé 180 g/m ²	200
Cartão A6	400
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA	
Placa 50x210mm	100
SEÇÃO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL	
Panfleto 100x210mm	750
Etiqueta	1.400
Cartaz A4	40
Crachá	100
SEÇÃO DE TRANSPORTES	
Cartão de visita	50
COORDENADORIA DE MATERIAL E LOGÍSTICA (SETOR DE ALMOXARIFADO)	
Capa de Processo TRT116571	8.495
Ordem de Serviço TRT116570 (bloco)	20
Receituário Médico TRT116543 (bloco)	60
Cartão de Retorno de Paciente TRT116565	400
Ficha de Devolução TRT116522	500
Inspeção de Saúde TRT116545 (bloco)	10

Envelope pardo grande TRT116009	3.000
SEÇÃO DE BIBLIOTECA E GESTÃO DOCUMENTAL	
Relatório de Atividades	01
SEÇÃO DE SAÚDE	
Boletim de Atendimento Médico	06
Cartaz A3	10
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO JUDICIÁRIA	
Papel AA 120g/m² A4	1.000
COORDENADORIA DE DISTRIBUIÇÃO E CADASTRAMENTO PROCESSUAL	
Identificador de processo verde	13.000
Identificador de processo amarelo	2.500
1ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS	
Certidão (bloco)	04
VARA DO TRABALHO DE CHAPADINHA	
Cartaz A4	30
Manual A4	03
ENCADERNAÇÕES	
Encadernações	39

5.3 Coordenadoria de Serviços Gerais

A Coordenadoria de Serviços Gerais, através dos Setor de Transporte, Setor de Portaria e Segurança, Setor de Marcenaria, Setor de Eletricidade e Telefonia, desenvolveu mecanismos que permitiram atender às solicitações feitas pelos diversos setores deste Egrégio Tribunal, assim como supervisionou/fiscalizou serviços junto às empresas contratadas, possibilitando o bom andamento das atividades concernentes a esta corte, tais como:

Fornecimento/instalação de persianas

Carlos Navarro e Cia. Ltda.

Fornecimento de água potável

L H DURANS

Confecção de carimbos

Del Rey Carimbos Ltda.

Catedral Carimbos e Editora Ltda-me

Serviços de copeiragem

Átrium

Asserti

Start

Serviços de manutenção em aparelhos de ar condicionado/splits

Átrios

Contratação de seguro para a frota do TRT

Chartis Seguros do Brasil

Serviços de dedetização – TRT-sede, Fórum e VTs Interiores

A Dos Santos Cunha

Jackeline D Pereira - ME

Aplicação de película fumê

New Trade Comércio Atacadista

Serviço de Limpeza e Conservação

Liman-Limpeza e Manutenção Ltda

Manutenção preventiva/corretiva do grupo gerador (Informática)

Mecre Metais Comercio Representações e Engenharia

Serviço de Telefonia Móvel

Claro S. A

Serviço de Auxiliar de Mecânica

Start

Serviço de Auxiliar de Eletricidade

R.O. Alcântara

Serviço de Técnico em Eletrônica

Start

Serviço de Recepção

R.O Alcântara

Manutenção de no-breaks

American Power

Seguro de Bens Patrimoniais Imóveis e Móveis

Marítima Seguros S.A.

Substituição de cancelas e portões de alumínio

M de Sousa Gusmão

Instalação/desinstalação e realocação de ar condicionado – VT de Pinheiro

Refrigeração Portuguesa de Máquinas

Fornecimento de carrada de água

F.M.D. Sabóia

A Coordenadoria de Serviços Gerais, através da Seção de Transportes, conduziu os Oficiais de Justiça no cumprimento de mandados; fez entrega de correspondências; entrega de processos na Procuradoria do Trabalho; entrega de nota de empenho; entrega de documentos no SIOGE, etc.;

Também supervisionou os serviços realizados pelos Setores de Eletricidade, Marcenaria/Carpintaria, Manutenção Predial e Serviços no PABX com aproximadamente 800

chamados para atendimento no TRT-sede e no Fórum Astolfo Serra. No que se refere à segurança, a Diretoria de Serviços Gerais supervisionou os serviços executados pelo Setor de Portaria e Segurança, que se encarregou pela segurança das Sessões Plenárias, Seminários, Cursos, Congressos e eventos em geral que aconteceram durante o ano de 2013.

5.4 Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicações

A Coordenadoria de Tecnologia da Informação, composta pelos Setores de Desenvolvimento de Sistemas Judicial e Administrativo, Suporte Técnico ao Usuário, Infraestrutura Computacional e Governança de TI conforme estabelecido no art. 48, I, II e III do Regulamento-Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, tem seu quadro de pessoal formado por 1 (um) diretor, 19 (dezenove) servidores efetivos e 15 (quinze) funcionários terceirizados, sendo 13 (treze) técnicos de informática e 2 (dois) técnicos de som.

Compete à Coordenadoria de Tecnologia da Informação a gestão, coordenação, avaliação e supervisão das atividades relativas ao processamento eletrônico de dados, desenvolvimento e manutenção de sistemas, suporte de equipamentos e de programas aplicativos e atendimento a magistrados, servidores e jurisdicionados, dos Gabinetes de Desembargadores, 7 Varas do Trabalho da Capital e 16 do Interior do Estado, além de todos os setores administrativos do Tribunal.

ATIVIDADES REALIZADAS PELOS SETORES

Coordenação de TI

- Coordenação das Atividades da Equipe de TI;
- Contração de serviços e gestão de contatos;
- Aquisições de equipamentos de TI e especificação e compra de suprimentos para área de TI, Unidades Judiciais e Administrativas do Tribunal;
- Coordenação do Cronograma de implantação executado pela TI para implantação do Sistema PJe, sendo que no exercício em questão, 100% das Varas do Trabalho da Capital e Interior já estão com o sistema implantado.
- Elaboração de Termos de Referência para aquisição de novos equipamentos;
- Participação nas Reuniões de Diretores, realizadas no evento Coleprecior;

Governança de TI

PETI

- Desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Estratégico da CTIC;

- Reuniões para revisão do Planejamento Estratégico de TI;
- Criação do novo mapa de TI;
- Definição dos indicadores de TI;

Análise SWOT

- Reunião com a CTIC para elencar os pontos fortes e fracos e ameaças e fraquezas da TI;
- Priorização dos pontos da análise SWOT através da técnica GUT;
- Apresentação dos resultados à CTIC;

Auditorias

- Resposta ao Questionário Diagnostico da situação de pessoal de TI na APF do TCU;
- Resposta a relatório de auditoria do CNJ;

Licitações

- Resposta a questionamento do PREGÃO ELETRÔNICO nº 58/13, do tipo MENOR PREÇO, visando ao REGISTRO DE PREÇOS para a contratação de serviços técnicos especializados para implantação e aprimoramento de Escritórios de Gestão de Projetos de Tecnologia de Informação e Comunicações - EGP-TIC, compreendendo a estruturação de unidade de apoio à gestão de projetos, macro programas, programas e ações de TIC, pedido pelo CSJT;
- Resposta ao levantamento do CSJT para contratação dos serviços de diagnóstico, mapeamento e ferramenta de Service Desk;

Organizacional

- Definição das atribuições relacionadas aos setores da CTIC;
- Levantamento dos sistemas do TRT atualmente suportados pela CTIC ;
- Levantamento do histórico de horas de cursos dos servidores da CTIC.

ÁREA: DESENVOLVIMENTO

Atividades – Sistemas Judiciais

SAPT1 (Sistema de Acompanhamento Processual – 1ª Instância)

- Análise e intervenções na estrutura dos relatórios e formulários objetivando o ajuste do sistema para atender solicitações dos usuários;
- Manutenção da base de dados objetivando ajustes no Módulo Gerencial de Publicação de Notificações, via DJ do Estado do Maranhão, por meio eletrônico, adequação do módulo de criação dos relatórios ECT nas Varas do Trabalho, com redefinição das UG's definidas pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, e

implantar e manter os andamentos (Tipo, Motivo, Origem, Destino, Parte , Situação e Nome) do CNJ no Sistema

- Manutenção do módulo de geração dos relatórios ECT nas Varas do Trabalho, ajuste dos formulários/relatórios para atender a configuração da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, objetivando agilização e gerenciamento das postagens originadas nas secretarias das Varas do Trabalho e da Distribuição do Fórum Astolfo Serra;
- Adequação, manutenção e ajustes do Módulo [Formulário/Relatórios] utilizado pelo Juízo Auxiliar de Execução, conforme determinado pela RA 153/2007;
- Desenvolvimento de relatórios gerenciais objetivando disponibilizar as informações cadastradas em solicitações eventuais das Varas Trabalhistas e dar suporte as ações correcionais sob determinação do Secretário-Geral da Corregedoria e Núcleo Auxiliar de Execução;
- Manter o controle de versão SAPT1;
- Disponibilização de Dados Estatísticos na *web* sobre demandas da 1ª e 2ª instâncias contra órgãos públicos;
- Manutenção de funcionalidades do SAPT1(Formulários/Relatórios) EC 45/2004, das classes processuais e assuntos no padrão CNJ, Movimentação processual baseado nas tabelas unificadas do CNJ, sistema do BNDT (Banco Nacional Débito Trabalhista);
- Desenvolvimento de críticas de movimentação processual baseado em solicitações da Corregedoria do TRT 16.
- Atendimento remoto via Spark, Telefone e email;

Controle de Malotes

- Manutenção no módulo/formulário por solicitação de usuários. Manutenções ocasionais [ajustes] em relatórios analíticos.

DJE - Depósito Judicial Eletrônico

- Manutenção do sistema de geração, envio e recebimentos de Depósitos judiciais, aos bancos conveniados, para pagamento, garantia de execução, no modelo único conforme Instrução Normativa **nº 33/2008 TST**.
- Implementação da comunicação entre TRT e Bancos Conveniados para envio e recebimento dos arquivos com os depósitos.
- Integração ao SAPT1.

AJE. Alvará Judicial Eletrônico

- Desenvolvimento do sistema de geração, envio e recebimentos de Alvarás judiciais, aos bancos conveniados, para levantamentos de valores, no modelo único conforme Instrução Normativa nº 33/2008 TST.
- Implementação da comunicação entre TRT e Bancos Conveniados para envio e recebimento dos arquivos com os alvarás.
- Sistema pronto. Não liberado, aguardando definição pelo TST e bancos conveniados da forma de criptografia dos arquivos a serem enviados.

Sistema DEJT – Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho - 1º Grau

- Módulo do SAPT1 que permite a geração, manutenção, envio e publicação de arquivos XML, objetivando a publicidade dos atos judiciais das varas pertencentes a jurisdição do TRT16ª Região. Manutenção do módulo objetivando atender determinações do Projeto Nacional;
- Suporte a operacionalização do sistema;

Sistema Cálculo Judicial

- Manutenção do Sistema. Atendimento a chamados de rotinas.

SAPT 2 - Sistema de Acompanhamento Processual – 2ª Instância

- Manutenção do Sistema para correção de erros, desenvolvimento de funcionalidades evolutivas, treinamento e atendimentos de usuários nos seguintes módulos: Pleno, Acórdão e Distribuição, Sala de Sessão, Estatística e Jurisprudência, Cadastramento Processual, Sistema de Apoio a Gabinete (SAGA), Sistema de Administração de Processos em Gabinete (PROC), Sistema e-DOC, Sistema AUD, Sistema e-Recurso, Sistema Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, Sistema TRT Push (notificação de andamentos por e-mail).

Sistema e-Gestão

- Ajuste da regras em virtude das modificações solicitadas pela comissão do E-Gestão.

ATIVIDADES – SISTEMAS ADMINISTRATIVOS

Sistema de Controle de Estagiário

- Manutenção do sistema: Treinamento, desenvolvimento de módulos para a Diretoria de Pessoal e Folha de Pagamento.
- Criação de novos módulos e relatórios para adicionar funcionalidades e ampliar os recursos, integrando com o sistema de Folha de Pagamento.

- Manutenção da folha de pagamento de estagiários com integração ao novo Sistema de Folha de Pagamento.
- Manutenção da geração dos contracheques dos estagiários, no padrão dos servidores, com acesso e impressão na Intranet.

Sistema de Recursos Humanos e Folha de Pagamento

- Continuação do módulo de simulação de tempo de aposentadoria;
- Geração dos arquivos do SIPREV para envio ao ministério da previdência social;
- Geração dos arquivos da RAIS para envio ao ministério do trabalho;
- Geração de dados em excel para CSJT e TCU;
- Criação e modificação de relatórios;
- Criação das rotinas para a implantação da nova previdência do serviço público (FUNPRESP);
- Criação de consultas para o portal do servidor;
- Geração da DIRF para envio à secretaria da receita federal;
- Acompanhamento e ajustes em folhas suplementares de Gratificação de Natal, Férias e URV (11,98%), que são pagas separadamente dos vencimentos mensais;
- Criação de relatórios da folha mensal para a página de transparência (exigência do CNJ para divulgação dos salários);
- Correção da configuração da folha de janeiro, tipo férias, sequencial 5, para calcular as férias iniciadas em janeiro, evitando calcular estas na folha de dezembro;
- Manutenção nas rotinas de cálculo das folhas de pagamento;
- Manutenção nas rotinas diversas dos sistemas de folha de pagamento e recursos humanos;
- Geração de dados em excel para CSJT (passivos VPNI, PAE e ATS);
- Preparação dos dados dos passivos de URV para envio ao CSJT;
- Criação das rotinas para implantar o novo cálculo dos adicionais de periculosidade e insalubridade;
- Criação de folhas suplementares;
- Início da criação dos relatórios para melhor gerência do plano de saúde;
- Início da criação do módulo de diárias no sistema de folha;
- Treinamento e suporte de usuários.

Sistema de Escala Anual de Férias Online (RH)

- (WEB) Manutenção do sistema de marcação de férias pelo *site* do TRT, com validação e geração de relatórios para facilitar a consolidação pelos chefes dos setores;
- (SRH) Manutenção do sistema de análise (relatórios) e a aprovação das férias dos setores. Importação automática no sistema de recursos humanos;
- (SRH) Manutenção do módulo para auxiliar nas alterações de férias marcadas com relatórios de validação; Fase Manutenção;
- (SFP) Manutenção do módulo de geração do relatório para a Folha de Pagamento, contendo servidores em férias na próxima folha de pagamento com integração ao sistema de ContraCheque *Online* ;

Sistema de Requisição de Materiais

- (WEB) Manutenção do sistema de requisição de material pelo *site* do TRT.

Sistema de Ouvidoria

- (SAPT) Manutenção do módulo para monitoramento e cadastramento de reclamações para a Ouvidoria. Gerenciamento com geração de estatísticas.
- (WEB) *Manutenção da* Integração da manifestação, pelo siste TRT, ao sistema de Ouvidoria desenvolvido.
- Manutenção do Sistema “Fale com o Ouvidor”, “Sexta Cidadã”, agendamento via *site* de entrevistas com o Ouvidor no prédio do TRT.
- Sistema “Ouvidoria Intinerante”, já especificado, em fase de codificação.

Sistema Semana de Conciliação

- (WEB) Cadastro no *site* a adesão à semana de Conciliação. Integração da solicitação ao sistema de Ouvidoria e devido envio automático, da solicitação, à vara de destino.

Sistema Semana de Execução

- (WEB) Cadastro no *site* a adesão à semana de Execução. Integração da solicitação ao sistema de Ouvidoria e devido envio automático, da solicitação, à vara de destino.

Sistema de Material e Inventário

- Manutenção (Inclusão de novo relatório, ajustes em consultas e relatórios, melhorias no *layout* de formulários);

- Modificação da tela de cadastro de termos de responsabilidade e baixa para evitar conflitos de números de termos;
- Carga das informações dos ativos em base de dados específica objetivando o inventário geral e anual do TRT16ª Região.
- Criação da rotina que permite a inclusão de PDFs dos termos assinados na mesma tela de manutenção destes.

Sistema de Inscrições e área de acompanhamento do VI Concurso para Juiz Substituto

- Manutenção do sistema.

Sistema Contracheque Eletrônico

- Manutenção do sistema de geração e disponibilização do contracheque no site.

Sistema Ponto Eletrônico

- Integração das férias, licenças e substituições do sistema de Recursos Humanos com o ponto.

Sistema de Concursos Reportagem e Monografia

- **(WEB)** Sistema de cadastro e acompanhamento de inscrições de candidatos ao Concurso Reportagem (ASCOM) e Concurso Monografia (CEMOC).

Sistema de Concursos de Juiz Substituto

- **(WEB)** Sistema de cadastro e acompanhamento de inscrições de candidatos a Juiz Substituto no TRT 16ª.

Sistema de Pesquisa de Opinião no site do TRT

- **(WEB)** Sistema de geração automática de página de pesquisa para levantamentos de opiniões e avaliações diversas, de servidores e jurisdicionados, sobre variados temas.

Sistema de Consulta de Férias OnLine.

- **(WEB)** Página para consulta, por servidores e magistrados, das férias agendadas no RH, bem como visão panorâmica da escala de férias do seu setor de lotação.

Sistema de Controle de Funcionários Terceirizados

- **Descrição:** Sistema para cadastro das empresas terceirizadas e dos terceirizados lotados no tribunal, Geração dos relatórios de lotação por empresa, setor, atividade ou empregados.
- **Estágio Atual:** Sistema implementado e integrado no SAPT2.

Sistema de Marcação e Alteração de Férias On Line.

- **Descrição:** Página para marcação, alteração de férias, substituindo protocolos de alteração criados no SISPAE. Sistema análogo ao Escala Anual de Férias existentes, com aprovação do gestor do setor e importação automática no sistema de Férias do RH.
- **Estágio Atual:** Implementado, aguardando liberação do portal do servidor.

Sistema Agenda Odontológica On Line.

- **Descrição: (Servidor)** Página WEB para marcação, cancelamento ou transferência de consultas odontológicas baseadas na agenda dos dentistas.
- **Descrição: (Setor Odontológico)** Página para criação, alteração das agendas dos dentistas levando em consideração feriados institucionais do TRT e férias, folgas e licenças dos dentistas, possibilitando bloqueio e desbloqueio de datas/horas. Página para marcação de consultas pelas recepcionistas do setor, bem como tratamento de filas de espera.
- **Descrição: (Sistema)** Envio automático de e-mails para:
 - *Setor Odontológico.* Lista com todas as consultas do dia.
 - *Dentistas.* Lista com as suas consultas do dia.
 - *Pacientes.* Horário e Dentista da consulta no dia.
 - *Sistema Ponto.* Aviso consulta no dia ao bater o ponto.
- **Estágio Atual:** Sistema de e-mails e Administrativo (Setor Odontológico) implantados. Sistema do servidor em testes.

Sistema de Precatório

- Manutenção (Alteração e criação de relatórios, alteração de formulários, melhoramento de consultas e entradas de dados);
- Manutenção eventual [instalações de drives] para adequar o uso do módulo de leitura via código de barra.
- Elaboração de Consultas “SQL” objetivando subsidiar a equipe de “WEB” quanto a divulgação das informações das entidades públicas devedoras bem como dar publicidade da ordem cronológica dos precatórios conforme determinação do CNJ/CSJT/TST.
- Manutenção e adequações na base de dados específica do Sistema de Precatórios / SAPT1 objetivando atender às exigências do E-Gestão.

Site do TRT 16ª Região

- Alteração do Sistema de Manutenção de Licitações;
- Criação de tela para a Seção de Apoio aos Cálculos. Utilizado para publicação de tabelas e índices no site deste Regional;
- Criação de Sistema para o gerenciamento do Calendário de Indisponibilidade;
- Manutenção no Portal do Congresso Internacional do Direito do Trabalho;
- Manutenção no Sistema de Ponto. Inclusão da Biometria em todas as Varas de São Luís. Instalação de leitores biométricos em todas as varas de São Luís e 3 do Interior (Barra do Corda, Caxias e Santa Inês). Cadastramento dos servidores nas respectivas varas.
- Criação permanente de banners;
- Apoio permanente à Escola Judicial para gerenciamento dos cursos oferecidos por esta (Sistemas de Inscrições, impressão de relatórios de inscritos, certificados);
- Apoio permanente à secretaria de Gestão Estratégica e manutenção do Portal da Gestão Estratégica;
- Apoio no Portal de Serviços;
- Desenvolvimento do Portal para o COLEOUV, Colégio de Ouvidores;
- Manutenção e melhorias permanente no sistema de contracheques, SISPAE, TRTOnline, Portal *Web* deste Tribunal, Solicitação de Material via Web;
- Criação de sistema para recuperação de senha do AD;
- Criação do Portal Administrativo (em desenvolvimento);
- Criação do Portal do Servidor (em desenvolvimento);
- Criação de sistema do Painel de Pautas para as Varas, possibilitando o acompanhamento do andamento das audiências;

ÁREA: INFRAESTRUTURA DE REDES E BANCO DE DADOS

Gerenciamento de Redes e Equipamentos

- Atualizações cadastrais dos sistemas de email, domínio, spark e malote digital do Tribunal;
- Emissão/gravação de certificados digitais;
- Monitoramento e recuperação dos links de Internet deste Tribunal, dos links de Internet das varas da capital e do interior;
- Atualização do sistema de monitoramento de serviços: NAGIOS.
- Gerenciamento e recuperação de backup nos servidores do tribunal;

- Monitoramento e manutenção do Sistema de Prevenção de Intrusos do Sistema de Antispam e Antivírus – Proofpoint, Firewall Nokia/Checkpoint;
- Manutenção de infraestrutura e suporte aos serviços oferecidos pela Diretoria de Informática (Wiki, SAPT1, SAPT2, SVN, SUAP e etc.);
- Manutenção do domínio no prédio sede, serviço de Gabinete Virtual;
- Manutenção do ponto de acesso no “Viva Cidadão” do shopping Jaracaty;
- Manutenção dos “totens” de consulta de processos;
- Manutenção do sistema de gerenciamentos de projetos (dotproject);
- Manutenção da infraestrutura física (ativos e passivos) da rede do Tribunal e das Varas do trabalho;
- Manutenção dos servidores de email, web, proxy, dns, dhcp, spark, citrix, firewall, antivírus, atualizações, arquivos, domínio, ldap e de ponto;
- Virtualização de servidores e serviços deste Tribunal;
- Manutenção do serviço de *helpdesk* (*ocomon*) no âmbito deste tribunal;
- Vistoria da rede lógica do fórum Astolfo Serra;
- Elaboração do programa de treinamentos para os servidores da Diretoria de Informática;
- Manutenção da conexão entre a rede do Tribunal e da Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Ministério do Desenvolvimento Social, da conexão entre a rede do Tribunal e demais Tribunais do Trabalho;
- Migração da Rede Nacional da Justiça do Trabalho da Rede de Dados da Embratel Telecomunicações para a infraestrutura da Empresa Oi Telecomunicações;
- Sala-Cofre
 - Monitoramento, Gerenciamento e acompanhamento de chamados junto ao fabricante da sala cofre;
 - Instalação, Configuração, Monitoramento e Gerenciamento do ambiente de virtualização VMWARE nas Blades Dell e demais servidores que utilizam este serviço.
 - Monitoramento e Gerenciamento de 02 (dois) Storages EMC, Switches SAN e unidade de fita para backup, Blades Dell
- Processo Judicial Eletrônico
 - Instalação, Configuração, Monitoramento e Gerenciamento do ambiente computacional para implantação do PJe;

- Instalação e Configuração do ambiente de virtualização VMWARE;
- Instalação e Configuração de servidores RedHat, Apache, JBoss e Postgresql.
- Participação no Comitê Técnico Temático de Gerenciamento de Projetos de TI do CSJT;

Banco de Dados

- Gerenciamento e Monitoramento do sistema de backup de banco de dados – RMAN (Recovery Manager); Abertura de chamados para erros do sistema ou dos hardwares envolvidos;
- Gerenciamento e Monitoramento do sistema de Storage (SAN); Abertura de chamado para erros no sistema ou dos hardwares envolvidos;
- Gerenciamento e Monitoramento dos bancos de dados (desenvolvimento, homologação, teste, treinamento e bugfix) através de verificação de logs de eventos do sistema operacional, do hardware e software de monitoramento do banco de dados, para os bancos de dados Oracle e PostGreSQL;
- Atualização de versão do software de banco de dados Oracle e PostGreSQL dos servidores de produção, homologação, teste, treinamento, desenvolvimento e bugfix para versões mais atuais;
- Suporte de banco de dados para solicitações de desenvolvedores e implantação de novos sistemas institucionais nos ambientes de desenvolvimento, homologação e produção;
- Execução de procedimentos de duplicação de bancos de dados dos servidores de desenvolvimento, homologação, teste, treinamento e bugfix;
- Manutenção de banco de dados SQL Server (Risk Manager e Volare);
- Criação de um servidor stand-by para o servidor de produção do PJE;
- Participação no Grupo de Trabalho do Sistema Gerenciador de Banco de Dados – gtSGBD, na cidade de Brasília;

ÁREA: ATENDIMENTO AO USUÁRIO

Atendimento Presencial - Capital e Varas de Trabalho da Capital e Interior

- Instalação de equipamentos de informática (microcomputadores, impressoras, scanner's, etc.);
- Instalação de aplicativos (*software*);
- Trocas de toner;
- Configuração de *e-mail* (Zimbra);

- Assistência aos usuários com os *softwares* de edição de texto e programas gráficos;
- Suporte gráfico às atividades da Escola Judicial e Ouvidoria;
- Suporte e atendimento aos servidores e magistrados;
- Manutenção do Boletim Interno Eletrônico;
- Monitoramento das informações no *site* do Tribunal;
- Atualização do serviço de Expedientes do Tribunal;
- Atendimento aos usuários do sistema do SAPT1, no que diz respeito a procedimentos.
- Montagem do ambiente para que advogados possam acessar e operar o sistema PJE nas varas do trabalho.
- Configuração de máquinas para acesso ao sistema PJe e demais serviços que utilizem certificado digital.
- Atendimento para manutenção de equipamento, através de visitas às varas do interior, seja de forma programada, com objetivo de fazer manutenções preventivas;
- Atendimento remoto a sistemas instalado;

Atendimento Remoto – Capital e Varas Trabalho do Interior

Através da utilização de software de gerenciamento remoto de estações de trabalho e atendimento telefônico, a Diretoria de Informática prestou atendimento aos Magistrados e Servidores deste Regional, na Capital e no interior, proporcionando maior número de atendimentos e considerável minimização dos custos com deslocamento de Servidores Terceirizados.

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS

TIPO	QUANTIDADE
Equipamentos Ativos de Rede de Dados, sendo 2 Switches de Núcleo (Core) e 46 de Distribuição.	48
Impressora Laser Monocromática Lexmark T654DN	100
Impressora Laser Colorida HP M551DN	20
Microcomputador Desktop Positivo com dois monitores	90
Scanners de alta velocidade de digitalização	40

PARTICIPAÇÃO EM CURSOS E EVENTOS DE INFORMÁTICA

SERVIDORES	PERÍODO	UF	DESCRIÇÃO
Aured de Freitas Costa Rodrigues	24/06 a 28/06	SP	Oracle Database 11g: Administration Workshop I

SERVIDORES	PERÍODO	UF	DESCRIÇÃO
	01/07 a 05/07	SP	Oracle Database 11g: Administration Workshop II
Flávio Marcílio Paiva Ramos Leonel Carneiro Pereira	22/07 a 26/07	SP	Oracle Grid Infrastructure 11g: Manage Clusterware and ASM R2
	29/07 a 01/08	SP	Oracle Database 11g: RAC Administration
Uiratan Alves de S. Cavalcante Rafael Robson de Sousa Neto	26/08 a 28/08	SP	Certificação ITIL Foundations
	14/10 a 18/10	SP	Programa ITIL® Expert – Capability (RCV e OSA)
Gilberto Filho Cunha Filho Ronald Silva Serrão Jose Augusto Rodrigues S. Filho Maickel Roberto Neitzke	10/06 a 13/06	SP	FJ-25 Persistência com JPA e Hibernate
José Augusto Rodrigues S. Filho	17/06 a 21/06	SP	FJ-26 Laboratório Web com JSF e CDI
Fernando Augusto Pestana Junior Danilo Lauande Franco Leonel Carneiro Pereira Aured de Freitas Costa Rodrigues Stanley Araújo de Sousa Flávio Marcílio Paiva Ramos	16/12 a 20/12	MA	HK644 – HP LAN Switching
Carlos Roberto Martini	25/11 a 26/11	DF	JBoss SOA ESB Service Implementation - Plataforma para orquestração de serviços
Gilberto Cunha Filho	21/10 a 24/10	DF	JB336 - JBoss for Administrators
	04/11 a 06/11	DF	JB346-Advanced JBoss Administrator
Ronald Silva Serrão	26/08 a 28/08	DF	JB297 - JBoss Hibernate Technology
	07/10 a 10/10	DF	B325 - Advanced JBoss Enterprise Development
	04/11 a 19/12	DF	Força Tarefa de Sustentação do PJE

5.5 Seção de Biblioteca e Gestão Documental

Atividades desenvolvidas na Biblioteca João Freire Medeiros

- Material Bibliográfico

Livros		Periódicos	
Compra	Doação	Compra	Doação

145	15	11	183
-----	----	----	-----

- Serviço de Referência

Empréstimos	Livros	4.047
	DVD	157
	Monografias	6
	Outros Materiais	63
Consulta Local		1.571
Reservas		182

Produtos e Serviços

- Elaboração e normalização do Relatório de Atividades – 2013;
- Aquisição de obras via sistema Registro de Preços;
- Aquisição de periódicos;
- Coordenação e supervisão das publicações do Tribunal, quanto à produção, edição e divulgação;
- Controle das atividades de organização, tratamento e alimentação da base de dados SIABI;
- Oferta de produtos e serviços aos usuários;
- Intercâmbio de informações com instituições nacionais e entre Bibliotecas dos TRTs;
- Disseminação de informações documentais, doutrina, legislação e jurisprudência;
- Digitalização de artigos de periódicos solicitados através do Portal e enviados por e-mail aos usuários.

Cursos de Aperfeiçoamento e outros eventos

- I FÓRUM DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES DE TRABALHO TRT 16ª REGIÃO
- GESTÃO DE EQUIPES CATHO ON LINE
- LEITURA DINÂMICA CATHO ON LINE
- GESTÃO DE PROJETOS CATHO ON LINE
- XXV CBBB - CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO FEBAB/ACB
- SEMINÁRIO NACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO JURÍDICAS (XXV CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO) ABDF
- VIII CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO DO TRABALHO E PROCESSO DO TRABALHO-TRT16
- II ENCONTRO DE TRT'S DO NORTE E NORDESTE-TRT16

- XIII ENCONTRO DE BIBLIOTECÁRIOS E DOCUMENTALISTAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO
- CURSO DE HIGIENIZAÇÃO E PEQUENOS REPAROS DE PROCESSOS HISTÓRICOS

* Arquivo Geral

Atividades do Programa de Gestão Documental:

- Supervisão e acompanhamento do Programa de Gestão de Documentos, procurando agilizar nas Unidades a eliminação de documentos ou recolhimento ao Setor de Arquivo Geral, garantindo a preservação e o acesso aos documentos de caráter permanente;
- Participação no Programa de Coleta Seletiva e Reciclagem de papel através do Programa de Gestão de Documentos;
- Cadastramento de processos judiciais e administrativos.

5.6 Seção de Saúde

Produção do Setor Médico 2013

	CONSULTAS	ADMISSIONAIS	PERICIA AMBULAORIAL	PERICIA HOSP/DOMICILIAR	CHEGADA SAÍDA	JUNTA MÉDICA	REQUIS. EXAMES
JANEIRO	144	-	06	-	02	05	07
FEVEREIRO	140	01	06	01	03	02	11
MARÇO	147	-	05	-	01	05	03
ABRIL	205	05	09	-	05	08	08
MAIO	186	02	03	-	05	05	07
JUNHO	118	02	08	-	02	09	01
JULHO	133	03	04	-	04	07	02
AGOSTO	173	01	05	-	09	07	02
SETEMBRO	147	-	03	-	04	07	-
OUTUBRO	156	-	05	-	08	04	14
NOVEMBRO	110	-	05	-	08	06	02

Licenças Homologadas e Propostas

	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
LICENÇAS HOMOLOGADAS	48	59	50	88	69	59	63	70	68	56	80	40	750
LICENÇAS PROPOSTAS	11	11	11	28	27	14	12	17	16	17	22	12	198
TOTAL	59	70	61	116	96	73	75	87	84	73	102	52	948

Programa Saúde da Mulher - 2013

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Mulheres que entregaram os exames	05		03	01	07	15	04	03	09	10	08	03

* Foram distribuídas cartilhas educativas sobre o Programa Saúde da Mulher para todas as Magistradas e Servidoras da Capital e das Varas do Interior.

Produção de Enfermagem – 2013

	JANEIRO	FEVERERO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
MEDICAÇÕES ORAIS	43	54	64	62	62	53	21	39	25	30	28	16	497
VERIFICAÇÃO DE PA	53	54	73	94	55	39	29	49	36	75	40	30	627
VACINAS	-	-	-	-	-	-		-	-	-	-	-	-
VERIFICAÇÃO DE PESO	06	07	10	10	04	13	00	03	05	56	01	14	129
VERIFICAÇÃO DE TEMPERATURA	06	05	02	12	05	01	03	05	08	00	03	00	50
MEDICAÇÕES PARENTERAIS CURATIVOS	01	00	09	03	06	03	02	00	05	01	03	01	34
NEBULIZAÇÕES	02	03	06	04	09	05	06	10	02	02	02	00	51
EXAMES ADMISSIONAIS	04	04	04	00	01	00	03	02	01	00	00	02	21
OUTROS PROCEDIMENTOS*	00	01	01	03	01	01	01	00	02	00	00	01	11
TOTAL GERAL	02	01	09	03	09	11	09	03	07	55	01	01	111
	117	129	178	191	148	126	74	111	91	219	78	65	1531

*Entre eles, verificação de glicemia capilar, retirada de pontos, compressa fria, massagem com reparil, distribuição de absorventes.

Campanha de vacinação contra gripe – 2013

	TRT (SEDE)	FORUM	TOTAL
Magistrados/Servidores	171	71	242
Terceirizados	67	24	91
Estagiários	81	26	107
Dependentes	128	-	128
Total	447	121	568

OUTRAS ATIVIDADES

- 1 Semana da Saúde (ver relatório da semana em anexo).
- 2 Programa de ginástica laboral e massagem expressa;
- 3 Serviços de secretaria do Fórum Astolfo Serra: receber, anotar e arquivar os atestados médicos;
- 4 Expedição de documentos relacionados à Seção de Saúde;
- 5 Campanha de vacinação contra Febre Amarela, Hepatite B e Difteria e Tétano no Fórum Astolfo Serra: 43 atendimentos.

Produtividade Odontológica 2013

	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
Pacientes Atendidos	72	-	99	106	88	99	96	101	85	113	88	-	947

PROCEDIMENTOS	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
Exame clínico	47	-	67	69	56	78	78	79	64	86	53	-	677
Profilaxia	28	-	37	39	33	38	43	34	22	26	21	-	321
ATF	16	-	40	11	07	14	14	05	10	10	06	-	133
RACR (Tartarectomia)	121	-	163	199	128	131	145	137	105	198	155	-	1482
Rest. de Resina	23	-	29	38	31	39	23	25	31	38	34	-	311
Exodontia	03	-	05	04	02	02	01	04	03	00	02	-	26
Aplicação de Selante	01	-	00	00	00	04	04	00	02	00	00	-	11
Curativo de Demora	03	-	06	06	07	05	04	07	05	08	07	-	58
Raio X	00	-	09	02	07	05	05	02	00	04	03	-	37
Cimentação	01	-	07	06	00	01	04	02	02	00	02	-	25
Conserto de Prótese	00	-	00	00	00	00	00	00	00	00	00	-	00
Instrução Higiene Bucal	25	-	29	26	39	32	46	50	44	53	38	-	382
Drenagem de abscesso	00	-	00	00	00	00	00	00	00	00	00	-	00
Remoção de sutura	01	-	01	04	00	00	00	03	00	00	00	-	09
TOTAL	269	-	393	404	310	349	367	348	288	423	321	-	3472

Semana de Saúde

Este relatório apresenta as atividades desenvolvidas durante a Semana de Saúde, realizada no período de **23 a 27 de setembro de 2013**. Dedicada a magistrados e servidores lotados no prédio-sede do Tribunal e no Foro Astolfo Serra, foi coordenada pela Coordenadoria de Gestão Estratégica, Estatística e Pesquisa e pela Seção de Saúde do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região.

A Semana da Saúde foi uma forma que o TRT da 16ª Região encontrou para fazer frente às normas da Resolução nº 84, de 23 de agosto de 2011, que traça as diretrizes para a realização de ações de promoção da saúde ocupacional e de prevenção de riscos e doenças relacionados ao trabalho, no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus, além de marcar a implantação dos programas PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) e PCMSO (Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional), que constituíram a META 09 do CNJ no ano de 2013, implantado neste ano no Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região.

A partir deste ano, os referidos programas farão parte da política de promoção do bem estar e melhoria do clima organizacional, em que anualmente será organizada uma semana de conscientização e promoção da saúde do servidor, com a finalidade de incentivar magistrados e servidores a realizarem exames periódicos, adoção de hábitos saudáveis, realização dos exames preventivos anuais e realização de consultas periódicas.

Esta semana foi marcada por várias atividades como coleta de material para exames laboratoriais, palestras, aferição de pressão arterial, medição de Índice de Massa Corporal (IMC), apresentação de vídeos educativos, quick massage, orientação de saúde bucal, vacinação, “agita TRT”, blitz ergonômica, abertura de campanha “outubro rosa”, além de distribuição de kits, dentre outras atividades.

Coleta de Exames

O Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, dando continuidade aos trabalhos para o cumprimento da Meta 09 do CNJ, e, em conformidade com o artigo 206-A, da Lei 8.112/90, regulamentado pelo Decreto 6.856, de 25 de maio de 2009, solicitou os seguintes exames para o seu quadro funcional, com o objetivo de emitir o Atestado de Saúde Ocupacional: Hemograma completo, Glicemia em jejum, Creatinina, Colesterol total, triglicerídeos, transaminases - TGO +TGP e Sumário de urina.

O exame médico periódico compreende exames para avaliar o estado de saúde e a exposição a fatores de riscos físicos, químicos, biológicos e ergonômicos, aos quais os servidores podem estar expostos, além prevenir e detectar possíveis doenças como a hipertensão arterial, diabetes, anemia, doenças renais, dentre outras.

Com a contratação do Laboratório Cedro, foram disponibilizados dois postos da Seção de Saúde para coletas do material para os exames: um no prédio-sede do TRT e outro no Foro Astolfo Serra. Com esta disponibilização bem próxima ao seu local de trabalho, bem como o fornecimento de um lanche saudável depois da coleta, os servidores e magistrados se sentiram à vontade para a realização dos exames.

Foram colhidos, no horário de 7h as 10h da manhã, no período de **23 a 27 de setembro de 2013**, materiais (sangue e urina) dos magistrados e servidores que, nos últimos três meses, não tinham realizados os exames acima mencionados. Para aqueles que já realizaram, nos últimos três meses, os exames supramencionados será oportunizada a apresentação, em data a ser designada, por ocasião da avaliação clínica com o médico do trabalho. Participaram desta coleta **260** pessoas.



Equipe da Seção de Saúde

Palestras

A equipe médica da Seção de Saúde juntamente com a empresa CRTO realizaram vários ciclos de palestras, tanto no prédio-sede do TRT como no Foro Astolfo Serra. Foram

abordados vários temas como saúde e segurança no trabalho, tabagismo, doenças crônicas renais, a importância da vacinação, hipertensão arterial, ergonomia e qualidade de vida no ambiente de trabalho.

No primeiro ciclo, que começou às 10h30, do dia **23 de setembro de 2013**, no Auditório da Escola Judicial, os médicos da casa apontaram diversas questões importantes para a saúde da população e dos trabalhadores, e foram demonstrados aspectos das doenças comuns e o grande perigo por elas causado, quando não tratadas, visando à melhor saúde do trabalhador e a prevenção de doenças.

A primeira palestra deste ciclo foi ministrada pelo médico cardiologista, Ércio Murilo Cutrim, e teve como tema “Saúde e Segurança no Trabalho” Esta palestra apresentou o PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) que visa estabelecer uma metodologia de ação que garanta a preservação da saúde e integridade dos trabalhadores, frente aos riscos dos ambientes de trabalho, e o PCMSO (Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional) que monitora por anamnese e exames laboratoriais a saúde dos trabalhadores e tem por objetivo identificar precocemente qualquer desvio que possa comprometer a saúde dos trabalhadores.

Em seguida, Fabrício Martins Valois, médico pneumologista, falou sobre o tabagismo e sobre os riscos de doenças provocadas pelo cigarro e os procedimentos para parar com o hábito de fumar. Ao final, apresentou metas para o controle do tabagismo dentro do TRT-MA.

Seguindo a programação, o nefrologista Adriano Soares Alves falou sobre os perigos de doenças renais crônicas e dos cuidados que se deve ter para preveni-las, alertando, ainda, para os perigos mortais e os altos custos desses tipos de doença que podem ser prevenidos a partir de uma conscientização. Lançou, ainda, a proposta do Projeto ‘Rastrear’, que visa à prevenção e ao diagnóstico dessas doenças a partir do acompanhamento de cada servidor com exames específicos e simples. Detectada qualquer alteração, o paciente é encaminhado a um especialista para tratamento adequado. “Projeto simples, mas de grande valor, voltado para a prevenção de doenças renais crônicas”, observou o médico.

O médico pediatra Luís Carlos Pinho de Ribamar ressaltou a importância da vacinação e os cuidados que se deve ter com o calendário vacinal, mesmo que este não seja habitual no ambiente laboral. Luís Carlos lembrou que os profissionais da saúde devem atentar para a saúde do trabalhador e do ambiente de trabalho e, principalmente, para as doenças infectocontagiosas. Nesse aspecto, ressaltou que há vacinas específicas, de acordo com o local de trabalho.

A Hipertensão Arterial também foi debatida. O médico Ércio Murilo Cutrim enfatizou sobre a importância de se prevenir a hipertensão e de se fazer o controle, quando já adquirida,

para que outras doenças mais graves não decorram dela. Indicou uma dieta equilibrada aliada a uma vida menos sedentária, além do acompanhamento dos níveis de pressão arterial de forma mais rotineira.

Finalizando o ciclo de palestras do primeiro dia, a servidora Rosely Belo Ribeiro Vieira apresentou as propriedades da Ergonomia para a saúde do trabalhador, indicando o manuseio adequado do computador. Também falou sobre as conseqüências do esforço extremo do trabalhador na execução dos serviços e das lesões por esforço repetitivo (LER).

O segundo ciclo começou, às 13h30, do dia **24 de setembro de 2013**, no Foro Astolfo Serra, e foram ministradas as mesmas palestras do primeiro ciclo, com exceção das palestras Tabagismo, do médico Fabrício Martins Valois, e Vacinação no Trabalho, do médico Luis Carlos Pinho de Ribamar.

Dia 27 de setembro, às 16h, no Auditório da Escola Judicial, foi encerrado o ciclo de palestra com a funcionária da empresa CRTO, Rosekenne Moreira, que falou sobre o tema Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho. Participaram destas palestras 58 pessoas, dentre servidores, estagiários e terceirizados.



Aferição de Pressão Arterial

Foi realizada durante toda a semana a aferição de pressão arterial dos magistrados e servidores deste Tribunal nas salas da Seção de Saúde localizadas tanto no prédio-sede do TRT como no Foro Astolfo Serra.

A necessidade da aferição da pressão arterial se torna muito importante por detectar precocemente a hipertensão, pois esta doença é causa silenciosa de 40% das mortes por Acidente Vascular Cerebral (AVC). Nos últimos anos, especialistas têm observado a incidência de pressão alta em 22% da população adulta e o problema vem mudando de faixa etária acometendo crianças e adolescentes, tendo se tornado uma preocupação para os setores de saúde. Maus hábitos alimentares, sedentarismo e o stress da vida moderna são fatores que podem desencadear a doença, o que demonstra que a prevenção é possível e muito importante. Esta atividade foi encerrada com **118 atendimentos**.

Medição de Índice de Massa Corporal

No dia 24 de setembro, as educadoras físicas, Nívea Regina de Matos Viana e Rosekenne Moreira, da empresa CRTO, fizeram a verificação do Índice de Massa Corporal – ICM de 11 magistrados e servidores.

O Índice de Massa Corporal, conhecido como IMC, é uma técnica utilizada para verificar o estado nutricional e observar se a pessoa está dentro dos padrões de normalidade com relação ao seu peso e estatura.

Esta técnica é medida por meio da fórmula: $IMC = \text{Peso (Kg)} / (\text{Altura(m)})^2$. Neste cálculo leva-se em conta o peso e a altura do indivíduo, dividindo o peso pela altura elevada ao quadrado. Este cálculo é uma forma simples e de grande importância para detectar se a pessoa apresenta um grau de desnutrição, se está no padrão de normalidade, sobrepeso, obesidade ou obesidade mórbida.

Após a realização do cálculo, deve-se observar o resultado de acordo com a tabela da Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade:

Cálculo IMC	Situação
Abaixo de 18,5	Desnutrição
Entre 18,5 e 24,9	Peso normal
Entre 25,0 e 29,9	Sobrepeso
Entre 30,0 e 34,9	Obesidade grau I
Entre 35,0 e 39,9	Obesidade grau II
40,0 e acima	Obesidade grau III

Deve-se considerar que apenas este cálculo não é suficiente para avaliar corretamente o estado nutricional. É necessário avaliar a massa muscular, hidratação, atividade física, etc. Segundo as educadoras físicas, uma avaliação completa, bem como as orientações necessárias, só poderão ser realizadas por meio de um nutricionista.

Vídeos

Na tarde do segundo dia da Semana de Saúde, a programação contou com a exibição de um vídeo com orientações sobre diferentes formas de se evitar uma gravidez indesejada.

O vídeo intitulado “Programa de Orientação sobre Anticoncepção – PROSA”, exibido no auditório da Escola Judicial, no prédio-sede do TRT-MA, foi apresentado pela médica Darlene Nunes e utilizado pelo Laboratório Eurofarma em nível nacional, dada a relevância das informações. Nele, são discutidos variados aspectos sobre gravidez, com ênfase na prevenção da gravidez indesejada, nos métodos contraceptivos e nas doenças sexualmente transmissíveis (DST/AIDS).

Segundo informações estatísticas apresentadas no vídeo, na faixa etária dos 15 aos 49 anos da população sexualmente ativa, 67,8% usam algum tipo de método contraceptivo e, de cada cinco jovens brasileiros do Século XXI, um já tem filho ao completar 18 anos. Isso se dá, principalmente, pelo desconhecimento dos métodos de prevenção de gravidez e pelo fator cultural, que os inibe de procurar informações a respeito.

Durante a exibição do vídeo, o médico do TRT-MA Bartolomeu Cardoso Feitosa respondeu perguntas dos participantes. Ele considera que “trabalhar a anticoncepção da gravidez não planejada é de fundamental importância para o esclarecimento dos servidores do Tribunal”.

Ao final, Wender Silva, propagandista e vendedor do Laboratório Eurofarma distribuiu kits e brindes às participantes da atividade. “Esta é uma excelente iniciativa do TRT. Para o Laboratório Eurofarma, é uma satisfação participar de eventos dessa natureza”, considerou.

Vinte e duas pessoas participaram desta atividade.



Rafael David Brito (chefe da Seção de Saúde), Bartolomeu Cardoso Feitosa e Wender Silva.



Bartolomeu Feitosa durante explicação sobre anticoncepção

Quick Massage

Quick Massage é uma massagem rápida, como o nome já diz, “*Quick*” significa rápido e “*Massage*”, massagem. Ela é realizada com manobras adaptadas das técnicas orientais Anmá e Shiatsu e tem como foco proporcionar o relaxamento muscular em poucos minutos, tendo em vista que a duração de cada sessão é de aproximadamente 15 minutos, tempo suficiente para trazer benefícios para o corpo, tais como: alívio das tensões do dia a dia, relaxamento muscular e combate ao estresse.

Esta massagem é realizada na cabeça, pescoço, ombros, braços e mãos, com o cliente sentado em uma cadeira que é ergonomicamente projetada para esta finalidade. Este tipo de massagem não é recomendada para as pessoas que estão com pressão alta ou baixa, ter feito uma refeição a menos de 40 minutos, febre, ferimentos graves, cirurgia recente (3 meses). Esta atividade foi desenvolvida pela empresa CRTO juntamente com a Seção de Saúde, tanto no prédio-sede do TRT como na sala da Seção de Saúde localizada no Foro Astolfo Serra e foram beneficiadas com esta técnica 52 pessoas.



Orientação de Saúde Bucal

Durante os dias 25 e 26 de setembro, o odontólogo Gustavo André Weber deu orientações individuais sobre higienização bucal, ilustradas pela apresentação de vídeo. “O propósito é orientar e motivar servidores e magistrados a fazerem higienização, que é o procedimento mais importante na Odontologia”, frisou. O profissional observou que a higienização é um procedimento que deve ser feito diariamente para combater a placa bacteriana, que é a causadora principal das doenças de cárie e gengivais.

Gustavo Weber enfatizou que um dos procedimentos eficazes, durante a higienização, é setorizar a boca em quatro áreas para não esquecer algum dente no processo de escovação, partindo de forma sistemática da gengiva para o dente, de maneira a remover a placa bacteriana. Disse, também, que uma vez ao dia deve ser feita a escovação na língua, com a escova partindo de dentro para fora da boca. Demonstrou ainda como se deve usar o fio dental. O odontólogo reiterou que a melhor forma de cuidar dos dentes e prevenir doenças bucais é seguir as orientações de higienização. Lembrou, na oportunidade, que a Seção de Saúde tem primado pela prevenção de doenças de cárie e gengivas e procurado atender o máximo de servidores e magistrados possível para os tratamentos de restauração dentária. Ao final de cada orientação individual, foram distribuídos kits, que consistiam em uma escova, creme dental e fio dental, além de um folheto explicativo sobre o correto modo de higienização dental. Trinta e nove pessoas participaram desta atividade.

Vacinação

A atividade mais concorrida, depois da coleta de material para os exames, foi à vacinação. Servidores e magistrados, além de terceirizados e estagiários do Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão lotaram a Seção de Saúde no **dia 25 de setembro**, para receberem doses de vacinas contra tétano, febre amarela, hepatite e gripe. Desde as 9 horas da manhã, eles já estavam a postos com os seus cartões de vacinas para serem atendidos pela equipe da Secretaria de Saúde do Município de São Luís, responsável pela aplicação das vacinas. A atividade de vacinação foi desenvolvida até as 16 horas daquele dia. Foram atendidas 86 pessoas.



“Agita TRT”

O evento “Agita TRT” consistiu em 15 minutos de atividades físicas ao som de música eletrônica, sertanejo e bumba-meu-boi, e teve a participação de 45 pessoas.

Servidores, terceirizados e estagiários do Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão (TRT-MA) participaram na manhã e na tarde do dia **26 de setembro** tanto no auditório da Escola Judicial, como no auditório do Foro Astolfo Serra deste evento, o que proporcionou bem-estar e muita animação.

A educadora física Rosekenne Moreira explicou que a atividade é de fundamental importância para a ativação da circulação sanguínea, proporcionando bem estar e relaxamento, além de promover a interação em grupo.

“Foi muito bom, totalmente descontraído. Precisamos de mais momentos como esse, para que o servidor possa se sentir mais motivado para as tarefas do dia a dia”, disse o coordenador de Gestão de Pessoas, José Antônio Abreu.

O servidor Marcos Antônio de Souza Silva também falou sobre a manhã. “Foi bom demais. Nós chegamos aqui meio retraídos, mas depois de uma aula dessas, a gente fica mais disposto, mais animado.”

Priscila Cantanhêde Holanda, terceirizada, destacou os benefícios adquiridos após a aula. “Gostei muito. Como trabalhamos com serviços gerais, as atividades físicas foram muito boas, melhoraram a coluna e o estresse”, finalizou.



Atividade realizada no prédio-sede do TRT



Atividade realizada no Foro Astolfo Serra

Blitz Ergonômica

O Conselho Nacional de Justiça instituiu a Meta 10 que consiste em “realizar adequação ergonômica em 20% das unidades judiciárias de 1º e 2º grau”.

Visando dar visibilidade e objetivando a conscientização dos magistrados e servidores a respeito do cumprimento desta meta, a servidora Rosely Belo Ribeiro Vieira, presidente da Comissão de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho – CESMT visitou os setores do TRT da 16ª Região situados em São Luís, orientando e enfatizando a necessidade da adequação ergonômica no ambiente de trabalho, além de fazer a entrega da cartilha “Pje e

Trabalho Seguro” de sua própria autoria. Esta revista visa mostrar os comportamentos adequados e inadequados relacionadas às atividades laborais em postos de trabalho eletrônico, indicando a maneira correta de sentar, a altura correta dos monitores, o posicionamento das mãos no teclado, o uso certo do telefone nos postos de trabalho eletrônicos, entre outras informações, visando contribuir para melhoria da qualidade de vida dos que fazem a Justiça do Trabalho do Maranhão.

A Semana de Saúde alinha-se ao tema Gestão de Pessoas e aos objetivos estratégicos buscar a melhoria de clima organizacional e promover a educação corporativa do planejamento estratégico do TRT-MA. Ela teve como objetivo principal a conscientização de magistrados e servidores para os cuidados com a saúde, o corpo e a prevenção de doenças. Participaram “das atividades desenvolvidas durante a semana 328 (trezentos e vinte e oito) pessoas.”.

Com estas atividades, o TRT-MA visou contribuir para o cumprimento da Meta 09 que consiste em implementar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) em, pelo menos, 65% das unidades administrativas e judiciais do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Programação

"Saúde e Trabalho caminhando juntos"

Dia	Atividade	Hora	Local
23/09	Coleta de exames e lanche saudável	07h – 10h	Seção de Saúde TRT/FAS
	Palestras: - Saúde e Segurança no Trabalho: (PCMSO) Dr. Ércio Murilo Cutrim - Tagabismo – Dr. Fabrício Martins Valois - Doenças Renais Crônicas – Dr. Adriano S. Alves - Vacinação no trabalho – Dr. Luis Carlos P. de Ribamar - Hipertensão arterial – Dr. Ércio Murilo Cutrim - Ergonomia – Rosely Belo Ribeiro Vieira	10h30 – 11h30	Auditório da Escola Judicial
	Aferição de pressão arterial	08h -17h	Seção de Saúde - TRT e FAS
24/04	Coleta de exames e lanche saudável	07h – 10h	Seção de Saúde TRT/FAS
	Quick Massage	8h – 12h 13h- 17h	FAS

	Verificação de Índice de Massa Corporal – IMC Educadora Física - CRT0	08h – 12h 13h – 17h	Seção de Saúde TRT
	Palestras: -Saúde e Segurança no Trabalho: (PCMSO) Dr. Ércio Murilo Cutrim -Doenças Renais Crônicas – Dr. Adriano S. Alves -Hipertensão arterial – Dr. Ércio Murilo Sousa Cutrim -Ergonomia – Rosely Belo Ribeiro Vieira	13h30 – 14h30	Auditório do FAS
	Vídeo – Métodos contraceptivos Dr. Bartolomeu Cardoso Feitosa	14h	Auditório da Escola Judicial
25/04	Coleta de exames e lanche saudável.	07h – 10h	Seção de Saúde TRT/FAS
	Quick Massage	8h – 12h 13h- 17h	Seção de Saúde (Sede)
	Orientações de higiene bucal – Dr. Gustavo Andre Weber	13h-17h	Setor odontológico
	Vacinação	9h-16h	Seção de Saúde TRT
26/04	Coleta de exames e lanche saudável.	07h – 10h	Seção de Saúde TRT/FAS
	Orientações de higiene bucal – Dr. Gustavo Andre Weber	13h-17h	Seção de Saúde TRT
	“ <i>Agita TRT</i> ” (15min de atividade física)- CRT0	10h30 (Sede)/ 15h (FAS)	Auditório da Escola Judicial Auditório - FAS
27/04	Coleta de exames e lanche saudável.	07h – 10h	Seção de Saúde TRT/FAS
	Blitz Ergonômica	09h-16h	TRT e FAS
	Quick Massage	8h-12h 13h-16h	Seção de Saúde TRT
	Palestra: “Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho” Rosekenne Moreira - CRT0	16h	Auditório da Escola Judicial